



UNICAMP

CAROLINE MARIA FLORIDO

Da efervescência cultural ao obscurantismo
ditatorial: a história da Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de São José do Rio Preto sob
o olhar da intervenção em 1964

CAMPINAS

2013



UNJCAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CAROLINE MARIA
FLORIDO

DA EFERVESCÊNCIA CULTURAL AO OBSCURANTISMO
DITATORIAL: A HISTÓRIA DA FACULDADE DE
FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE SÃO JOSÉ DO RIO
PRETO SOB O OLHAR DA INTERVENÇÃO DE 1964.

Orientador(a): Prof. Dr. José Luis Sanfelice

Co-Orientadora: Profa. Dra. Silvana Fernandes Lopes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Educação, na área de concentração de Filosofia e História da Educação.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELA ALUNA CAROLINE MARIA FLORIDO
E ORIENTADA PELO PROF. JOSÉ LUIS SANFELICE

Assinatura do Orientador

CAMPINAS
2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

F663d Florido, Caroline Maria, 1977-
Da efervescência cultural ao obscurantismo ditatorial : a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto sob o olhar da intervenção de 1964 / Caroline Maria Florido. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: José Luis Sanfelice.
Coorientador: Silvana Fernandes Lopes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. 2. Inquérito Policial. 3. Ditadura. 4. Movimentos sociais. I. Sanfelice, José Luis, 1949-
II. Lopes, Silvana Fernandes. III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: From the cultural effervescence to the obscurantism dictatorial regime: the history of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of the São José do Rio Preto under view of the intervention in 1964.

Palavras-chave em inglês:

Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of the São José do Rio Preto
Police Investigation
Dictatorship
Social movements

Área de concentração: Filosofia e História da Educação

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

José Luis Sanfelice [Orientador]
Azilde Lina Andreotti
Sérgio Eduardo Montes Castanho

Data de defesa: 26-08-2013

Programa de Pós-Graduação: Educação



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Autor: Caroline Maria Florido Orientador:
Prof. Dr. José Luis Sanfelice
Co-orientadora: Silvana Fernandes Lopes

DA EFERVESCÊNCIA CULTURAL AO
OBSCURANTISMO DITATORIAL: A HISTÓRIA DA
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS
DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO SOB O OLHAR DA
INTERVENÇÃO EM 1964

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação
defendida por Caroline Maria Florido e aprovada pela
Comissão Julgadora

Data: *26/08/2013*

Assinatura: *José Luis Sanfelice*

COMISSÃO JULGADORA:

Silvana Fernandes Lopes

*Aos que vierem depois, aos que por mim velam e aos que passaram,
dedico essa dissertação.*

*Aos camaradas Márcio Ricardo, João Zinclair, Edmundo Fernandes Dias e Arnaldo Romero
(todos em memória – 2013)*

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha família que me incentivou e me deu suporte financeiro para que eu completasse mais esse ciclo: Norberto, Rose, Camile, Luis, Mariana, Davi, Luisa e os demais – todos de alguma forma me inspiraram.

Aos meus amigos, que são outras famílias de militância, de cotidiano domiciliar e de mesa de bar: Gabriela, Marcela, Susana, Júlia, Dalila, José, Stephanie (Pacata), Luciana Palhares, Rodrigo Lima, Ana Elisa, Tatiana, Yan, Joana, Florencia, Maria Orlanda Pinassi, Flávia, Lívia, Sabrina, Renata e Thaís pela paciência infinita e pelas discussões frutíferas ou dramáticas em tantos momentos, durante esses dois últimos anos e nos anteriores a minha entrada no mestrado.

Aos companheiros de APG e de FE: Liliane, Sérgio Stoco, Rodrigo Molina, Júlio, Vanessa, Viviane, Carol, Luciana Santos, Erika, Wisllayne, Sidney, Lalo, Ricardo Andrade e outros que passaram comigo tanto tempo em reuniões, organização de seminários e debates infintos sobre a universidade e suas finalidades, compartilharam angústias de pós-graduandos e me ensinaram tanto.

Aos colegas de grupo de pesquisa, GT-HISTEDBR-UNICAMP: Luciana Coutinho, Samantha Lodi, Michele Costa, Karla, Lidiany Godoy, Fabiana, Ricardo Pereira, Talita, Marcos, Ana Laura e demais com quem construí as bases para a dissertação e passei momentos divertidos e tensos.

Aos assentados do Milton Santos e Elisabete Teixeira, pela amizade e força na luta por terra, trabalho e direitos, pelas longas noites e dias de aprendizado, agradeço imensamente. Principalmente Antonio Kanova, Luciana Henrique, Zé da Mata, Paulinho, Rose, Soraia, Lenira, Zezinho, Cleyton, Ari e as crianças.

Aos componentes da minha banca de qualificação, Azilde e Zacarias pelas contribuições na fase final do trabalho e, especialmente, à professora Olinda, que atendeu meus pedidos mesmo nas adversidades.

Aos professores Azilde Andreotti, Sérgio Castanho e Zezo, por comporem minha banca de defesa depois de tantos anos de convívio e aprendizado no HISTEDBR.

Ao meu orientador José Luis Sanfelice e minha co-orientadora Silvana Fernandes Lopes, pelo otimismo e compreensão quanto as minhas limitações e militância, além da orientação sincera e precisa.

Às crianças dos Primeiros Passos da Escola Municipal Terezinha de Jesus Ferreira, de Ilhabela, por mostrarem que posso ser mais do que uma pesquisadora e dar força ao final da dissertação.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelos dois anos de financiamento da pesquisa.

Aos funcionários e estudantes da graduação e pós-graduação da Faculdade de Educação e a todos e todas que aqui não foram incluídos, mas contribuíram direta ou indiretamente para que eu concluísse essa dissertação, fico grata pela disposição e camaradagem.

E finalmente, aos grandes marxistas, de hoje e de outrem, que são minha principal referência, agradeço por me acompanharem em minhas reflexões, mesmo que não saibam.

Dizeis também que destruímos as relações mais íntimas, ao substituímos a educação doméstica pela educação social.

A vossa educação não é também determinada pela sociedade? Pelas condições sociais em que educais vossos filhos, pela intervenção direta ou indireta da sociedade, por meio de vossas escolas, etc.? Os comunistas não inventaram a intromissão da sociedade na educação; apenas procuram modificar seu caráter arrancando a educação da influência da classe dominante.

(Manifesto Comunista, 2010, p.55)

Resumo

A dissertação apresentada resultou de uma pesquisa que buscou analisar a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto sob o olhar da intervenção da ditadura civil-militar em 1964. O estudo insere-se na linha de pesquisa de História das Instituições Escolares, dentro do Grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR”, do Programa de Pós-Graduação da FE/UNICAMP. A fonte primária de consulta e análise foi o Inquérito Policial Militar (IPM) aberto para averiguar atividades subversivas na Faculdade. Buscou-se interpretar porque a existência da faculdade foi considerada ameaçadora para os projetos das classes dominantes. A Faculdade de Filosofia, conhecida como FAFI, nasceu como proposta de “universidade” municipal em 1955 e iniciou suas atividades em 1957. Após inúmeras dificuldades de funcionamento foi estadualizada em 1959, sendo essa história contada por outros pesquisadores, que destacaram sua singularidade institucional. Durante o início dos anos 1960 era organizada em departamentos, com a participação dos estudantes nos órgãos colegiados e teve profícuo envolvimento de estudantes e professores com os movimentos sociais do período. Dentre esses movimentos destacam-se a Campanha em Defesa da Escola Pública, a defesa da Reforma Universitária e o Movimento de Cultura Popular, pela atuação local do Movimento Popular de Cultura (MPC) e do Grupo Universitário de Trabalho Artístico (GRUTA). No auge das práticas de difusão cultural e alfabetização, a ditadura interveio no projeto da instituição no dia 1º de abril de 1964 e professores e estudantes foram presos e processados, encerrando o ciclo de efervescência cultural. A atuação da FFCL de São José do Rio Preto na sociedade local foi restringida e esta se transformou, de fato, em um instituto isolado, carregando consigo ao longo dos anos a fama de “centro comunizador do interior paulista”. Do IPM aberto na intervenção da faculdade foram extraídos relatos, documentos e testemunhos que montam um quebra-cabeças sobre a criação da instituição e de que forma ela se articulava com os debates políticos-pedagógicos e as propostas de reformas em âmbito estadual e nacional. Ao final, dentre algumas conclusões, acredita-se que a tentativa de questionamento da realidade pela concretização de uma “práxis educativa” sendo combatida pelos grupos locais que, oportunamente, com sua aproximação das alas conservadoras da polícia e exército, decidiram colocar um fim no projeto da instituição, teria sido o principal motivo para a intervenção.

Abstract

This dissertation resulted from a survey that found analyses the history of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of São José do Rio Preto (SP) under the view of the intervention of the civil-military dictatorship in 1964. The study builds on research of the History of School Institutions, within the research group "History, Society and Education in Brazil – HISTEDBR", postgraduate program of FE/UNICAMP. The primary source of query and analysis was the Military Police Investigation (IPM) open to investigate subversive activities in college. Looking for interpret the motive the existence of the college was considered threatening to the projects of the dominants classes. The Faculty of Philosophy, known as FAFI, was born as a proposal of "university municipal" in 1955 and began operations in 1957. After numerous operating difficulties was stating in 1959, being this story told by other researchers, who highlighted its uniqueness. During the early 1960 was organized into departments, with the participation of students in collegiate organisms and had fruitful involvement of students and teachers with the social movements of the period. Among these movements include the campaign in defense of the public school, the defense of University Reform and Movement of Popular Culture, by local action of Culture Popular Movement (MPC) and University Group of Artwork (GRUTA). At the height of the cultural diffusion and literacy practices, the dictatorship intervened in the institution's project on April 1 of 1964, when teachers and students were arrested and prosecuted, ending the cycle of cultural effervescence. The performance of FFCL of São José do Rio Preto in local society has been restricted and this became, in fact, a isolated institute, carrying you over the years the reputation of "comunizator center of São Paulo". IPM open when College intervention were extracted reports, documents and testimonies that assemble a puzzle about the creation of the institution and how she connected with the political-pedagogical debates and proposals for statewide and national reforms. At the end, some conclusions, it is believed that the attempt of questioning of reality by achieving a "educative praxis" being fought by local groups that, in due course, with its conservative wing approach of the police and army, decided to put an end to the institution's project, it would have been the main reason for the intervention.

Lista de anexos

Anexo I – Fotos ilustrativas

Anexo II – Diário Oficial do Estado de São Paulo – comunicado de demissão dos professores em 9 de outubro de 1964

Anexo III – Lista com nome e origem de professores e assistentes atuantes na FAFI – 1964

Anexo IV- Termo de fé democrática do professor Casemiro dos Reis Filho

Anexo V- Documento enviado pelos professores da FAFI ao Conselho Federal de Educação sobre a Representação Paritária e a Reforma Universitária

Anexo VI – Comunicado de demissão dos professores por Raphael Grisi – 1961

Anexo VII – Informe Especial da AP – documento apreendido durante o IPM

Anexo VIII – Manifesto do CAF em repúdio à Carta de Princípios dos Governadores – 1963

Anexo IX – Cópia datilografada do caderno de Sociologia de Flávia J. Pereira – documento do IPM

Anexo X – Relatório de indiciamento do IPM realizado pelo delegado José Domingos Ferreira

Lista de Siglas

| | |
|----------------|---|
| ABDIB..... | Associação Brasileira das Indústrias de Base |
| ABE..... | Associação Brasileira de Educação |
| AP..... | Ação Popular |
| BIRD..... | Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento |
| CAF..... | Centro Acadêmico de Filosofia |
| CAPES..... | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CBP | Consórcio Brasileiro de Produtividade |
| CBPE..... | Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais |
| CEDEM..... | Centro de Documentação e Memória |
| CEE | Conselho Estadual de Educação |
| CEES | Conselho Estadual de Ensino Superior |
| CEPAL..... | Comissão Econômica para América Latina e o Caribe |
| CEPLAR..... | Campanha de Educação Popular da Paraíba |
| CGT..... | Comando Geral dos Trabalhadores |
| CIESP..... | Centro de Indústrias do Estado de São Paulo |
| CISA..... | Centro de Informações de Segurança Aeronáutica |
| CNBB..... | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CNE..... | Conselho Nacional de Educação |
| CNPq..... | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| CONCLAP..... | Conselho Nacional de Classes Produtoras |
| CONSULTEC..... | Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos |
| CONTAG..... | Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura |
| CPC | Centro Popular de Cultura |
| CRPE | Centro Regional de Pesquisas Educacionais |
| DOPS..... | Departamento de Ordem Política e Social |
| ESALQ..... | Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” |
| ESG..... | Escola Superior de Guerra |
| FAFI..... | Faculdade de Filosofia |
| FFCL..... | Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras |
| FIESP..... | Federação das Indústrias do Estado de São Paulo |
| GRUTA..... | Grupo Universitário de Trabalho Artístico (Teatro Amador) |
| IBAD..... | Instituto Brasileiro de Ação Democrática |
| IBILCE..... | Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas |
| INEP..... | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais |
| IPES..... | Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais |

| | |
|-------------|--|
| IPM | Inquérito Policial Militar |
| ISEB..... | Instituto Superior de Estudos Brasileiros |
| ITA | Instituto Tecnológico de Aeronáutica |
| JK | Juscelino Kubitchek |
| JUC | Juventude Universitária Católica |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MCP..... | Movimento de Cultura Popular |
| MEB..... | Movimento de Educação de Base |
| MEC..... | Ministério da Educação e Cultura |
| MPC..... | Movimento Popular de Cultura |
| ONU..... | Organização das Nações Unidas |
| PAI..... | Partido Acadêmico Independente |
| PCB..... | Partido Comunista Brasileiro |
| PDC..... | Partido Democrata Cristão |
| PNA..... | Plano Nacional de Alfabetização |
| POLOP..... | Organização Revolucionária Marxista Política Operária |
| PRP | Partido de Representação Popular |
| PSB..... | Partido Socialista Brasileiro |
| PSD..... | Partido Social Democrático |
| PTB..... | Partido Trabalhista Brasileiro |
| PUA..... | Pacto de Unidade e Ação |
| SBPC..... | Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência |
| SNI | Serviço Nacional de Informação |
| SSR | Serviço Social Rural |
| SUPRA..... | Superintendência para a Reforma Agrária |
| UDN..... | União Democrática Nacional |
| UEE..... | União Estadual dos Estudantes |
| UNB..... | Universidade de Brasília |
| UNE..... | União Nacional dos Estudantes |
| UNESCO..... | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| UNESP..... | Universidade do Estado de São Paulo |
| USP..... | Universidade de São Paulo |

Sumário

| | |
|--|-------|
| Introdução | p.1 |
| Sobre as fontes e a metodologia..... | p.8 |
| Capítulo 1. A intervenção na FFCL de São José do Rio Preto e o Inquérito Policial Militar: qual foi a acusação..... | p.16 |
| Capítulo 2. A história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: origem e projetos em disputa..... | p.27 |
| 2.1 – Os primeiros anos da FAFI e sua estadualização: dificuldades com a institucionalidade..... | p.46 |
| 2.2 - Um projeto de ensino superior diferenciado: perspectivas de reformas internas e externas..... | p.54 |
| Capítulo 3 – A FAFI e os movimentos sociais do período pré-regime civil militar..... | p.69 |
| 3.1 – A luta em Defesa da Escola Pública: o envolvimento da FAFI na discussão do projeto da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação..... | p.75 |
| 3.2 – A FFCL na luta pelas reformas de base e a Reforma Universitária..... | p.86 |
| 3.3 - Os movimentos de cultura e a contestação política da FAFI..... | p.96 |
| Capítulo 4 – O inquérito civil militar da Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto: paranoia transformada em repressão..... | p.105 |
| 4.1 – A Ação Popular em São José do Rio Preto: esquerda radical ou humanismo cristão?..... | p.110 |
| 4.2 – O Movimento Popular de Cultura e o GRUTA: articulação real ou aproximação de propósitos?..... | p.122 |
| 4.3 – O CAF e a defesa das reformas de base: braço da UEE e da UNE ou apenas uma organização estudantil local?..... | p.128 |
| 4.4 – A falta de discernimento entre educação crítica e educação política: professores acusados de “esquerdizar” a Faculdade..... | p.134 |

| | |
|---|-------|
| Algumas considerações e conclusões: sobram evidências, faltam misticismos..... | p.152 |
| Referências..... | p.162 |
| | |
| Anexos..... | p.166 |
| Anexo I – Fotos Ilustrativas..... | p.170 |
| Anexo II – Diário Oficial do Estado de São Paulo – comunicado de demissão dos professores em 9 de outubro de 1964..... | p.175 |
| Anexo III – Lista com nome e origem de professores e assistentes atuantes na FAFI – 1964..... | p.176 |
| Anexo IV- Termo de fé democrática do professor Casemiro dos Reis Filho..... | p.181 |
| Anexo V- Documento enviado pelos professores da FAFI ao Conselho Federal de Educação sobre a Representação Paritária e a Reforma Universitária..... | p.182 |
| Anexo VI – Comunicado de demissão dos professores por Raphael Grisi – 1961..... | p.189 |
| Anexo VII – Informe Especial da AP – documento apreendido durante o IPM..... | p.190 |
| Anexo VIII – Manifesto do CAF em repúdio à Carta de Princípios dos Governadores de 1963..... | p.197 |
| Anexo IX – Cópia datilografada do caderno de Sociologia de Flávia J. Pereira – documento do IPM..... | p.200 |
| Anexo X - Relatório de indiciamento do IPM realizado pelo delegado José Domingos Ferreira..... | p.209 |

Introdução

Este texto se propõe a resgatar a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, cidade do interior de São Paulo, sob a perspectiva da intervenção ditatorial, ocorrida em 1º de abril 1964, no dia seguinte ao golpe civil-militar. A instituição foi criada em 1955 e começou a funcionar em 1957, passando por uma estadualização em 1959 e mudando seus rumos institucionais em 1964, até tornar-se parte da UNESP, em 1976, chamando-se atualmente IBILCE. No entanto, o estudo que hora se apresenta abordará apenas sua primeira fase, até 1964, quando uma intervenção civil-militar devastou-a.

A história dessa instituição tem sido constantemente retomada por estudiosos que a caracterizam por uma singularidade histórica, diferenciando-a de outras instituições de ensino superior antes do golpe civil militar. Com uma revisão bibliográfica inicial, percebeu-se como a historiografia da educação não tem sido indiferente à história da FFCL de São José do Rio Preto. Nos vários estudos realizados, diferentes abordagens e recortes históricos foram feitos, tendo em comum a apresentação da particularidade do projeto da instituição antes da ditadura. Com perspectivas historicistas, fenomenológicas ou materialistas, algumas usando metodologia da história oral e referências ecléticas, a historiografia anterior a esta pesquisa foi examinada para se extrair as convergências e divergências a respeito dessa “particularidade” da instituição, mas principalmente, para extrair elementos que dessem base para a análise que interessava: explicar por que a FFCL de São José do Rio Preto sofreu intervenção brusca e imediata com o golpe civil-militar em 1964.

A primeira produção científica a respeito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto foi a tese de doutorado de Zuleika Aum Attab, defendida em 1973, na qual se relatam os primeiros anos da instituição em sua experiência de “Reforma Universitária”. Attab ressaltou a diferenciada organização da Faculdade no final dos anos 1950 e início dos 1960, frente aos projetos tradicionais de instituições de ensino superior existentes: organização em departamentos, participação paritária do corpo acadêmico nos espaços organizativos e deliberativos, professores críticos e que se relacionavam bem com os estudantes. Na tese, Attab diz que pretende trazer à luz o que ela chama de “reforma universitária interna”, sob uma perspectiva weberiana. Este texto foi republicado em 2012, por circunstância do aniversário de 55

anos da instituição, que hoje se constitui no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), campus da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP) de São José do Rio Preto¹.

A segunda autora a contribuir para a história da FFCL de São José do Rio Preto foi Nilce Aparecida Lodi, catedrática em Filosofia e História da Educação da instituição estudada e substituta do professor Casemiro dos Reis Filho, na ocasião da demissão deste em 1964. Em uma revista interna chamada *Sapere Aude* (1975-1977) publicou uma série de documentos “inéditos” e dados estatísticos sistematizados sobre os primeiros anos de existência da instituição. Estas publicações serviram a outros pesquisadores como base concreta para aprofundarem seus estudos a respeito dos primeiros anos da FFCL, inclusive para esta pesquisa. Embora não tenha produzido tese ou dissertação específica sobre o tema, Lodi é uma das fontes mais citadas pelos trabalhos.

Newton Ramos de Oliveira tem o trabalho mais expressivo produzido sobre a FFCL. Em sua dissertação de mestrado, concluída em 1989, descreveu a experiência da FFCL antes do golpe civil-militar de 1964. O autor contou com detalhes a história da instituição, na qual foi estudante e professor atuante e traz, em anexo, documentos importantes para elucidar sua argumentação. Afirma que “a classe dominante local pretendia formar estudiosos tradicionais e adaptados ao sistema, capazes de atuar com neutralidade acadêmica”. Ao invés disso, tiveram que enfrentar um instituto no qual se reuniram professores recém-formados na USP, que se mantinham orientados por ideias iluministas, “modernas demais” para a mentalidade provinciana da cidade e que fizeram do projeto para os cursos de Pedagogia e Letras, exemplos de inovação para a época. Adotando como símbolo o lema *Sapere Aude*, advindo de Kant ², a Faculdade de Filosofia cultivava, de acordo com o autor, “um pensamento atualizado, envolvendo práxis coletiva institucionalizada e um ágil e democrático sistema departamental.” (OLIVEIRA, 1989).

¹ A Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto era particularmente chamada de FAFI em seus anos iniciais. Em 1968 foi criado o curso de Matemática e em 1969, o de Licenciatura em Ciências. Quando a Faculdade foi integrada a outros Institutos Isolados como Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP, em 1976, foi extinto o curso de Pedagogia e o curso de História Natural passou ser Ciências Biológicas. A faculdade passou a chamar-se Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE), como é conhecido até hoje. O curso de Pedagogia só voltou a existir no campi da UNESP de São José de Rio Preto em 2006.

² *Sapere Aude* significa “ouse saber”. Da obra em resposta a pergunta “ O que é Esclarecimento?, de Immanuel Kant: “*Sapere aude! Tenha coragem de fazer uso do seu próprio entendimento!*”

Um dos episódios mais marcantes descritos por Oliveira foi também citado por outros autores da história da educação em seus escritos: a participação de professores e estudantes na Campanha em Defesa da Escola Pública, por ocasião dos debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB/1961). Essa ocorrência foi também citada por Paulo Duarte, em entrevista para a Revista Anhembi (SAVIANI, 2003), na qual teria louvado o posicionamento da Faculdade diante do “*mutismo da congregação da FFCL da USP*” à campanha. Além do envolvimento na Campanha, Oliveira destacou a adesão da instituição ao Projeto Nacional de Alfabetização, com a realização de programas de alfabetização pelo Movimento Popular de Cultura (MPC) com os trabalhadores rurais da região e a realização de apresentações artísticas pelo Grupo Universitário de Teatro Amador (GRUTA). Discutindo questões políticas e sociais do período e contribuindo para o debate da Reforma Universitária, a instituição teria chamado a atenção para si e despertado diferentes reações locais e nacionais. Oliveira não abordou de forma aprofundada a intervenção de 1964, mas ofereceu documentos e análises contundentes a respeito do teor do projeto da instituição.

José Vaidergorn concluiu em 1995 sua tese “As Seis Irmãs: as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras – Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado de São Paulo (1957-1964)”, na qual fez uma completa descrição sobre o surgimento dos Institutos Isolados do Ensino Superior Paulista, ressaltando a diferenciação da FFCL de São José do Rio Preto no processo de instalação das faculdades, que viriam compor mais tarde a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Dá devida atenção ao golpe militar em abril de 1964, quando as FFCLs paulistas foram atingidas por demissões e prisões de docentes e estudantes, colocando a especificidade da FFCL de São José do Rio Preto dentro de um contexto de repressão estadual. A perseguição política aos grupos politizados e críticos se deu em todas instituições de ensino superior brasileiras, durante todo período ditatorial, mas se acirrou a partir de 1968, após o Ato Institucional no.5.

Nos anos seguintes, outras pesquisas a respeito dos institutos isolados também foram produzidas. Castro (2006) publicou artigo com uma síntese sobre esses estudos abrangendo os trabalhos acima relatados. A autora expõe ainda os estudos de Beatriz Westin de Cerqueira Leite (1997) e de Márcia Regina Tosta Dias (2004), que tratam das especificidades do processo geral de criação, instalação e funcionamento dos institutos isolados de ensino superior do estado de São

Paulo, que se aglutinaram em 1976. Estes trabalhos não foram explorados por se tratarem de estudos sobre as instituições após o recorte histórico escolhido para essa pesquisa e incluíam informações superficiais sobre a criação e história da FFCL de São José do Rio Preto.

Uma pesquisa específica e mais recente sobre a FFCL de Rio Preto é a dissertação de Maria A. B. V. Amorim, concluída em 2009. A autora resgatou a memória da faculdade organizando uma narrativa da experiência da instituição e fazendo uma articulação histórica com entrevistas de alguns dos professores que atuaram na época. Professores demitidos ainda vivos, como Orestes Nigro e Franz W. Heimer, relataram detalhes dos acontecimentos na circunstância do golpe civil militar e quais teriam sido os impactos em suas vidas e de colegas. Um dos diferenciais dessa dissertação seria um levantamento de obras a respeito do período pós-golpe que se relacionariam com o contexto vivenciado pela FFCL, mas ao afirmar sua opção por abordagem no campo da história oral, Amorim manteve sua pesquisa histórica com um ponto de vista mais narrativo e subjetivo. Apesar de ser uma contribuição como compilação e sistematização de experiências pessoais, a dissertação se configurou numa abordagem menos sintética e mais descritiva, dando mais importância aos sujeitos sociais e menos às relações que determinaram a intervenção na instituição.

Em 2009 foi criado um museu virtual no qual tem se compilado informações, fotos, notícias de jornais, depoimentos e alguns projetos para resgatar a história e a memória da Faculdade têm sido fomentados. Além disso, estudos atuais dos estudantes e professores da área de História da Educação, do curso de Pedagogia e Letras da UNESP de São José do Rio Preto, seguem na tentativa de aprofundar determinados aspectos dos protagonistas da experiência da Faculdade no período anterior ao golpe – CAF, GRUTA, Wilson Cantoni, e desmistificar outros, restritos à memória local. O grupo de pesquisas orientado pela professora do IBILCE Silvana Fernandes Lopes, tem elaborado trabalhos sobre o “perfil” dos alunos e professores da Pedagogia que ingressaram no período de 1957 a 1964, procurando verificar a originalidade ou não do projeto da FFCL de São José do Rio Preto e fazendo um recorte sob dois aspectos: a organização em departamentos (ainda em 1957) e a representação estudantil. Outros estudos, ainda em fase de elaboração, abordam as atividades formativas organizadas pelo Centro Acadêmico de Filosofia (CAF) na época, o envolvimento de estudantes com o Movimento de Cultura Popular (MCP) e

um terceiro se direciona para as relações entre a FFCL e a cidade, utilizando os jornais da época e entrevistas com as pedagogas formadas da primeira turma do curso de Pedagogia.

Este trabalho foi convidado a somar-se a esses estudos e contribuir para a historiografia sobre a instituição, explorando, principalmente, as causas da intervenção ditatorial na FFCL de São José do Rio Preto, pois em 2012 a antiga “FAFI” completou 55 anos de existência e 2014 marcará 50 anos do golpe civil-militar, data determinante para os rumos da instituição. Acredita-se que, para além de explicar o caso de São José do Rio Preto, conseqüentemente, as conclusões dessa dissertação possam contribuir para a discussão sobre os motivos pelos quais se deram as intervenções em outras instituições de ensino superior no país.

Além da aproximação do “aniversário” do golpe, esse período histórico tem sido atualmente alvo de novas investigações, devido às recentes autorizações oficiais de abertura dos arquivos, assim como a criação de comissões que averiguam a história³ de grupos políticos e indivíduos envolvidos nos conflitos contra o regime civil-militar, principalmente os desaparecidos, torturados e mortos. Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente a partir do mandato de Dilma Roussef, ex-guerrilheira durante a ditadura, tem se comprometido a averiguar as injustiças cometidas pelo Estado brasileiro ao longo de décadas de perseguição política, repressão e tortura. Foi essa abertura que permitiu que se acessasse a documentação que foi base para análise desse estudo: o Inquérito Policial Militar (IPM), levado a efeito por circunstância da intervenção da FFCL de São José do Rio Preto, a partir de 1º de abril de 1964. Esta documentação foi disponibilizada pelo grupo de História e Política Educacional da UNESP de São José do Rio Preto, coordenado pela professora Silvana Lopes. A professora

³ Desde a Lei da Anistia em 1979, os familiares e amigos dos desaparecidos e assassinados durante a ditadura civil militar (1964-1985) lutam pela abertura dos arquivos referentes ao período. Alguns dos documentos começaram a ser disponibilizados em arquivos públicos para consulta, mas muitos daqueles referentes a prisões e torturas continuam sob a guarda dos militares e protegidos por leis de sigilo com argumento de proteção da “segurança nacional”. Recentemente foi instalada pela presidente Dilma Roussef a “Comissão da Verdade”, prevista em lei desde 2011, que abrangem o período de 1946 a 1988, para “examinar” as ocorrências de violação dos direitos humanos nesse período. Informações sobre a comissão podem ser encontradas no site: <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/CartilhaComissaodaVerdade-NucleoMemoria.pdf>. Outras comissões também foram previstas para mais seis estados, sendo que São Paulo e Pernambuco já tem autorização oficial para instalar. Recentemente, declarou-se a necessidade de se criar também uma Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo. Um projeto do Ministério Público Federal junto aos anistiados também tem reunido documentos que resgatam a história do período. Os documentos estão sendo digitalizados e disponibilizados no site <http://bnmdigital.mpf.mp.br#!/bnm-historia>

conseguiu digitalizar cópia do processo em 2009, nos arquivos do Superior Tribunal Militar, além de uma cópia que já existia na universidade desde 1997.

Acredita-se que o acesso a informações não disponíveis antes poderá permitir que se conheçam novos elementos que contribuam para o entendimento de determinações que mudaram o curso da FFCL de São José do Rio Preto, assim como do ensino superior brasileiro, culminando na construção de um projeto privatizante para a educação brasileira ⁴. Busca-se, principalmente, responder *por que o projeto da FFCL de São José do Rio Preto seria tão ameaçador para a ordem vigente, a ponto da instituição ter sido praticamente desmontada em 1964, imediatamente após a instalação do regime ditatorial?*.

Ao olhar para a história da FFCL de São José do Rio Preto, não pairam dúvidas sobre a importância do estudo das instituições escolares no campo da História da Educação. Fruto de inúmeras determinações, próprias do tempo histórico no qual estava inserida, a FAFI, como era conhecida na época, traz em seu projeto a expressão da disputa entre classes antagônicas. Apesar de produzir e reproduzir as condições econômicas, sociais e culturais dominantes, assim como outras instituições de ensino superior, tornou-se palco de contradições e contestações à condição vigente, influenciando na construção de novas mentalidades ou na manutenção de velhas ideologias, agindo conjuntamente com movimentos sociais ou auxiliando em sua desqualificação, dando base científica e fomentando as diversas formas de exploração no capitalismo, assim como o criticando e combatendo-o no campo intelectual.

Justifica-se, portanto, a relevância desse estudo porque na história da Faculdade de Filosofia (FAFI) de São José do Rio Preto, expõe-se a discussão sobre a relação dos projetos políticos e pedagógicos de instituições brasileiras de ensino superior frente às necessidades da classe trabalhadora. Em seu início, a FAFI foi reduto de professores e estudantes que se preocupavam em construir seu conhecimento de forma crítica, pensando na pedagogia não apenas como produto do sistema produtivo, mas como instrumento de contraposição às injustiças sociais e culturais.

Tomando-se a particularidade da experiência da FFCL de São José do Rio Preto, dentro da transição política de uma dinâmica contestatória à ordem vigente, presente nos movimentos

⁴ Essa crítica a respeito da construção de um projeto privatista para o ensino superior brasileiro pode ser encontrada em Germano, 2011; Minto, 2007.

sociais e educacionais do início dos anos 1960, busca-se além de resgatar sua “singularidade” dentro da história das instituições brasileiras de ensino superior, situar sua condição dentro do panorama da transição para o período ditatorial, quando a intelectualidade deixou de ter protagonismo no ensino e na pesquisa. Faz-se necessário, na atualidade, expor a materialidade das tentativas de superação de aspectos históricos das instituições burguesas e avaliar quais teriam sido os elementos reformadores e/ou revolucionários, nas experiências sepultadas pelas ações autoritárias do Estado brasileiro.

Cabe lembrar, como indica Florestan Fernandes (1975, p.10-11), que as respostas para novas indagações frente ao processo de reformas sucessivas que se deram no ensino superior do regime militar, encontrar-se-iam “nas ideias e soluções que foram condenadas como subversivas”, como é o caso da experiência vivida na FFCL de São José do Rio Preto no início dos anos 1960. Apesar de uma “transição lenta e gradual” para um “Estado democrático” e mais de 25 anos depois do término do regime, o Brasil ainda não conseguiu equacionar alguns problemas como o elitismo e conservadorismo nas relações interinstitucionais no ensino superior e vigoram, cada vez mais, a burocratização e o produtivismo no meio acadêmico, sejam estas instituições estatais ou particulares.

Buscou-se, portanto, estudar a história da FFCL de São José do Rio Preto nos seus sete primeiros anos de existência, através do levantamento de fontes históricas relevantes e a partir do momento no qual o projeto institucional foi interrompido com a instauração de um processo criminal contra seus protagonistas. Reconstruir a história dessa instituição articulando fontes já utilizadas com outras inéditas permitiu expor de forma mais detalhada determinados conflitos de interesses entre as classes que a disputavam e explicar mais claramente quais teriam sido os motivos reais para se alterar seu rumo.

Quando se iniciou essa pesquisa, pairavam várias dúvidas e mistificações a respeito da repressão sofrida pela FFCL de São José do Rio Preto. Perguntava-se: porque esta teria sido a primeira instituição de ensino superior a sofrer intervenção das forças militares? Por que alguns professores e estudantes foram presos e tiveram seus futuros completamente desviados? Quais teriam sido as forças externas e internas a FFCL que determinaram as acusações de subversão e os motivos pelos quais isso aconteceu? Como foi o cenário repressivo em relação ao que

aconteceu às demais instituições de ensino superior no estado e no país? A faculdade foi mesmo centro irradiador do comunismo?

Amorim (2009) tinha essas mesmas questões em mente, logo que entrou em contato com as informações e fontes disponíveis sobre a FFCL de São José do Rio Preto. Mas a opção metodológica da autora para responder às indagações a respeito do processo de intervenção baseou-se no recolhimento da história oral de alguns dos protagonistas da situação, algo que será nesse texto secundarizado em favor das determinações objetivas do período histórico estudado.

Sobre as fontes e a metodologia

*(...) O pesquisador estuda e reconstrói o passado numa perspectiva cultural de valores atuais e assim avalia pessoas e instituições. Ele elabora uma síntese original entre o nível **ênico** e o nível **ético**, isto é, mesmo distinguindo o que pensavam e faziam as pessoas em seu tempo, do que pensam e fazem as pessoas hoje, o pesquisador pode deixar de realizar uma integração entre os dois níveis, por isso, o pesquisador de uma instituição, na verdade, cria uma realidade totalmente original, quase uma “ficção”, melhor dizendo, cria uma obra de arte, rica de sentidos.*

Esta obra, porém, não é uma construção arbitrária, menos ainda uma mentira, pois tem as fontes como base, tampouco uma reprodução mecânica de algo que está fora dele. É uma obra de cultura enraizada, de um lado, em fontes e valores do passado e, de outro, em valores do presente em defesa de um projeto social. (Nosella e Buffa, 2009, p.72)

O trabalho que ora se apresenta pretende tornar-se uma “obra de cultura”, assim como se referem Nosella e Buffa, realizando-se a partir da análise de fontes primárias e secundárias disponibilizadas pelo grupo de História e Política Educacional Brasileira da UNESP de São José do Rio Preto, assim como de outros arquivos e acervos pessoais de professores. Tratou-se de realizar o levantamento, leitura e sistematização de documentos institucionais: atas de departamentos e entidades, regimentos, processos e portarias internas, manifestos e legislação vigente no período, publicações, além de registros pessoais dos professores e de entidades

estudantis. Inúmeros documentos foram consultados na Seção de Comunicações do IBILCE, arquivo institucional “vivo” do campus da UNESP em São José do Rio Preto, assim como foi analisada praticamente toda bibliografia referente ao tema (teses, dissertações, artigos acadêmicos e jornalísticos).

Mas a documentação principal foi o Inquérito Policial Militar (IPM), aberto por circunstância da instalação do regime civil-militar, no qual foram indiciados professores e estudantes da FFCL, a partir de 1º de abril de 1964.

Essa dissertação constituiu-se como um desafio pela grande quantidade de documentos a serem analisados dentro de um curto período de tempo. Ao realizar o levantamento das fontes disponíveis sobre o período, constatou-se um número significativo nos seguintes acervos: Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Edgar Louhenroth, Seção de Comunicações do IBILCE e arquivos pessoais de professores. Outras dificuldades encontradas no processo de levantamento e registro de fontes foram a desorganização e condições precárias de higiene do arquivo da Sessão de Comunicações da UNESP. Foram feitas cerca de dez visitas ao arquivo, sendo algumas delas destinadas mais a organizar e a buscar documentos dispersos do que realmente para leitura e verificação de informações. Por uma questão de tempo para análise, decidiu-se utilizar prioritariamente o IPM como fonte primária, deixando as demais fontes secundárias para complementação de informações. Apenas o IPM contem mais de 2000 páginas, sendo constituído por peças, relatórios, autos e documentos organizados de acordo com uma lógica legal e jurídica, da qual não se detinha conhecimento técnico para análise. Analisou-se, portanto, as informações condizentes com as perguntas e relações históricas que considerou-se relevante no corpo do processo, como um todo.

Verificou-se que os Inquéritos Policiais Militares foram instrumentos criminais existentes antes de 1964 e previstos no Código de Justiça Militar, abertos com a finalidade de se instalar um processo sumário, onde os envolvidos eram indiciados por atividades ilícitas, sem direito a defesa, e julgados em um curto período. Existentes desde a ditadura varguista, esses inquéritos funcionavam como dispositivos de perseguição política, principalmente contra os comunistas. Com a instalação do regime civil-militar de 1964, os IPMs foram indiscriminadamente utilizados pela Justiça Militar como estratégicos no “controle das áreas políticas, militares e psicossociais”.

Wanderley (2009, p.8) afirma que essa estratégia foi denominada “Operação Limpeza”, que funcionando por tempo limitado, agiria como mecanismo de controle social até que o Estado militar se institucionalizasse de fato. A autora ainda completa:

O decreto-lei n.53.897 de 27 de abril de 1964 regulamentava os IPMs previstos pelo primeiro ato institucional. Estes inquéritos constituíram um mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do inimigo interno, tornando-se uma fonte de poder de fato para o grupo de militares designados para chefiar e coordenar suas investigações. (Wanderley, 2009, p.8-9)

Os IPMs têm sido fontes históricas recentemente descobertas e pouco explorados, pois sua disponibilização para consultas estava restrita até os anos 1990. Controlados pelo Superior Tribunal Militar, alguns processos ainda pairam como sigilosos, mesmo com as recentes aberturas dos arquivos promovidas por legislação do Executivo. Sabe-se que em todos os estados brasileiros foram realizados IPMs, e aqueles que não foram destruídos, continuam resguardando grande quantidade de documentos que expõem as feridas do atrelamento do Executivo militarizado com o Judiciário.

De acordo com Scocuglia (2006, p.3-4), estas fontes seriam importantes para se reconstruir a história do regime civil-militar, pois explicitariam “a fúria legalista dos golpistas no poder”, buscando “demonstrar e justificar as acusações contra parlamentares, estudantes, professores, jornalistas, comunistas, religiosos, advogados, agricultores, políticos, etc como inimigos da pátria condenáveis por suas opiniões, escritos, trabalhos, pregações, livros e propostas”.

Em pesquisa sobre a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) na Paraíba, Scocuglia utilizou-se também do IPM como fonte, comparando seus documentos com outras existentes (depoimentos, artigos jornalísticos, fontes orais e escritas, públicas e privadas). Em seu estudo certificou serem esses acervos importantes para vislumbrar-se a criminalização de agentes e militantes de organizações populares, mesmo que não tivessem qualquer vínculo com o comunismo, ou inclusive, fossem avessos às ideias e práticas comunistas. Configurando-se em processos arbitrários, que contavam também com a oposição de alguns juristas, os IPMs foram instrumentos legais práticos para reprimir e suspender qualquer atividade política civil.

O IPM no. 183/64 é o processo criminal no qual se insere a “sindicância” da FFCL de São José do Rio Preto, junto a outras três, que se iniciaram logo que os militares tomaram o poder.⁵ Depois de algum tempo, o processo ganhou status próprio, separando-se dos demais. O processo oferece uma compilação de documentos, peças e depoimentos, dentro de um contexto de caça àqueles chamados pelos militares “inimigos da ordem democrática”. Foram apreendidos jornais, cartas, pastas, livros, panfletos, boletins, manifestos, todo o material existente nas sedes das entidades estudantis, o Centro Acadêmico de Filosofia (CAF) e no Movimento Popular de Cultura (MPC), além da casa do professor Franz W. Heimer e no pensionato onde moravam estudantes, que participavam do MPC. Da apreensão de documentos na casa do professor Heimer, apresentam-se correspondências, planejamentos, orientações e textos bases para a constituição da Ação Popular (AP) no Brasil, principalmente, indicando suas orientações políticas e filosóficas para a construção da organização política.

Amorim (2007), apesar de citar a fonte em sua dissertação, não desenvolveu nenhuma de suas análises com base nessa documentação. Coube a este estudo acrescentar novos elementos à história da FAFI, diante do acesso ao IPM. Seguiu-se com o propósito de utilizar o processo como fonte primária para dar uma nova leitura à história da FAFI, a partir das questões referentes ao(s) motivo(s) da intervenção acontecer tão imediatamente na Faculdade e quais teriam sido seus desdobramentos. Pretendia-se avançar nas respostas a respeito do envolvimento de alguns professores nas atividades políticas e culturais no período pré-golpe e levantar as determinações políticas, sociais, econômicas e culturais gerais ao invés de explorar apenas as situações e conflitos vivenciados pela comunidade da FFCL em São José do Rio Preto. Ainda que se saiba que os conflitos internos não deviam ser desprezados, buscou-se articular o particular com o geral.

Para tanto, procurou-se analisar com cuidado os depoimentos e informações sustentadas no IPM para provar quais seriam as atividades que teriam colocado docentes e estudantes da

⁵ No processo, um dos juízes se refere a outras três sindicâncias que compunham o IPM de São José do Rio Preto, mas não refere quais eram essas sindicâncias. Apenas destaca o processo criminal referente à Faculdade que deveria ser unificado ao movido apenas contra o professor Heimer. (IPM, v.5, parte 252, p.4-5). A informação está mais clara no relatório do delegado Tácito Pinheiro, no vol.2, p.537-540, onde ele indica as seguintes sindicâncias componentes do IPM de São José do Rio Preto: “apuração dos movimentos subversivos no município, atividades da SUPRA, apuração do comportamento político dos três vereadores cassados e atividades subversivas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto”.

FFCL dentro do rol de políticos subversivos e componentes de organizações, articuladas com o comunismo internacional. Buscou-se, portanto, mediante a indicação de relatório de indiciamento realizado pelo delegado de polícia, José Domingos Ferreira, as páginas das declarações e dos documentos que podiam comprometer os acusados. A partir disso, construiu-se um enredo entre as fontes primárias e secundárias, a fim de se evidenciar questões não abordadas até então.

Outro desafio imposto foi não perder o foco do estudo: a instituição. Com a sedução de fontes pouco exploradas e ricas em detalhes, sobre os sujeitos e situações ocorridas num tempo histórico remoto, facilmente corria-se o risco de perder-se nos detalhes e peculiaridades discursivas. Nosella e Buffa (2009) serviram, então, como orientação constante para nortear as motivações da pesquisa e atentar para as categorias de análise importantes no estudo das instituições escolares:

(...) contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual, vida escolar, o edifício: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; eventos (...) (Nosella e Buffa, 2009, p.18)

O IPM, fonte histórica utilizada neste estudo, foi abordado também numa série de reportagens chamada “Dossiê Ditadura – 40 anos”, publicadas pelo jornal de São José do Rio Preto, Diário da Região, em 2004. Nelas foram citadas informações do IPM, sendo expostas várias situações e casos de delação e perseguição a rio-pretenses que fossem considerados “esquerdistas” e/ou comunistas durante o regime. No jornal relatou-se que existia um clima de “caça às bruxas”, quando qualquer motivo, fosse de desentendimento pessoal, fosse de manifestação crítica às condições sociais vividas, era passível de denúncia e prisão por subversão. Na reportagem do dia 31 de março, escrita por Júlio César Garcia, além de contar situações de delação nas quais estariam envolvidos o professor Daud Jorge Simão e a estudante Yvonne de Moura Campos de Almeida, relata como se deram os interrogatórios do estudante Pedro Bonilha Regueira. Além disso, há uma sessão específica para falar a respeito da intervenção na FFCL de São José do Rio Preto e de sua repercussão na capital - o jornal Última Hora publicou uma série de notícias com o título “Lições de Abril em São José do Rio Preto”, nas quais uma delas

comentava o impacto causado à instituição depois da demissão dos professores e das perseguições ao “grêmio” e estudantes, culminando na sua direção por um juiz da comarca da cidade.

Alguns dos documentos do processo da ditadura também foram expostos na reportagem “Rio Preto Fichada”, publicada pelo jornal Diário da Região em 12 de agosto de 2007. Nessa reportagem foi traçado um panorama dos perseguidos políticos pela ditadura: professores e estudantes da FAFI, profissionais liberais, operários e autoridades parlamentares que foram indiciados e presos para averiguações.

Na lista do Deops constam ainda os nomes dos três vereadores cassados na ocasião – Armando Casseb, Benedito Rodrigues Lisbôa e José Eduardo do Espírito Santo - além dos seguintes professores universitários que foram investigados por práticas revolucionárias: Orestes Nigro, Joacyr Badaró, José Aluysio Reis de Andrade, João Jorge da Cunha, Casemiro dos Reis Filho, Ary Neves da Silva, Pedro Bonilha Regueira, Newton Ramos de Oliveira, Lelia Rodrigues Banozzi, José de Arruda Penteado, Mary Amazonas Leite de Barros, Hélio Leite de Barros e Maurício Tragtemberg. As investigações do Deops na FAFI começaram após manifestação de solidariedade e integral apoio ao regime feito pelos professores Celso Mourão, Fahad Arid, Luiz Dino Vizotto, Samir Barcha, entre outros. Em comunicado publicado na capa do Diário no dia 7 de abril de 1964, os professores manifestam pesar pelas atividades ilegais de professores da faculdade e solicitam rigoroso inquérito para apurar eventuais responsabilidades dos subversivos. (Rodrigo Lima, Diário da Região, 12 de agosto de 2007).

Mais recentemente, em 8 de julho de 2012, foi publicado novamente no Diário da Região um Suplemento Especial, intitulado “Dossiê Ditadura”. Nas doze páginas do caderno são descritos todos os processos persecutórios pelos quais passaram intelectuais, estudantes, políticos e trabalhadores da região durante a ditadura. Em página central, expõe trechos do IPM aberto para investigar a FFCL de São José do Rio Preto, como foi o processo de delação e quem foram os principais atingidos. A reportagem traz elementos novos, como os documentos do SNI (Sistema Nacional de Informação), que estariam sendo abertos aos poucos. Com eles obtiveram acesso a informações, pelo Arquivo Nacional, de que as atividades “subversivas” na FFCL continuaram sendo investigadas mesmo depois da demissão dos professores. Em 1969, em documentos do Exército, consideravam a FFCL ainda como “o maior centro comunizador da região” e no CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), indicava-se em 1966,

que os estudantes mais antigos, que haviam tido contato com os professores exonerados, defendiam e lutavam para defender as ideias da esquerda.

Essas reportagens mostram o quanto o tema da intervenção na FFCL de São José do Rio Preto é atual e exige ser explorado e aprofundado. Nessa pesquisa, busca-se cumprir com parte dessa tarefa, que se considera extensa para apenas uma dissertação. Realiza-se pela importância de se resgatar a história da educação articulada com as necessidades do tempo histórico atual, pois uma das formas da educação contribuir para a luta contra os projetos hegemônicos é devolvendo às classes exploradas a história que ela construiu, para assim, conseqüentemente, ter condições de superá-la.

O texto que se segue está dividido em quatro capítulos: no primeiro, chamado *A intervenção na FFCL de São José do Rio Preto e o Inquérito Policial Militar: qual foi a acusação?*, coloca-se a questão principal do estudo e expõe a fonte primária da pesquisa, evidenciando a investigação criminal promovida pelos militares entre os anos de 1964 e 1970.

O segundo capítulo é um resgate da história da instituição desde a sua criação até o período mais crítico, no qual foi substituído o primeiro diretor da Faculdade. Com o título *A história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: origem e projetos em disputa*, tem-se como objetivo resgatar quais teriam sido os principais debates internos e externos que balizaram a construção do projeto político pedagógico da instituição, que se considerava diferenciado dentro do contexto do ensino superior da época.

O terceiro capítulo intitulado *A FAFI e os movimentos sociais do período pré-regime civil militar*, segue com o relato do contexto anterior ao golpe civil militar, quando a instituição se projetava em âmbito nacional, se integrando aos principais movimentos populares e educacionais do período. Com destaque para o envolvimento nos debates sobre as reformas de base, principalmente a Reforma Universitária, ao projeto da Lei de Diretrizes e Bases Educacionais e os movimentos de promoção de alfabetização e cultura popular.

O quarto capítulo chamado *O inquérito civil militar da Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto: paranoia transformada em repressão*, fecha o ciclo de análise sobre a história da instituição e os motivos de sua intervenção. Nele tratam-se das questões específicas exploradas no inquérito policial militar e se busca expor a forma como foram investigados os professores. Além disso, expõem-se o que os testemunhos e depoimentos tinham de convergente

com as questões colocadas nos capítulos anteriores e principalmente, explorou-se detalhes da documentação apreendida, que se configura como parte mais rica do corpo documental sobre o período histórico e sobre como, realmente, funcionavam os movimentos nos quais se envolveram estudantes e professores da FFCL de São José do Rio Preto.

Conclui-se o texto com *Algumas considerações e conclusões: sobram evidências, faltam misticismos* e alguns anexos, que ilustram a riqueza de conteúdos e referências históricas contidas nas fontes analisadas.

Capítulo 1. A intervenção na FFCL de São José do Rio Preto e o Inquérito Policial Militar: qual foi a acusação?

O regime civil militar impôs-se ao Brasil na madrugada do dia 31 de março de 1964, sendo denominado pelos seus protagonistas de “revolução”. As tropas militares de Minas Gerais se mobilizaram, deslocando-se para o Rio de Janeiro, para garantir que não houvesse resposta. No Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, esboçaram-se respostas de alas militares e políticas contra o golpe, mas sem reação civil ou mesmo de orientação governamental. No dia 1º de abril já se instalava o novo regime e a TV e o rádio logo noticiaram que o presidente João Goulart havia rumado para o exílio no Uruguai, assumindo provisoriamente o governo o vice Ranieri Mazilli. Três dias após o golpe, o governo dos EUA anunciava seu apoio ao regime e em 11 de abril, o Congresso Nacional forjou a eleição do Marechal Castelo Branco para a Presidência da República.

Logo, a Junta Militar começou a ajustar o Estado de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional e em 9 de abril baixou o primeiro ato institucional dentre tantos que viriam. De acordo com o Ato Institucional n.1, distanciado o governo que pretendia “bolchevizar o país”, as forças armadas responsabilizavam-se por realizar as eleições para a presidência, subordinando os poderes do Congresso Nacional à presidência e mantendo-se a Constituição Federal de 1946. O AI -1 previa também a suspensão por pelo menos seis meses dos direitos constitucionais de estabilidade e vitaliciedade, ou seja, oficializava as demissões e aposentadorias em quaisquer cargos públicos ou militares para aqueles que julgassem ameaçadores à “segurança do País, ao regime democrático e a probidade da administração pública”⁶. A lei possibilitava também a abertura de inquéritos para os crimes “contra o Estado ou de seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária”, a suspensão de direitos políticos por dez anos e cassação de mandatos, entrando em vigor no dia 9 de abril de 1964 até janeiro de 1966, quando assumisse o novo presidente da república que seria eleito em outubro de 1965.

Sentindo-se no dever de cumprir com os propósitos da instauração de uma ordem que livrasse o país da “ameaça comunista”, os militares instalaram nas instâncias governamentais e

⁶ Artigo 7º, inciso 1 do Ato Institucional no.1. Disponível em www.acervoditadura.rs.gov.br/legislaçao_2.htm.

nas instituições estatais um rígido controle quanto a qualquer manifestação de contrariedade ao novo regime. Instauraram em todo o Brasil os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e fortaleceram as divisões oficiais de investigação política (Departamentos de Ordem Política e Social – DOPS). Denúncias e delações se multiplicaram, fazendo as cadeias ficarem cheias de presos políticos, considerados “inimigos da ordem e ameaça à segurança nacional”. Os movimentos indígenas, de trabalhadores rurais, sindical e estudantil sofreram duramente com a repressão, prisão e perseguição de suas lideranças. Intelectuais e professores das instituições de ensino superior foram os primeiros alvos de acusações de subversão.

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, essa realidade foi mais precoce do que a entrada em vigor do AI-1. No dia 1º de abril de 1964, mal o regime se instaurara, a faculdade sofreu uma intervenção policial. Enquanto realizava-se uma assembleia convocada pelo Centro Acadêmico de Filosofia (CAF) para discutir se dariam apoio ao presidente deposto, João Goulart, a polícia entrou na faculdade e interrompeu suas atividades.⁷ Por denúncias feitas nesse mesmo dia, a Faculdade foi fechada, vários estudantes e professores foram detidos e deu-se início a uma sindicância levada a cabo pela Polícia Militar local, que se transformaria em mais um inquérito, dos muitos abertos nesse período da história.

O projeto da instituição, que tentava se configurar como “inovador”, foi definitivamente encerrado pela demissão do diretor João Dias da Silveira, substituído pelo juiz da 2ª Vara Criminal e interventor José de Castro Duarte. Colocando em prática todo o projeto de controle e enquadramento da instituição às leis e normas vigentes, o diretor-interventor designou desde cedo uma comissão para elaborar um novo regimento para a Faculdade. Todos os professores presos e processados foram demitidos pelo governador Adhemar de Barros, no dia 19 de maio de 1964. Outros, não processados, mas ainda ligados ao projeto pioneiro da instituição, seguiriam o mesmo destino alguns meses depois.

⁷ De acordo com depoimento de Valter Guimarães de Andrade Fogaça, secretário da Faculdade, que na madrugada do dia 1º de abril, soube por declaração em rádio, que o governador afirmara que as instituições e repartições públicas deveriam abrir normalmente no dia. Afirma que, por volta das 10hs da manhã do dia 1º de abril, enquanto os estudantes realizavam uma assembleia no auditório, o major Godoi, que era estudante de Pedagogia, teria entrado em contato com a 2ª companhia sobre o movimento dos alunos e por determinação do delegado regional, a reunião foi dissolvida imediatamente e os estudantes tiveram que sair do prédio da Faculdade. O diretor João Dias da Silveira só compareceu no dia seguinte, já acompanhado pelo delegado de polícia e teria emitido uma circular interna restringindo o funcionamento da Faculdade entre as 7hs e 18hs. (IPM, vol.1, parte 8, p.1)

Nos meses que se seguiram, até se completarem as investigações, foram detidos para averiguações os seguintes professores da FFCL de São José do Rio Preto: Franz Wilhelm Heimer, Flávio Vespasiano Di Giorgi, Casemiro dos Reis Filho, Hélio Leite de Barros, Orestes Nigro, Jacob Lebenszteyn, Newton Ramos de Oliveira, José Aluysio Reis de Andrade, Maurício Tragtemberg, João Jorge da Cunha, Joacyr Badaró, José de Arruda Penteado. Foram ainda indiciados e considerados foragidos Wilson Cantoni, Maria Edith do Amaral Garboggini, Mary Amazonas Leite de Barros, Sarah Rottemberg, Norman Maurice Potter. Foi presa junto a Heimer sua esposa, Maria de Lourdes Heimer, que não era oficialmente professora na Faculdade, mas coordenava o MPC.

Os estudantes e ex-estudantes detidos foram: Ledercy Gigante (3º ano de Pedagogia), Vlademir Moscheta (2º ano – Letras), Pedro Bonilha Regueira Filho (2º ano – Letras), Edson Guiducci, Nair dos Santos (3º ano – Letras), Nilo Sérgio Moreira Scrochio (1º ano – Pedagogia), Mary Gil Barrinuevo (2º ano – Pedagogia), Mara Ramos (3º ano de Letras), Edson Raposeiro (ex-estudante), Ruy Quirino Guimarães (ex-estudante), Grigor Vartanian (2º ano – História Natural), Cleide Ignês Polachini (2º ano de Letras), Hevelin Galvan (ex-estudante), Vera Lúcia Crivelenti (3º ano – História Natural), Yurie Tsuda (4º ano – História Natural), Maria Aparecida de Lacerda Mezzena (3º ano – História Natural), Marisa Jorge Ramos (3ºano de História Natural), Nildenir Ferreira de Carvalho (3º ano de Letras), José Murilo Farinazzo (ex-estudante), Mário Odivil Maia (ex-estudante), Yvone Spolon (3º ano de Letras), Oflaviano Martins Rodrigues (ex-estudante), Gigante, João Paulo de Oliveira Neto (2ºano de Pedagogia), Eudete Focchi (3ºano de Pedagogia), Maria de Lourdes Capua (4ºano de Pedagogia), Maria Isabel Capua (3ºano de Pedagogia), Aparecida Barcos Soler (3ºano de Pedagogia), Maria Edna Mugayar (4ºano de Pedagogia), Nilza Moreno (3º ano – Letras)

Foram interrogados como testemunhas os ex-diretores Raphael Grisi e João Dias da Silveira, os professores Daud Jorge Simão, Celso Abbade Mourão, Luiz Dino Vizotto, Giorgio de Marinis, Fahad Moisés Arid, Paulo Nogueira de Camargo (ESALQ), Edoardo Querin, Osvaldir Francisco Castro, Samir Felício Barcha, Hermione Elly Melara de Campos Bicudo, Aluísio José Gallo e Zélia Rodrigues Ramozzi; os funcionários Walter Guimarães de Andrade Fogaça (secretário), Durval Dias Barbosa, Osvaldo de Paula e Paulo Martins (motoristas), Osvaldo Correa da Rocha (almoxarife), Assay Nakagawa (eletricista). As estudantes Yvone de Moura

Campos Almeida, do 3ºano de Pedagogia, Amélia Fernandes de Souza (2ºano de Pedagogia), Chafic Balura (3ºano de Pedagogia), Érica Moreira Samdemberg (3ºano de Pedagogia), Flávia Gerônima Pereira (3ºano de Pedagogia), Zahia Cais (3ºano de Pedagogia) testemunharam “espontaneamente” (alguns levaram cadernos como provas).

De fora da faculdade entraram Laerte Paulo Fávero e Olavo Verzola Demarco, funcionários da SUPRA, Inês Hirata, funcionária do Serviço Social Rural (SSR); Ary Neves da Silva (ex-aluno), Telmo Maia (livreiro), Ethevaldo Melo de Siqueira (sindicalista bancário), Antonio Funari Filho (estudante de Direito em Ribeirão Preto), Oscar Luiz Ramos Pires (professor da Faculdade D. Pedro II), além de seis trabalhadores rurais da fazenda Nossa Senhora Aparecida, do município de Mirassol, pertencente a Olavo Fleury Filho, Foram interrogadas outras pessoas ligadas aos indiciados em alguma situação específica, fora da dinâmica da Faculdade.

Consta na página de abertura do processo e na primeira página de cada volume a seguinte referência: 2a. Região Militar – 1º Distrito Naval – 4ª Zona Aérea; 1a. Auditoria. O auditor registrado é o Doutor Milton Fiuza, o promotor do 2o. Subdistrito Doutor Henrique V. Filho e o escrivão, José Dias de Souza Netto. A denúncia foi registrada no cartório como processo No. 901, recebido no dia 11 de janeiro de 1967. A Justiça Militar coloca como acusados professores e estudantes pelos crimes previstos nos artigos 9º e 12º da lei 1.802 de Segurança Nacional, de 5 de janeiro de 1953.⁸

A autuação foi registrada após investigação iniciada em 1º de abril e concluída no dia 13 de outubro de 1964, no cartório de 1º ofício de São José do Rio Preto, depois de ter sido avaliada pela promotoria e julgada pelo Ministério Público Estadual. O processo tramitou durante anos, passando por várias instâncias, mas servindo mais como arquivo de denúncia de subversão do que punição direta para os acusados.

⁸ Art. 9º Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso.

Art. 12º,. Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência.

(Lei 1802 de 5 de janeiro de 1953, que “define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social”. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei_1.802-1953

Os registros da abertura da sindicância, mandados de busca e apreensão, seguidos de prisões, além de outros documentos dentro do processo, confirmam que ela se inicia no dia 1º de abril, imediato à instauração da ditadura civil-militar. Nas primeiras páginas do processo, consta que o Ministério Público Militar qualificava Franz Hilhelm Heimer, Maria de Lourdes Heimer, Ledericy Gigante, Flávio Vespasiano Di Giorgi, Orestes Nigro, Hélio Leite de Barros, Newton Ramos de Oliveira e Wilson Cantoni, além das seguintes informações:

Com exclusão de Ledericy Gigante, todos eles professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, neste estado, que a seguir, pelos fatos passa a expor na cidade acima referida, quando da eclosão do movimento revolucionário de 1964 e conseqüente levantamento das práticas subversivas ocorrentes no país, no seio da Faculdade de Filosofia, *fulcro de toda a vida intelectual mais elevada da região*, foram constatados fatos gravíssimos, envolvendo nomes de parte dos professores, alguns dos quais com implicação intensa. Sob as denominações de Centro Popular de Cultura - Ação Popular, Grupo Artístico de Teatro Amador (GRUTA), restaurava-se e era posto em funcionamento, quer veladamente, quer de forma meridiana, o PC (*Partido Comunista*), que, espalhando-se para as fazendas, penetrando nos ambientes rurais, levava a palavra de Moscou, disfarçada em teatro ou alfabetização de adultos. Tanto é verdade, que até mesmo *o nome dos mais conhecidos agitadores comunistas (para exemplo, Jofre Correia Neto), ora aqui, ora ali, apareciam para solidificar o planejamento*. Apreendida a documentação (apostilas, panfletos, volantes, pasquins, libretos, opúsculos, cartas) nas sedes das entidades referidas, *patenteou-se não serem elas simples veículos de cultura popular ou atividades extracurriculares da Faculdade de Filosofia*. Causou profunda impressão surgirem figuras de relevo da Igreja Católica imiscuídas com agitadores vulgares. Inocentes úteis visando o bem estar social, a redenção das massas obreiras, solidificação dos laços familiares, uniram suas atividades a dos Emissários da Internacional Comunista, sempre viva, sem perceber que solapavam a própria Família, a própria Igreja. Verifique a documentação de fls.31/32, 97/117, 470 e centenas de outras, onde do cristianismo só restou o termo e do comunismo a essência. Como já este promotor afirmou, seria extremamente útil que fosse levado aos católicos mal informados o pensamento dos comunistas a seu respeito: máquina de terraplanagem a abrir as largas estradas das correntes vermelhas, que, uma vez cumprida a missão, serão eliminadas como escória prejudicial, ou no máximo, convertidas em sucata social" (Inquérito Policial Militar, pag.2-4, v.1, grifo nosso)

Em seguida, detalharam quais seriam os papéis de cada um dos acusados: Heimer como chefe ("general") do grupo, sua esposa Maria de Lourdes como secretária do MCP, Ledericy seria "hábil comunista" que, ao lado de Newton, buscaria "jogar o camponês contra o fazendeiro", Flávio Di Giorgi seria o homem culto e inocente (teria dado palestras em sindicatos), Nigro como chefe do GRUTA - grupo de teatro que teria feito apresentações aos operários; Hélio, que "pretendia civilizar os caboclos, mas nos moldes soviéticos". Newton teria usado vários recursos

para levar suas "pregações revolucionárias" aos trabalhadores rurais e Cantoni seria confesso comunista (com uma afirmação sobre o comunismo de Cantoni ser uma convicção). Como testemunhas principais, aparecem Daud Jorge Simão, Yvone de Moura Campos Almeida, Euclides Palacani, Sebastião José da Rocha, Adelino Delamoura, Laércio Palacani, Ethevaldo de Melo Siqueira e outras Edoardo Querin, Nildenir Ferreira Carvalho, Mauro Adevil Maia, Grigor Vantanian e Casemiro dos Reis Filho.

A rescisão do contrato dos professores Franz W. Heimer, Orestes Nigro, Newton Ramos de Oliveira, João Jorge Cunha, Flávio V. Di Giorgi, Wilson Cantoni, Sarah Rottemberg e Joacyr Badaró foi feita no dia 20 de maio de 1964. O professor Maurício Tragtemberg teve seu contrato rescindido em julho de 1964. As demissões dos mesmos de seus cargos foi publicada em 9 de outubro de 1964, assinada pelo Governador Adhemar de Barros. (ANEXO II)

O processo conta com oito volumes somando 2044 páginas. No primeiro volume, além da conclusão geral do processo como uma “apresentação”, também são ordenados os primeiros documentos apreendidos nas sedes das entidades e na casa de Heimer. Em seguida, iniciam-se os depoimentos de quem foi detido imediatamente. Ainda não aparecem os nomes de Wilson Cantoni e Flávio Vespaziano Di Giorgio como autuados, e consta o nome da Maria Edith Garbogini e João Jorge da Cunha, afirmando que os professores citados acima e a estudante Ledericy Gigante estavam, através das atividades do MCP e do GRUTA “pondo em funcionamento de fato ideias, princípios e ações contidas no Partido Comunista e “incitavam diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta, pela violência”.

O segundo volume traz os principais depoimentos de indiciamento, tanto dos acusados quanto das testemunhas de acusação. Já organizado de forma linear, este volume segue com uma estratégia de investigação traçada pelo delegado inicialmente designado para cuidar do caso, Tácito Pinheiro Machado. Nessa linha de investigação, as perguntas seguem o seguinte encadeamento: qual era o movimento no qual o/a inquirido/a se inseria, se existia relação da AP com o MPC, CAF e GRUTA, qual era o envolvimento dos professores nesses movimentos, qual a perspectiva ideológica do inquirido, ao que se referiam os cartazes expostos nos murais da Faculdade e qual a relação do CAF com seus conteúdos, qual seria a linha seguida pelo CAF, quem eram as pessoas envolvidas no projeto do MCP e qual era o método de alfabetização usado, quem estava na última assembleia do CAF e quais haviam sido os encaminhamentos da mesma.

Nesse volume se encontram também os testemunhos dos trabalhadores rurais que participaram do processo de alfabetização na fazenda Nossa Senhora Aparecida, de Mirassol. Os depoimentos foram colhidos na delegacia de Neves Paulista, por outro delegado, a pedido do responsável pelo inquérito, de São José do Rio Preto. Anexados aos depoimentos destacam-se as seguintes documentações: discurso do Deputado Rubens Paiva na colação de grau da turma de 1963, Carta de Princípios do GRUTA e uma declaração do professor Orestes Nigro sobre suas atividades, um relatório cedido pela Polícia de Jaboticabal referente ao I Encontro Estadual de Cultura Popular e outros documentos da AP, notícias de jornais de episódios relevantes e uma conclusão de José Domingos Ferreira, pedindo o indiciamento apenas do professor Franz W. Heimer, feito no dia 21 de maio de 1964, junto a um relatório geral sobre o processo.

O terceiro volume contém partes importantes do processo, no qual estão reunidos documentos que testemunhas de acusação levaram até a delegacia ou que foram apreendidos nos gabinetes dos professores, como cadernos da disciplina de Wilson Cantoni, recortes de jornais e reportagens nos quais o professor Casemiro dos Reis teria discutido com Daud sobre o envolvimento político ou não de professores nas discussões do período, relatório de pesquisa sobre os movimentos da FAFI feitos sobre o “jovem radical”, por Wilson Cantoni e Zélia Rodrigues Ramozzi, além dos depoimentos de Newton Ramos de Oliveira, João Jorge da Cunha, José de Arruda Penteado e Maurício Tragtemberg. Depõem também os funcionários da Faculdade e Edoardo Querin. O terceiro volume se encerra com as qualificações de vários professores como “foragidos”.

O quarto volume se inicia com uma cópia das “principais peças dos autos de um inquérito policial” instaurado contra um militante do Partido Comunista da região de São José do Rio Preto, Francisco Sanches Nunes, conhecido como Chico Vaca. Nele há conjecturas sobre o envolvimento do professor João Jorge da Cunha com atividades militantes do PCB. O volume traz também vários documentos e livros apreendidos nas salas de Wilson Cantoni e João Jorge Cunha e um relatório da sindicância de Tácito Pinheiro, do dia 30 de junho de 1964, indiciando finalmente Flávio Vespasiano di Giorgi, Ledercy Gigante, Hélio Leite de Barros, Orestes Nigro, Mary Amazonas Leite, João Jorge Cunha, Wilson Cantoni, Maria de Lourdes Heimer, Maria Edith Garboggini, Newton Ramos de Oliveira e Franz Wilhelm Heimer.

O volume quinto inicia com cópias das principais peças do processo todo de sindicância que foram enviadas para o Conselho de Segurança Nacional em 25 de junho de 1964, no Rio de Janeiro, destinados ao Marechal Taurino de Rezende do Ministério da Guerra. O processo retorna para São José do Rio Preto em 25 de setembro de 1964, por ordem da promotoria do Ministério Público do Estado de SP. A justiça militar por ordem do Ministério Público perde a atribuição de julgamento do processo porque não lhe competia julgar os crimes por corrupção e subversão até o Ato Institucional no.2. Além disso, em avaliação do juiz da 3ª vara sobre os indiciamentos, desconsidera o de João Jorge da Cunha, pois este teria sido processado apenas por ser comunista, o que não considerava procedente. Há no final nova convocação dos indiciados para 12 de fevereiro de 1965, com a indicação de não comparecimento.

O sexto volume refere-se ao reinício da investigação, agora por atribuição da Justiça Criminal. Conferem sucessivas citações aos acusados e recursos dos mesmos realizados no decorrer de quase cinco anos. São coletados novos depoimentos e os acusados têm direito de apresentar testemunhas de defesa, por não se tratar mais de processo sumário. Em uma das avaliações do juiz que envia o processo para Rio Preto, argumentou sobre a falta de fundamentos nas acusações de que os professores estavam envolvidos com atividades comunistas. O processo seguiu tramitando até 27 de maio de 1968, com o depoimento de Wilson Cantoni e encerrou-se com um pedido de consideração de que fossem revogados todos os atos imputados pela Justiça Militar, considerando o depoimento de Cantoni como peça do processo na justiça comum.

No sétimo volume, existe o depoimento de Maria Edith do Amaral Garboggini e as testemunhas de acusação e defesa são sucessivamente citadas e notificadas para prestarem novos depoimentos. Há declarações de Daud, dos trabalhadores rurais que tinham participado das práticas de alfabetização, de funcionários da SUPRA, do padre Jarbas Brandini Dutra (defendendo Nigro e o casal Di Giorgi), encerrando com o depoimento do delegado responsável pelo início da sindicância José Domingos Ferreira. O volume se encerra com a data de 20 de setembro de 1969.

O oitavo volume resume-se à coleta de outros depoimentos e ao encerramento do processo. Surgem os testemunhos de defesa de D. Aníger Francisco Maria Melilo, bispo de Piracicaba, D. José Távora, bispo de Aracaju, do professor Antônio Candido de Melo e Souza, da USP e outras autoridades e intelectuais, referendando a idoneidade e o catolicismo dos acusados.

Em 11 de maio de 1970, a promotoria pública do Ministério Público Federal, encerra-o justificando a “extinção de punibilidade” dos acusados por estar tramitando entre a Justiça Militar e Justiça Comum há mais de cinco anos.

Estão arquivados no processo também alguns pedidos de saída para leitura em 1975, 1995 e 1996, por advogados de Tragtemberg, mas o volume e o processo no. 183/64 encerram com o pedido de guarda da direção do IBILCE em 13 de outubro de 1997, pelo então diretor Wilson Maurício Tadini. Ao se constatar, pela atividade de uma comissão criada para investigar a história da instituição por ocasião da comemoração do seu 40º aniversário, a faculdade requereu a documentação como patrimônio institucional, a qual foi concedida pelo juiz Izaac Birer, da 1ª vara criminal, em 21 de novembro de 1997. Em anotação, o juiz justifica que a concessão aconteceu após ameaça de incineração.

Consideradas as devidas limitações de veracidade quanto às informações obtidas no inquérito policial, por seu caráter de registro de investigação sob coerção, analisaram-se os depoimentos e documentos arquivados com cuidado, confrontando-os com as informações antes registradas e documentadas em outros trabalhos e registros institucionais. As páginas do processo com informações históricas mais relevantes a respeito do período e dos motivos pelos quais a FFCL de São José do Rio Preto teria sofrido a intervenção, no entanto, não seriam as que contêm depoimentos dos acusados e testemunhas, mas sim, as que expõem documentos das organizações, que foram apreendidos nas sedes do CAF e MCP e em arquivos pessoais dos professores processados. Esse material foi considerado fonte histórica privilegiada, pelo seu teor de detalhes quanto ao funcionamento e propósitos das organizações que atuavam na difusão da cultura popular e no trabalho de base com os trabalhadores, apesar de não terem sido completamente exploradas pelos limites dos propósitos do trabalho. Algumas delas são inéditas e raras, pois boa parte de documentação equivalente foi perdida ou destruída pelos próprios militantes dos movimentos que foram perseguidos e precisavam eliminar qualquer prova ou vestígios de suas ligações com as organizações de esquerda.

As páginas do processo contêm muitas informações e indicações históricas importantes a respeito da intervenção militar na FFCL de São José do Rio Preto, como também detalhes sobre o contexto histórico e as inúmeras determinações da história da instituição. Além disso, sabia-se através de depoimentos e notícias de jornal, como também pela dissertação de Oliveira (1989),

que os resultados dessa interrupção no projeto da instituição e a perseguição que se desencadeou na cidade foram determinantes para o futuro dos professores, estudantes e funcionários que nela se mantiveram ou que dela foram expurgados, ficando sob vigilância por todo o período da ditadura. Os corpos docente e discente da FFCL de São José do Rio Preto continuaram sendo considerados suspeitos de ligação com movimentos subversivos de âmbito nacional e internacional. Vários deles, com o estigma de subversivos, amargaram o exílio e/ou desemprego. Oliveira (1989, p.205) relata:

Vários professores que tem oportunidade emigram para universidades no exterior: Norman Maurice Potter e Anoar Aiex para os Estados Unidos; Franz Wilhelm Heimer para a Alemanha; Wilson Cantoni para o Chile; Elena Andreolli para Besançon, na França. Os que permanecem amargam seus “exílios brancos”. Alguns são processados pela Lei de Segurança Nacional, primeiro na Justiça comum, depois na Justiça Militar. Alguns são agasalhados por escolas superiores ou de 2º grau experimental católicas. Todos sofrem perseguições administrativas por anos e anos; alguns perderam seus cargos obtidos por concurso público no magistério estadual paulista. Os melhores alunos desde 1957 até 1967 (bastava um ano de aula com professores renovadores...) encontravam dificuldades para lecionar em universidades nos anos seguintes marcados pelo autoritarismo.” (Oliveira, 1989, p.205)⁹

As questões nas quais os investigadores tentam identificar a “influenciação ideológica comunista” são marcadas no processo com palavras datilografadas em letras maiúsculas. Nos relatos, estão frequentemente destacados os termos: reforma agrária, reformas de base, Cuba, Fidel Castro, Paulo Freire, Campanha em Defesa da Escola Pública, representação paritária, comunismo internacional, situação nacional, revolução, assembleia do CAF, além dos nomes dos envolvidos no inquérito e das instituições e organizações a ele relacionadas. Além disso, os presos eram obrigados a assinar um “Termo de Fé Democrática”, onde se comprometiam a “não promoverem qualquer manifestação de caráter político e social, devendo ainda respeitar as autoridades constituídas, não defender princípios e doutrinas extremistas, nem proclamar e pactuar com elementos que professassem tal ideologia” (ANEXO IV)

⁹ Os professores Casemiro dos Reis Filho e Flávio Vespaziano Di Giorgi, após ficarem desempregados, mudaram-se para São Paulo e foram vendedores de enciclopédias em residências, até serem acolhidos por outras escolas e pela PUC-SP em 1967, onde construíram uma carreira sólida. O professor Maurício Tragtemberg foi rejeitado por universidades, mesmo tendo passado em concurso público por ser figura “fichada”.

Mas a principal justificativa para o indiciamento dos acusados está sintetizada no relatório do delegado José Dias Ferreira (IPM, vol.2, p.537-540) e que consistiu na base para a análise e argumentação dessa pesquisa e de onde foram extraídas indicações sobre os depoimentos que foram base para a acusação. A metodologia de análise que derivou o quarto capítulo, foi orientada pelo conteúdo desse relatório, a peça mais importante do IPM e na qual se amparou a demissão dos professores da instituição. (ANEXO X)

Um dos aspectos investigados no IPM foram as circunstâncias da criação e organização da FFCL de São José do Rio Preto. As testemunhas e acusados foram inquiridos sobre o processo de construção do projeto da instituição, mas, principalmente, foram levados a expor as divergências ideológicas que teriam dado motivos para que houvesse a interrupção do mesmo. Para entender tal processo, lançou-se mão dos estudos já realizados e documentos disponíveis para elaborar um histórico da constituição da instituição, expondo os principais fatos e debates que seriam base para o desenrolar do processo criminal em questão.

Capítulo 2. A história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: origem e projetos em disputa.

Os anos 1950 no Brasil representaram tempos de ascensão de uma economia política subordinada ao capital internacional e à consolidação do projeto da burguesia nacional, ou como prefere Cunha (1983), à instalação de uma “república populista”. O projeto estatal de construção de uma “nação” foi cada vez mais defendido pelo governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1949) e, em seguida, pelo governo constitucional de Getúlio Vargas (1950-1954), chegando ao ápice durante a ideologia desenvolvimentista no governo de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1960.

Sob as determinações de uma nova organização mundial pós Segunda Guerra, quando se polarizava entre os regimes capitalista, representado pelos Estados Unidos, e socialista, representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o Estado brasileiro buscava impor-se diante das pressões econômicas e políticas internas e externas, com o argumento da necessidade de construção de uma autonomia econômica e política, mesmo dentro da dinâmica desigual do imperialismo. Frações progressistas da burguesia e organizações de esquerda defendiam que o Brasil tinha condições de superar seu subdesenvolvimento e sua dependência se levasse a cabo a proteção das empresas nacionais e não se rendesse aos ditames do capitalismo financeiro especulativo. Defendiam uma maior autonomia de produção e comercialização de produtos nacionais e o acúmulo de riquezas, que poderiam ser distribuídas, tornando o país menos desigual. A indústria nacional de base e a extração de recursos energéticos foram as áreas que mais receberam investimento (mesmo estrangeiro) no período entre os anos 1955 e 1961, além da transformação da produção agropecuária, que se modernizava com a inserção da tecnologia. O sucesso da política econômica desenvolvimentista provocou o entusiasmo de todas as classes e movimentos, que tinham bases ideológicas tanto à esquerda quanto à direita e que defendiam o nacionalismo, apesar da pressão internacional pela manutenção de acordos comerciais, principalmente, pelos Estados Unidos.

Fruto dessas transformações econômicas e do desenvolvimento capitalista no país surgiu uma organização social cada vez mais desigual: a inserção de tecnologia no campo diminuiu a oferta de trabalho e promoveu grande fluxo migratório para os centros urbanos, onde aumentava a demanda por mão-de-obra industrial e comercial, mas pouco se oferecia como estrutura de

serviços compatível com as necessidades da população. A maioria dos trabalhadores vindos do campo, ou que permanecia nele, não era alfabetizada e vivia na miséria. Estima-se que em 1950, mais de 60% da população adulta no Brasil era analfabeta. Para formar e qualificar essa massa de trabalhadores para as demandas de serviços, comércio e indústria e impulsionar o projeto de “modernização do país”, o Estado brasileiro, articulado principalmente com a burguesia industrial e financeira, ampliou um aparato educacional apropriado para a desigualdade social que se estruturava. Apesar do desenvolvimento, os movimentos sociais começaram a se organizar massivamente contra o abismo que separava campo e cidade, pobres e ricos, regiões Nordeste e Norte das regiões Sul e Sudeste.

O estado de São Paulo, desde os anos 1930, tentava recuperar sua força diante do poder federal através de sua política-econômica voltada para o investimento em melhorias infraestruturais e de serviços, além da industrialização que se acelerava. Enquanto os governos federais ainda garantiam subsídios para os cafeicultores e produtores rurais, entre os anos de 1940 e 1950, os governos de São Paulo aprimoraram a capacidade energética e viária do estado, como medidas para aumentar a produção e o escoamento de mercadorias para exportação. Esse período foi próspero para alguns centros regionais do interior, de onde saía a maior parte da mercadoria da produção agroexportadora e onde a urbanização se acelerava. A região da Alta Araraquarense, onde estava São José do Rio Preto, era um desses prósperos nichos do interior paulista.

Foi nesse período que, em São Paulo, acirrava-se a disputa pela criação de novas instituições de ensino superior, ou mesmo, por uma “descentralização da USP”. As classes médias e as burguesias agroexportadoras, através dos governantes populistas do interior, demandavam do governo estadual e federal a ampliação do sistema universitário, mas não pretendiam abrir mão da manutenção dos padrões técnico-científicos do campus da capital. Houve, portanto, uma pressão de deputados e prefeitos de alguns locais para a instalação de instituições vinculadas à USP. Vários projetos de instalação de cursos no interior pela USP foram apresentados entre os anos 1948 e 1950, com o aval de alguns professores da universidade, mas foram quase todos barrados pelo Conselho Universitário.

Esse posicionamento conservador de exclusividade e predomínio da universidade era claramente expresso por colonistas e pelo proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*¹⁰, que arrogavam representar os interesses da burguesia paulistana. Estes tinham como princípio que a USP servia apenas para renovar as elites dirigentes na capital e não para ampliá-las, defendendo que a universidade deveria estar restrita à capital.

A alternativa a essa condição se deu à revelia do governo de São Paulo e desses representantes mais conservadores da burguesia paulistana, mas de forma bastante conturbada. Uma onda expansionista do ensino público estadual, principalmente de escolas ginásiais, a recuperação econômica estadual, a valorização dos municípios, a melhoria das condições de vida da população em termos sanitários e habitacionais e as determinações constitucionais, como a criação do Sistema Estadual de Ensino Superior e o Conselho Estadual de Ensino Superior (1955), sustentaram o surgimento de institutos isolados, autônomos, desvinculados da Universidade de São Paulo (VAIDERGORN, 1995). Mas a falta de suporte jurídico e técnico governamental, além da falta de respaldo das burguesias locais, fariam com que esses institutos tivessem padrões de funcionamento e organizações precárias, aquém de uma comparação com a USP. Barbosa (2006, p.34-42) ressalta que apesar do discurso populista imprimir uma dinâmica de expansão das instituições, sua existência e funcionamento, de fato, não eram referendados pelo governo federal e nem pelas “elites liberais”, por não serem considerados como prioridade dentro das necessidades do desenvolvimento econômico, pois implicavam em gastos e dispêndio de mão-de-obra especializada não disponível. Na análise econômica das classes dominantes, o Brasil naquele momento precisava expandir a escola básica e os cursos técnicos, pois esses seriam o suficiente para oferecer à classe trabalhadora melhores condições para o trabalho.

A política populista confrontava-se, portanto, com as condições objetivas de manutenção de um “sistema de ensino superior”. Cunha (2007, p.90-91) afirma que em 1950, no ápice da política populista de Getúlio, surgiu a lei n.1254 pela qual foram federalizadas 39 instituições de ensino superior estaduais, municipais e particulares, e no governo de Juscelino Kubitchek, mais 9 universidades foram federalizadas. O autor atribui essas federalizações também à “deterioração dos orçamentos, às reivindicações estudantis por ensino gratuito e às demandas de professores e

¹⁰ O proprietário desse jornal ao qual se refere era Júlio de Mesquita Filho. Mesmo tendo sido contra a criação das FFCLs no interior de SP, ironicamente daria nome à UNESP, reunião destas instituições isoladas, ocorrida em 1976.

funcionários públicos federais”, como forma de garantia de ascensão das classes médias mediante o alcance da formação superior. Nesse sentido, Vaidergorn (1995) mostra que o estudo do surgimento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, para além da recuperação das memórias locais, representa o entendimento das manifestações particulares dentro de uma construção geral de um “sistema” de ensino superior amplo, de cunho estadual e nacional. A criação de cada uma delas, portanto, não poderia ser interpretada como resultado apenas de defesa de “interesses políticos e eleitoreiros, ao lado de um “modismo” de época (meados da década de 1950 até a metade da década seguinte)” ou mesmo, que cumpriam com o “papel de enorme importância no desenvolvimento econômico, político, social e acadêmico regional, talvez comparável ao previsto para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP na sua criação, reproduzindo o modelo desta Universidade e o superando” (VAIDERGORN, 1995, p.1).

As Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras teriam sido a via para a expansão do ensino superior no estado de São Paulo, assim como em todo o país, inspiradas nos projetos da Universidade do Brasil e na USP. Este projeto de expansão não teria sido planejado, apesar de ter sido determinado pelas necessidades de crescimento e desenvolvimento urbano em um país que tentava tornar compatível seu quadro cultural com suas exigências sociais e econômicas. Fernandes (1966) assinala que as contradições entre o “arcaico” e o “moderno” se acirravam: ao mesmo tempo em que se colocava a questão de um atraso na criação de um sistema de ensino superior no país, também se detectava a precariedade e insuficiência de profissionais com saber científico para assumir o ensino e a pesquisa nessas instituições. Sabia-se ser imprescindível aumentar o número de professores para atuar em todos os níveis e modalidades da educação, no entanto, não se tinha tradição e conhecimento técnico-científico que pudesse atender a essa demanda, colocada como imprescindível para melhorar a qualidade da educação brasileira.

Segundo Vaidergorn (1995, p.155), a partir de 1950 diversas propostas de criação de instituições de ensino superior chegaram ao governo estadual, enviadas por deputados estaduais. Em nota, o autor expõe que em 17 de julho de 1953 foi protocolado pedido de criação de FFCL de São José do Rio Preto, vinculada a USP, e que foi vetado pelo governador em 25 de julho de 1955 após recusa do Conselho Universitário de englobar mais um campus. A criação das instituições no interior do estado, apesar de fazer parte de um projeto estatal, não eram planejadas

e dependiam de negociações entre políticos que defendiam interesses locais e o governo do estado¹¹.

Vaidergorn (1995, p.135-136) afirma também que as populações das áreas rurais no estado de São Paulo não se alteraram significativamente enquanto as urbanas aumentaram até os anos 1950, por causa da oferta de empregos na indústria no Sudeste e após 1950, com o desenvolvimento do setor terciário (comércio e prestação de serviços). O autor apresenta um quadro com a base econômica de São José do Rio Preto: na agropecuária, a produção concentrava-se no algodão, pecuária bovina e suína, café e arroz; na indústria, destacavam-se a produção de carne, o beneficiamento de grãos, o setor têxtil e a produção de alimentos em geral. Com uma população regional de cerca de 65 mil habitantes, em 1956, empregava-se mil e duzentos operários nas 76 indústrias nela existentes. No entanto, sua principal atividade era o comércio, com “63 empresas atacadistas e 858 varejistas” (VAIDERGORN, 1995, p.140). Em comparação com outras regiões no estado, o desenvolvimento da região da Alta-Araraquarense era próximo a Ribeirão Preto e Piracicaba.

Com o crescimento urbano-comercial, São José do Rio Preto era considerada uma cidade de médio porte em ascensão populacional¹², com uma juventude crescente sem a perspectiva de formação profissional. Diante disso, a burguesia e classes médias passaram a se preocupar mais com a formação de seus filhos, pressionando o poder público local a resolver a questão. Aderindo ao discurso de promoção ao desenvolvimento nacional, com a ampliação da educação nos seus diferentes níveis, deputados e vereadores diante dos interesses das classes que representavam apropriaram-se da ideologia nacional desenvolvimentista. De acordo com essa ideologia, a educação superior promoveria o desenvolvimento científico e cultural adequado à formação de um “Estado-Nação qualificado”, essencial para impulsionar as inovações tecnológicas para a

¹¹ *O aparecimento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras – Institutos Isolados do Ensino Superior do Estado de São Paulo deu-se, pois, a partir da convergência de diversas situações. A Constituição Paulista de 1947, por exemplo, havia determinado, ao lado da gratuidade do ensino universitário, a implantação de cursos noturnos. Em 1948, a Lei Estadual no.161, de 24 de setembro, promulgada pelo governador Adhemar de Barros, dispunha sobre a criação de estabelecimentos públicos de ensino superior em cidades do interior do Estado. Por esta lei, a USP criou as faculdades de Medicina de Ribeirão Preto, de Farmácia e Odontologia de Bauru e a Escola de Engenharia de São Carlos. (Vaidergorn, 1995, p.149)*

¹² Em pesquisa sobre a história do município, estima-se que sua população estivesse em torno dos 64 mil habitantes em 1960. Retirado de www.ihggsjrp.blogspot.com.br.

industrialização brasileira. O ensino superior parecia o caminho mais adequado para a formação de uma elite dirigente, que ocupava cada vez mais postos técnicos e de chefia no aparato estatal e das empresas privadas. Sendo o estado de São Paulo a força motriz econômica para o desenvolvimento do país e com funcionalismo público e setores privados em franca expansão, nada mais que óbvio que as instituições de ensino superior pudessem nele se concentrar.

O quadro educacional de São José do Rio Preto era considerado por autoridades políticas, local propício para a instalação de uma instituição de ensino superior. Na cidade, vários estabelecimentos de ensino secundário eram “mantidos pelo governo estadual, como o Ginásio da Vila Maceno e o Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves, instalado em 1939 e com professores que obtiveram prestígio entre os rio-pretenses” (OLIVEIRA, 1989, p. 55). Além das escolas estaduais, existiam as escolas particulares: “Escola de Comércio D. Pedro II, o Colégio Santo André, com curso normal para as moças e o colégio São José, que chega a Rio Preto, em 1960, para atender aos rapazes”. Oliveira (1989, p. 55) afirma que, no entanto, essas escolas “não chegavam a rivalizar em prestígio, quanto ao padrão de ensino, com os colégios estaduais”. Com esse quadro de amplo atendimento do ensino secundário, aumentava o número de jovens buscando o ensino superior. Apenas os que advinham das famílias mais abastadas tinham condições de estudar na capital, aumentando a pressão das classes médias para a criação de instituições de ensino superior que pudessem atender suas demandas, posto que em outras cidades e regiões do estado, do mesmo porte e condições sócio-econômicas similares as de São José do Rio Preto, já haviam sido criadas instituições estaduais de ensino superior¹³.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto foi, depois de pressão dos jovens e políticos locais, criada como “universidade municipal” pelo Decreto lei no. 394, no dia 26 de maio de 1955, assinado pelo prefeito Philadelpho Gouveia Netto. Essa lei municipal representou o marco legal de criação da instituição e como fruto de uma articulação de comerciantes, empresários, lideranças políticas e intelectuais, que compactuavam com a ideia de que a instituição expressaria uma exigência diante do quadro sócio cultural da cidade, ainda que sua organização e funcionamento viessem depois de algum tempo. Esta instituição constituía-se em “avanço e oportunidade” para as classes dirigentes educarem seus filhos.

¹³ Em 1955 foi instalada a Faculdade de Medicina em Ribeirão Preto e em 1953, a Faculdade de Odontologia em Piracicaba, como pertencentes à Universidade de São Paulo.

Em artigo publicado por Lodi (1976, p.182-205), constam vários documentos e legislação referentes à criação da faculdade. No projeto de lei n. 30, de 26 de maio de 1955, consta a forma como a instituição seria financiada, organizada e administrada. Os órgãos administrativos da universidade seriam o Conselho Geral e a Diretoria Executiva. O Conselho Geral seria formado por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Rotary Clube, do Lions Clube, da Associação Comercial, Industrial e Agrícola, da Associação Rural, da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Rio Preto, da Associação Regional Odontológica de Rio Preto, da Seção Local da Ordem dos Advogados, da Associação de Farmacêuticos, da Associação de Contabilistas, da Associação dos Engenheiros, além de três membros considerados pelos representantes “cidadãos de idoneidade comprovada”, residentes em São José do Rio Preto e que pudessem “prestar colaboração a instituição” (LODI, 1976, p.183). A Diretoria Executiva seria constituída por cinco membros, eleitos entre os representantes do Conselho Geral. Essa teria como tarefa apresentar um plano diretor adequado às necessidades da região num prazo de quarenta dias após sua composição.

Nas suas disposições, previa a possibilidade de cobrança de taxas e anuidades para os alunos matriculados, desde que a verba cedida pela prefeitura não excedesse a um milhão de cruzeiros. Também previa a possibilidade da abertura de cursos superiores estaduais e do funcionamento de entidades de direito privado mediante a avaliação de um Conselho Técnico. Esse conselho seria composto por professores da instituição, aos quais seriam atribuídas as funções técnico-pedagógicas, orientação de ensino e pesquisa e de elaboração de um regimento interno para a “universidade”.

O início do funcionamento da “universidade municipal” estava previsto no projeto de lei para o ano seguinte (1956), supostamente com a previsão de verba para a construção da cidade universitária e sua instalação.

Attab (1973, p.10-11) atribui o surgimento da ideia da criação de uma “universidade” em São José do Rio Preto aos comerciantes e proprietários rurais, que enriqueceram com a urbanização e o desenvolvimento econômico da região e que aspirariam a ascensão social e cultural através da educação de seus filhos. O curso superior ainda seria, de acordo com a autora, o “canal mais acessível de ascensão social”, principalmente para as mulheres. O diploma da escola normal não era mais suficiente, sendo então atribuída às Faculdades de Filosofia, Ciências

e Letras, a formação superior das professoras. Na época, a Faculdade de Filosofia mais próxima era a FFCL da Universidade de São Paulo. Portanto, ter uma “universidade” na cidade seria uma forma de economizar, não precisando enviar suas filhas para estudar fora, além de mantê-las “sob controle”, assim como conta Casemiro dos Reis Filho, professor contratado à época. Esse professor afirma ter defendido a abertura de uma Faculdade de Direito ao invés de Filosofia, Ciências e Letras, mas que não teria sido ouvido, pois a elite riopretense ansiava por uma “faculdade na qual poderiam estudar suas filhas, que não deveriam ir se perder na capital” (REIS *apud* SAVIANI, 2003). Guardados os devidos propósitos da criação da FFCL e respeitando o depoimento de Casemiro, acredita-se que a criação de uma Faculdade de Filosofia não se encerraria em si mesma.

Mas, apesar de todo o cenário propício, o processo de criação da FFCL de São José do Rio Preto não parece ter sido fácil. Permeado por muitas disputas políticas locais e estaduais¹⁴, abriu margem para várias interpretações no período e após alguns anos. No artigo de Gomes (2011, p.220) foram analisados os títulos das reportagens e notícias dos jornais da região de São José do Rio Preto que falavam da FFCL entre 1955 e 1965. Os jornais regionais analisados foram “A Notícia”, “A Tribuna”, “Diário da Região” e “Correio Araraquarense”. Neles foram publicadas oito matérias acompanhando o processo de criação da Faculdade entre 1955 e 1956 e estas expunham principalmente as dificuldades para a implantação da instituição: “A burocracia

¹⁴ Lodi (1976) apresenta a ata da sessão da Câmara Municipal na qual foi discutido e votado o projeto de lei para a criação da “universidade”, apresentado pelo vereador Daud Jorge Simão, onde se revelam as dificuldades financeiras pelas quais passava o município. Nesse documento estão expostos resumidamente os argumentos contra e a favor da criação da universidade municipal, expressos por representantes de diferentes grupos políticos. No relato da disputa, na qual venceu o projeto de Daud por 9 votos a 6, aparecem principalmente as posições de Fábio Homem de Mello, que argumenta que a prefeitura não teria controle sobre o projeto e Hélio Negrelli, que diz ser o campo “pouco favorável ao projeto tanto no que diz respeito ao corpo docente, como discente”, além de considerar que “havia muita coisa a ser feita em Rio Preto, como 4 prédios no mínimo para os grupos escolares, parques infantis e outros empreendimentos de tal forma que o município não podia se dar ao luxo de instalar uma Universidade Municipal, sem antes resolver esses problemas (LODI, 1976, p.187).

Quanto aos vereadores favoráveis ao projeto argumentavam que a instituição teria um conselho diretivo independente para que não se tornasse um “organismo político” e alegavam apoio popular para a criação da universidade. Em registro de pronunciamento de dois vereadores, citam a presença “massiva” de estudantes na plenária, além da criação da instituição ter sido noticiada anteriormente nos jornais locais. Votaram favoravelmente os vereadores Benedito Rodrigues Lisboa, Daud Jorge Simão, Domingos Sinibaldi, Francisco Gutierrez, José Felício Miziara, Arruda Barbato, Orvasio Rossi Tancredi, Antonio Damas e Arthur Nonato. Votaram contra o vereador Fábio Homem de Mello, Hélio Negrelli, José Jorge Cury, Sylvio Calabrezzi, Hatim Salim e Odilon Elias Ismael.

continua dificultando a vinda da Faculdade de Filosofia” (A Notícia, 18 out.1956, p.1) e “Órgãos Técnicos do Ensino Superior manifestaram-se contra a criação da Faculdade de Filosofia em Rio Preto” (A Notícia, 15 set.1956, p.1).

A autora segue relatando que os primeiros meses de 1957 representaram um “empenho da sociedade local pela autorização de funcionamento da instituição junto ao governo estadual” (Gomes, 2011, p.221-222) e cita cinco títulos de notícias que contaram sobre as inúmeras manifestações, inclusive os protestos realizados por estudantes, o apoio do “Sindicato dos Motoristas e da Associação Comercial, mostrando a importância para uma parte da sociedade local a instalação da instituição. Em títulos como “Monumental o comício realizado em prol da Faculdade de Filosofia para São José do Rio Preto (A Tribuna, 09 fev. 1957, p.6)” e a afirmação de “A Faculdade de Filosofia de Rio Preto não foi criada por demagogia ou conveniências políticas (Correio Araraquarense, 6 abr. 1957)” se expressam, ao mesmo tempo, uma “mobilização da sociedade civil” em prol da criação da FFCL, com tensões entre grupos sociais e necessidade das classes dirigentes da cidade em afirmar publicamente a importância de um projeto, que a priori, se tornaria um tanto oneroso para os cofres públicos. A imprensa, portanto, teria tido importante papel de divulgação e afinação dos propósitos da criação da Faculdade de Filosofia entre as diversas frações de classes riopretenses.

De fato, foram vários os trâmites burocráticos enfrentados e relatados por Lodi no corpo documental apresentado em duas edições da Revista Sapere Aude, publicada pela própria FFCL, já quando era IBILCE em 1976 e 1977. Sobre a criação da instituição, expõe desde memorandos de comissões e direção executiva, passando por diretrizes para a direção e organização da faculdade, até detalhes de planejamento quanto a obtenção de fundos e meios materiais para seu funcionamento. O decreto de criação da Faculdade de n.249, datado em 25 de agosto de 1955, afirma as seguintes finalidades para a instituição:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada e técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituem objeto de seu ensino;
- d) promover condições propícias ao desenvolvimento da reflexão filosófica, da pesquisa científica e da produção literária e artística;
- e) incentivar e promover os meios de progresso da cooperação nas atividades intelectuais;

f) realizar obra social de vulgarização da cultura, concorrendo para o bem estar generalizado e para a elevação dos padrões de vida, de atividade e de pensamento. (Lodi, 1976, p.194)

Essas finalidades são reafirmadas no regimento da faculdade, que passa a vigorar a partir de novembro de 1956, o qual seria o mesmo da FFCL da Universidade Mackenzie, de São Paulo. Justifica-se na documentação apresentada que o regimento do Mackenzie já teria sido aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, portanto, de acordo com o Conselho Diretivo, poderia servir de referência legítima para direcionar o processo de organização da FFCL de São José do Rio Preto. Não foi encontrada nenhuma referência no corpo documental do motivo pelo qual teria se utilizado o regimento do Mackenzie ao invés de outra instituição pública, mas esse documento foi estudado pela Diretoria Executiva como base fundamentadora da organização didática-administrativa da instituição, como aparece também no corpo documental apresentado por Lodi.

Dentre os demais documentos expostos pela historiadora, estão vários argumentos e artifícios que Daud Jorge Simão, vereador responsável pelo projeto de lei de criação da “universidade municipal e os demais interessados, buscam para vê-la funcionar”. Em um dos relatórios apresentados por Daud em nome da Diretoria Executiva da Universidade, são expostos os resultados dos estudos para a concretização do projeto e os cursos que desejavam instalar. Datado em 15 de julho de 1955, o “plano diretor” refere-se aos resultados de estudos feitos na capital federal e em São Paulo em órgãos especializados. Estudaram relatórios que teriam servido de base para a instalação da Faculdade de Filosofia e de Direito de Bauru, das Faculdades da Universidade Mackenzie, da de Direito de São José dos Campos, da Faculdade de Odontologia de Lins, da Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Santo André e outras não citadas, e afirmam terem buscado nos argumentos do Conselho Nacional de Educação os fundamentos para negarem a instalação dos cursos. Estiveram no INEP e nos Institutos de Cinema Nacional, pesquisaram toda a legislação referente às possibilidades e entraves. Visitaram o Departamento de Educação da USP, onde trabalhavam Raphael Grisi e Laerte Ramos de Carvalho¹⁵, ambos apoiadores da iniciativa previamente sabida, que junto a Hygino Aliandro¹⁶, se responsabilizaram

¹⁵ Laerte Ramos de Carvalho era professor regente da cátedra de História e Filosofia da Educação no Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

¹⁶ Higinio Aliandro era regente da cadeira de Língua Inglesa e Literatura Inglesa e Anglo-Americana, também da FFCHL da USP

por indicar professores e dar sugestões. Conversaram ainda com vários outros professores da Universidade de São Paulo e concluíram que seria possível a instalação no próximo ano, 1956, apenas dos cursos de Enfermagem e seções da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: Pedagogia, Geografia e História, Letras Neolatinas, Anglo Germânicas, fora a possibilidade dos cursos de Matemática e Física, Filosofia e Letras Germânicas.

Descartaram a instalação imediata do curso de Direito, por restrições quanto ao corpo docente ter que viajar constantemente, regras ditadas pelo CNE, e cogitou-se a instalação do curso de Odontologia apenas em 1957. A proposta seria, portanto, completar o projeto de universidade municipal instalando todas as sessões exigidas pelo Estatuto das Universidades: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Odontologia, Enfermagem e Direito, até o ano de 1958. Para 1956, se asseguraria iniciar os cursos da FFCL e de Enfermagem, contando com prédio do Ginásio São Luís, a incorporação da Biblioteca Municipal à faculdade e a contratação de professores que atendessem a requisitos previstos em legislação, com salário justo. O curso de Enfermagem funcionaria na Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Preto. As demais questões colocadas referem-se ao espaço físico da universidade, para o qual a comissão julgava ser praticamente “utópica” a construção de um campus. Mas sugerem que sejam dispostos prédios próximos para o funcionamento dos cursos a fim de dar organicidade para a administração da “universidade”.

O outro documento refere-se a um Memorandum datado de 5 de agosto de 1955, da Diretoria Executiva, enviado ao governador Jânio Quadros, certificando de que todas as providências para o funcionamento da faculdade haviam sido tomados. Desde a negociação da contratação de servidores até mesmo a escolha do diretor haviam sido encaminhados, faltando a liberação de professores do magistério secundário e a autorização oficial de início das atividades no Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves.

Finalmente, foi apresentado por Lodi em 1976, um relatório enviado a Jânio Quadros pelo professor Raphael Grisi, designado pelo governo do estado para “estudar a organização da Universidade Municipal de São José do Rio Preto”, datado de 27 de dezembro de 1955. Neste relatório, além de reproduzir todas as medidas legais tomadas pelo Conselho Diretivo e autoridades da cidade até então, Grisi articulou o histórico dessas medidas com a discussão sobre a política de criação de universidades, defendendo o apoio estadual para viabilizar o projeto em

São José do Rio Preto. Esclareceu que, para que a instituição passasse a funcionar, seria apenas necessário o “amparo do governo estadual à iniciativa” e constrói uma argumentação elaborada em defesa do projeto. Nesse movimento, o autor refutou que a universidade no Brasil devia ser de ordem exclusiva da órbita do Governo Federal, pois essa demandaria gastos que só essa instância seria capaz de cobrir. Nesse sentido, no estado de São Paulo seria difícil manter outras instituições de ensino superior, por causa da existência da USP, universidade consolidada e de altos custos. Grisi justificou, ainda, a dificuldade da criação de universidades no Brasil pela “carência de pessoal altamente habilitado científica e pedagogicamente para constituição do corpo de investigação e de professores necessários aos verdadeiros centros universitários”. Apesar disso, na sequência defendeu os motivos pelos quais se deveria apoiar uma instituição interiorana.

Grisi afirmou que essas negativas poderiam impressionar, mas não seriam de fato relevantes e passou, a partir daí, a defender a quebra do modelo administrativo para a educação escolar, no qual se concentravam as universidades nas metrópoles, pois, diante da “democratização” da escola, considerava “medida iníqua e reacionária, suscetível de acarretar grandes desigualdades de oportunidades educacionais aos diversos núcleos da população, dispersos por todo o território”. E expos o principal argumento para o incentivo da criação de instituições de ensino superior diferenciadas entre si:

Em “Países Novos” – como é o caso do Brasil ou em cada uma de suas Regiões ou Unidades Federadas, uma solução intermediária ou, ao menos, de emergência, parece impor-se e esta deve consistir na manutenção da GRANDE UNIVERSIDADE na metrópole (ou Capital do Estado), dedicada à pesquisa e aos altos estudos mais do que ao ensino e divulgação de conhecimento, e outras Universidades, por assim dizer, MENORES ou núcleos de ensino e pesquisa, localizados em diversos pontos do Território, onde realizarão a obra social da divulgação da cultura, facultando as parcelas, tanto quanto possível, expressivas e cada vez maiores, da população o acesso ao conhecimento que se transmite e dissemina por via escolar (Grisi apud Lodi, 1976, p. 201).

Além dessa proposta, Grisi ainda ressaltou a relevância do pioneirismo da iniciativa da criação da instituição em São José do Rio Preto, uma região em ascensão econômica, e propôs como alternativa “fácil, racional e eficaz” para a escassez de professores qualificados para atuar na instituição, o envio de missões de professores ao encontro de uma “multidão de alunos”, antes

que essa resolvesse ir ao encontro desses professores nos institutos metropolitanos, nos quais poderiam realizar sua carreira. E concluiu:

De qualquer maneira, o empreendimento do município de São José do Rio Preto constitui um ensaio de novo processo de difusão do ensino superior e como tal deve também ser visto, amparando-o o Estado como uma “EXPERIÊNCIA-PILOTO”, de cujos resultados, bons ou maus, muito aproveitará para elucidação e controle dos próprios planos, que deve frequentemente rever, de desenvolvimento e racionalização de seu “SISTEMA” de Escolas (idem, grifos do autor, p.201-202).

Grisi apresentou no final as medidas encaminhadas quanto à organização financeira e estrutural da “universidade”. Nesse item, o que chama a atenção é a afirmação de que o terreno no qual a faculdade seria construída estava sendo reservado para a construção de uma Escola Agrícola.¹⁷ Daí entende-se que essa construção era de intencionalidade do estado, mas que a construção da FFCL não descartaria essa possibilidade, pois a Escola de Agronomia poderia ser criada sob sua responsabilidade, o que desoneraria o estado de sua criação e manutenção. Reforçou ainda a possibilidade de federalização da instituição, posto que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão do MEC, disponibilizava à época o financiamento do maior número de Institutos do Ensino Superior no país.

Raphael Grisi foi designado, inicialmente, pelo prefeito de São José do Rio Preto, Alberto Andaló, em janeiro de 1956 e depois pelo governador, para dirigir e organizar o a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. Este docente gozava de prestígio junto a Jânio Quadros, o qual tinha como chefe da casa civil do governo estadual o irmão de Raphael, Décio Grisi. Era bastante conhecido também como bacharel e licenciado em Filosofia e Ciências Sociais pela USP e acumulava experiência de contribuição com criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo. Foi afastado enquanto era chefe do Departamento de Educação na FFCL da USP para assumir a FFCL de São José do Rio Preto.

Grisi foi também o responsável pela contratação do primeiro corpo docente da instituição. Assim como previsto, foram contratados em sua maioria, professores do ensino secundário,

¹⁷ Investigou-se a procedência dessa informação sabendo-se que no mesmo período, havia uma disputa pela manutenção da Escola Prática de Agricultura, que estava instalada numa grande área e acabou se transformando no Instituto Penal Agrícola em 1955, por força do estado contra os munícipes. Nenhuma procedência quanto à relação entre as instituições e a afirmação de Grisi foi encontrada.

residentes em outras cidades e três professores estrangeiros. Apesar de toda a idealização do grupo que a criara, a “universidade municipal” nasceu precária, com apenas a sessão de Filosofia, Ciências e Letras e quatro cursos funcionando: Pedagogia, Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas e História Natural. Grisi não abandonou completamente seu cargo na USP, dividindo seu tempo entre o interior e a capital. Enquanto os professores, quase todos foram morar na cidade, abraçando inteiramente o novo projeto institucional.

Como previsto pela Diretoria Executiva, o corpo docente da FFCL seria composto tanto por professores conhecidos localmente como por indicados por catedráticos da USP, dentro do quadro de ex-alunos mais promissores. De acordo com o memorandum presente no artigo de Lodi (1976, p.189-190), se previu seis afastamentos imediatos de professores da rede estadual paulista para compor o corpo docente. Estes seis foram garantidos e contratados: Joel Martins, Walter Narchi, Geraldo de Almeida Vidal, Niobe Piedade, Wilson Cantoni e Casemiro dos Reis Filho. No ano seguinte, passaram a também a integrar o quadro outros docentes de lugares diversos: Orestes Nigro, Bruna Anna Denti, Lucio Antonio Olival, Rodolpho Azzi, Jose Aluysio Reis de Andrade, Alberto Barbosa Pinto Dias, Sarah Rottemberg, Maria Edith do Amaral Garboggini, Flávio Vespasiano Di Giorgi e locais, professores do Instituto Monsenhor Gonçalves, Celso Abbade Mourão e Luiz Dino Vizotto. Foram contratados também, inicialmente, os professores estrangeiros Erich Arnold Von Buggenhagen, Edoardo Querin e Antonio Pinto de Carvalho. (FOTOS EM ANEXO I)

As providências para o funcionamento da instituição teriam ganhado o apoio dos deputados Aluysio Nunes Ferreira e Bady Bassit, que de acordo com Daud, teriam sido importantes apoiadores da viabilização da Faculdade de Filosofia, junto a Secretaria de Educação, em nome da Assembleia Legislativa. Enquanto o deputado federal Ruy Nazareth e o prefeito recentemente eleito, Alberto Andaló, nada teriam contribuído para o processo. Junto a Renato Lerro, Luiz Duarte Silva e Joaquim Pereira dos Santos¹⁸, membros da Diretoria Executiva, teriam feito uma “peregrinação” em todos os órgãos públicos até conseguir aval do Estado para o funcionamento da Faculdade (LODI, 1977, p. 69-73). Data de 27 de dezembro de 1955 a entrega do Memorial à prefeitura de São José do Rio Preto com todos os

¹⁸ Renato Lerro era representante da 22ª Sub.Sec da Ordem dos Advogados do Brasil, Luiz Duarte Silva era presidente da Associação Rural e presidente do Rio Preto Automóvel Clube.

encaminhamentos feitos pela Diretoria da Faculdade, mas o prefeito só criou os cargos e reconheceu a instituição em 30 de agosto de 1956 e a Assembleia Legislativa do Estado de SP aceitou o projeto lei da criação da Faculdade, como instituto isolado do sistema de ensino superior, em 13 de setembro de 1956. Aprovou-se seu funcionamento em 20 de março de 1957, mas o governador Jânio Quadros revogou o projeto lei n.602, apresentado por Aluisio Nunes Ferreira, em 4 de abril de 1957.

Diante do exposto, algumas questões podem ser relacionadas às encontradas no IPM da FFCL. Nos diversos depoimentos e documentos apresentados pelas testemunhas, a FFCL de São José do Rio Preto foi levada a cabo por iniciativa do então vereador Daud Jorge Simão, que com o apoio de setores da burguesia e pequena-burguesia local, se imbuíram de fontes legais e políticas para legitimar o projeto de uma “universidade municipal”. Mas esta encontrou inúmeros entraves materiais e históricos, num contexto onde o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Estadual se opunham à criação de novas universidades públicas. Dentro de uma proposta reduzida, sem pretensões de formação para a elite dirigente, os projetos eram permitidos e incentivados. Desde que mantivessem um caráter de formação profissional restrita, as Faculdades de Filosofia foram parte de um projeto educacional para o ensino superior que dividia as profissões em função da classe às quais serviriam. Se fossem bem apropriadas pelas classes dominantes locais, poderiam ser expandidas até que se tornassem, de fato, universidades. Se não, logriam padecer como institutos isolados.

Diferente do apresentado no estudo de Attab (1973), ao se analisar os documentos de criação da faculdade em um contexto amplo, pode se considerar a instituição não apenas como “fenômeno local”, adequado aos interesses dos grupos políticos influentes da cidade, que argumentavam ser importante dar ao município nova condição cultural e status social frente ao desenvolvimento paulista, ou mesmo, que a iniciativa de políticos e intelectuais locais culminaram na proposta de um projeto pioneiro. A FFCL de São José do Rio Preto era mais uma instituição interiorana que expressava as contradições do período populista, onde as pressões regionais e locais se confrontavam ao mesmo tempo em que, por vezes, convergiam com as políticas para o ensino superior estadual e nacional.

De acordo com o panorama histórico do período, onde se generalizavam as políticas populistas, as FFCLs representavam um projeto educacional mais amplo, que tinham em sua

concepção original não apenas o papel de instituições formadoras das elites locais, mas também eram concebidas como fonte irradiadora da ideologia liberal e avanço civilizatório nos centros urbanos, importantes nichos eleitorais e de alianças políticas. Com a ampliação do alcance da imprensa, as discussões sobre as propostas políticas disputadas entre os diferentes grupos das classes dirigentes serviam tanto como canal ideológico, como para concorrer por verbas e benefícios estatais, quem garantiam suas bases eleitorais e econômicas. As universidades, ou as faculdades isoladas, representariam status intelectual e instituições símbolo de poder econômico para a burguesia nacional, além de instrumento político e oportunidade de formação dos jovens, na crescente disputa pelo domínio do aparato estatal pelas frações da burguesia.

Cunha (2007, p.94) afirma que as exigências para se criar universidades teriam ficado mais flexíveis do que as determinadas pelo Estatuto das Universidades¹⁹ com o decreto lei no.8457, de 26 de dezembro de 1945, promulgado pelo presidente provisório José Linhares, após a ditadura varguista. “Com isso, passava a ser possível instalar-se uma universidade a partir de uma faculdade de filosofia (até mesmo com apenas uma seção), uma faculdade de direito e a terceira de economia ou serviço social, por exemplo, sem as custosas faculdades de engenharia ou medicina”. Tornou-se, portanto, praxe na “república populista” a aglutinação de escolas isoladas em universidades. O autor afirma que entre 1954 e 1964, o “ensino superior estava organizado de forma predominantemente universitária”, sendo responsável por 65% das matrículas, levando-se em conta que na realidade, essas universidades se constituíam em aglutinados de institutos, ou mesmo, de faculdades de filosofia com dois ou três cursos funcionando.

Nos estudos e produções bibliográficas desse período, a fim de suscitar a necessidade de planejamento e estruturação de um sistema educacional em todos os níveis, foram comuns as críticas a respeito do surgimento indiscriminado e funcionamento das instituições de ensino

¹⁹ O decreto no. 19.851/31 instituído pelo então ministro da educação, Francisco Campos, definiu-se o Estatuto das Universidades, no qual se afirmava que para se configurar uma universidade, deveria se reunir três unidades de ensino, entre elas as faculdades de Direito, Medicina, Engenharia e/ou Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Nessa legislação, as Faculdades de Educação, que seriam chamadas Faculdades de Filosofia¹⁹, deveriam *pela alta função que exerce na vida cultural, é a [Faculdade de Educação, Ciências e Letras] que dá, de modo mais acentuado, ao conjunto dos institutos reunidos em Universidade, o caráter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores da cultura, que à Universidade conferem o caráter e atributo que a definem e individualizam, isto é, a universidade (CAMPOS, p.127 apud SAVIANI, 2008, p. 22,).*

superior existentes. No bojo das críticas mais apuradas, questionava-se a respeito da finalidade e eficiência das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e sua possibilidade de contribuição para a melhoria da educação. Anísio Teixeira, principal ideólogo liberal pragmatista²⁰ defendia uma reforma educacional, que possibilitasse a superação da dualidade do ensino brasileiro, fugindo ao modelo dualista para o qual haviam sido pensadas as FFCLs: a formação para a elite, compreendendo a escola secundária e escolas superiores, mantidas pelo governo federal e escolas destinadas ao povo, ou mesmo, à classe média emergente, compreendendo as escolas primárias e vocacionais, de controle dos estados e municípios (TEIXEIRA, 1994).

Anísio, assim como outros signatários do movimento em defesa de uma reforma da escola pública, em sua obra “Educação não é privilégio”, reforçou a necessidade de superação da separação entre a formação dada nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, destinadas a especialistas da educação, enquanto as escolas normais se responsabilizavam pela formação de professores primários, ficando o ensino secundário deficitário, sem professores aptos para atuar no ensino propedêutico ou mesmo, profissional. Teixeira defendeu que para que ocorresse uma mudança radical da situação educacional brasileira, deveria existir uma formação adequada para professores atuarem no ensino secundário e nas escolas normais, níveis de ensino em franca expansão. Pautado pelo pragmatismo, ressaltou as características da concepção formativa que se instalou com as Faculdades de Filosofia e de como elas não seriam adequadas às necessidades da educação brasileira.

O melhor que ela poderia fazer seria preparar aquele professor secundário de cultura acadêmica, o que, de algum modo, estará fazendo com que os alunos não se revelem dotados para a especialização alta, graças à qual se farão candidatos ao magistério superior. Por isso mesmo que as Faculdades de Filosofia nasceram marcadas por esse espírito acadêmico de cultura especializada nas diversas disciplinas e não pelo espírito vocacional propriamente dito, as Faculdades de Filosofia não se revelaram capazes de ministrar a cultura básica para as profissões liberais, nem a cultura predominantemente eclética e prática para os novos cursos secundários. Igualmente, não se revelaram capazes de preparar o professor para os cursos normais, de tipo vocacional, reduzindo-se neste campo à formação em certa especialização pedagógica de validade duvidosa para as disciplinas de pedagogia das escolas normais, recebendo os demais professores da escola normal, preparo especializado de tipo acadêmico (TEIXEIRA, 1995, p. 131).

²⁰ Adotada a classificação dada por Saviani (2007) aos escolanovistas para definir quais eram as três correntes que discutiram o projeto da LDB/61.

No entanto, no fundamento dessa crítica a respeito da eficiência e utilidade das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, vigoravam também aspectos conservadores e elitistas da proposta dos liberais escolanovistas, no qual deveria se considerar a “defasagem entre a instituição escolar e as condições objetivas de realidade nacional”, para o qual não caberia expandir o ensino superior e sim, o ensino primário e o ensino profissional e, ainda, que poucas instituições dariam conta de absorver os profissionais mais qualificados, que já se destacariam desde cedo no desempenho durante sua formação. Ignorando o caráter excludente da escola dualista, mantinham o discurso de que o ensino superior não seria o responsável pelo crescimento e desenvolvimento social, mas que as escolas primária e secundária promoveriam a união e a coesão entre as classes sociais. (BARBOSA, 2006, p.42).

Com uma análise mais abrangente sobre a realidade educacional brasileira, mas também criticando o “modelo” em vigor das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, Florestan Fernandes denunciou o caráter escolástico e elitista das instituições de ensino superior. Em vários artigos e discursos organizados na obra *Educação e Sociedade no Brasil*, de 1966, o autor apresentou críticas às Faculdades de Filosofia, mais especificamente ao projeto da FFCL-USP. Dentre as questões colocadas pelo autor destacaram-se: a situação dos professores estrangeiros, a desenfreada produção de pesquisa científica sem base e estrutura, a paridade na representação discente, a liberdade de pensamento e cátedra, principalmente, a crise institucional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Nesses trabalhos, escritos com base em sua experiência como professor, pesquisador da FFCL-USP e membro do Conselho Regional de Pesquisa Educacional (CRPE) de SP, expôs uma inquietação quanto a discutir melhor os problemas da faculdade e o “ajustamento das universidades às exigências e às necessidades do meio social”.

O contexto social das décadas de 1950 e 1960 impunha, de acordo com Fernandes (1966), uma democratização do ensino superior, o que não impedia que o ensino universitário no Brasil continuasse de “cunho aristocrático e pseudo-humanístico”, com a missão de formar as classes dominantes. A FFCL-USP não teria ainda superado esse papel, da qual decorreriam muitos dos seus problemas de estrutura e funcionamento. Além da manutenção da elitização e dos privilégios de cátedra, na FFCL-USP se imprimia uma dinâmica de expansão dos cursos e das vagas sem que

planejassem melhor suas necessidades, para que pudessem de fato, servir ao impulsionamento do saber científico e cultural, socialmente relevante.

Fernandes, ainda referindo-se principalmente ao projeto da USP e sua institucionalização, ressalta:

Programas especiais mais ou menos vastos de desenvolvimento econômico, social e cultural possuem inevitáveis implicações educacionais e exigem uma orientação específica no incentivo à pesquisa científica e tecnológica. A autonomia universitária não esbarra nem impede essa colaboração construtiva, surgindo como um elemento positivo na determinação daquilo que o Estado pode e deve esperar da USP na consecução dos planos de Governo de relativa envergadura política (FERNANDES, 1966, p. 307).

A respeito da situação da “universidade”²¹ no Brasil e de suas necessidades, Fernandes expõe de forma geral as contribuições e o ônus da forma como a FFCL se constituiu e o que representava em termos financeiros um projeto de universidade que preparasse professores e profissionais, articulando ensino e pesquisa. Questiona, portanto, o quanto o estado brasileiro estaria disposto a investir na educação superior se fosse seguir com coerência o projeto de desenvolvimento científico e cultural do país.

Os dois autores acima relacionados foram os principais porta-vozes dos grupos que se contrapunham aos projetos de ensino superior propostos pela igreja católica e pelo capital privado. No decorrer dos anos 1950, além do domínio do ensino secundário, a escola particular foi a principal responsável pela disseminação das FFCLs, o que garantia fonte de acúmulo de riquezas para as igrejas e suas vias de disseminação ideológica.

A criação das Faculdades de Filosofia públicas, portanto, não tinham respaldo tanto por influência da igreja e do capital privado, como por membros do Conselho Estadual de Educação (CEE), composto em sua maioria por conselheiros da USP. Estes argumentavam serem contra a expansão de instituições no interior de São Paulo por considerá-las via de manipulação eleitoral

²¹ O termo “universidade” foi constantemente utilizado por vários autores que escreveram sobre o ensino superior no período e sobre o período. Cunha (2007, p.14) justifica da seguinte forma o uso do termo: “Chamavam-se e eram chamados de universitários os professores e estudantes de quaisquer estabelecimentos de ensino superior. Uns e outros tratavam do ensino superior como sendo a universidade. Isso me levou a usar o termo universidade em dois sentidos. Em sentido amplo, denotando o conjunto de instituições de ensino superior; em sentido estrito, as instituições conforme os requisitos estabelecidos em lei para serem formalmente reconhecidas como universidades, critérios esses que mudaram no decorrer do período estudado”. Assim, será mantida essa lógica buscando utilizar o termo universidade entre parênteses quando quisermos nos manter fiel a referência bibliográfica ou documentos, mas em sentido estrito, tratar-se-á da referência às instituições de ensino superior.

pelos deputados e outros políticos, além de fonte de irrefreáveis gastos estatais. Assim, eram dadas pelo estado as concessões aos municípios para a abertura de faculdades de filosofia particulares, as quais criavam condições legais para o surgimento de cursos mais afinados com os interesses dos produtores industriais e agropecuários locais. Era mais vantajoso e menos oneroso para as elites regionais e municipais criar as FFCLs, em geral sem cursos de licenciaturas e sim, oferecendo cursos de Direito e Economia, como base para mais tarde receber subsídios e tendo condições legais para a instalação de cursos de engenharia ou medicina, seguindo o Estatuto das Universidades. Além disso, esses cursos ofereciam melhores chances aos filhos das burguesias e das classes médias locais assumirem funções na burocracia estatal e privada, além da carreira política.

No entanto, grande parte dessas instituições de ensino superior criadas nesse período acabou sendo federalizada ou estadualizada por força das exigências do capital privado, para que o Estado assumisse o financiamento da educação em todos os níveis, liberando possibilidades de investimento em áreas consideradas prioritárias para o capital industrial e mercantil. A não ser pelo ensino secundário, que ainda era de domínio do capital privado, o ensino primário e o superior foram cada vez mais sendo incorporados aos planos de governantes.

2.1 – Os primeiros anos da FAFI e sua estadualização: dificuldades com a institucionalidade.

Seguindo com a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, oficialmente ela se inicia em 1957. O funcionamento da faculdade foi reconhecido apenas após o Decreto Federal n. 41.061, de 27 de fevereiro de 1957, assinado por Juscelino Kubitschek, promovendo um aumento no entusiasmo dos dirigentes locais a respeito do projeto da instituição. Gomes (2011, p.220) afirma que os jornais da região teriam dedicado o maior número de matérias a respeito da faculdade em 1957, ano de início de seu funcionamento, dentro de um intervalo de dez anos de sua existência (1955-1964). Sequencialmente foram publicados diversos artigos relatando desde os protestos estudantis que reivindicavam o funcionamento da faculdade, passando pelo “júbilo” quanto a obtenção de autorização de funcionamento cedido

pela Assembleia Legislativa Estadual, chegando à divulgação dos exames vestibulares e à nomeação do diretor.

Enquanto isso, o Conselho Diretivo organizava didática e administrativamente a instituição e seus professores, que vinham de vários lugares de São Paulo e outros estados. Abrigou-a, então, o Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves, sendo os primeiros cursos implantados: Pedagogia (35 vagas), Letras Anglo-Germânicas (35 vagas), Letras Neolatinas (35 vagas) e História Natural (25 vagas), funcionando junto a uma sala para a biblioteca e outra para secretaria em um dos andares do Instituto. Após exames vestibulares, a Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto, ou FAFI, como seria chamada desde então²², iniciou suas atividades em 8 de abril de 1957: dos 106 vestibulandos, ingressaram 18 no curso de Pedagogia, 15 na História Natural e 27 para os cursos de Letras Anglo-Germânicas e Neolatinas (LODI, 2007).²³

De acordo com as referências bibliográficas citadas, desde o início do funcionamento da FAFI, os envolvidos na criação e organização da faculdade impulsionaram um movimento de encampação da instituição pelo estado de São Paulo. Alguns dispositivos legais e uma longa campanha jornalística se desenrolaram entre 1957 e 1959, ano de sua estadualização. Lodi (1977) descreveu o processo de reconhecimento estadual da instituição, quando a mesma foi reconhecida como Instituto Isolado de Ensino Superior pelo Decreto Estadual n. 3844.

A Faculdade seguia, enfim, seu curso buscando adequar uma nova instituição dentro da estrutura de outra já consolidada, trazendo consigo novos e antigos conflitos de interesses e propostas de organização do ensino. O diretor Raphael Grisi realizou, conforme as orientações legais, todas as medidas para a organização e funcionamento dos cursos, sendo designado o professor Celso Abbade Mourão para substituí-lo em sua ausência.

Após os inúmeros conflitos para colocar em funcionamento a instituição, os dois primeiros anos de funcionamento da Faculdade foram ainda marcados pela falta de professores e funcionários, pelo atraso nos pagamentos e pela estrutura precária. A FAFI enfrentaria várias crises nos anos seguintes, contando com escasso respaldo externo para a consolidação de seu

²² Na linguagem popular, chamavam-na de FARFI (Faculdade Riopretense de Filosofia), mas nos documentos e bibliografias, a referência está FAFI.

²³ Foram considerados os números expostos na matéria escrita por Nilce Lodi para o Jornal Diário da Região em 4 de maio de 2007, retirados da publicação na revista Sapere Aude, da mesma autora em 1977, p.31. No entanto, outras fontes indicam números diferentes para os matriculados e vestibulandos. Não foi possível conferir a fonte mais confiável, sendo, portanto, considerada a estatística apresentada pela historiadora.

projeto. O recurso municipal previsto para mantê-la mal cobria os gastos iniciais e quase não recebia financiamento do governo estadual. Acreditava-se que, com a designação de Raphael Grisi para a direção, por seu prestígio político dentro da estrutura educacional, fosse possível atrair investimentos e suporte do governo estadual para o projeto institucional. Mas o diretor pouco permanecia em São José do Rio Preto, dificultando as providências administrativas e levando-a a uma direção autônoma e isolada dos professores. Esses se esforçavam para cumprir com seus compromissos acadêmicos, além de ter pouca proximidade com autoridades locais, que poderiam contribuir para subsidiar e apoiar a faculdade municipal.

Quanto aos estudantes que ingressaram nos cursos nos primeiros anos, tinham as seguintes características de acordo com levantamento realizado por Attab (1973, p.16): eram em sua maioria mulheres, vindas de municípios da região e pertencentes às camadas populares. Além disso, os dados numéricos apresentados por Lodi em artigo do Diário da Região, no dia 4 de maio de 2007, mostram que nos três primeiros anos da FFCL os inscritos para os vestibulares mal preenchiam as vagas oferecidas. Apenas a partir de 1960 começou-se a aumentar o interesse pela instituição, com o número de vagas ofertadas permanecendo o mesmo (35 para Pedagogia, 25 para História Natural e 70 para o curso de Letras, divididas pela metade para cada modalidade), até o ano de 1967, quando foi criado o curso de Matemática.

De acordo com Attab (1973, p.8-18), contrariando os objetivos de atender às filhas da elite local, a faculdade acabou recebendo como estudantes os filhos das classes médias e baixas da região. De acordo com a autora, foi por seu caráter público e não particular, além de ter um diretor de fora e professores designados a revelia da vontade dos rio-pretenses que acabou sendo “desprezada” pela comunidade local. Attab reforça que “a decisão dos líderes políticos de instalar uma escola pública não agradou as classes enriquecida porque, no seu modo de entender e pensar, São José do Rio Preto não necessitava de trabalhadores intelectuais e sim trabalhadores braçais” (ATTAB, 1973, p.14). Casemiro, em um de seus depoimentos no IPM, diz que a cidade não queria a Faculdade de Filosofia desde o início, pois só daria importância a cursos como “medicina, direito ou engenharia”, portanto, levando a elite a continuar matriculando seus filhos em faculdades tradicionais mesmo que distantes, não se importando se fossem públicas ou privadas.

Quanto à composição do corpo docente da Faculdade, esta não teria variado muito entre os anos 1958 e 1961. Em artigo publicado por Lodi (2007) no Jornal Diário da Região, afirma-se que os poucos professores quase não “asseguravam a necessária sustentação humana e técnica dos cursos instalados” antes da estadualização. Mesmo com a existência de um Conselho Diretivo e uma direção nomeada, a faculdade, que ainda funcionava dentro do Instituto de Educação, não tinha funcionários técnicos habilitados suficientes, cabendo aos professores toda a organização didática e administrativa. O diretor Raphael Grisi não residia em São José do Rio Preto, permanecendo com seu escritório e assessoria na capital.

Agravantes ou não, o quadro de professores era composto por docentes jovens, boa parte deles conhecidos como “ex-alunos brilhantes da USP”, mas sem experiência de docência em cursos superiores. Os salários eram baixos e os contratos eram provisórios, sem garantir a possibilidade de realização de carreira dentro da instituição. Existiam os responsáveis pelas cadeiras como também professores assistentes, indicados pelos catedráticos (OLIVEIRA, 1989). Em sua organização, a FAFI tentava minimamente se organizar sob as orientações legais definidas pelos inúmeros decretos e normas federais vigentes, mas sem recursos fixos. Apesar das dificuldades, os professores não deixavam de orientar os estudantes em horários extras, organizavam cursos extracurriculares e atividades externas, num esforço de fazer com que os alunos se apropriassem dos conteúdos relevantes e com a preocupação de superação dos déficits educacionais trazidos do ensino secundário.

Logo, a instituição saiu da alçada da Diretoria Executiva e do Conselho para ganhar autonomia, defendendo-se a criação de uma Congregação para administrar a Faculdade. Alguns dos intelectuais e representantes das associações locais, que se dedicaram à criação da instituição, teriam se sentido preteridos quando foram definidos cargos e funções docentes. Nos estudos a respeito da instituição (ATTAB, 1973; OLIVEIRA, 1989) afirma-se que, sendo o corpo docente composto por professores vindos de outras cidades e tendo comportamentos “secularizados”, explicar-se-ia o descaso dos “cidadãos riopretenses” quanto à importância da instituição. O desprezo pela contratação de intelectuais locais e que teriam se empenhado para criação da “universidade”, além da falta de familiaridade com os “forasteiros”, teriam gerado uma indisposição interna e externa à instituição. Mas o que se passava, na realidade, era uma falta de suporte local para as iniciativas e projetos propostos pelos novos professores, enquanto aqueles

que haviam criado a instituição consistiam em minoria local, sem respaldo interno e em um impasse quanto à direção da faculdade ser determinada pelo governo estadual.

Criou-se, portanto, ao longo do tempo uma tensão entre os professores “forasteiros”, que constituíam a maioria dos docentes, pertencentes ao curso de Pedagogia e curso de Letras, e outro grupo contendo os poucos estrangeiros e os advindos do Instituto de Educação da cidade, na maioria docentes do curso de História Natural. As diferenças de interesses entre os dois grupos eram tamanhas a ponto de estabelecerem-se rixas pessoais internas e disputas políticas dentro e fora da FAFI.

Em 1958, os estudantes passaram a se organizar através do Centro Acadêmico de Filosofia (CAF). Nas atas de assembleias do CAF encontrou-se o processo de criação da entidade estudantil e que, de acordo com seu regimento inicial, funcionaria como uma associação, com recolhimento anual de taxa de adesão, seria apartidária e teria como finalidade:

[...] representar o corpo discente da faculdade, zelar pelo nome da faculdade, promover atividades que pudessem contribuir para o desenvolvimento intelectual, político e físico de seus associados, defender interesses coletivos que resultem de sua qualidade de alunos da faculdade, de futuros professores e pesquisadores e aos interesses nacionais quando ameaçados (Relatoria de Assembleia do CAF, 17 de março de 1958).

No entanto, a organização dos estudantes de um “grêmio estudantil” passou a ser um centro acadêmico articulado às entidades estudantis estaduais e nacionais, com o propósito de envolver-se não apenas em questões corporativas, mas também em questões sociais e políticas da educação. Na assembleia na qual seria discutido o estatuto, 24 de abril de 1958, aprovou-se uma moção de apoio a uma greve que foi desencadeada pela UEE em resposta às políticas de atribuição de bolsas para estrangeiros no país. Nessa ata está expresso também o mal estar entre os estudantes pela falta de reconhecimento federal da faculdade e sinaliza para a necessidade de organizar uma campanha para a estadualização da FAFI.

Esses estudantes organizados, de acordo com os registros de Oliveira (1989) e Vaidergorn (1995), foram os principais responsáveis pelo desencadeamento da campanha de estadualização da FAFI. Integrantes da coordenação do CAF, juntamente com membros da “congregação”²⁴ da

²⁴ Está entre parênteses porque, apesar de algumas referências de documentos em nome desta, ela não foi oficializada pelo Conselho Estadual de Educação antes de 1966. Mourão afirma sua inexistência em depoimento no IPM e o

Faculdade, mobilizaram a população e elaboraram um documento que ressaltava as “vantagens” que o estado e o ensino superior teriam ao estadualizar a FAFI. Na realidade, a estadualização talvez fosse a única alternativa para garantir a existência da Faculdade, tamanha era a precariedade com a qual ela convivia. Gomes (2011) afirma que a imprensa também ajudou a impulsionar a campanha para a estadualização da Faculdade, relatando cada detalhe da estratégia utilizada pelos envolvidos na empreita.

Lopes e Sparvoli (2011) confirmam que o movimento estudantil da FFCL, organizado pelo CAF, exerceu um papel importante na Campanha de Estadualização da Faculdade, em 1959, com um reconhecido mérito no engajamento no movimento nacional e nas questões ligadas à Faculdade. Nas atas das assembleias dos estudantes relata-se que na reunião do dia 9 de maio, os estudantes chamaram o professor Wilson Cantoni para esclarecer como seria realizada a campanha e esse pediu a colaboração dos estudantes. Estes se uniram para coletar assinaturas entre os diversos profissionais liberais da cidade (médicos, advogados, dentistas, engenheiros) e estudantes dos cursos secundários, para acompanhar um documento no qual os professores da FFCL relatavam as condições da Faculdade e as justificativas para estadualizá-la. Cerca de 30 estudantes presentes na assembleia se dispuseram a contribuir na campanha de coleta de assinaturas, que culminou numa ida a São Paulo, em caravana, juntamente com professores, autoridades e o prefeito Alberto Andaló, para falar pessoalmente com o governador Jânio Quadros. Essa campanha se estendeu por todo mês de maio de 1959, com o CAF constituindo uma “assembleia permanente” para cuidar das questões do recolhimento das assinaturas e da viagem a São Paulo. Oliveira (1989) apresenta nos anexos de sua dissertação o documento escrito pela Congregação da FAFI para ser entregue na audiência: “Razões que fundamentam a Campanha para a Estadualização da Faculdade de Filosofia”. Nele se defende a interiorização do ensino superior como um ganho para o estado, assim como a estadualização da FAFI seria uma medida importante, em conformidade do ensino superior com a situação econômica e social do país.

funcionário Walter Guimarães de Andrade Fogaça confirma, dizendo que só o diretor João Dias da Silveira tentou criar a instância, que foi negada pelo CEE. Acredita-se, que existiam reuniões com as representações docentes e discentes dos departamentos juntos, a qual denominavam Congregação quando necessário fórum geral para discussão e deliberação.

Em depoimento recente, Nigro (AMORIM, 2009, p.79-80) conta que o prefeito de São José do Rio Preto, Alberto Andaló, junto com uma comitiva de professores e estudantes foram para a reunião com Jânio Quadros reivindicar a estadualização da faculdade, levando consigo o documento elaborado pela Congregação da FAFI, com o abaixo assinado, contendo inúmeras assinaturas e cartas da cidade e região. Após algumas negativas do governador, um desacato do prefeito Alberto Andaló teria conseguido “arrancar” a estadualização, sob o acordo de que nenhum dos professores da instituição fosse da cidade, com o argumento de que dela ninguém deveria se apropriar para fazer “politicagem” local. Curiosamente, boa parte do corpo docente já não era original de São José do Rio Preto, colocando em dúvida se o conflito local teria ou não se acirrado depois de tal afirmação do governador.

De acordo com Vaidergorn (1995, p.165-166), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto foi a primeira a começar a funcionar dentre outras cinco FFCLs estadualizadas pelo então governador de São Paulo, Jânio Quadros. Depois viriam as FFCLs de Assis, Rio Claro, Presidente Prudente, Araraquara e Marília, que comporiam o Sistema de Institutos Isolados do Ensino Superior.

A estadualização da FFCL/Instituto Isolado de Ensino Superior de São José do Rio Preto foi acertada no decreto lei estadual no. 5177, do dia 13 de janeiro de 1959, que ainda “dispõe sobre a aquisição, por doação, de patrimônio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, e sobre a organização didática e administrativa do instituto estadual congênere, criado pela Lei Estadual n. 3.844, de 10 de maio de 1957, na mencionada cidade”. Nesse decreto-lei reafirmava-se a condição de instituto isolado da FAFI e se declara a doação ao estado de todos os bens da instituição municipal adquiridos até então (mobiliário, livros, etc), além da garantia como patrimônio da Faculdade Municipal, onde seria construído o prédio da instituição, um terreno próximo ao centro de São José do Rio Preto²⁵, o qual não se materializou. Na ocasião, a Faculdade havia mudado para outro edifício ao lado do Instituto Monsenhor Gonçalves, em 1958, tendo o Centro Acadêmico de Filosofia (CAF) sido instalado há dois quarteirões.

²⁵ “II – O imóvel abaixo caracterizado com a área de 3.677,42 m (três mil, seiscentos e setenta e sete metros quadrados e 42 centímetros), no qual está sendo construído o prédio destinado a instalação da referida faculdade, a saber: “Um terreno formado pelo quarteirão delimitado pelas ruas Bernardino de Campos, Independência, Voluntários de São Paulo e Piracicaba” (Diário Oficial n.11, 1959, p.8)

Dentro da proposta de organização da estrutura didática e administrativa, o decreto também reforçava os objetivos da instituição, os cursos que nela funcionariam (ordinários, aperfeiçoamento, livres, avulsos e de extensão), o número de cadeiras e a organização em departamentos, além da previsão da formulação de um regimento interno, o que dava certa autonomia política-pedagógica ao corpo docente e à congregação, órgão administrativo e deliberativo máximo da instituição. Os contratos de professores e técnicos para a administração da faculdade poderiam ser definidos pela própria instituição. O decreto previa ainda a formulação de novo regimento interno da faculdade para 180 dias depois, mas este, aparentemente, não foi elaborado, pois não foi localizado outro regimento interno que não fosse o de 1956²⁶. O único regimento interno encontrado a partir desta data refere-se a 1966, já no período ditatorial e quando se definiu uma congregação para a faculdade.

Mesmo com a estadualização, os problemas da FAFI não acabaram. Em vários relatórios dos professores entregues no final de 1960 existem observações sobre as dificuldades enfrentadas para seguir com os cursos. Em alguns deles, confirma-se a colocação de Attab sobre ter existido um acordo entre a maioria dos professores quanto a impossibilidade da instituição formar pesquisadores, diante da falta de condições estruturais (equipamentos, biblioteca, laboratórios), considerados “indispensáveis à formação de investigadores científicos” (ATTAB, 1973, p.43). Além disso, agravaram-se também os conflitos entre as propostas institucionais e os interesses das classes dirigentes de São José do Rio Preto, determinando o aprofundamento de uma crise institucional. Após ter sido estadualizada, a FAFI deixava de ser projeto local para integrar um sistema estadual, o qual seria mais definido por projetos e discussões amplas a respeito das finalidades das instituições de ensino superior formadoras de professores do que por interesses de grupos políticos municipais.

Nos vários relatórios e documentos com os quais se teve contato, reforça-se a concepção de formação para a atuação profissional menos escolástica, mais abrangente do que aquela até então ministrada nas outras Faculdades de Filosofia. Como esses licenciandos atuariam nas

²⁶ Em atas do curso de Letras e outros documentos oficiais consta a existência de uma comissão responsável por sua elaboração, mas não foi localizado qualquer esboço dessa legislação interna, assim como não se encontrou registros ou livros atas da congregação da Faculdade. Supõe-se que, por circunstância do período da ditadura, esses registros tenham se extraviado (retirados pelos próprios professores e funcionários demitidos na época ou descartados).

instituições de formação de profissionais no campo da educação (institutos, escolas normais e universidades), seria necessário propor um processo formativo que superasse as formas consideradas arcaicas, consolidadas no ensino superior brasileiro e que se proporcionasse aos estudantes currículos e práticas educativas mais afinadas com a realidade, a ponto de contribuir para a melhora da qualidade no ensino em todos os seus níveis.

Mesmo com todas as dificuldades apontadas pelos professores da FAFI, aparece também nos relatórios uma disposição para a construção de um projeto coletivo pioneiro no ensino superior brasileiro. Este projeto traria características que serão discutidas a seguir e que fizeram com que a FFCL de São José do Rio Preto fosse identificada em alguns estudos como uma instituição “inovadora”. Há discordâncias nesses estudos sobre como e porque seu projeto institucional inicial poderia parecer inovador frente outras instituições do período, mas de forma geral, esses estudos propõem-se a discutir a história da instituição convergindo para um ponto: expor sua singularidade não apenas no momento histórico no qual ela se inseria, mas também ao longo do que se havia até então registrado sobre as instituições de ensino superior, desde os anos 1950. Seria impossível se furtar a essa singularidade, mas principalmente, contribuir para a discussão sobre quais os aspectos e características de sua organização, funcionamento e atendimento que a fez mais próxima ou mais distante dos interesses das classes que a geraram e a destruíram.

2.2 - Um projeto de ensino superior diferenciado: perspectivas de reformas internas e externas.

Com a ideologia do nacional desenvolvimentismo criticava-se a falta de originalidade do ensino superior nacional e a transplantação de “modelos” externos, incorporando cultura e referências científicas, sem que se avaliassem as reais demandas da sociedade brasileira. Cunha (1983, p.152) coloca que no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), uma das instituições criadas durante o governo JK (1956-1960) para impulsionar a pesquisa no campo das ciências humanas (filosofia, história, geografia e economia), ligadas à análise da realidade brasileira, defendia a necessidade de se sincronizar as instituições de ensino superior com as necessidades de desenvolvimento do país, promovendo uma modernização e progresso científico.

Esse projeto de modernização foi, então, desencadeado pelo Estado, com o propósito de desenvolver tecnologia que promovesse a segurança e a autonomia econômica nacional.

Os primeiros centros de produção tecnológica foram impulsionados pelos segmentos militares, para a formação de engenheiros aeronáuticos e produção de armas de aviação. Dentro dessa perspectiva, criou-se o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em 1947, que se tornou a principal referência de modernização do ensino superior brasileiro. As novidades acadêmicas, na época, presentes no projeto do ITA foram: contratação de professores sem que ocupassem cátedras vitalícias, carreira considerando o mérito, organização departamental para professores e técnicos administrativos, permanência integral de professores e estudantes no campus, dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa, currículo flexível e com cinco séries, sendo as duas iniciais apenas de fundamentos e as três seguintes de profissionalização. As diretrizes educacionais pautavam-se no “auto-governo e na “autodisciplina” dos estudantes, com a priorização do estímulo à investigação e à pesquisa. A seleção dos ingressantes era rigorosa, sendo os estudantes submetidos a exames psicotécnicos no exame vestibular. (CUNHA, 1983, p.155)

Esses padrões pautavam-se em referências de institutos norte-americanos e franceses, países onde as universidades vinham passando por adaptações às exigências do sistema produtivo. Os anos 1950 foram marcados por várias iniciativas governamentais de institucionalização da pesquisa e impulsionamento da tecnologia, considerando-se esses elementos indispensáveis para contribuir no desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Dentro dessa orientação também surgiu a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), instituição internacional que defendia que o desenvolvimento da produção técnica e científica impulsionaria o setor industrial, a ponto de elevar as condições econômicas e sociais das nações subdesenvolvidas, como o Brasil.

Além da CEPAL e do ISEB, em 15 de janeiro de 1951, havia sido criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Com a proposta de combinar “segurança e desenvolvimento”, tentou promover a formação de especialistas no exterior que pudessem contribuir para uma autonomia da indústria bélica e nuclear na produção brasileira, mas por boicote do governo norte-americano, conseguiu apenas se tornar um órgão de investimento e promoção das ciências exatas e biológicas, oferecendo bolsas de estudos para pesquisadores e equipamentos para instituições

existentes. Foram criados paralelamente às universidades vários institutos de pesquisa²⁷, com o intuito de suprir a deficiência da produção de pesquisa de ponta nas instituições de ensino superior existentes. Surgiram nesse período instituições estatais e privadas que procuraram formar matemáticos, físicos e engenheiros aptos para atender as necessidades do setor industrial que se expandia. A falta de especialistas nos setores de infraestrutura (energético, transportes, maquinaria agrícola) levou ao surgimento de novos cursos, imprimindo uma pressão para a modernização do ensino superior e atendimento às demandas produtivas nas demais áreas.

No governo JK, surgiu outro “paradigma de modernização” do ensino superior: o projeto da Universidade de Brasília. Esta seria uma universidade criada sob a referência de um projeto prévio, não sendo a aglomeração de institutos já existentes. Cunha (1983, p.169) afirma que a UNB foi arquitetada a partir da ideia da necessidade da “existência de um “centro cultural” que desse suporte a “alta administração do país”, e que formasse especialistas em vários campos do saber, em número suficiente para dar à capital brasileira “condições de trabalho produtivo”. Em seu plano original, formulado por vários educadores, destacando-se Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, a universidade concentraria a alta intelectualidade brasileira, com uma organização inspirada nas instituições norte-americanas, dividindo as áreas de conhecimento em departamentos, o currículo seria construído pelo sistema de créditos, o contato dos professores seguiria a legislação trabalhista e os estudantes seriam selecionados em vestibular nacional. Instituída em 1961, a UNB era administrada como fundação de direito público e organizava-se didática e administrativamente por uma série de órgãos e conselhos institucionais, onde havia representatividade estudantil nas congregações e uma câmara de delegados estudantis, com peso nas decisões do conselho diretor. (CUNHA, 1983, p.169-177)

Essa onda modernizadora das universidades teris atingido também a Universidade do Brasil e a Universidade do Ceará. A Sociedade Brasileira de Pesquisa Científica (SBPC), também preocupada com a falta de articulação entre a formação de professores e de pesquisadores, discutia possibilidades de se tornar o ensino superior brasileiro menos arcaico, sugerindo principalmente a substituição do sistema de cátedras pelos departamentos. Os departamentos

²⁷ Em 1955, foram criados o Instituto de Energia Atômica, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Instituto de Matemática Pura e Aplicada, Instituto de Pesquisas Rodoviárias e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. (CUNHA, 1983)

representariam uma “forma mais eficiente de organização de recursos humanos e materiais para o ensino e a pesquisa, recomendando-se a eleição do chefe pelos seus pares” (CUNHA, 1983, p.188).

A forte influência e financiamento dos Estados Unidos, que desde 1950 haviam assinado com o Brasil um “acordo de princípios e normas de cooperação técnica” após a Doutrina Truman²⁸, levou as instituições de ensino superior brasileira a adaptarem seus cursos de acordo com as determinações internas e externas do setor produtivo empresarial. Estabeleceram-se convênios entre universidades norte-americanas e brasileiras nas áreas de agronomia, economia, administração, engenharia mecânica, geologia, engenharia naval e para a produção de recursos audiovisuais no campo da educação. O MEC fez acordos com a USAID para financiar os projetos de expansão da escola pública, principalmente, para os ensinos técnico e superior. Os investimentos dos EUA nas instituições educacionais brasileiras faziam parte da estratégia de “prevenção do comunismo” nos países em desenvolvimento e formalizaram-se, principalmente, na aprovação em 1961 do plano decenal “Aliança para o Progresso”. (CUNHA, 1983, p.189-194)

A FFCL de São José do Rio Preto, diante de todo o crescimento econômico e a efervescência política e cultural do final dos anos 1950 e início de 1960, seguia com os estudantes e professores a favor das reivindicações de um projeto de nação mais afinado com as perspectivas de autonomia e as demandas populares. A ideologia nacional desenvolvimentista atingia também as “mentes e corações” dos jovens e intelectuais da Faculdade e, conforme crescia a ânsia por livrar o país de uma situação de “dependência e subdesenvolvimento”, também crescia a defesa “anti-imperialista” e a resistência à influência norte-americana na cultura brasileira. Contraditoriamente, defendia-se também a modernização do ensino superior e sua adequação aos planos de desenvolvimento técnico e científico, que promovessem uma transformação cultural, sem que se fizesse a crítica de onde viria o financiamento para tais mudanças, como se as agências de fomento nacionais e os investidores brasileiros tivessem interesses desvinculados do capital internacional.

²⁸ A Doutrina Truman foi a ideologia de combate ao comunismo declarada em 1947 num discurso do presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, após o término da Segunda Guerra Mundial e que deveria ser adotada por todos os países capitalistas. Junto ao Plano Marshall, conjunto de medidas que visava “reconstruir” os países da Europa após a guerra, teria dado início ao período da Guerra Fria, implicando em uma disputa constante por domínio territorial e bélico entre os países socialistas e capitalistas.

Diante dessa lógica progressista, os governos do Estado de São Paulo passam a investir e planejar melhor a educação. Com o primeiro Plano de Ação do governo de Carvalho Pinto (1960/61), surge suporte financeiro para as instituições isoladas. Nesse período, a FAFI recebeu aportes financeiros e finalmente, passou a funcionar em novo prédio: um hospital psiquiátrico desativado na Rua General Glicério²⁹, próximo ao centro de São José do Rio Preto, e que se tornaria local de convívio permanente entre professores e estudantes com a comunidade urbana. Esse prédio tinha uma estrutura mais ampla, com auditório e biblioteca.

Dentro desse contexto, professores e estudantes lutavam para afirmar o caráter “inovador” do projeto da FFCL de São José do Rio Preto. Vaidergorn (1995) reproduz as ideias de Attab (1978) e Oliveira (1989), expondo que a faculdade buscava um “modelo” diferenciado da FFCL da USP e de outras Faculdades de Filosofia. No entanto, esses autores veem de forma diferente entre si porque era necessário para a FAFI ter um projeto original diante das outras instituições existentes.

Para Attab, a primeira a analisar o projeto, assumindo o papel de quem diz ter vivenciado a experiência, existiam dois grupos divergentes dentro da FAFI: o primeiro, composto pelos professores jovens e alguns estrangeiros, em sua maioria do departamento de Pedagogia e parte de Letras, que defendiam uma proposta diferenciada da existente na FFCL – USP; e o segundo grupo, formado pelos professores mais velhos e componentes do curso de História Natural, que propunham a conservação da organização típica da FFCL-USP e das demais universidades brasileiras. A autora afirma que após três semestres de funcionamento, em meados de 1958, o grupo de professores que havia estudado e saído da FFCL-USP, trazendo em sua bagagem a crítica da “estagnação da universidade brasileira” em “virtude do abuso de liberdade de cátedra e da ausência de organização departamental”, iniciaram um processo de construção de um “comando pedagógico unificado” na FAFI. Passaram a sustentar a defesa de um projeto diferenciado para a instituição, com uma organização em departamentos e a participação discente nos espaços deliberativos, além das chamadas “comissões de entrosamento”, onde realizariam discussões dos programas e atividades das disciplinas entre os departamentos e diferentes áreas. A autora conta que, inicialmente, o diretor Grisi não teria se oposto às reformas, mas que depois

²⁹ O prédio, atualmente, abriga a Secretaria de Educação da região de São José do Rio Preto – foto anexa.

teria aderido à posição do grupo de professores conservadores, contra as inovações, o que teria provocado um acirramento na disputa pelo projeto da Faculdade. (ATTAB, 1973, p.32-49)

Oliveira (1989, p.82-85), dentro das reminiscências do entusiasmo com o projeto diferenciado da FAFI, amplia a situação colocada por Attab, situando a crítica à USP realizada por parte dos professores “rebeldes” como algo mais elaborado e consciente: reconheciam a qualidade da Universidade de São Paulo, mas não queriam que a FFCL de São José do Rio Preto se tornasse uma instituição “tutelada”, afirmando a necessidade de uma “ruptura completa com o padrão tradicional típico das escolas superiores brasileiras”. Diferente do que afirma Attab, os professores da FAFI não pretendiam negar completamente a influência da FFCL-USP, mas essencialmente, trazer o espírito crítico nascido lá para guiar a construção de uma proposta administrativa-pedagógica autônoma, menos academicista e mais afinada com as condições históricas brasileiras. Oliveira (1989) expõe uma sequência de documentos nos quais ficam claras as críticas realizadas ao ensino superior brasileiro e qual seria a proposta da FFCL de um “modelo de universidade para o Brasil”. Os documentos apresentados por Oliveira são principalmente “A Representação dos Alunos e a Reforma Universitária”, documento dirigido ao CFE (ANEXO V), por ocasião da Greve do 1/3 e discussão sobre a Reforma Universitária, o Relatório da Cadeira de Sociologia escrito por Wilson Cantoni de 1960 e anotações pessoais desse professor. (OLIVEIRA, 1989, p.84-90)

O autor confirma a existência da polarização entre o grupo majoritário, que defenderia a proposta “inovadora” e o minoritário, que resistia a ela. O grupo majoritário não só negava o legado da FFCL-USP, mas também se pautava nos aspectos utilizados para questionar as estruturas organizativas do ensino superior como um todo, incluindo o debate do projeto da FAFI no contexto nacional e internacional. Vários intelectuais e componentes da administração estatal do período criticavam a estrutura “elitista e retrógrada” das universidades brasileiras, como Florestan Fernandes, principalmente, pela existência do regime de cátedras e pela escassez de produção de pesquisa. O regime de cátedras vitalício, a insipiência na produção de pesquisas, o ensino livresco e as avaliações tradicionais na composição dos projetos didáticos das instituições

eram considerados um atraso diante das propostas advindas do ensino superior norte-americano e francês³⁰.

Junto a todas as críticas ao ensino superior brasileiro e com disposição para a construção de uma proposta diferenciada, a FAFI continuava enfrentando problemas de funcionamento: no ano de 1960, aumentou consideravelmente o número de estudantes concorrendo ao vestibular e, conseqüentemente, o número de estudantes frequentando a faculdade. Esse fator promoveu o agravamento da sobrecarga de atividades dos professores, que mesmo sob o efeito de todo entusiasmo reformador, cobravam da direção e do estado providências financeiras e novas contratações para atender as deficiências curriculares. É nesse período que foram contratados o professor Franz Wilhelm Heimer para a cadeira de Língua e Literatura Alemã, Hélio Leite de Barros³¹ como assistente da cadeira de Psicologia e Fundamentos Psicológicos da Educação e os assistentes Newton Ramos de Oliveira e Mary Amazonas Leite de Barros.

A FFCL de São José do Rio Preto “engatinhava” em sua institucionalização e na construção de seu projeto político-pedagógico autônomo, transitando entre as críticas aos “modelos” de ensino superior existente e as resoluções legais para a própria faculdade, que pouco definia como deveria ser sua organização. Formalmente, não havia ainda se constituído uma Congregação e as decisões eram tomadas via departamentos (desde a indicação de professores para contratação até gerenciamento de serviços). Enquanto não se formalizava legalmente um projeto modernizado para as instituições de ensino superior, a FAFI desenvolvia internamente sua experiência organizativa e a divulgava como exemplo, para pressionar a realização das reformas governamentais, como a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação e a Reforma Universitária. Mais organizados em relação aos demais, professores do departamento de Pedagogia e parte do departamento de Letras buscavam constituir um centro educativo independente e produtor de cultura e ciência para São José do Rio Preto, tentando responder objetivamente às questões de

³⁰ O regime departamental teria sido apropriado pelas universidades francesas a partir de 1948.

³¹ O professor regente Rodolpho Azzi passa a compor o grupo de estudos de Psicologia Experimental da USP como assistente do professor Fred Keller (1961-1962) e depois vai para a Universidade de Brasília, constituir o grupo da mesma área que lá se constituiu a partir de 1963, sendo demitido em 1965 junto a outros 14 professores da instituição por causa da intervenção ditatorial na universidade. Rodolpho era membro do Partido Comunista e passou a fazer suas experiências dentro da Psicologia Comportamental depois de forma “clandestina”.

uma instituição isolada, com pouca sustentação financeira e sem o apoio de parte dos cidadãos riopretenses.

Nas atas de reuniões do departamento de Letras se evidencia a preocupação desses docentes, desde 1959, em organizar-se em departamentos, que tivessem a participação dos estudantes em seus planejamentos e decisões e fizessem parte de um projeto integrado, orgânico. Pautados não apenas pela concordância política-pedagógica, mas também com uma preocupação em obedecer à organização estabelecida pelo decreto que estadualizou a faculdade. Para se adequarem à legalidade do decreto de estadualização, os docentes dos departamentos criaram comissões para elaborar os regimentos internos dos departamentos. O departamento de História Natural resistia e insistia em organizar-se por cátedras, relutando por algum tempo quanto a permitir a participação discente, o que gerou pressão interna e críticas de estudantes e professores.

Lopes e Sparvoli (2011) apresentaram a sistematização de uma pesquisa documental sobre a história do projeto institucional da FFCL de São José do Rio Preto a partir da análise da originalidade/modernidade de dois aspectos: a organização departamental e a representação discente. As autoras concluíram que o “caráter inovador” e/ou “revolucionário” dessa organização institucional foi “superdimensionado pela bibliografia” referente à instituição, o que teria contribuído para a “construção de uma mística” em torno da importância da história da FFCL de São José do Rio Preto.

Nesse sentido, comparando-se a FFCL de São José do Rio Preto com outras instituições que teriam projetos considerados inovadores no ensino superior brasileiro para aquele período, sabe-se que existe uma congruência na proposta de organização em departamentos e na integração curricular. Assim como foi assinalado anteriormente, Cunha (1983) apresenta a UNB e o ITA como as principais referências de inovação entre os anos 1950 e 1960, organizando-se em departamentos e não em cátedras, seguindo a mesma linha que a FFCL de se tornarem eficientes centros de formação profissional, mas para atender às demandas do sistema produtivo.

Na mesma direção, Castro (2006) afirma que a organização das universidades em departamentos já era uma medida, provavelmente, considerada no período de interiorização do ensino superior no estado de São Paulo, pois assim como em São José do Rio Preto, na ocasião da criação do Instituto Isolado de Marília (1959) se previu em lei a estruturação da instituição em

departamentos. Esta forma de organização departamental era diferente daquela que viria a ser oficializada após a lei 5540/68: na FFCL de Marília, assim como na FFCL de São José do Rio Preto, os cursos organizavam-se didática e administrativamente em departamentos, mas subsistia ao regime de cátedras.

Além de Marília, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, criada em 1948, e funcionando desde 1952, tinha essa mesma proposta de associar o regime de cátedras a organização departamental. Portanto, quanto à departamentalização, o projeto interno da FAFI não trazia, necessariamente, uma novidade para as propostas de reforma para o ensino superior em âmbito estadual ou nacional. Este representaria sim, um instrumento de experimentação de um modo de reorganização pensado como medida de modernização das instituições que surgiram a partir dos anos 1950, mas que por si só não trazia alterações para a configuração da organização e hierarquização do ensino e da pesquisa.

Quanto à participação discente, o departamento de Pedagogia da FAFI, desde o início, estabeleceu a paridade entre docentes e discentes. O departamento de Letras, após várias discussões, aceitou a participação de um representante por sala. Já o departamento de História Natural, por características mais conservadoras, relutou quanto a permitir mais do que um representante dos estudantes em suas atividades. Apenas a partir de 1962, depois de manifestações estudantis nacionais, aceitou um aluno por série para a representação departamental.

Mas nas referências bibliográficas, os autores não se cansam de reforçar o pioneirismo da FAFI quanto à promoção do envolvimento dos estudantes e professores nas decisões e desenvolvimento de propostas conjuntas. A participação dos estudantes nos departamentos e a interdisciplinaridade, sem que fosse uma obrigatoriedade institucional, foi o *modus operandi* adotado entre os departamentos de Letras e Pedagogia. E esta interlocução e mudança na relação professor-aluno parecem ter sido os elementos realmente novos defendidos na instituição em seu projeto político-pedagógico. A não ser pela UNB, que inicia seu funcionamento apenas em 1961, não se obteve registros de outra instituição que contemplasse em seu projeto a representatividade discente, para além daquela prevista no Estatuto das Universidades³², assim como uma

³² Com o decreto no. 19.851/31 instituído pelo então ministro da educação, Francisco Campos, definiu-se o Estatuto das Universidades, no qual se afirmava que para se configurar uma universidade, essa deveria reunir três unidades de

interdisciplinaridade que não se desse apenas no plano discursivo. De fato, a representação estudantil nos órgãos colegiados viria a ser a pauta de uma das maiores greves estudantis do período, que será abordada mais a frente.

Attab (1973) sinaliza que existia uma pressão gerada pela representação estudantil nos departamentos e une-se ao coro daqueles que não defendiam a proposta, discordando que fosse possível o exercício fiscalizador e catalisador de bons debates dos estudantes nesses espaços, devido a sua “inexperiência política e condições culturais imaturas”. A autora referenda a visão conservadora de que os estudantes eram “manipulados pelos professores mais hábeis”, o mesmo discurso criminalizador dos professores e que serviu como uma das justificativas para a intervenção na instituição.

Em quatro relatórios de professores referentes ao ano de 1961 surgiram importantes informações a respeito da organização departamental, da participação discente e do clima de cooperação entre os departamentos. Os professores João Jorge da Cunha, Orestes Nigro, Casemiro dos Reis Filho e Wilson Cantoni relatam de forma mais específica essa experiência. Além de expor esses elementos da organização da instituição, os professores críticos aos projetos dominantes expõem suas posições políticas e o aumento das dificuldades quanto à instalação da proposta que defendiam para a FAFI. Os professores tentam legitimar o projeto, relacionando-o às discussões das reformas para o ensino superior nacional, mostrando a ameaça que sofria a faculdade de fechamento, tanto por problemas de ordem administrativa interna quanto de disputas políticas externas. Em franca luta contra as desqualificações e rumores advindos de dentro e de fora da faculdade, falam como foi lidar com uma crise institucional que culminou na saída do diretor da faculdade e com a resistência de parte dos professores, que integravam o curso de História Natural, quanto a aderirem à proposta organizativa e didática colocada.

ensino, entre elas as faculdades de Direito, Medicina, Engenharia e/ou Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Nessa legislação, as Faculdades de Educação, que seriam chamadas Faculdades de Filosofia³², deveriam de acordo com Francisco Campos: *Pela alta função que exerce na vida cultural, é a [Faculdade de Educação, Ciências e Letras] que dá, de modo mais acentuado, ao conjunto dos institutos reunidos em Universidade, o caráter propriamente universitário, permitindo que a vida universitária transcenda os limites do interesse puramente profissional, abrangendo, em todos os seus aspectos, os altos e autênticos valores da cultura, que à Universidade conferem o caráter e atributo que a definem e individualizam, isto é, a universidade (CAMPOS, p.127 apud Saviani, 2008, p. 22).*

Outra das características exposta nos relatórios que ganhou forma, legitimidade interna e apoio externo à FAFI foi a realização de atividades extracurriculares como cursos, conferências, eventos culturais e intercâmbios com outras instituições. A faculdade recebia com frequência outros intelectuais renomados, convidados para contribuir com os debates da época em sessões públicas, abertas e divulgadas pela imprensa local. Esses elementos, que podem ser considerados como “atividades de extensão”, tinham o propósito de colocar em prática a articulação da instituição com a comunidade na qual ela se inseria e difundir cultura às classes populares. Percebeu-se que algumas das iniciativas, tanto propostas pelo Centro Acadêmico Filosofia (CAF) quanto pelos professores, visavam também suprir deficiências na formação dos próprios estudantes e de funcionários da FAFI. Com o apoio da imprensa local, várias dessas atividades ganharam relevância e passaram a fazer parte do projeto pedagógico da instituição, como a instalação de um cursinho para preparar os vestibulandos, organizado pelo CAF e as Semanas de Estudos Brasileiros, feitas conjuntamente por estudantes e professores.

Apesar de constantes no decreto de estadualização da Faculdade, mostrando uma preocupação com a institucionalização das atividades extracurriculares, em 13 de dezembro de 1960 um ofício foi registrado por Cantoni e assinado por professores e estudantes de Pedagogia, pedindo a oficialização dos cursos extraordinários em 1961. No ofício, se atestou pela deficiência de preparação em todas as Faculdades de Filosofia do país quanto ao conhecimento técnico e didático das metodologias de ensino e que, para isso, seria necessária a complementação da formação dos licenciandos com cursos extraordinários, que fossem ministrados por especialistas no assunto.

O professor Cantoni, assim como a maioria dos professores do curso de Pedagogia e Letras viam as atividades extraclasse como parte integrante do currículo, como elemento importante do processo de formação pedagógica científica, e incentivavam a participação de alunos e professores. Em seu relatório de 1960, enumera as seguintes atividades que seriam programadas para o ano seguinte (1961): seminários de debate, projeções cinematográficas, palestras sobre temas não desenvolvidos em classe, sessões musicais e teatrais, muitas vezes de grupos teatrais de São Paulo e excursões a instituições que tivessem relação com conteúdos abordados em sala de aula.

No ano de 1960 e 1961, concluíram os cursos as primeiras turmas ingressantes na FFCL de São José do Rio Preto. Ao olhar dos integrantes da faculdade, o projeto pedagógico da instituição anunciava seus resultados através do desempenho dos estudantes nos exames finais. O projeto no qual se pretendia construir uma instituição de referência parecia caminhar a contento. Em declaração entusiasmada, o professor Cantoni, após ler os resultados dos exames finais para o curso de Pedagogia, escreveu:

Após a leitura das provas finais do quarto ano, julgamos oportuno relatar nossa impressão sobre o aproveitamento geral dos alunos. [...] O resultado que colhemos é francamente animador, representando oportuna recompensa e incentivo aos nossos esforços de quatro anos. Os alunos demonstram, além de uma cópia de informações satisfatória, um amadurecimento intelectual à altura da formação universitária, a mais atualizada do país. Quaisquer das provas que versaram sobre os temas: “O professor como intelectual e a definição da educação como instrumento do desenvolvimento nacional” e “O significado social, econômico e político da Revolução de 30” – demonstra o que afirmamos. [...] Tivemos, aliás, o prazer de ouvir a mesma opinião expressa pelo Senhor Diretor, após a leitura das provas de Didática Geral. Na medida em que concorremos para tal resultado, congratulamo-nos com a Faculdade e conosco mesmos, na alegria singela e obscura que se permite um professor (Complementação do Relatório de Atividades do prof. Wilson Cantoni, 1960).

Essa satisfação quanto aos primeiros frutos dos esforços dos professores da FAFI foi apresentado também na compilação organizado por Cantoni (1964) chamado “Uma experiência de Reforma Universitária”, onde ele apresenta um discurso por ele proferido no final de 1961, por ocasião da formatura da primeira turma da Faculdade e que tinha como paraninfo Fernando de Azevedo. O discurso se intitula “A nova e a primeira universidade nacional”, onde o professor faz um paralelo entre a FFCL de São José do Rio Preto e a FFCL da USP, louvando os esforços dos defensores da primeira. mesmo com a oposição da segunda quanto à sua existência. Cantoni ainda conta que 1961, apesar do entusiasmo quanto aos frutos colhidos, teria sido um ano conturbado: em agosto irrompeu uma crise profunda entre a direção e os professores em exercício na FAFI, nos quais se reafirmou a existência da FAFI para além das conveniências e resistências locais.

Assim como surgiu nos relatórios, após um período de relação amigável dos professores reformadores com a direção de Raphael Grisi, em 1961, houve uma desestabilização formal da institucionalidade da FAFI e que colocou em risco sua existência. Os estudantes, após algumas

divergências com a direção sobre a desigualdade na representação discente nos departamentos (o departamento de História Natural permitia apenas um representante para o curso), levaram a cabo uma greve. Agravando-se contrariedades em relação à direção da FAFI, a greve tornou-se um movimento contra a administração de Grisi, alegando irregularidades e a ausência de um professor para a Cadeira de Botânica.

De acordo com Oliveira (1989, p.160), soube-se também que a professora Maria Helena Medeiros Fessil estaria afastada e mesmo assim, recebia proventos como professora-assistente de francês da FFCL de São José do Rio Preto, sem nunca ter pisado na Faculdade. Esta professora seria também amiga da família de Raphael Grisi. Essa e outras irregularidades da direção foram aparecendo, causando desconfiança e desconforto em professores e estudantes, que já enfrentavam a ausência e ineficiência da direção há algum tempo. Além da ausência, havia a denúncia de mal uso de verba pública, enquanto Grisi colocava em risco a continuidade do trabalho dos docentes e funcionários da instituição com atrasos de pagamentos. A tentativa de fazer com que alguns professores assinassem contratos “anticonstitucionais”, nos quais eles tinham que se comprometer a não desenvolver nenhuma atividade política-partidária durante seu exercício profissional, foi o estopim para que professores e estudantes enviassem aos Conselhos de Educação e Reitoria da USP queixas formais contra a direção de Grisi.

A crise entre a direção e os professores reformadores se agravou a partir de maio de 1961, quando o diretor Raphael Grisi, acusando os professores mais atuantes de serem comunistas e tendo o apoio de parte do corpo docente conservador³³, emitiu ofícios de recusa de renovação de contratos dos oito professores, colocando-os a disposição do estado e invalidando o pedido de contratação por dedicação exclusiva. (ANEXO VI)

Com as denúncias e a greve dos estudantes, os órgãos superiores deram início a uma sindicância para investigar as irregularidades da direção. Foi feito um documento confidencial enviado a uma autoridade do Conselho Universitário da USP, onde se explicitavam todas as mazelas e irregularidades da administração. Oliveira (1989) apresenta como anexo esse

³³ Em arquivo da Sessão de Comunicações de UNESP, foram encontrados dois registros de supostas ofensas sofridas pelo professor Daud Jorge Simão, primeiro por um estudante e depois, pela profa. Mary Amazonas junto a um grupo de alunas. Esses o teriam abordado “injustamente”, depois dele ter, aparentemente, feito campanha contra professores e o CAF dizendo serem comunistas. Coincidentemente, essas queixas referem-se justo à fase mais crítica da FAFI – dia 29 de setembro de 1961.

documento “confidencial”, no qual foram expostas as denúncias (este teria sido redigido pelo professor Erich Bugenhagen).

O texto do discurso de Cantoni anteriormente citado se inicia com um histórico desta crise. De acordo com o professor, de forma arbitrária a direção teria passado por cima do Conselho Estadual de Ensino Superior e da Secretaria de Educação e demitido os professores que julgava serem “incitadores de greves”. Associando a luta por sobrevivência da FFCL de São José do Rio Preto com a mesma pela defesa da escola pública, Cantoni conta como os estudantes se manifestaram diante da crise institucional:

Há um ano os alunos desta Faculdade se vestiram de luto. Interromperam suas atividades escolares, atravessaram a noite na feitura de faixas e cartazes, cercaram o quarteirão. Iniciaram aquele 27 de setembro com um comício nas escadarias da Faculdade, agora transformada em barricada. (...) Houveram-se com serenidade nas gestões anteriores. Lançavam-se, então e decididamente, à luta comum, pois, já em dois Departamentos desta Casa, professores e alunos decidiam, juntos, da matéria e da forma do ensino. Haviam arrostado, da administração e do ambiente social imediato, toda sorte de pressões, descomissionamentos, ameaças. Quando tudo parecia perdido, se dispuseram a perder ainda mais, o ano e talvez o curso, na limpidez reivindicatória de uma juventude que não se omitiu, não se intimidou, não se corrompeu. (Cantoni, 1964, p.41)

Nesta declaração de Cantoni, assim como em outros documentos, presume que durante a crise, novamente, houve o protagonismo dos estudantes. Desta vez, a resolução da crise teria sido desencadeada pela realização de uma greve em defesa da permanência dos professores e da FAFI.

No dia 29 de setembro de 1961, foi emitido ofício assinado pelo chefe de departamento de Pedagogia, Wilson Cantoni, encaminhado ao reitor da USP e apresentado ao coordenador dos Institutos Isolados pedindo afastamento do diretor Raphael Grisi, relatando a arbitrariedade das demissões e as improbidades administrativas do diretor. O ofício foi assinado pelos professores: Wilson Cantoni, Flávio V. di Giorgi, José Aluysio Reis de Andrade, Norman Maurice Potter, Casemiro, Orestes, Sarah, João Jorge, José de Arruda Penteado, Maria Edith do Amaral Garbogini, Barry Wayne Sherman, Buggenhagen, Heimer, Carlos Prospero, Helio Leite de Barros e Anoar Aiex.

Em setembro, chegou à Faculdade uma comissão de sindicância designada pelo Conselho Universitário da USP e foram nomeados os professores Paulo da Fonseca e Francisco Degni pelo Conselho Estadual de Ensino Superior e o reitor da USP para investigar as irregularidades. No

dia 27 de setembro, a comissão entrevistou na faculdade determinando o afastamento de Grisi por 90 dias e depois o exonerando em fevereiro de 1962. Consta como documento na dissertação de Oliveira um depoimento do professor José Aluysio Reis de Andrade à comissão no dia 19 de dezembro de 1961, esclarecendo detalhes sobre os fatos ocorridos e desmentindo acusações feitas por Grisi em documentação de defesa apresentada à comissão.

Os professores foram readmitidos, tendo seus contratos renovados por mais dois anos. O novo diretor foi recebido com “festa” e até homenageado pela turma de formandos de 1961: João Dias da Silveira, que também ocupava a direção da FFCL de Rio Claro, foi nomeado pelo então Conselho Estadual de Educação para coordenar o processo de regularização e dar continuidade à institucionalização da FAFI, que ainda não tinha seus cursos reconhecidos por lei.

Capítulo 3 – A FAFI e os movimentos sociais do período pré-regime civil militar

Em tempos de construção nacional de uma proposta democrática para o estado brasileiro, os anos 1950 foram marcados pelo curto mandato de Getúlio Vargas (1951-1954), por um governo provisório sob a tutela do exército e pelas eleições de Juscelino Kubitschek no final de 1955. O governo JK (1956-1960), de acordo com Toledo (1977), teria sido o ápice do período da ideologia “nacional-desenvolvimentista”, no qual a indústria brasileira se modernizou e as instituições estatais burguesas ganharam força de execução e expansão de seus projetos políticos e econômicos. Com seu Plano de Metas, o governo federal conseguiu impulsionar o capitalismo brasileiro com o incentivo para as indústrias automobilísticas, a extração mineral e os investimentos em infraestrutura nos setores de transportes e energético, além da construção da nova capital no planalto central, Brasília.

Esse momento de “progresso” foi quando a intelectualidade liberal conseguiu galgar os postos mais estratégicos na organização da educação estatal e colocar em prática alguns de seus projetos. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), criado em 1938, e a CAPES, criada em 1951, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, ficaram sob a direção de Anísio Teixeira entre 1955 e 1960. Junto ao projeto de desenvolvimento social e cultural contribuíram para a constituição de uma institucionalidade, que imprimiria um avanço técnico e científico no campo da educação. Em 1955 surge também o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e seus braços regionais (CRPEs) em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Esses centros tornaram-se núcleos de discussão de intelectuais das ciências sociais sobre a educação e de estudos sobre a articulação da pesquisa educacional e no campo do planejamento de políticas públicas. A USP foi a sede de um dos CRPEs mais atuantes durante os anos de governo JK (1956-1960) e importante articuladora da intelectualidade crítica.

Neste período, sob a perspectiva de construir uma nova mentalidade social e educacional para os brasileiros, o governo federal criou o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Esse foi um órgão que discutiu estratégias para a difusão de cultura e expansão da educação que se articulasse com o projeto de construção do capitalismo nacional. Como aparato ideológico, o ISEB trazia em sua produção a difusão do nacionalismo e do desenvolvimentismo, cumprindo

um papel relevante na definição dos eixos políticos dos projetos educacionais, dentro e fora das instituições de ensino superior, seja através de professores e funcionários públicos, seja através do movimento estudantil. (TOLEDO, 1977)

Uma das principais contribuições desse aparato institucional durante a segunda metade dos anos 1950 foi trazer a luz a situação concreta da educação brasileira e sua ligação com a desigualdade social existente em todo o país, polarizada entre as ricas regiões Sudeste e Sul, enquanto o Norte e Nordeste sucumbiam à miséria e à exclusão. Para esses ideólogos, em menor ou maior instância, resolver a questão educacional erradicando o analfabetismo e universalizando a escola primária seria um passo fundamental para contribuir para o desenvolvimento do país. Essa condição não era colocada apenas internamente, mas também indicada por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que tinha um órgão específico para cuidar das questões latino-americanas, a Comissão Econômica para Assuntos da América Latina (CEPAL), e um centro de controle de investimentos e financiamento, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Mesmo com todo esse aparelhamento ideológico, a burguesia liberal brasileira enfrentou novamente os católicos conservadores na discussão sobre o domínio da escola brasileira, configurando-se a disputa nesse período pautada na contraposição entre escola pública e escola privada, durante a tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. Essa discussão toma corpo em 1959, mas vai se definir apenas em 1961, durante a presidência de Jânio Quadros.

As críticas à desigualdade educacional brasileira estavam vinculadas a uma discussão ampla, na qual se pautava um projeto democrático para o país, onde representantes tanto da burguesia e das camadas médias quanto do proletariado disputavam a voz e a vez, dentro da polarização mundial capitalismo versus socialismo, instaurada durante a Guerra Fria. O Brasil submetia-se economicamente aos acordos com os Estados Unidos, mantendo-se adepto ao bloco capitalista, que se afirmava pelo reforço ideológico por várias vias: imprensa, escolas, igreja. Enquanto isso, organizações de esquerda, partidos e sindicatos pressionavam o Estado brasileiro a assumir uma postura mais comprometida com as demandas nacionais.

O governo JK conseguiu diminuir as pressões sociais pelo entusiasmo com que a classe trabalhadora via o crescimento econômico. Entretanto, no final dos anos 1950, esse clima de relativa paz se exauriu com o aumento da inflação e o “congelamento” dos salários, levando o país a uma crise e fazendo com que se multiplicassem os movimentos grevistas e sociais em todo o território nacional.

Nesse quadro, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era o principal representante das ideias socialistas no Brasil, defendendo uma aliança da esquerda com a burguesia nacional para promover uma “revolução nacional e democrática”. Junto ao PCB, as Ligas Camponesas surgiam como um movimento de trabalhadores rurais que denunciavam as condições precárias de trabalho no campo e reivindicavam o acesso a terra para subsistência. Também crescia a adesão dos estudantes às suas entidades representativas, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Estadual dos Estudantes (UEEs), cujas reivindicações pautavam-se na superação dos problemas sociais e culturais nos quais o país estava imerso. O analfabetismo e a fome no Nordeste eram motivo de fortes críticas internas e externas aos governantes brasileiros, fazendo com que se disseminasse a ideia de um “pacto de classes”, no qual todos os brasileiros teriam que se imbuir de esforços para tentar superar as condições de “subdesenvolvimento e dependência” brasileira.

Enquanto isso, o populismo característico desse período na política nacional tinha sua expressão máxima no estado de São Paulo. Kugelmas (1985, p.33) coloca que o quadro político do estado entre 1946 e 1964, era de “populismo tradicional”, onde os três maiores partidos brasileiros – União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tinham menos força do que determinadas lideranças políticas. O quadro político paulista se polarizava entre “adhemaristas” e “janistas” – Adhemar de Barros (criador do Partido Social Progressista) e Jânio Quadros (UDN) se alternaram no governo estadual e com sucessores de sua escolha, Lucas Garcez e Carvalho Pinto. Mas para o autor, as decisões de cunho econômico infraestrutural corriam a revelia da disputa política eleitoral, dependendo mais das iniciativas empresariais e privadas, ligadas ao executivo (como exemplo, a política energética surgida no governo Garcez). Quanto à “extensão por demanda de serviços públicos – saúde, educação, infraestrutura urbana”, estavam sujeitas as “relações governador-prefeitos e deputados estaduais-executivo”, ou seja, por dependerem da representatividade dos

deputados, descentralizavam-se as políticas públicas em detrimento da capital. De acordo com Kugelmas (1985), a tecnocracia passou a ser um dos elementos chave para a lógica da administração estatal, tanto que os governadores Garcez e Carvalho Pinto foram eleitos após terem exercido postos nas secretarias de Viação e da Fazenda, sem terem passado por carreiras políticas.

Durante o governo Carvalho Pinto (1959-1963) estabeleceu-se o Plano de Ação para o estado de São Paulo. Pautado em diagnóstico realizado sob a supervisão de um Grupo de Planejamento, tentando responder à fase de industrialização pesada e ao Plano de Metas do governo federal, a lei no. 5.444, de 17 de novembro de 1959, estabeleceu a forma de utilização de recursos e autorizava o executivo a realizar gastos nos próximos quatro anos “na execução de obras e serviços destinados ao aperfeiçoamento e atualização dos serviços públicos e ao desenvolvimento econômico social do Estado” (KUGELMAS, 1985, p.35).

Além dos grandes investimentos nos setores de energia elétrica, transportes, agricultura e abastecimento, a Secretaria de Educação recebeu significativo incentivo do Plano de Ação, principalmente para a construção de novos prédios que atendessem às demandas de ensino primário. O ensino profissional e o vocacional também receberam incentivos. Já em relação ao ensino superior, o maior aporte de recursos voltou-se para os Institutos Isolados do interior do estado (KUGELMAS, 1985, p.36).

Segundo Toledo (1993), após o período de ascensão da economia no governo JK, o Brasil passava às mãos de Jânio Quadros, ex-governador de São Paulo, eleito por sua força carismática. Jânio tinha posturas políticas controversas: enquanto fazia campanha pela moralidade e ética na política nacional, visitava Cuba e condecorava Ernesto Guevara após a Revolução. O Brasil foi colocado na berlinda interna e externa pelos defensores do capitalismo internacional e Jânio Quadros não pode sustentar as pressões. Enquanto isso se acirraram as disputas bélicas entre os dois eixos da Guerra Fria, antes resumida às divergências e disputas entre URSS e Estados Unidos, após 1960 com outro elemento desestabilizador: o avanço da influência política socialista na América Latina, marcada na figura de Che e Fidel Castro, protagonistas da Revolução Cubana.

Nesse período, a juventude universitária brasileira tornou-se símbolo de renovação e materializou suas aspirações na representação da UNE e das UEEs. Permaneceu ativa na construção de ações políticas e culturais, criando grupos de alfabetização e difusão cultural, que

através do teatro, da música e da poesia contestavam a ordem vigente e lutavam contra a dominação e opressão dos pobres no campo e na cidade. As instituições burguesas passaram a ser questionadas, com a influência das ideias comunistas que se expandiram nos meios estudantis e sindicais. Aumentavam os movimentos grevistas e surgiu, em 1962, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Essa organização intersindical foi gestada em São Paulo no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e reuniu sindicatos, federações e confederações do país todo (TOLEDO, 1993).

Com todas essas determinações, a FAFI se empenhava para não ser mais um “instituto isolado” e se inseriu nos debates e movimentos reformadores do período. Durante os anos 1959 e 1961, a FFCL de São José do Rio Preto se envolveu na discussão a respeito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o que culminou na adesão de boa parte do seu corpo docente e do CAF à Campanha em Defesa da Escola Pública. Como a instituição sofria com as implicações diretas das políticas públicas estaduais e nacionais para o ensino superior, professores e estudantes construíam não apenas no discurso, uma experiência que respaldasse uma proposta de Reforma Universitária. Imbuídos num movimento de mudança das relações institucionais e pedagógicas, desenvolveram várias atividades articuladas com os movimentos sociais nacionais, tornando a FAFI centro irradiador de contestação e popularização da cultura no interior do estado. Essa construção, por fazer emergir as diferenças de interesses entre as classes sociais locais e as contradições do capitalismo brasileiro, teria contribuído para a interrupção e extinção de seu projeto com o golpe civil militar em 1964. Mas será que foi esse mesmo o motivo da intervenção?

Com o aporte financeiro dos dois Planos de Ação do governo estadual e com a direção de João Dias da Silveira a partir de 1962, a FAFI finalmente conseguiu estruturar-se e organizar-se. Os professores, entusiasmados com os resultados das primeiras turmas formadas e com alguma experiência acumulada quanto à organização departamental e a articulação com os estudantes na parte didática-administrativa, impulsionaram um projeto que passou a sustentar, na posição desse estudo, a verdadeira singularidade da instituição. Aquilo que alguns autores teriam chamado de “experiência de reforma universitária”, teria sido o principal motivo, mas não o único, de seu desmantelamento com o golpe civil militar. Teria sim, pesado como justificativa para a

intervenção, a institucionalização de um projeto político pedagógico de formação de professores articulado com os movimentos sociais.

A articulação com os movimentos sociais se deu em vários momentos desde a estadualização da FAFI e que compuseram, na perspectiva de análise desse estudo, uma preocupação política e pedagógica fundamental: materializar como função da universidade pública a defesa do acesso a toda população brasileira à educação pública, laica, gratuita e de qualidade. Para tanto, estudantes e professores envolveram-se, principalmente, em três movimentos:

1) Na *Campanha em Defesa da Escola Pública*, por ocasião das discussões da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), promulgada em 1961;

2) No movimento pela *Reforma Universitária*, construído desde o final dos anos 1950 e que continuou mesmo após o golpe de 1964 até 1968, quando foram decretadas as leis do regime;

3) No *Movimento de Cultura Popular* promovido pelo Movimento Estudantil e pela *Ação Popular*, junto a política da JUC nacional e internacional.

Esses movimentos foram mais comumente denominados movimentos educacionais, pois traziam em suas pautas a especificidade da educação. Mas prefere-se aqui atribuir a denominação de movimentos sociais porque, dentro de suas pautas, articulou-se a defesa dos interesses das classes populares com um projeto educacional para o país. Além disso, neles não se envolveram apenas os estudantes e profissionais da educação, mas trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos e frações da classe média, que viam nessas pautas reivindicações democráticas históricas, que iam ao encontro de seus interesses diante das políticas conservadoras aos quais os brasileiros estavam submetidos.

No IPM da FFCL de São José do Rio Preto, os aspectos mais explorados nos depoimentos dos acusados de subversão pelos militares foram o envolvimento de professores e estudantes nesses movimentos educacionais: projetos de alfabetização popular, realização de eventos político-culturais contestatórios e na relação das práticas pedagógicas da faculdade com as críticas ao país e aos projetos dominantes. No inquérito, os militares exigem que todos os acusados e testemunhas contem qual era seu envolvimento com o Movimento Popular de Cultura (MPC), com o Grupo Universitário de Teatro Amador (GRUTA), com políticos e organizações de esquerda e com um movimento de trabalhadores rurais de Santa Fé do Sul, que teria causado

furor nas ruas da cidade. Mas, principalmente, o inquérito explora a relação de estudantes e professores com a Ação Popular (AP), organização de esquerda considerada perigosa no contexto de efervescência político-cultural do período.

3.1 – A luta em Defesa da Escola Pública: o envolvimento da FAFI na discussão do projeto da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação

A necessidade de uma lei orgânica que criasse normas uma organização administrativa, didática e orçamentária para a construção de um sistema nacional de educação, foi definida pela Constituição Federal de 1946, depois do período da ditadura do Estado Novo. Dentro da perspectiva de se promover um regime democrático em todas as faces do Estado, na ocasião, foi organizada uma comissão especial para elaborar um ante-projeto de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Essa comissão, liderada pelo ministro da educação do período, Clemente Mariani, resgatou as premissas do movimento renovador escolanovista e formulou uma proposta de discussões entre os anos 1947 e 1949. Xavier (1990, p.120-121) afirma que projeto foi inicialmente marcado pela polêmica entre o “autoritarismo da centralização” e a “democracia da descentralização” do sistema educacional.

Cunha (1983, p.110-113) relata com detalhes o processo de construção do debate do ante-projeto. A comissão para sua formulação tinha como integrantes Almeida Junior, Joaquim Faria Goes Filho e Celso Kelly, além de uma participação indireta de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. Um texto teria sido composto em oposição às propostas que estariam absoletas, representadas pelas ideias do regime democrático que se instaurava, versus aquelas que vigoraram durante o Estado Novo. Firmavam-se as polaridades: unidade na variedade x unidade pela uniformidade, democracia federativa x ditadura centralizadora, equivalência pedagógica x uniformidade pedagógica. Comparando-se a educação brasileira com as políticas educacionais norte-americanas e francesas, o texto dos reformadores defendia a instalação de um sistema de educação descentralizado, que garantisse ensino primário gratuito para a população em todo o território, mas não defendia o ensino secundário e superior gratuitos, sendo esses níveis restritos àqueles que “provassem falta ou insuficiência de recursos, isso condicionado ao desempenho escolar”. Numa proposta conciliatória entre os interesses das vertentes mais conservadoras com

as pragmáticas, o ensino médio teria que aproximar os estudos acadêmicos da formação profissional e tentou-se modificar o caráter de controle do governo federal sobre as instituições privadas e de ensino superior, defendendo a autonomia estadual e municipal na abertura e autorização do funcionamento dos cursos, além de autonomia financeira.

De acordo com Xavier (1990, p.125), essa proposta acabava reforçando as legislações anteriores, por defender uma atuação estatal meramente fiscalizadora e moralizadora, enquanto “não se eliminava a barreira educacional entre as classes sociais, mas ampliava a oferta de oportunidades educacionais para a classe média”. A proposta prioritária do projeto era a reformulação do ensino secundário, para o qual deveria se voltar todo o investimento estatal, ficando o ensino superior restrito aos estudantes considerados “melhores e mais esforçados”. O ante-projeto da LDB reforçava, portanto, a necessidade de “incentivo à iniciativa privada” pela escassez dos recursos públicos para se ampliar o ensino secundário, defendendo uma proposta elitista e meritocrática, que mascarava as demandas reais de democratização da educação.

Em relação ao ensino superior, os dispositivos que propunham a alteração do Estatuto das Universidades, apesar de defender a autonomia financeira, didática e administrativa das instituições, sinalizavam para a necessidade de subordinação do crescimento do sistema de ensino superior ao MEC, pela preocupação com a suposta multiplicação de escolas de má qualidade. Essa questão, indicada como problema por Anísio Teixeira durante a expansão das Faculdades de Filosofia nos anos 1940, foi pautada no anteprojeto, colocando-se como solução de manutenção da qualidade do ensino pela divisão entre o ensino secundário e superior em ciclos³⁴ e a restrição ao acesso a cada um dos níveis pela realização de exames classificatórios. Aos estudantes das escolas normais estaria restrita a realização de curso superior nas Faculdades de Filosofia. (CUNHA, 1983, p.115-116)

Quanto à liberdade das expressões políticas, o anteprojeto da LDB deixava a desejar, mantendo seu caráter restritivo e autoritário típico dos anos de ditadura. Nos artigos que definiam participação dos estudantes nos órgãos administrativos das instituições de ensino superior, mantinha-se o estabelecido no Estatuto das Universidades: constava apenas a

³⁴ Em nota, Cunha (1983, p.115) afirma que a proposta dos ciclos e dos exames não foi levada à prática. Esta consistia numa proposta exposta no livro *Educação no Brasil*, de Anísio Teixeira (1976), “em enxertar, no ensino superior brasileiro, o *college* norte americano e o *exame de estado* francês e alemão.

possibilidade de um representante para o Conselho Universitário, que seria o presidente eleito para o diretório acadêmico. Além disso, afirmava que eram “vedadas às escolas de qualquer grau as manifestações de caráter político-partidário ou de cunho antidemocrático” (CUNHA, 1983, p.116).

O projeto foi submetido à avaliação e discussão no Congresso Nacional. Após disputas que não foram publicizadas, o congresso vetou o anteprojeto e junto a ele, acompanhou parecer desfavorável do deputado Gustavo Capanema, em 14 de julho de 1949, arquivando o processo. O parecer de Capanema desautorizava o projeto, expressando uma discordância quanto aos critérios políticos alegados para defender a descentralização do sistema de ensino.

Enquanto adormecia o projeto de lei, os dirigentes das escolas privadas se organizavam e reivindicavam o aumento de subsídios para suas instituições. Reacendeu-se o debate da necessidade de um sistema de educação na segunda metade da década de 1950, de acordo com Cunha (1983, p.119), com a chegada de uma crise financeira após um período de expansão e prosperidade das escolas secundárias. O autor acrescentou:

Quando Campos e Capanema deram forma legal à política educacional autoritária (1930-1945) não contavam com suficientes recursos públicos para a multiplicação das escolas secundárias que se faziam necessárias para a formação das “elites dirigentes”, em particular dos quadros da burocracia do Estado em intenso crescimento e diferenciação. Os recursos governamentais destinados à educação estavam empenhados no ensino primário e no superior. Atraíram, então, a iniciativa privada para que subsidiada, promovesse a expansão do ensino secundário, para o que contavam com as simpatias da Igreja Católica, empenhada em exercer influência através da formação das elites dirigentes. Assim, em 1945, a iniciativa privada era responsável por 77% das matrículas do ensino médio. (Cunha, 1983, p.119)

Em 1956, já durante a gestão de Anísio Teixeira no INEP, ocorreu um congresso em Ribeirão Preto no qual o padre e deputado Fonseca e Silva disparou um ataque ao “pragmatismo columbiano e materialismo dialético” no qual se ancoravam as políticas do instituto. Imediatas respostas em defesa de Anísio Teixeira surgiram dos educadores da Associação Brasileira de Educação (ABE) e de professores secundários reunidos no IV Congresso dos antigos alunos da FFCL-USP, em janeiro de 1957. Estes últimos reforçaram também sua oposição ao ensino religioso nas escolas públicas, regulamentado no estado de São Paulo, e ao financiamento das

escolas particulares, a não ser que se dedicassem a oferecer gratuitamente educação à população pobre, “sem discriminação de credo”. (CUNHA, 1983, p.121-122)

Em novembro de 1958, o deputado e líder da UDN, Carlos Lacerda, junto a Perilo Teixeira, apresentaram dois substitutivos ao Congresso Nacional ao anteprojeto da LDB, retomando as conclusões do Congresso de Estabelecimentos Particulares de 1948 e fazendo uma “livre defesa” das famílias brasileiras terem direito de escolherem as escolas de seus filhos e a manutenção das escolas particulares com a suplementação do Estado. A partir de então, estava declarado o conflito central do debate da LDB: aqueles que defendiam a escola pública contra os defensores das escolas particulares.

O grupo que compunha os defensores da escola pública tinha uma formação heterogênea, composto por intelectuais de esquerda e políticos liberais. Os princípios desta defesa, ainda calcados nos ideais reformadores liberais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova³⁵, defendiam o projeto apresentado em 1948. O aporte ideológico do grupo atribuía como papel da escola pública ser “propulsora do progresso e propiciadora da redistribuição dos indivíduos pela escala social”. Defendiam a educação pública como parte do projeto delineado pelo ISEB e do desenvolvimento capitalista nacional. Enquanto isso, a Igreja Católica e os proprietários das escolas particulares, apoiados pelas alas mais conservadoras no governo, atacavam as propostas dos reformadores, situando-as como defensoras do monopólio do ensino pelo Estado e associando-as com a construção do comunismo. Argumentavam serem os renovadores “inimigos da liberdade de ensino e da democracia”.

Diante disso, foi lançado em 1º de julho de 1959 um novo documento feito pelos renovadores e assinado por vários intelectuais e artistas: o “Manifesto dos Educadores Democratas em Defesa do Ensino Público - Mais uma Vez Convocados, destinado ao povo e ao governo”. Nesse sentido, Xavier (1990) acrescenta:

³⁵ Com o movimento renovador na educação a partir dos anos 1930, que trazia as diretrizes e críticas da Escola Nova, o projeto institucional da burguesia liberal ganhou força ideológica para disputar com as oligarquias rurais e a igreja católica a instrução dos brasileiros. Principalmente a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, a educação pública ou estatal passou a representar importante instrumento de produção e reprodução do projeto burguês para a sociedade brasileira. Caberia ao ensino superior, de preferência às universidades, o papel de formador das classes dirigentes, tendo que avançar didática e organizativamente em sua estrutura. Os principais expoentes desse movimento foram Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, que se tornaram lideranças dos projetos educacionais nos governos posteriores.

Voltam, contudo, sem a força e a coesão de um movimento definido doutrinariamente como fizeram crer na década de 30, mas como parte de uma frente ampla de repúdio que mobilizou intelectuais progressistas de tendências diversas, unidas em torno de uma causa comum, a defesa da escola pública.

(...) Pela primeira vez na história dos debates educacionais no Brasil a questão crucial da função da destinação do sistema educacional veio à tona para além das idealizações doutrinárias e da retórica demagógica (Xavier, 1990, p.134/135).

Esse novo manifesto reforçava as concepções de escola e de sistema educacional que defendiam os renovadores liberais, tendo apoio explícito novamente do jornal *O Estado de São Paulo*, desde os anos 1930 porta voz da burguesia liberal paulistana. Nos editoriais e matérias do jornal travou-se uma batalha ideológica entre os dois lados, ficando clara a posição em defesa da escola pública através das manifestações de seu proprietário, Júlio de Mesquita Filho e de intelectuais paulistas de peso, como Florestan Fernandes e Fernando de Azevedo.

Pela ampla divulgação na imprensa e em conferências realizadas por todo estado de São Paulo, a Campanha em Defesa da Escola Pública ganhou aliados do movimento estudantil e da classe trabalhadora. Em uma convenção realizada em 1960 pela UEE, publicou-se uma “Declaração de Princípios”, divulgada por uma Comissão Estadual de Defesa da Escola Pública. A UNE e a UEE paulista apresentaram teses nos congressos estudantis defendendo a escola pública e planejaram até uma marcha a Brasília, que não foi realizada. O envolvimento do movimento operário se deu principalmente em três convenções operárias realizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, durante o ano de 1961 (OLIVEIRA, 1989).

A comunidade institucional da FAFI se envolveu profundamente nesse debate e tomou a linha de frente junto aos renovadores na Campanha em Defesa da Escola Pública. O Centro Acadêmico de Filosofia da FAFI, principalmente, se envolveu na campanha junto aos estudantes da UEE e da UNE, contra o chamado “substitutivo Lacerda”. Nas atas das assembleias do CAF expõem uma posição contrária ao projeto em tramitação, ressaltando principalmente ao art. 3º, do item II, do substitutivo 2.222/57, no qual se propunha “[...] entrega das verbas da escola pública aos proprietários de estabelecimentos particulares de ensino”.

A entidade promoveu vários debates públicos sobre a LDB, contando em um deles com a presença de Florestan Fernandes, líder da Campanha em Defesa da Escola Pública. Attab (1973) e Oliveira (1989) relatam o episódio ocorrido no dia da conferência, no qual houve uma passeata

no centro da cidade com a presença de trabalhadores rurais de Santa Fé do Sul, liderados por Jofre Correa Neto e que teria causado grande polêmica nas alas conservadoras da faculdade e da cidade. A cidade espantou-se com a manifestação, numa ocasião onde se discutia o caráter público da educação, interpretando de forma enviesada a declaração em apoio à causa pelos trabalhadores rurais.

Documentos e artigos de jornais registram o envolvimento da instituição na Campanha, expressando claramente o posicionamento dos professores da FAFI a respeito de como e por que deveria se defender a escola pública. Logo, a Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto ficou conhecida pelo seu engajamento na questão e, de certa forma, acabou contribuindo para a associação da causa da defesa da escola pública com uma defesa do socialismo, o que era oportuno para os privatistas que queriam desqualificar as ideias reformadoras liberais e para os políticos locais que discordavam do projeto da instituição.

O primeiro documento escrito e publicado na imprensa foi apresentado por Cantoni no livro “Uma Experiência de Reforma Universitária”, de 1964, corresponde a uma “Carta aberta a Anísio Teixeira” intitulada *Em Defesa da Escola Pública*. Trata-se de um abaixo assinado dos professores da Faculdade, manifestando solidariedade ao coordenador do INEP, Anísio Teixeira diante do pedido de afastamento do educador de suas funções, que fora apresentado pelo Episcopado Católico de Porto Alegre, além de uma Carta da Pastoral dos Bispos da província de Belo Horizonte. Publicado em 3 de maio de 1958, antes mesmo da publicação do “Manifesto Mais uma Vez Convocados”, traz uma argumentação elaborada sobre improcedência das acusações feitas pelos bispos gaúchos e mineiros, que pediam a cabeça de Anísio por considerarem suas proposições uma defesa do comunismo e do monopólio da educação pelo Estado. Este documento foi publicado na Revista Anhembi, em agosto de 1958, num artigo de Paulo Duarte e reproduzido na dissertação de Oliveira (1989, p.177-178) como importante manifestação da FFCL de São José do Rio Preto frente ao “mutismo da FFCL da USP” (DUARTE apud OLIVEIRA, 1989, p.535).

No texto, inicialmente, se combatia a ideia de que a escola particular vinha sendo preterida pelo governo, afirmando que esta receberia verbas consideráveis em relação ao investimento no ensino público e que era pouco fiscalizado. Em seguida, usando vários trechos do memorandum e da carta escrita pelos episcopados, desmontam um a um os argumentos

católicos, reiterando as ideias do movimento liberal renovador de defesa da descentralização da administração escolar, da escola universal, gratuita e leiga. Desmistificam o suposto socialismo das declarações de Anísio, que defendia a escola pública como locus privilegiado de conciliação de classes e que o ensino religioso não estaria ameaçado pela defesa da universalização da escola. Denunciam, ainda, a real intencionalidade da Igreja de que o Estado, além de subsidiar suas instituições, continuasse a conceder a elas autonomia didática e administrativa. Acrescentam que não é o ensino particular que estava na defensiva, e sim, o “ensino público universal, gratuito e eficiente” que estava ameaçado. Nesse sentido, defendem o ensino público como conquista democrática importante para a adequação das sociedades modernas às exigências da “industrialização, urbanização e secularização da sociedade e da cultura” e reforçam que a liberdade estaria garantida apenas pela popularização da escola. Colocam, então, sua posição:

Se, no governo do povo e pelo povo, a educação deve ser cada vez mais e, necessariamente, levada às amplas camadas populares e trabalhadoras, para que saibam querer e autogovernar-se, apenas o Estado dispõe, de um lado, dos recursos indispensáveis à realização dessa grandiosa tarefa histórica e, de outro, somente o Poder Público pode e poderá assegurar a liberdade de consciência e de ação, sem as quais o regime democrático é uma farsa sombria e o progresso do conhecimento fica entravado por perseguições e pontilhado de vítimas da intolerância e do obscurantismo (Cantoni, 1964, p.10)

O texto também contém conclusões sobre a realidade da educação nos seus diferentes níveis: dificuldades quanto à organização do ensino básico, atraso nos ideais pedagógicos presentes no ensino médio, mínimo acesso da juventude ao ensino superior e o desafio de tornar esse último instrumento para “a compreensão e a planificação democrática das atividades sociais”. Mas os autores se debruçaram principalmente na exposição das diversas manifestações da Igreja Católica quanto a restringir a liberdade de expressão e de opinião, a ponto de distorcer a intencionalidade liberal de Anísio Teixeira e citam até o pedido do Arcebispo do Rio de Janeiro que o Executivo e o Congresso aprovassem uma Lei de Fidelidade ao Regime³⁶, pela qual seria criado um tribunal especial para julgar “crimes ideológicos” e onde se permitiria ampliar as delações. E advertem: “ameaçar perigosamente a liberdade de pensamento, de informação e de

³⁶ Essas leis ainda não estavam em vigor, mas quando foram instituídos os IPMs e após o AI-2, criaram-se de fato instituições e legislação próprias para julgar casos de “fidelidade ao regime”. Os termos de fé democrática, encontrados no IPM da FFCL de São José do Rio Preto, expressam essa exigência política-religiosa-legal.

cátedra” e “que punirá com eficiência não os efetivos amigos da democracia (...), mas sim os que protestarem contra os abusos e violências que sejam praticados em nome dela”.

E após reforçar o anacronismo nas ações do episcopado católico e manifestarem solidariedade aos esforços “constitucionais e patrióticos” de Anísio Teixeira, os professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Preto afirmam:

Protestamos contra as tentativas de intimidação e amordaçamento dos homens que exercem construtivamente esta crítica, especialmente quando tem responsabilidades na administração pública do ensino. (...) a escola leiga ou pública não é materialista porque sendo ela a escola de todos, é a única que não se torna instrumento de uma doutrina, Igreja, partido ou ideologia. É estritamente neutra, como poder público autônomo em sua função, em todas as divergências de opiniões ou crenças que dividem os homens conforme seu meio, confissão ou classe. (Cantoni, 1964, p.15)

Encerram o manifesto reafirmando sua defesa à escola pública:

Reivindicamos a extensão da escola pública, universal, gratuita e atualizada, por ser a única acessível à esmagadora maioria de nosso povo, por ser a única capaz de assegurar a liberdade de consciência e ação em matéria de ensino, por ser a mais indicada para atender às necessidades do progresso material e espiritual de todos os brasileiros. (Cantoni, 1964, p.16)

Assinam esse manifesto os professores Wilson Cantoni, João Jorge da Cunha, Rodolpho Azzi, Norman Maurice Potter, José Aluísio Reis de Andrade, Casemiro dos Reis Filho, Sarah Rottemberg, Alberto Pinto Dias, Orestes Nigro e Lucio Antonio Olival.

Para reforçar sua posição e o apoio às ideias do “Manifesto de 1959 - Mais uma vez convocados”, dos mesmos signatários do Manifesto da Escola Nova de 1932, a FAFI publicizou um manifesto próprio: *A Escola Pública e o Desenvolvimento Nacional*, dirigido à Presidência da República, contra o Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, depois que o projeto de lei foi aprovado pela Câmara Federal. O documento, datado de 21 de abril de 1960, tratou-se de novo abaixo assinado e que ficou conhecido como o “Manifesto da FFCL de São José do Rio Preto”. Esse foi publicado em vários jornais do período, inclusive pelo jornal o Estado de São Paulo e consta no livro organizado por Roque Spencer Maciel de Barros intitulado “Diretrizes e Bases da Educação”. Nesta obra, estão compilados todos os artigos e documentos referentes à discussão da LDB, entre 1958 e 1961.

O manifesto de Rio Preto inicia com o repúdio ao caráter “ideologicamente retrógrado e tecnicamente inepto” do projeto de lei da LDB apresentado, que seria um “amálgama confuso de normas gerais e regulamentos particulares” inadequados à realidade de luta contra o “subdesenvolvimento cultural do povo brasileiro”. Em seguida, discorreu-se sobre a defesa deliberada dos interesses privados que representavam o projeto e sobre as ilegalidades nele propostas, mostrando o retrocesso nas conquistas liberais para a escola brasileira. Denuncia o corporativismo e regionalismo implícito nos artigos que se referem à composição dos Conselhos Federal e Estaduais e ao desvio de verbas públicas para financiar escolas particulares, sem que elas precisassem se submeter a quaisquer fiscalizações ou avaliação realizada pelo Estado. O projeto não resolveria “o problema da descentralização administrativa e da centralização ideológica do ensino”, assim como representaria ameaça a uma “formação de consciência nacional” e a distribuição dos recursos da educação, entregando-a a usufruto de interesses particulares. Nesse ponto, fez-se uma alusão a situação dos Estados Unidos, onde a falta de planejamento e a orientação privatista expuseram sua educação à competição internacional, levantando, o que poderia acontecer ao Brasil, onde não haveria consenso sobre o projeto de educação nem entre as classes dirigentes.

O manifesto esclarecia também o que não propunha o projeto de lei, que contrariava a Constituição Federal e negligenciava todas as análises feitas a respeito da realidade da educação brasileira naquele momento:

não estatui o ensino primário como gratuito e obrigatório. Não define quais sejam as diretrizes pedagógicas do ensino primário, médio e superior, no que deveria ser cuidadoso e explícito, limitando-se a generalidades sem nenhum significado prático. Não se dispõe a extinguir o analfabetismo da metade da população brasileira. Não altera a estrutura colonial do ensino médio, nem se lembra de criar um sistema nacional e público de ensino técnico-industrial capaz de atender às imperiosas exigências de uma sociedade que, ou se industrializa aceleradamente, ou caminha para a miséria. Não se dispõe a organizar o ensino superior de maneira a habilitá-lo a prover tanto as necessidades de um ensino médio modernizado quanto às tarefas que lhe cabem no desenvolvimento material do País e na descolonização da Inteligência nacional.

O projeto adia, de maneira indefinida, a solução do problema da formação profissional específica para o magistério, rebaixando as exigências mínimas, já de si insatisfatórias, da legislação em vigor. (Cantoni, 1964, p.19-20)

Colocando, portanto o projeto como explícita ameaça à “democratização da educação e da cultura” aos brasileiros, os professores manifestaram-se em defesa da escola pública:

Nós, professores democratas, que trabalhamos em uma Faculdade nova, do interior de São Paulo, para vincularmos a educação aos problemas reais do país e da vida diária de nossos alunos, reafirmamos nossa solidariedade à escola pública, gratuita e universal, a única que assegura a liberdade de ensino e pesquisa, a única que não permite preconceitos de classe, raça ou religião, escola que só não admite a intolerância, porque mantida com o dinheiro de todos, é de todos. (Idem, p.20-21)

Os professores da FAFI que assinaram esse manifesto são: Wilson Cantoni (redator), Michael Lowy, Carlos Funari Prosperi, Sarah Rottemberg, Carlos Assis Pereira, João Jorge da Cunha, Orestes Nigro, Anoar Aiex, Rodolpho Azzi, Hélio Leite de Barros, Mércia Scarano, Estevão Nador, Norman Maurice Potter, José Aluysio Reis de Andrade, Roberto Nogueira Cardoso, Flávio Vespasiano Di Giorgi, Jamil Almansur Haddad, Maria Edith do Amaral Garboggini, Nancy Isabel Campbell, Casemiro dos Reis Filho.

Outro documento constante no livro de Cantoni (1964) e que também foi publicado no livro das Diretrizes (1960, p.123-126) é um artigo que teria sido solicitado pela UNE, de acordo com o autor. “Querem a liberdade da escola porque não a querem na escola” foi escrito por Cantoni e publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, em 20 de fevereiro de 1960, compondo um corpo de publicações realizadas por esse veículo, num esforço de divulgação e ampliação do debate da LDB e da Campanha em Defesa da Escola Pública, junto a outros intelectuais como Florestan Fernandes, Roque Spencer Manuel de Barros e Fernando Henrique Cardoso.

Cantoni (1964, p.22-25) combateu em seu texto, uma a uma, as acusações dos defensores do projeto da LDB, de que o laicismo na escola pública a inabilitaria como promotora da liberdade religiosa. Contrapôs-se ao argumento dos conservadores de que, em “matéria de princípios”, por ser a escola instituição apropriada a “educação integral dos jovens”, se fosse fundamentada no monopólio do ensino pelo Estado, impediria a liberdade de ensino e se tornaria, conseqüentemente, antidemocrática.

Cantoni apresentou os aspectos democráticos da escola pública em relação a sua função de difusão de valores educativos e morais universais, colocando-a como instrumento importante para o progresso científico, cultural e social. Essa perspectiva de defesa da liberdade de ensino e de pesquisa foi a base para o autor diferenciar a escola pública da confessional: o papel da escola

pública e leiga seria difundir “verdades humanas não absolutas” e historicamente construídas pela sociedade e sua função, favorecer o “desenvolvimento de todas as potencialidades humanas”, não fazendo distinção entre raça, credo sexo ou perspectiva ideológica. Nesse sentido, ela não poderia ser considerada, portanto, neutra por princípio, pois defenderia a liberdade de consciência e não de defesa de uma determinada perspectiva, dentro de padrões de moralidade pré-estabelecidos.

Por fim, Cantoni expôs também uma crítica aos métodos de ensino tradicionais ainda predominantes nas escolas confessionais: afirmou que, para se garantir uma escola pública e leiga que quebrasse “com todos os obstáculos sociais que impediam, pela violência física ou ideológica, o acesso de qualquer parcela da sociedade a todos os bens materiais e espirituais da cultura e da civilização”, o monopólio do ensino pelo Estado seria justificável. Esta condição seria a garantia constitucional da liberdade e “condições concretas de existência social” para os brasileiros.

Junto aos professores que se envolveram intensamente com o debate, os estudantes da FAFI se manifestaram de outras formas, demonstrando sua insatisfação com o projeto privatista da LDB. Além da conferência de Florestan Fernandes promovida pelo CAF, os estudantes realizaram debates entre políticos e professores locais. Um desses debates, inclusive, provocou uma discussão na imprensa local a respeito da posição que deveria assumir a câmara municipal frente à Campanha em Defesa da Escola Pública. O jornal Diário da Tarde era porta voz da Campanha, enquanto o Correio Araraquarense abria espaço para a reação do presidente da câmara, Raul Antonio Tauyr (PRP-PDC) e seu defensor, Daud Jorge Simão, que eram a favor do projeto da LDB e queriam que a câmara realizasse nova votação, quando teriam perdido quando a câmara não o apoiara. Foi exposto o debate entre os professores da FAFI e alguns políticos locais, que atribuíram aos professores posições políticas afinadas ao comunismo e por isso, defenderiam a escola pública.

Em defesa da escola pública e da opinião crítica dos professores da Faculdade, primeiro João Jorge Cunha se manifestou e depois, em 30 de junho, no Diário da Tarde foi publicada uma entrevista com José de Arruda Penteadó, que compôs uma Comissão em Defesa da Escola Pública. Esta comissão tinha viajado para Brasília para conversar com senadores a respeito do projeto e foi composta por Florestan Fernandes, como representante da Associação dos Ex-Alunos da USP e professor dessa universidade, José Bastos, Secretário Geral do Conselho

Sindical de SP e secretário do Sindicato dos Metalúrgicos da capital, Martin Arrudão, presidente da União Estadual de Secundaristas e Luiz Marinho, presidente da UEE – SP, além de Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*.

Apesar de tantos esforços e mobilizações, o projeto da LDB foi assinado pelo presidente João Goulart enquanto o país estava sob regime parlamentarista. Mas para os integrantes da Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto, restou ainda uma controversa disputa local e acirraram-se as divergências políticas. Após esses episódios e com o apoio da imprensa de ocasião, a Faculdade foi ganhando fama de “centro comunizador”. Tanto que os artigos acima citados fizeram parte do corpo documental apresentado pelo professor Celso Abbade Mourão no IPM (1964, vol.1, p.189-197), durante seu depoimento acusatório.

Durante a Greve do 1/3, em 1962, no contexto de discussão do projeto de Reforma Universitária, os estudantes do CAF, partícipes da greve, pautaram novamente o artigo 78 da LDB (n.4024/61), que se referia à participação discente nos órgãos colegiados. A participação dos estudantes nos departamentos funcionava antes da greve e seria um dos pontos fortes de argumentação e de diferenciação da FFCL de São José do Rio Preto, dentre outras instituições de ensino superior no Brasil, ponto que será discutido a seguir.

3.2 – A FFCL na luta pelas reformas de base e a Reforma Universitária

Com a renúncia de Jânio Quadros após pressão das bases mais conservadoras do governo, aumentou o clima de instabilidade política no país. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com o apoio do III Exército impediu um golpe da ala conservadora militar e garantiu a posse do vice-presidente João Goulart. Junto a Brizola, a UNE e a CGT encabeçaram uma Campanha pela Legalidade³⁷, apoiando a permanência de Goulart na presidência. Jango conseguiu permanecer no governo, mas dentro de um regime parlamentarista, com liberdades de governança restritas, prevendo-se um plebiscito para o final de 1962. Nesse plebiscito, a maioria da população brasileira votou a favor do presidencialismo e devolveu a Jango plenos poderes executivos.

³⁷ Oliveira (1989, p.169) afirma que a FAFI, mesmo imersa na crise em 1961, envolveu-se na defesa da posse de João Goulart.

João Goulart, membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), gozava de amplo apoio político dos movimentos sindicais e de franca oposição dos partidos conservadores, UDN e PSD. Por seu histórico populista e popular, ganhou aliados dos movimentos sociais e da esquerda quando anunciou sua intenção de realizar reformas na estrutura e organização política, econômica e social do país. O plano de Reformas de Base incluía a Reforma Agrária, a Reforma Tributária, a Reforma Urbana e a Reforma Universitária. Essas reformas convergiam para anseios da esquerda e de grande parte da população, o que aumentou a base aliada do governo, mas desagradou à ala da burguesia mais conservadora, militares e empresários estrangeiros, que viam no plano de reformas uma ameaça para os acordos econômicos e políticos já firmados.

Jango, em suas declarações e acordos econômicos, deixava claro sua contrariedade quanto a interferência dos Estados Unidos na política econômica nacional, o que também causava polarizações nas posições políticas dos brasileiros. O discurso nacional desenvolvimentista continuava a ter apelo, tanto na direita e quanto na esquerda, mas seguindo com um processo de conscientização dos brasileiros sobre a dependência comercial e financeira do país em relação aos países ricos. A desigualdade social aumentava, provocando um questionamento quanto à estrutura fundiária e à submissão brasileira aos acordos imperialistas, multiplicando as manifestações de insatisfação em todo o país.

Nesse processo de acirramento de disputas políticas, a educação era vista como um dos principais indicadores de subdesenvolvimento (o analfabetismo atingia mais de 50% da população), fazendo surgir inúmeras propostas de reestruturação e de institucionalização. Mantinha-se a ideia de investimento no ensino técnico e profissional e cada vez mais se construía o discurso da necessidade de expandir o ensino primário. Além dos investimentos na construção de escolas de nível primário e secundário, os programas de alfabetização de adultos se multiplicavam com os projetos de educação popular, promovidos pela Igreja Católica e organizações políticas.

Enquanto cresciam os clamores pelas reformas, a reação conservadora se articulava aos empresários estadunidenses, para impedir a instalação do que argumentavam ser um regime socialista no Brasil. O surgimento do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) como contraponto ao ISEB, e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundo de doações de empresários e do governo estadunidense para financiar agremiações militares e organização de

blocos suprapartidários de deputados e senadores, representaram uma aliança das elites conservadoras e organização da manipulação da opinião pública. Com o discurso de defesa dos interesses da democracia nacional e da paz, a burguesia nacional conservadora e os EUA tentavam espalhar a repulsa ao comunismo, temendo a influência da Revolução Cubana no país. Enquanto isso, o ISEB e o movimento estudantil teciam críticas ao imperialismo estadunidense e reforçavam que se devia expandir a necessidade de um projeto nacional autônomo. (DREIFUSS, 1981)

Nesse contexto de acirramento da luta de classes, após a execução dos Planos de Ação do governo Carvalho Pinto (1959-1963), que impulsionaram a indústria paulistana, Adhemar de Barros assumiu novamente o governo do estado de São Paulo (1963-1966), trazendo a organização do Conselho Estadual de Educação (CEE) e do Conselho Estadual de Ensino Superior (CEES), uma nova divisão que cuidaria da administração dos Institutos Isolados do interior. Esses órgãos continuariam a ter representantes do Conselho Universitário da USP em sua composição e propunham-se a “regularizar” a situação de várias instituições do interior do estado, que estariam funcionando sem reconhecimento.

Dentre os movimentos em defesa das Reformas de Base, além da Reforma Agrária, a Reforma Universitária angariou apoio das diversas frações da classe trabalhadora e inclusive, enfrentado a reação conservadora. Estudantes e membros da intelectualidade da esquerda foram os primeiros a reclamar para a necessidade de uma Reforma Universitária, desde o governo JK, e a discussão tomou corpo durante a elaboração da LDB. As crises sucessivas das universidades junto às críticas aos “modelos” de instituições instaladas no país indicavam que o ensino superior brasileiro precisava se renovar para que pudesse encampar as mudanças econômicas e sociais promovidas pelo desenvolvimento do país. Assim, como já foi abordado, o ensino superior, de acordo com a intelectualidade e quadros técnicos-políticos, teria um papel importante com a produção de pesquisa e de especialistas, ampliando sua articulação com a sociedade e sendo a grande responsável pelo avanço tecnológico e cultural na superação do subdesenvolvimento.

A UNE, entidade nacional de representação dos estudantes universitários, desde o início de sua existência, fazia a crítica ao caráter elitista e escolástico do ensino superior brasileiro e a partir de 1956, com sua direção formada por uma “coalizão de jucistas socialistas independentes e comunistas”, passou a pautar mais sistematicamente as reformas educacionais integradas às

propostas nacionalistas do período. (CUNHA, 1983, p.216) Tentava combater, principalmente durante o debate da LDB, a política privatista para a educação e exigia do Estado um maior controle sobre a qualidade do ensino e da pesquisa nos institutos isolados. Enquanto isso, o IPES representando a aliança da burguesia e de forças antagônicas às reformas propostas pelas alas “progressistas”, defendia uma modernização do ensino superior que seria indispensável para o desenvolvimento capitalista, além da extinção das cátedras e uma “integração com o meio”, mas que não se relacionava com a visão estudantil de relação da universidade com a sociedade. A burguesia conservadora defendia a integração entre a universidade e a empresa, além do pagamento do ensino superior e da institucionalização da educação moral e cívica. (CUNHA, 1983, p.145-147)

Fernandes (1992, p.528-529) contextualiza o surgimento da discussão sobre a necessidade da reforma universitária no Brasil. O autor fala que, depois de se tentar superar tantos defeitos do ensino superior relacionados às escolas tradicionais e às universidades conglomeradas, aumentaram as pressões da intelectualidade crítica, dos setores da pesquisa científica e dos movimentos políticos, a ponto de forçarem a uma idealização de um novo projeto de universidade. A idealização de uma universidade brasileira tinha como objetivo a tentativa de superar, tanto os impasses das demandas quantitativas e qualitativas das novas exigências da população urbano-industrial, quanto a precariedade de atendimento dos antigos modelos aos “novos requisitos educacionais e culturais da civilização urbano-industrial. Isso culminou na conclusão de que não adiantava construir mais instituições e mantê-las num padrão de qualidade inferior, surgindo então várias propostas de projetos para a reformulação do sistema universitário. Essa efervescência teve o envolvimento de vários setores da sociedade na construção de um projeto de universidade para o Brasil e se configurou como movimento social, atingindo seu ápice no final dos anos 1950.

Ainda segundo Fernandes (1992, p.530), buscava-se, no período, a racionalização dos recursos e o aproveitamento das condições materiais para se gerar uma autonomização dos processos educativos e de produção científica. Buscava-se o que ele chama de “universidade multifuncional e integrada”, na qual a organização institucional dependeria de todos - professores, estudantes, pesquisadores e administradores, que teriam como tarefas internas, desde a reconstrução e adaptação das estruturas e funcionamento das faculdades até os mais gerais,

buscando sua função social de adequar a instituição às necessidades de “negação e superação da dependência cultural e superação do subdesenvolvimento educacional”.

Essa ideia de superação das estruturas arcaicas era força motriz para impulsionar o espírito vigente na FFCL de São José do Rio Preto, o que a levou a aderir ao movimento pela defesa da Reforma Universitária, tanto na teoria quanto na prática. Sob essa perspectiva, os professores e estudantes da FAFI imprimiam um esforço em, não apenas realizar a crítica e reivindicar uma reforma para o ensino superior brasileiro, mas tentavam construir em sua prática política e pedagógica um exemplo a ser seguido. Assim como foi exposto no primeiro capítulo, essa tentativa de criar uma nova dinâmica de administração e educação na instituição tinha em sua base a organização departamental, a participação dos estudantes nos órgãos diretivos e planos de ensino e a redefinição do trabalho em equipe, voltado para a resposta ao real, às necessidades dos riopretenses e da sociedade como um todo.

Tentando definir melhor isso, o professor Wilson Cantoni publicou, no início de 1964, a coletânea de textos escritos por ele e outros professores, durante os anos de 1958 e 1963, já anteriormente citada, sistematizando a experiência da FFCL de São José do Rio Preto e os posicionamentos políticos de parte dos professores e estudantes, frente às questões da época, principalmente no tocante ao debate da discussão sobre a LDB e sobre a Reforma Universitária.

Curiosamente, o título da tese de Attab é o mesmo que o da publicação do professor Cantoni: Uma Experiência de Reforma Universitária. Mas em nenhum dos trechos da tese a autora fez qualquer alusão à publicação de Cantoni, atribuindo a questão da Reforma Universitária da FFCL como legado de discussão com o professor José Aloísio Aragão. Para a autora, a experiência de “Reforma Universitária” da faculdade teria incorrido como medidas de mudanças na organização e nas relações internas, principalmente na relação professor-aluno, e não em transformações de ordem estrutural e com interlocução com as discussões nacionais. Essa reforma interna teria proporcionado uma “malograda experiência”, na qual as tentativas de inovação só teriam servido para acirrar os conflitos locais e acelerar o término do projeto da instituição. Mas a autora justifica que o estudo, feito pouco tempo depois do início da ditadura, optava por uma perspectiva mais subjetiva do que objetiva, por ser assunto de caráter ainda polêmico entre aqueles que teriam vivenciado o período.

Fruto da discussão nacional sobre a Reforma, a FAFI promoveu debates e se posicionou publicamente em relação à questão. Na obra de Cantoni consta o documento *A representação dos alunos e a Reforma Universitária*, dirigido ao Conselho Federal de Educação, em 27 de junho de 1962. Este texto teria sido escrito na ocasião da Greve do 1/3, quando os estudantes reivindicavam sua participação nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior. (ANEXO V) Um grupo de professores da FFCL de São José do Rio Preto afirmou ser o momento dessa reivindicação oportuno para apresentar a experiência universitária da FAFI, mostrando assim o “mérito pedagógico da reivindicação”. (CANTONI, 1964, p.34)

Ao afirmar que seria essa a contribuição da FFCL de São José do Rio Preto para a reforma universitária, ressaltam no documento a representação discente como “o fundamento da democratização e da racionalização das relações institucionalizadas de ensinar e aprender”, diferente de outras instituições que teriam projetos reformadores como a Universidade de Brasília e a Universidade do Ceará, mas que não tinham representação dos estudantes nos departamentos.

Em seguida, colocou-se a realidade na qual foi instalada a FFCL de São José do Rio Preto: “exemplo de expansão e renovação” do Sistema de Ensino Superior de São Paulo, não teria sido “fruto de planejamento prévio” e nem foi “amparada por dotações orçamentárias adequadas”. (CANTONI, 1964, p.37) Relataram também todas as dificuldades e crises pelas quais a instituição passou para sobreviver:

(...) sofreu por quatro anos todas as agruras de uma Direção onipotente e relapsa, omissa e rotineira, erigida em árbitro de seu destino pela não existência de Congregação ou de representação nos órgãos que a dirigiam. Sem equipamento elementar, com vários meses de vencimentos em atraso, muitos de seus professores se viram, finalmente, coagidos em seus direitos básicos de cidadãos por cláusula inconstitucional na proposta de contrato que lhes era oferecida, quando o obscurantismo identificava, na defesa da Escola Pública, uma atividade subversiva. Vários desses professores foram demitidos com aviso prévio de um dia. Pretendia-se fechar a Faculdade, embora fosse o Instituto Isolado de maior número de alunos. (idem, ibidem)

Esse trecho referia-se, essencialmente, à crise ocorrida em 1961, anteriormente relatada. Afirmou-se também que a faculdade não fechou por esforço e mérito de um projeto nos quais “jovens provincianos, antes pouco preocupados com os problemas da educação superior”, teriam participado da “luta pela defesa da liberdade de pensamento e investigação, no esforço de

construção de uma universidade racional, democrática e socialmente útil”. Seguindo a defesa dos princípios constitucionais liberais e da Reforma Universitária, os estudantes da FAFI, de acordo com os professores assinantes do documento, teriam protagonismo na manutenção de práticas e valores educativos responsáveis. Depois, testemunharam o quanto a participação discente nos órgãos didáticos e administrativos de uma instituição de ensino superior seria pressuposto para a constituição de “qualquer programa de democratização e racionalização” e uma aposta na maturidade e coresponsabilidade quanto aos problemas ligados a sua formação e a educação.

Articulando essa condição com a proposta de Reforma Universitária, o documento apresenta que a representação discente devia ser construída na base da organização didática-administrativa, os departamentos, e não ser concedida como “concessão de cúpula”. A organização departamental e a representação discente não colocariam em risco a liberdade de cátedra, mas sim, poderiam proporcionar uma “reorganização das relações sociais e pedagógica dentro da escola”, permitindo uma “afirmação positiva de coresponsabilidade ante o progresso do conhecimento e de sua utilização social” (idem, p.38-39). E concluem defendendo a legitimidade da reivindicação dos estudantes na greve como parte ilustrativa da Reforma Universitária.

O documento foi assinado pelos professores Wilson Cantoni, Orestes Nigro, João Jorge da Cunha, Casemiro dos Reis Filho, Anoar Aiex, Eduardo Peñuela Cañizal, Norman Maurice Potter, Elena Olga Maria Andreoli, Sarah Rottemberg, Carlos Funari Prósperi, Flávio Vespaziano Di Giorgi, José Aluysio Reis de Andrade, Hélio Leite de Barros, Irineu de Moura, José de Arruda Penteado, Edna Beltramini, Wilson Nilo Dal Porto, Joacir Badaró, Moysés Prisco dos Santos, Newton Ramos de Oliveira, Rudolf Lenhard, Maria Edith do A. Garboggini.

Essa perspectiva de reforma universitária estava bastante afinada com as reivindicações dos estudantes durante a campanha nacional, impulsionada principalmente pela UNE e pelas UEEs. A UNE, durante os anos 1960, transformou-se numa entidade comprometida com as reivindicações da classe trabalhadora, colocando dentro do bojo das Reformas de Base a pauta da Reforma Universitária. A partir de 1961, a entidade realizou sucessivos congressos e encontros pautando a situação da educação brasileira, preocupando-se sempre em assumir uma posição de defesa dos interesses das classes oprimidas.

Como síntese do I Seminário Nacional de Reforma Universitária lançou a Declaração da Bahia (1961)³⁸, na qual reivindicava uma posição anti imperialista e anti colonialista, frente às polarizações políticas internacionais, à reforma agrária, à condenação do regime capitalista e a uma LDB diferente daquela que tramitava no Senado, além da erradicação do analfabetismo. Propôs no documento um projeto de Reforma Universitária na qual as instituições fossem abertas ao povo, comprometidas com os interesses dos operários e camponeses, tanto na realização de projetos científicos que alcançassem as demandas dos trabalhadores, como no avanço na formação política e cultural, em parceria com o estado. Seguiam com a defesa da constituição de Universidades Populares, iniciativas existentes e fomentadas em outros países da América Latina. (SANFELICE, 2008)

A UNE via aquele momento histórico importante não só para a tomada de consciência da origem de classe dos estudantes, mas como forma de comprometer-se com a classe trabalhadora, no estudo da vida real, despertando para as desigualdades e comprometendo-se com as lutas populares. Essa visão continuou a nortear os congressos e ações da entidade e das UEEs, levando a uma unidade nas lutas estudantis e promoção de projetos de difusão cultural e política, junto aos planos de alfabetização de adultos.

Após envolvimento com a Campanha pela Legalidade, as entidades estudantis foram surpreendidas pela aprovação do projeto da LDB por João Goulart, que tramitava no Congresso. Em audiência com o MEC em janeiro de 1962, as diretorias da UNE, UEEs e diretórios acadêmicos confirmaram frente ao governo a defesa das diretrizes da Carta da Bahia e formalizaram sua contraposição ao projeto da LDB.

O II Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em março de 1962, culminou na Carta do Paraná, a qual se caracterizou em parte pela defesa das diretrizes da carta anterior, e outra de uma releitura sobre a questão da “modernização” do ensino superior,

³⁸ O documento da UNE, Declaração da Bahia, pode ser encontrado digitalizado na íntegra no site: <http://movimentosjuvenisbrasileirosparte7.blogspot.com/2009/10/declaracao-da-bahia-i-seminario.html>

implicando num abandono da reivindicação de autonomia universitária e de medidas assistencialistas junto às classes desfavorecidas. Cunha (1983) e Sanfelice (2008) afirmam que os estudantes aprofundaram sua crítica a respeito do significado da Reforma Universitária, como parte integrante de um processo de reformas dentro do projeto de revolução brasileira. Cunha (1983, p.238-240) relaciona ainda as contradições em posições distintas, expostas na carta: a primeira, relacionada à necessidade da construção de uma consciência nacional popular como compromisso dos estudantes com as classes dominadas, enquanto a segunda, numa visão mais reformista, reivindicava um projeto de universidade ligado às necessidades de adequação a um projeto autônomo de desenvolvimento brasileiro.

A partir da Carta do Paraná teria se desencadeado uma Campanha pelo 1/3, que reivindicava a representação paritária dos estudantes em todos os espaços deliberativos e administrativos do ensino superior. A fim de divulgar a campanha do 1/3 e a Reforma Universitária, uma comissão composta por dirigentes da UNE e integrantes do CPC saíram em caravana pelas capitais do Brasil, o que foi denominado UNE-Volante. As lideranças estudantis passavam pelas cidades apresentando peças teatrais, realizando assembleias e conferências, que consistiram em importante base para a realização da Greve do 1/3, que durou cerca de três meses (CUNHA, 1983; SANFELICE, 2008). Em junho de 1962, a UNE publicou também o “Manifesto da UNE aos estudantes e ao povo”, no qual trazia suas reivindicações de alteração da proporcionalidade representativa entre estudantes e professores.

Os estudantes da FFCL de São José do Rio Preto, organizados pelo CAF, foram importantes partícipes nessa luta pela Reforma Universitária de âmbito nacional. Assim como assinalou Cantoni, eles tinham a vivacidade e o espírito da mudança, típico do “jovem radical” e mesmo tendo já conquistado a participação nos órgãos colegiados da Faculdade, participaram ativamente da Greve do 1/3. De acordo com Lopes e Sparvoli (2011, p.99), os estudantes da FAFI aproveitaram o momento para reforçar a reivindicação de adoção da paridade na instituição, tal como acontecia no departamento de Pedagogia desde 1960. Mesmo com o final da greve sem que os estudantes brasileiros fossem atendidos em suas reivindicações, os estudantes da FAFI continuaram a participar ativamente dos departamentos e demais atividades de planejamento da instituição, assim como acontecia desde a criação dos órgãos.

A partir da greve, a UNE e as UEEs fizeram uma revisão de suas ações e uma auto crítica sobre o processo de construção do movimento estudantil, detectando como principais problemas o desligamento entre cúpula e base, o vínculo fictício entre estudantes e povo e a necessidade de se estabelecer um elo real entre a luta política estudantil e as reivindicações gerais da classe trabalhadora. Empenharam-se, então, num movimento de reforço das unidades regionais com a realização de assembleias, abaixo-assinados, manifestos e o aprofundamento das discussões sobre a Reforma Universitária nos diretórios acadêmicos, imprimindo uma dinâmica de divulgação maior fora da universidade do que dentro. Principalmente seu envolvimento com a educação de adultos estreitou as relações do movimento estudantil com os movimentos rurais e a educação popular passou a fazer parte da estratégia de articulação da luta estudantil com a luta da classe trabalhadora.

Em 1963, aconteceu o III Seminário Nacional de Reforma Universitária em Belo Horizonte, no qual se buscou formular soluções legais e encaminhar emendas à LDB e Constituição Federal. Essas táticas compunham uma estratégia mais ampla de luta pela Reforma e que está expressa no documento “Luta Atual pela Reforma Universitária”, escrito após convenção no Rio de Janeiro. Além da continuidade com os projetos de educação de base, sugeria a alteração dos artigos que previam medidas e normas disciplinares e o controle das instituições pelos Conselhos Federal e Estaduais sem a representação estudantil, assim como a alteração do artigo 168 da Constituição Federal de 1946, com a extinção das cátedras vitalícias e a ocorrência de concursos de provas e títulos para professores e o fim do vestibular. Sob a influência de Álvaro Vieira Pinto (ISEB), a UNE passou a combater a ideia da autonomia universitária, vendo a defesa da modernização do ensino superior como via de acesso das reformas privatistas e imperialistas que chegavam pelo IPES e por vários órgãos e quadros do Estado brasileiro e que se preparavam para os projetos educacionais que seriam implantados após 1964.

Num sinal de maturidade, a UNE defendia a Reforma Universitária como uma das reformas de base, vislumbrando-a como luta apropriada aos estudantes do ensino superior se conscientizarem dos problemas mais amplos da realidade brasileira. Sanfelice (2008) destacou do documento “Luta atual pela Reforma Universitária” o seguinte trecho expressivo:

A Reforma Universitária como uma das reformas necessárias à libertação nacional e à emancipação do povo. [...] percebe-se claramente que a Reforma Universitária não é só do interesse apenas do estudante, mas sobretudo do povo, e que ela só será possível, no seu pleno sentido, com a libertação nacional e a reestruturação da sociedade brasileira, e que, portanto, é necessário lutar pelas outras reformas e pela libertação nacional para lutar conseqüentemente pela Reforma Universitária, assim como lutar pela Reforma Universitária já é uma forma de lutar pela libertação nacional e do povo brasileiro (UNE apud Sanfelice, 2008, p.52)

Nesse sentido, as lideranças do movimento estudantil, articuladas com os movimentos de promoção de cultura popular e alfabetização de adultos, integravam os projetos do governo federal e declaravam abertamente sua posição a favor da Reforma Agrária e dos direitos dos trabalhadores. Dentro da FAFI, instalaram-se as práticas de alfabetização pelo MPC, componente do Movimento de Educação de Base e a estratégia de integração dos movimentos de cultura com as práticas pedagógicas das instituições de ensino superior.

3.3 – Os movimentos de cultura e a contestação política da FAFI

Os primeiros anos da década de 1960 foram ricos em contestação e críticas à ordem e aos planos econômicos nacionais, que sofriam interferência intensiva dos Estados Unidos. Os movimentos culturais acompanharam as críticas feitas pelo ISEB, pelo movimento estudantil e pela intelectualidade, atenta aos movimentos populares, questionando a falta de originalidade e transplantação da cultura brasileira. Havia também uma disposição entre os movimentos populares de unificação das lutas: integravam-se as propostas do Pacto de Unidade e Ação (PUA) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) aos movimentos no campo (Ligas Camponesas e Confederação de Trabalhadores da Agricultura - CONTAG), além da União Nacional dos Estudantes (UNE) em defesa das reformas de base e a superação das diferenças de classes no acesso ao trabalho, à terra, à moradia e à educação.

A educação e a cultura tornaram-se parte do discurso político transformador e da preocupação de toda uma intelectualidade “progressista”, que argumentava contra o “imperialismo ianque” e o colonialismo, tidos como as principais ameaças para a construção de uma cultura genuinamente “nacional, popular e democrática”. Denunciando o alto índice de

analfabetismo entre os adultos, o que os impedia de votar, desencadeou-se um movimento nacional de defesa do voto dos analfabetos, ao mesmo tempo em que aumentavam os programas de educação popular.

Dentro dessa mistificação quanto a uma possibilidade de uma mudança no plano simbólico ser instrumento para uma transformação social, professores e estudantes criaram um plano com o objetivo de divulgar e incorporar às práticas pedagógicas a construção de uma cultura de caráter transformador e comprometido com as classes operária e camponesa. Foram criados, pelo Brasil afora, os Centros Populares de Cultura (CPCs), ações difusoras das ideias políticas dos estudantes e da valorização da cultura popular. Esses projetos aliaram-se às propostas de alguns estados da federação e de alas progressistas da Igreja Católica – os Movimentos de Cultura Popular (MCPs) e o Movimento de Educação de Base (MEB). Essas duas últimas propostas geraram um movimento ampliado, caracterizado pelo empenho em alfabetizar pelo método de Paulo Freire³⁹ a população do interior do Brasil, ampliar a conscientização política e valorizar a cultura e a arte popular, como caminhos para envolver estudantes e trabalhadores num novo projeto societário. Sem que essas fossem denominadas “práticas de extensão”, foi nesse período em que se concretizou um projeto amplo de articulação entre os interesses da população e a prática política-pedagógica na formação universitária (SANFELICE, 2008; GURGEL, 1986; PAIVA, 1985).

Outros grupos de contestação cultural e reivindicação de uma cultura nacional surgiram no teatro e no cinema. Ganham espaço, durante os anos 1960, o Teatro de Arena (José Celso Martinez), o Teatro Nacional de Comédia (José Renato) e o Teatro Oficina, que tinha como orientação o dramaturgo Bertolt Brecht e outros expoentes do teatro político, com destaque para a direção de Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Vianna Filho e Augusto Boal. A partir dos anos 1957, uma juventude também interessada na produção de cinema crítico criou o movimento do “Cinema Novo”, no qual se destacaram Miguel Borges, Cacá Diegues, Glauber Rocha, Leon Hirzman, Nelson Pereira dos Santos e Márcio Carneiro. Todos esses cineastas, preocupados em

³⁹ Paulo Freire foi um educador pernambucano que desenvolveu um método de alfabetização para jovens e adultos em quarenta dias. O método passou a ser base para os projetos de educação popular e rápida alfabetização dos trabalhadores no campo e na cidade durante os anos 1960.

expor a realidade social brasileira, marcaram a produção com o retrato do subdesenvolvimento e influenciaram também a música popular brasileira (HOLLANDA & GONÇALVES, 1982)

O CPC da UNE, experiência pioneira que surgiu em 1961, tornou-se um centro no qual artistas e intelectuais de uma nova cultura, inclusive atores do Teatro de Arena, associaram-se às lideranças estudantis para promover apresentações com o propósito de popularizar a poesia, o teatro e o cinema auto financiado. As produções artísticas tinham conteúdo comprometido com a conscientização da população e abordavam a exploração do trabalho, a relação entre patrão e empregado, a fome, a miséria social e moral, o analfabetismo. Ficaram marcadas as peças teatrais “Eles não usam Black Tie”, “A Vez da Recusa” e “A mais valia vai acabar”, o filme “Cinco Vezes Favela”, as coleções de textos, poesia e literatura de cordel “Cadernos do Povo” e “Viola de Rua”. Junto a UNE-Volante, o CPC rodou o Brasil por três meses realizando apresentações, cursos de teatro, cinema, artes visuais e filosofia junto à Campanha pelo 1/3 referente à pauta da Reforma Universitária. Uma das peças produzidas nesse período e que se referia a essa reivindicação era o “Auto dos 99%” (HOLLANDA E GONÇALVES, 1982), que foi peças reproduzida pelo GRUTA, em São José do Rio Preto. Outros CPCs surgiram pelo Brasil a exemplo do CPC da UNE, alguns deles nas capitais após a passagem da UNE-Volante e se envolveram em práticas de alfabetização popular e na promoção das atividades artísticas politizadoras. (PAIVA, 1987, p.232)

Seguindo a proposta de erradicar com o analfabetismo, estudantes universitários, artistas e intelectuais aderiram junto ao governo de Pernambuco, a partir de 1960, ao projeto de promoção da educação popular originando o Movimento de Cultura Popular, que envolvia a realização de programas de alfabetização de adultos pobres nas favelas e bairros pobres da zona rural. Usava-se o método criado pelo educador Paulo Freire, que tinha por premissa a palavra política no comando do processo de aprendizagem. Em Recife, criaram-se núcleos culturais na periferia que ofereciam atividades voltadas para a educação infantil, de adolescentes e dos adultos, caracterizando-se como uma experiência chamada de “universidades populares.” (PAIVA, 1987, p.238). No Rio Grande do Norte, na cidade de Natal com o governo ocupado pelo progressista Miguel Arraes, os movimentos populares de cultura também floresceram após a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, que teria sido exemplo primeiro para as demais campanhas no Nordeste Brasileiro.

Paiva (1987, p.205- 224) relata que o Movimento de Educação de Base (MEB) surgiu com o financiamento de vários movimentos de educação popular pelo governo federal ligado à CNBB, após II Congresso Nacional de Educação de Adultos (1958). Buscavam-se nesse período novas ideias pedagógicas para responder à concretude dos problemas educacionais brasileiros e o CBPE criou um grupo de estudos e experiência piloto para nortear a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Foram formados professores para lecionar nas áreas rurais e em algumas localidades e para se alcançar todo o território brasileiro, lançou-se mão de um sistema de rádio educativo para a difusão do programa de alfabetização em 40 dias. O MEB, a partir de 1961, em um plano quinquenal deveria instalar mais de 15 mil escolas radiofônicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde os programas de alfabetização seriam ministrados por leigos com inspiração cristã, estabelecendo-se onze sistemas em sete estados. A partir de 1962, as transformações políticas e sociais promoveram mudanças no pensamento dos cristãos e o movimento de cultura popular passou a extrapolar a organização das escolas radiofônicas.

Tratando dos movimentos ligados à promoção da cultura popular, Paiva (1987, p.230-31) expõe como foram se diversificando os grupos que participavam desses movimentos: intelectuais, políticos e estudantes liberais, de esquerda e católicos envolviam-se nas ações, inspirados pelos filósofos anti colonialistas europeus e pela preocupação com a conscientização das massas. A autora acrescenta que “a perspectiva educativa desses grupos caracterizava-se pelo realismo na educação, buscando métodos pedagógicos adequados à preparação do povo para a participação política”.

Em 1963, houve uma tentativa de se incorporar via MEC, os métodos e orientações das atividades de cultura popular ao Plano Nacional de Alfabetização (PNA). O PNA foi criado através do decreto n.53.465, de 21 de janeiro de 1964 e tinha como princípio incorporar o MEB e os MCPs ao projeto de educação do governo federal, mas foi extinto logo após a instalação do regime civil militar, em abril de 1964.

O movimento estudantil da FFCL de São José do Rio Preto foi expressivamente ativo entre os anos de 1957 e 1964 no campo da difusão das ideias reformistas e da valorização da cultura popular. Através de três organizações - o Centro Acadêmico de Filosofia (CAF), o Grupo Universitário de Teatro Amador (GRUTA) e o Centro de Estudos de História Natural, realizaram diversas atividades e eventos que envolviam não apenas a comunidade interna, mas também a

externa à instituição. Expressão disso seria a publicidade que ganharam essas atividades nas páginas dos jornais locais – 38 artigos foram publicados entre 1957 e 1964, noticiando essa difusão cultural. Os jornais locais noticiavam as atividades do CAF e GRUTA: exibição de filmes, apresentação de peças teatrais e saraus de poesias e conferências sobre poesia e artes cênicas com intelectuais, como também uma Semana Interna de Cultura.

Assim como já foi exposto, o CAF era a entidade de representação estudantil da FAFI e em 1963, ganhou o nome de Centro Acadêmico Coutinho Cavalcanti, em homenagem ao autor do primeiro projeto de Reforma Agrária, discutido pelo Congresso Nacional. De acordo com Oliveira (1989, p.125) tinham suas gestões sempre lideradas pela vanguarda estudantil, em geral orientada por pressupostos da esquerda marxista, não aderindo às teorias isebianas nacionalistas, pois não viam diferença entre burguesia internacionalizada e burguesia nacional. Essa afirmação contradiz-se com o seguimento das diretrizes políticas da UNE, que principalmente a partir de 1963, sofreram influência direta das formulações críticas de alguns dos integrantes do ISEB.

Nas atas das assembleias do CAF consta que, em agosto de 1960, foi discutida a proposta de realização de um curso de alfabetização de adultos pelos estudantes, dentro ou fora da faculdade. Dariam as aulas de preferência aqueles que já haviam cursado o secundário normal. Nesses documentos aparecem também que o CAF declarava constante apoio ao magistério e aos movimentos dos professores da rede de ensino primário e secundário. Em 1962, realizou eleições de ex-alunos da Faculdade como representantes da Congregação e em nome da Associação de Ex-Alunos da FFCL, em outubro de 1963 declarou apoio à greve do professorado primário e secundário.

Oliveira (1989, p.170-173) refere-se também à influência na FAFI da bem sucedida Revolução Cubana, que atacava de frente o imperialismo norte-americano e aderiu abertamente ao marxismo-leninismo. Professores e estudantes, assim como em outras instituições de ensino superior, inspiraram-se na Revolução Cubana e passaram a acreditar em outra realidade para a América Latina. O existencialismo, na voz de Jean Paul Sartre, que realizou uma conferência na FFCL de Araraquara em 1960, contribuiu para o acúmulo de forças na defesa das causas das classes oprimidas.

Enquanto isso, os partidos políticos disputavam entre si novos quadros e entidades, destacando-se no estado de São Paulo o PSB, que em 1962 agregou um grupo de estudantes e

professores da FAFI ao seu diretório municipal. Na ilegalidade, o PCB, em 1962 perdeu vários militantes para o PSB e sua direção nacional cindiu-se, dando origem ao PC do B. De acordo com Oliveira (1989, p.190), esses partidos não conseguiram ter grande apelo com a juventude, criando condições para que novas organizações políticas à esquerda surgissem, com destaque para a Política Operária (POLOP) e a Ação Popular (AP), advinda de linha à esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC).

Um dos núcleos da AP estava se formando na FAFI, com um grupo misto de estudantes e professores, “alguns católicos, outros marxistas”. Mas Oliveira (1989, p.191) afirma que o “documento base” não obtivera eco, pois estava mais próximo de um “humanismo socialista” do que da luta de classes, a qual “Rio Preto já seria adepta”. A partir da tarefa principalmente de mobilização e organização popular urbana e rural, a AP de São José do Rio Preto, liderada por Franz Wilhelm Heimer, articulava-se com os núcleos de Belo Horizonte (Betinho) e São Paulo (irmãos Vassimon).

Com alguns participantes comuns ao GRUTA e à AP, funcionando como uma subdivisão dos movimentos políticos da FAFI, em 1962 foi criado o Movimento Popular de Cultura (MPC), que tinha diretoria e sede próprias e realizava alfabetização de adultos pelo método freiriano. O MPC seguia com o propósito de difundir a cultura popular aos trabalhadores rurais e da periferia de Rio Preto. Seus projetos eram financiados pelo MEC, tinha equipamentos e materiais próprios e os monitores recebiam treinamento específico. Outros estudantes também acompanhavam as atividades do MPC, mesmo não tendo feito o treinamento.

Quanto ao Grupo Universitário de Teatro Amador (GRUTA), teria surgido em 1960, de acordo com as atas do Departamento de Letras, coordenado pelo professor Orestes Nigro, mas iniciou suas atividades em 1961. Nigro, em depoimento para o IPM, diz que alterou mais tarde seu nome para Grupo Universitário de Trabalho Artístico.

Este grupo buscava aproximar sua proposta ao do Teatro de Arena e desenvolvia não só peças de teatro, mas também apresentações musicais, recitais de poesia, com debates e análises críticas após os espetáculos, exibições de filmes e traziam atores e diretores de outros grupos de teatro de rua para dar cursos na FAFI.

Oliveira (1989) expõe na documentação em anexo à sua dissertação um livro de poesias publicado pelos integrantes do GRUTA, com textos de professores, estudantes e funcionários. O

livro chama-se 1ª Desova Poética e na apresentação, relata-se que foi realizado a partir de alguns poemas declamados informalmente durante a 1ª Semana de Estudos Brasileiros e outros, reunidos em outubro de 1962.

Oliveira expõe algumas cantigas de roda produzidas por integrantes do GRUTA, que teriam sido transformadas em “patrimônio comum das universidades” divulgadas na reuniões da UNE/UEE ou em cursos para coordenadores do método Paulo Freire. Os criadores seriam Edson Guiducci, Marisa Jorge Ramos e Grigor Vantanian, estudantes da História Natural, Eudete Focchi, estudante de Pedagogia e o professor Orestes Nigro. Um delas fazia alusão à Aliança para o Progresso e ao capital internacional:

Nessa rua, nessa rua
Tem um posto
Que se chama, que se chama
Posto Esso.
Dentro dele, dentro dele
Mora um gringo
Da Aliança, da Aliança pro Progresso”
(Oliveira, 1989, p.152)

A trova, assim como outros poemas e peças do GRUTA, expressavam as críticas que o movimento estudantil fazia do programa de financiamento para a educação na América Latina imposto pelos Estados Unidos, assim como das condições de subdesenvolvimento às quais estava submetido o país.

Esse mesmo autor, enumera as atividades promovidas pelo GRUTA em 1962:

1. Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna.
2. Society in baby doll, de Henrique Pongetti.
3. 1ª Semana de Estudos Brasileiros (SEB): Teatro dos Sete, Cervantes e Martins Pena; Jograis de São Paulo – Recital de Poesia; Maria Livia São Marcos – Solos de Violão; Inezita Barroso – Palestra e Canto Típico; Paulo Emílio S.Gomes – O Cinema Nacional; Gianfrancesco Guarnieri – O nosso teatro; José Antonio da Silva – Pintura Primitiva; Antonio Vargas – Pintura Abstracionista; O Teatro Épico de Bertold Brecht – conferência do professor Dr. Friedrich Irmen, da Universidade de Heidelberg;
4. A Mandrágora – de Maquiavel, pelo Teatro de Arena;
5. Eles não usam black tie – pelo Teatro de Arena de São Paulo;
6. Teatro de vanguarda no Brasil de hoje – palestra do ator Juca de Oliveira
7. Jornal Mural de Música, em Itápolis;

8. Jograis do GRUTA, Rádio Cultura e programa de Natal, com acompanhamento de coral (FOTOS EM ANEXO)

Junto às atividades do MPC e do GRUTA, o CAF era importante catalizador de discussões e promoção de atividades culturais críticas, além de ser sede de apoio às reformas de base do governo Jango. Algumas gestões do CAF envolveram-se com os movimentos sociais da região, principalmente no debate sobre a reforma agrária. Oliveira (1989, p.200-202) expôs um desses envolvimento, que deu margem a inúmeras reações conservadoras, dentro e fora da Faculdade. A entidade teria se interessado em 1959 pela situação de lavradores que subarrendavam terras em uma fazenda em Santa Fé do Sul. Os agricultores (480 famílias) se organizaram numa associação, sob a presidência de Jofre Correa Neto e tentaram garantir seus direitos de produção na terra, frente às ameaças dos arrendatários, que a queriam de volta. Após enfrentarem sabotagem em sua plantação, Jofre foi vítima de um atentado, mas saindo vivo, acabou sendo preso em seguida.

O CAF teria apoiado a Associação e ajudado nos processos jurídicos de orientação dos lavradores e libertação de Jofre. Em reconhecimento ao apoio do CAF, em 1960, por ocasião da palestra de Florestan Fernandes pela Campanha em Defesa da Escola Pública, Jofre reuniu dois caminhões cheios de lavradores para prestigiar o evento. Moveram-se em passeata no centro de São José do Rio Preto até a Faculdade de Filosofia, onde os agricultores assistiram junto aos professores e estudantes à conferência. Esse episódio causou indisposição e desconfiança na cidade, reforçando a ideia de que a Faculdade de São José do Rio Preto seria um “antro de comunistas”. Fama questionável, mas que aumentava o preconceito de parte da população, que não via com bons olhos qualquer envolvimento dos estudantes e professores com movimentos políticos.

Durante a visita de Carlos Lacerda em 22 de março de 1964 a São José do Rio Preto, o CAF também organizou uma manifestação de luto pela presença do político na cidade. Considerado inimigo número um do movimento estudantil, tanto pela sua influência na defesa de um projeto de LDB privatista, como de suas posições udenistas conservadoras, Lacerda foi repudiado pelos estudantes da FAFI com uma paralisação e a distribuição de um documento, supostamente escrito pela direção da UEE, onde se denunciava a existência da ligação do candidato à presidência da República com o capital interventor e ruralista.

Este e outros episódios foram sistematicamente citados nos depoimentos colhidos durante as investigações e contribuíram para forjar o envolvimento dos estudantes e professores com movimentos comunistas, durante os anos anteriores à instalação do regime civil-militar.

Capítulo 4 – O inquérito civil militar da Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto: paranoia transformada em repressão.

Os anos anteriores à instalação do regime civil-militar foram marcados por intensas disputas no campo ideológico. As instituições e grupos empresariais que desejavam manter o país integrado ao capital monopolista, a fim de salvaguardar os acordos comerciais e financeiros com outros países, construíram um poderoso aparato político e midiático, que disseminava a aversão ao comunismo e fortalecia a política de Segurança Nacional. Junto aos Estados Unidos, esses grupos estabeleceram programas e estratégias de guerra para o combate ao que considerassem ameaçador à ordem vigente, inclusive, criando um ambiente hostil à presidência de João Goulart. A burguesia nacional, completamente integrada ao sistema de acumulação e internacionalização do capital, tentava barrar o avanço organizativo e de politização pelo qual atravessava a classe trabalhadora, que questionava diretamente para onde iam tantas riquezas produzidas se ainda existiam tamanhas desigualdades no campo e na cidade.

A Guerra Fria trazia consigo a disputa pela dominação econômica e política mundial entre o bloco capitalista e o socialista, enquanto nos países onde o capitalismo havia crescido e começava a entrar em crise, como no Brasil, a classe trabalhadora questionava o imperialismo e o internacionalismo da economia. Uma onda nacionalista, mesmo dentro da esquerda, tomou conta daqueles que queriam ver o país mudar e imbuídos de um espírito reformista, clamavam por medidas estatais mais contundentes.

A reação seguia no encalço do movimentos estudantil, do operário e do camponês, que articulavam-se cada vez mais através dos movimentos de cultura popular, que por mais revolucionários que se pronunciassem, defendiam conjuntamente as Reformas de Base como via para a transformação da realidade brasileira. Fortalecer o estado democrático e nacional parecia a saída para os trabalhadores, que aos poucos davam conta de que o capitalismo monopolista no Brasil estava plenamente consolidado.

Os Estados Unidos, interessados em barrar o avanço das forças de esquerda na América Latina, investiam financeira e tecnicamente nos países da América Latina, estabelecendo oficialmente essa “ajuda” pelo acordo chamado “Aliança para o Progresso”, impulsionado pela política anti-comunista de John F. Kennedy, a partir de 1961. Esse acordo foi travado após a

Carta de Punta Del Este, onde várias nações latino-americanas convergiam para um pacto de superação do subdesenvolvimento, permitindo que os EUA interferissem nas políticas sociais e promovendo o fortalecimento do capitalismo.

Dreifuss (1981) expõe também que a Escola Superior de Guerra, um dos eixos de formação de intelectuais militares e que ocupavam posições e cargos políticos chave, teria sido a principal instituição responsável pela formação e constituição ideológica dos grupos que instalaram o regime civil-militar em 1964. Por compartilhar de interesses com as empresas multinacionais, pois boa parte dos militares detinha capital financeiro e fundiário no Brasil, os intelectuais da ESG foram treinados nos EUA e tinham como função garantir que não houvesse qualquer tipo de cooperação Brasil-EUA em conflito com as “forças subversivas”. Além disso, o autor relata o papel do Programa de Assistência Militar, que visava assegurar a “existência de forças militares e paramilitares suficientes para combater a subversão comunista, a espionagem, a insubordinação e outras ameaças à segurança interna” (DREIFUSS, 1981, p.81).

Ainda de acordo com esse autor, recorde-se que outras formas organizacionais defenderam os interesses civis e militares empresariais nesse período de construção do projeto tecnocrático. Com interesses comuns, elas seriam as responsáveis pela “quebra ou esvaziamento do corporativismo associativo”, típico do sistema populista. Estas organizações seriam os escritórios tecnoempresariais (Consórcio Brasileiro de Produtividade - CBP, Companhia Sul-Americana de Administração e Estudos Técnicos - CONSULTEC), associações de classe empresariais renovadas (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Centro de Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP, American Chambers of Commerce, Conselho Nacional de Classes Produtoras - CONCLAP, Associação Brasileira das Indústrias de Base - ABDIB) e grupos de ação com o propósito de defesa da “modernização conservadora”, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD. O IBAD junto ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), foram as instituições anti comunistas pelo quais se produzia material, financiava com dinheiro norte americano, particular e público⁴⁰, e se formava uma intelectualidade que realizava pesquisas com o objetivo de combater o ideário do ISEB e de outras frentes desenvolvimentistas, assim como para perseguir as organizações de esquerda.

⁴⁰ O IPES e o IBAD foram investigados em uma CPI por corrupção no Congresso Nacional.

A articulação militar-empresarial se dava também no campo político parlamentar, onde os partidos de maioria nos governos eram a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), sendo principalmente o primeiro composto por empresários, latifundiários e banqueiros, representantes dos interesses do grande capital e dos quais vários deles ocupavam altas e médias patentes militares. Esses aparatos civis e militares se articularam dentro e fora das instituições estatais ditas “democráticas” para construir uma paranoia quanto a possibilidade de um golpe comunista, que seria levado a cabo pelo PCB e outras organizações de esquerda e legitimado pela presidência de João Goulart. Esses argumentos teriam “justificado” a intervenção militar em 1964, como forma de manutenção da “ordem democrática nacional”.

As manifestações massivas se multiplicavam tanto na ala de defesa dos direitos dos trabalhadores como na defesa dos costumes tradicionais e da propriedade privada. Essa polarização ficou expressa em duas grandes mobilizações: no Comício de Jango na Central do Brasil, no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, onde reuniram milhares de pessoas em defesa das reformas de base; e na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, de 19 de março, em São Paulo, que também concentrou aproximadamente 500 mil pessoas das classes média e alta, mobilizadas pelas associações femininas com o apoio do IPES e do governo de Adhemar de Barros, contra o comício de João Goulart. Além disso, de acordo com Dreifuss (1981, p.237-244), a burguesia golpista havia montado nos anos anteriores, frentes de estudos para todas as reformas, amparadas nas pesquisas do IPES e IBAD, ampliando seu aporte ideológico frente às reformas de base propostas pelo governo. Quando se deu o golpe, por força das mãos mais reacionárias do país, o reformismo foi combatido como se fosse uma das expressões do comunismo, pois as Reformas de Base eram pontos convergentes do apoio das oposições e grupos de esquerda ao governo Jango.

Depois de meses de propaganda anti comunismo e a defesa do patriotismo, construindo uma base social e política para assumirem o poder, os militares resolveram agir: no dia 31 de março, partindo de Juiz de Fora (MG), o General Mourão Filho mobilizou suas tropas para seguirem rumo à capital do país. Esse fato levou as forças armadas a se orientarem para ficarem alertas a qualquer reação do governo João Goulart e acionarem até mesmo tropas norte-americanas, que estavam dispostas na costa brasileira para assegurar o golpe. Não foi preciso

agir, pois as instituições estatais brasileiras logo estavam cientes do novo estado autoritário e Jango se retirou para o exílio imediatamente.

Em São José do Rio Preto, as investidas conservadoras aos movimentos sociais não foi diferente e a FAFI representava um núcleo no qual todos os movimentos se aglutinavam ou se viam representados nas atividades do CAF, GRUTA e MCP. A Faculdade tornou-se imediato alvo dos golpistas, que sabendo da atuação desses grupos dentro da instituição e na região, não esperaram qualquer esboço de organização dos professores e estudantes para agirem. Autoridades locais articuladas com as forças policiais esperavam o momento oportuno para intervir no projeto da instituição. Construída a ideia de que a Faculdade guardava a atuação de grupos de esquerda organizados, expressa nas falas e meios de comunicação locais, publicizadas nas ruas e nos lares dos familiares dos estudantes, foi fácil justificar a invasão do prédio, a prisão de professores e estudantes.

Foram bem acolhidas as denúncias de subversão que sobrevieram a essa situação e tinham a seu favor a Lei de Segurança Nacional de 1953, para justificar o abuso. Mas a denúncia formal parece ter vindo de contribuidores e inimigos de longa data: as primeiras testemunhas de acusação foram Daud Jorge Simão, os professores Celso Abbade Mourão e Luiz Dino Vizotto, antigos opositores internos do grupo de professores que dirigiram as mudanças político-pedagógicas na FFCL.

Ao se ter contato com o IPM que investigou o caso da FFCL de São José do Rio Preto, percebe-se uma articulação anterior à intervenção, pois, no dia 1 de abril, a polícia estava preparada para invadir a faculdade, prendendo várias pessoas. Logo em seguida, invadiu a sede do MCP, do CAF, do GRUTA e a casa do professor Franz W. Heimer. Nesses locais foram apreendidos documentos, livros, cartas, cartazes e panfletos com conteúdos diversos. Os autos de busca e apreensão desses locais, assim como os documentos sobre a AP foram propositalmente colocados na abertura do processo, para justificar o indiciamento de Heimer como mentor e líder dos projetos subversivos existentes na faculdade. Essa informação se explicita no parecer que encerra o primeiro volume do processo, no qual o delegado José Domingos Ferreira encaminha para o DEOPS de São Paulo, no dia 24 de abril de 1964, o pedido de acompanhamento do processo por terem se confirmado a existência de “atividades subversivas na FAFI”. O texto diz o seguinte:

As diligências encetadas para a apuração de possíveis práticas subversivas por professores da Faculdade de Filosofia desta cidade de São José do Rio Preto, nesta altura, já permitem admitir que o movimento de AP, desenvolvido nesta entidade estudantil, por alguns professores e coordenado pelo professor Franz Heimer, já se encontrava em fase de ação, quer através do MPC e GRUTA, órgãos dos estudantes locais.

Quanto ao propósito subversivo, basta dizer que esse movimento outro fim não possuía se não transformar a estrutura sócio-econômica do país, até mesmo pela violência. A simples consulta de seu documento base e de boletins distribuídos por esse órgão, a simples declaração do professor Franz e do Sr. Ethevaldo de Mello de Siqueira⁴¹, e finalmente o apoio que tal movimento recebia dos órgãos federais, então subordinados ao Sr. Jango Goulart, revelam quão sérias seriam as consequências desse movimento. (Inquérito Policial Militar, vol.1, pag.248, 1964)

Logo no primeiro volume do IPM constam os primeiros depoimentos dos estudantes e professores detidos. Além de Franz W. Heimer foram presos inicialmente os professores Hélio Leite de Barros, João Jorge da Cunha e Jacob Lebenstajn; dentre os estudantes estão Wladimir Moscheta (2º ano de Letras), Pedro Bonilha R. Filho, Edson Guiducci, Mara Jorge Ramos (3º ano de Letras), Edson Raposeiro, Ruy Quirino Guimarães, Marisa Jorge Ramos (3º ano de História Natural). Na sequência, foram sendo convocadas para depor como testemunhas de acusação alunos e ex-alunos que teriam ligação com os citados acima, além daqueles que tivessem ocupado algum posto no CAF e/ou MCP. Foram também convocados dois técnicos da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) para prestar esclarecimentos sobre reuniões que teriam realizado com Heimer e o professor Giorgio de Marinis, sobre como estavam configuradas as divergências políticas no corpo docente da FAFI, indicando qual seriam os eixos de acusação para justificar a abertura da sindicância.

Junto aos depoimentos do IPM, consta uma lista com nome e endereço de todos os funcionários e docentes que atuavam na instituição quando houve a intervenção. Destaca-se o arquivo no qual constam os nomes dos professores e assistentes de cada cadeira por curso (ANEXO III). Essa lista foi um dos instrumentos usados para localizar os professores indiciados e serve como guia para entender a configuração do quadro docente da FFCL.

⁴¹ No depoimento de Ethevaldo, bancário atuante no movimento sindical da categoria, teria admitido ter tido contato com a AP em uma exposição realizada por Heimer e teria confirmado que, apesar de não ser comunista, a organização de orientação socialista defendia o uso da violência como via para alterar a estrutura sócio econômica brasileira (IPM, vol.1, pag.228, 1964)

Pela diversidade de questões sobre a FAFI existentes nos depoimentos, pode se extrair várias linhas para a investigação, mas as principais referências se dão em torno da hipótese de que a FFCL abrigava um grupo de professores articulados aos movimentos de esquerda e ao governo de João Goulart, que coordenavam os estudantes em atividades que promoveriam a transformação da sociedade brasileira para o regime comunista. Mas, apesar das delações e afirmações das testemunhas sobre a ligação das atividades de Heimer e do MPC com a AP, além da confirmação de ex-estudantes do apoio do CAF e GRUTA às propostas de reformas de base, percebe-se que há uma exposição sobre o enredo que reforçava a ideia de que essas organizações seriam realmente perigosas e estariam muito bem organizadas e articuladas, armadas e prontas para uma insurreição, a ponto de ameaçarem a ordem local e nacional. No entanto, quando se analisa mais detidamente os documentos da AP e os depoimentos dos volumes subsequentes, percebe-se que não existiam concretamente provas de que esses movimentos teriam conseguido uma inserção nos meios operários ou dos trabalhadores rurais, a ponto de avançarem na mobilização, agitação e organização dos trabalhadores contra a ordem burguesa, muito menos de que estariam armados e preparados para qualquer revolta.

Tanto onde teria sido feito o trabalho de alfabetização, quanto onde se apresentavam as peças teatrais do GRUTA, ou mesmo, na Faculdade, pouco havia se alcançado uma articulação e conscientização política necessária para a valorização da cultura popular, quanto mais para realizar uma revolução. Mas na sequência, serão analisados os documentos apreendidos e explorar-se-á as demais informações sobre a ligação desses movimentos entre si, a fim de mostrar o quanto suas atividades representavam de risco para a ordem capitalista nos anos 1960 e como os militares e grupos dominantes da época forjaram uma argumentação para destruir o projeto político-pedagógico da FAFI.

4.1 – A Ação Popular em São José do Rio Preto: esquerda radical ou humanismo cristão?

A Ação Popular (AP) foi uma das organizações de esquerda que nasceu e cresceu mais durante anos 1960. Nasceu em meio a um contexto de efervescência cultural e política do movimento estudantil e de seu despertar para os problemas que viviam as classes exploradas nas periferias do campo e da cidade. Um grupo de militantes da JUC, mais afinados com uma análise

avançada sobre a necessidade de expansão da atuação da Igreja frente à pobreza na América Latina, resolveu organizar-se e se inseriu nos debates sobre a Reforma Universitária e outras questões que tomavam o movimento estudantil. Formado por lideranças da JUC na Bahia, na PUC-RJ, SP, PE, GO e RS, o “grupão” articulou-se e elegeu Aldo Arantes, em 1961, para a presidência da UNE. Este teria sido expulso da JUC pela Igreja Católica, após pedido de filiação da UNE a UIE (União Internacional dos Estudantes). Com o crescimento da influência da JUC e o enfraquecimento do PCB no meio estudantil, surgiu em 1962 a Ação Popular (AP), fruto de algumas reuniões desse “grupão”, que teria dirigido a Greve do 1/3⁴².

De acordo com Lima & Arantes (1984, p.36), foi na segunda reunião do “grupão” em junho de 1962, realizada em Belo Horizonte, ainda durante a Greve do 1/3, com a participação de lideranças estudantis, padres e intelectuais, que se instituiu o “Esboço de um Estatuto Ideológico” e se assumiu o nome da organização, com a sigla AP. Tendo nascido já com força dentro do movimento estudantil, elegeu no XXV Congresso da UNE outro integrante como presidente, Vinícius Caldeira Brant. Após a greve, a AP se imbuíu no trabalho junto aos operários e trabalhadores rurais, tendo mais sucesso no meio rural. Teria entrado em contato com esses trabalhadores através do Movimento de Educação de Base da Igreja (MEB) e a da Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA)

A AP foi responsável pela organização de muitos sindicatos rurais, principalmente no NE, que teriam culminado na organização da Confederação Nacional de Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), em 20 de dezembro de 1963. No congresso de fundação da CONTAG, a AP fez aliança com o PCB para acumular forças na defesa das reformas de base, principalmente a Reforma Agrária, mesmo que tivesse divergências com a perspectiva do “partidão” quanto a radicalização da luta no campo. (LIMA & ARANTES, 1984, p.44).

Ridenti (2007, p. 230-237) analisa brevemente a influência do pensamento, inicialmente, de Jacques Maritain, e mais tarde, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin na elaboração da base teórica e prática da AP, herdadas dos debates da atuação da esquerda da JUC e das

⁴² Esta greve, na qual se “reivindicava um terço da participação estudantil em todos os colegiados universitários”, teria contribuído para a articulação da AP com base na esquerda da JUC (Ridenti, 2007, p.246).

elaborações de Padre Louis Joseph Lebret.⁴³ A AP também teria sofrido influência de autores católicos franceses considerados com pensamentos mais avançados, como Thomaz Cardonnel e Yves Calvez. A organização teria sido também uma expoente do método “ver, julgar e agir” originalmente latino-americano, que junto ao personalismo cristão de Mounier, compunham sua base teórica-prática. Várias dessas características e influências teóricas e estratégicas podem ser encontradas no documento base, aprovado no I Congresso da AP, que ocorreu em fevereiro de 1963, em Salvador – BA, sem que seja citada qualquer referência ao cristianismo. Lima e Arantes indicam como fundadores da AP: Herbert José de Souza (Betinho), Aldo Arantes, Luiz Alberto Gomez de Souza, Haroldo Lima e Cosme Alves Neto (presentes nas duas primeiras reuniões), Duarte Pereira, Antonio Lins, Severo Sales, Péricles dos Santos, Maria Angélica Duro e Manuel Joaquim Barros. “A AP organizava-se em âmbito municipal, regional (8 regiões englobando 21 estados) e nacional, cada uma com suas respectivas coordenações”. (Ridenti, 2007, p.247).

Sabe-se, através dos documentos do IPM, que São José do Rio Preto foi um dos municípios que compunham uma das regiões de atuação da AP. E apesar de não ter sido fundador da AP, Heimer fez parte em 1963 de sua direção em São Paulo e tornou-se referência intelectual dentro da organização. A Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto foi considerada um núcleo de base importante, no qual se envolveram estudantes e professores em discussões sobre os rumos da AP na “revolução brasileira”, mas que tinham como linha de frente a defesa das reformas.

Para ilustrar esses elementos, destacam-se os seguintes documentos apreendidos com Heimer relacionados à AP: cartas de Heimer à Julieta Calazans sobre as possibilidades de articulação com o sindicalismo rural (11/01/1964); um plano de assessoramento à sindicalização rural no Brasil, documento contendo um panorama da situação dos trabalhadores rurais no país; uma carta com o timbre do MEC de Luis Alberto Souza, expondo preocupações quanto a

⁴³ Ridenti (2007, p.237-239, assim como outros autores, diferencia a fase na qual a JUC teria sido influenciada pelas ideias de Maritain daquela mais tardia, influenciada pelas ideias de Mounier e Lebret. O autor argumenta que o Humanismo Integral de Maritain dá origem a vertente democrata cristã, que se oporá ao personalismo cristão e socialismo de Monier e Lebret, que originam a AP. No entanto, Gavião (2007, p.55-64) problematiza essa versão e afirma que as ideias de Maritain não foram superadas por Mounier, e sim, complementadas. O personalismo cristão já estaria presente em Maritain, tendo Mounier acrescentado elementos de determinações econômicas e sociais que constituiriam na denominação de uma ordem social apropriada para renovação da cristandade a partir de um processo revolucionário. Esse autor coloca ainda várias questões importantes a respeito da matriz ideológica da esquerda católica e sua “evolução”.

organização da AP e sobre as articulações com a Igreja Católica nacional e internacional, além da criação de uma proposta interna de financiamento (17/01/1963); carta com o timbre da JEC Internacional enviada por João Eduardo Wanderley para convidar Heimer para encontro com “politizadores” sobre Sindicalismo Rural em Aracaju (4/7/1963), e por fim, o projeto de execução de um Centro de Formação Sindical no NE, com o financiamento de uma instituição alemã em 1964. Dentre os documentos apreendidos, estava também uma cópia do documento base da AP.

Mas, aparentemente, os documentos mais relevantes sobre a organização são os compilados no volume 2 (IPM, 1964, p.463-497), onde constam peças e cópias de documentos apreendidos pela polícia de Jaboticabal e que faziam parte de inquérito policial n.32/64, aberto na cidade para investigar as atividades da AP. Essa parte se inicia com um depoimento de um padre, Ary de Souza, dado em 6 de maio de 1964, que afirma ter iniciado o trabalho junto a Juventude Estudantil Católica (JEC) em 1961 e entrado em contato com documento base no final de 1962. Ary atestou ter lido em notícia de dezembro de 1963 um artigo no jornal O Estado de São Paulo uma carta da CNBB à Ação Católica Brasileira (ACB) fazendo restrições ao “caráter naturalista” da AP e ao envolvimento de jecistas na organização. Diante disso, em acordo com o Bispo de Jaboticabal, D. José Varani, Ary teria se responsabilizado a partir de fevereiro de 1964 por realizar um estudo sobre o documento base e as atividades da AP. Admitiu conhecer Ethevaldo Mello Siqueira e ter tido contato com Heimer durante suas atividades junto a JUC e JEC, quando teriam conversado a respeito do MPC, AC e AP, além de receber o jornal “Brasil Urgente” de Pedro Celso Longo. Depois.

Quanto aos documentos apreendidos com Ary, estão na seguinte ordem:

- 1) Convocação da Coordenação ao Conselho de Cultura Popular de São Paulo para reunião nos dias 14 e 15 de março de 1964, assinada por Franz W. Heimer como Coordenador Estadual;
- 2) Informe 5 de 12/12/63, enviado pelo Setor Universitário, assinado pela Coordenação Nacional e endereçado aos coordenadores municipais e locais sobre o I Encontro Nacional do Setor, onde se retoma a história da AP e cobra-se dos coordenadores responsáveis pelo setor para que discutam a relação cúpula-base, chamando-os à responsabilidade quanto ao caráter do movimento;

- 3) Informe 4, de 26/12/63, do Setor de Cultura Popular, indicando a preparação para o II Encontro Nacional de Cultura Popular e falando do papel da Cultura Popular na revolução. A Coordenadora Nacional era Iza Guerra, que faria viagem pelo Nordeste para a organização do setor;
- 4) Informe 3, de 10/11/63, do Setor Camponês, enviado pela Secretaria Nacional aos Coordenadores Municipais, sobre a situação da sindicalização rural no país, as Ligas Camponesas e a ligação com o MEB e CNBB;
- 5) Circular 18/63, de 8 de dezembro, do Secretariado Nacional e Coordenação Nacional do Setor Universitário, falando do encontro previsto para depois do Congresso da UNE;
- 6) Circular 20/63, de 1º de janeiro, do Secretariado Nacional, prevendo as atividades do Setor de Cultura Popular e Encontro Nacional do Setor Universitário;
- 7) Circular 15/63, de 15 de novembro, referente à Reunião do Comitê Nacional, falando do estudo dos textos distribuídos para estudo e da suspensão do encontro do Setor Operário;
- 8) Circular Especial, de 11 de dezembro de 1963, informando a distribuição do Dossiê do IV Reunião do Comitê Nacional, da criação da AP no Uruguai;
- 9) Circular do Secretariado Nacional (nov. ou dez. de 1963) relatando quem compunha a Coordenação Nacional da AP: Coordenação Geral e Setor Político – Herbert José de Souza; Setor Político e Estudantil – Aldo Arantes; Setor de Cultura Popular e Administração – Thereza Rodrigues; Setor de Administração e Cultura Popular – Cosme Alves, Setor Camponês e Setor Operário – Silvio Gomes; Setor Estudantil e Setor Operário – Severo Sales. A Circular tem também o endereço da Secretaria da AP, uma relação das circulares que haviam sido distribuídas e em anexo, um balanço financeiro da organização. A maior contribuição financeira vinha de São José do Rio Preto.
- 10) Informe 6, 16/12/63, do Setor Universitário, com organograma e sugestões do núcleo regional para a organização dos núcleos de base nas Faculdades;
- 11) Informe Especial 4, 10/11/63, relato sobre a IV Reunião do Comitê Nacional, realizada de 31 de outubro a 3 de novembro. Documento importante, marcado como confidencial, que faz um balanço sobre as atividades da AP em seus sete meses de existência e traça a estratégia de ação da organização para os próximos. Esse documento parece o mais “comprometedor” de todos, tem um grifo realizado pela polícia em um dos trechos onde

indica que a organização pretendia manter “contatos com áreas militares nos principais centros e articule-se com movimentos nacionais (CGT, FPN, sargentos e lideranças nacionais) nos momentos de crise” e que viam a “necessidade da aproximação e aprofundamento com o marxismo-leninismo”. Nesse informe, também foi grifado pelos policiais o item 2 da estratégia, que fala do papel dos setores e no item das Resoluções, fala da nova composição da Coordenação Nacional, da importância da disseminação do jornal “Brasil Urgente” e da inserção da AP no MEC. Nas resoluções do Secretariado Nacional, destaca-se a composição da coordenação nacional e a importância da distribuição de um texto elaborado por Heimer que transpunha a ideologia da AP para o Plano de Ação. Depois, seguem as diretrizes para cada setor, com destaque para a articulação de verbas para o Setor de Cultura Popular por José Serra (presidente da UNE na ocasião) e no setor operário, o papel dos bancários na organização do setor. (ANEXO VII)

- 12) Circular Especial 1, 28/11/63, reforça que os conteúdos das circulares eram confidenciais e expõe a composição do Comitê Nacional da AP, com Franz W. Heimer representando o Estado de São Paulo.

Esses informes e circulares, na maioria com teor confidencial, articulados às cartas recebidas por Heimer e aos documentos sobre a organização sindical rural, explicitam o caráter de mobilização estudantil e organização dos trabalhadores rurais pela AP, sendo Franz W. Heimer umas das lideranças intelectuais no estado de São Paulo. A não ser pelo documento base, todos os documentos citados constroem um quebra-cabeças quanto a forma e organização da AP, onde estavam suas principais articulações políticas, quem eram seus dirigentes e principalmente, suas táticas e estratégias de atuação. O documento 11, síntese da IV Reunião do Comitê Nacional da AP, configura-se numa peça essencial para entender a preocupação com o caráter ativo da organização e com que os fundamentos teóricos tivessem maior convergência com as práticas dos militantes.

Os documentos esboçam uma influência maior do Setor Universitário e de que forma se colocava em prática a aliança estudantil-operário-camponesa, através das atividades de alfabetização e promoção da cultura popular, dentro de um programa nacional articulado com os

planos do MEC e de setores progressistas da Igreja Católica. E foi em decorrência da origem da AP, da sua aproximação com a Igreja Católica, instituição que já tinha histórica inserção na sindicalização dos trabalhadores rurais, que o Movimento de Cultura Popular teve apelo como tática de integração do movimento estudantil com o movimento camponês. As práticas de organização da Igreja no campo abriram portas para a AP se inserir como liderança de um processo de sindicalização rural mais politizado, no qual os trabalhadores rurais podiam ser alfabetizados e conscientizados de seu papel histórico. A articulação das atividades do Setor Estudantil com o Camponês passaram a ser eixo prioritário para a AP, principalmente, depois de 1964, quando a organização enfrentou modificação após seus militantes serem perseguidos e o regime acirrar a repressão.

Alguns dos documentos em poder de Heimer eram estudos sobre a situação agrária no Brasil, indicando dados sobre a concentração de terras e o sindicalismo rural. Dentre os documentos existe um estudo sobre a questão agrária no Brasil, onde se afirmava que antes de 1960, praticamente não existiam sindicatos rurais no Brasil, apesar da legislação que garantia a participação dos trabalhadores do campo desde 1903, reforçada em 1945. Teria sido por iniciativa da Igreja Católica, principalmente no Nordeste, que surgiram as primeiras organizações sindicais, instalando-se, conseqüente, uma orientação sindical cristã. Com a criação do Sistema de Serviço de Assistência Rural, avançou-se no processo de reconhecimento dos sindicatos. Existiam no período cerca de 217 sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, mais 350 encaminhando-se para reconhecimento, sendo o número total de camponeses sindicalizados cerca de 600.000. Haveriam também 5 federações conhecidas e outras 11 aguardando processo. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG) havia sido fundada em 24 de outubro de 1963 e a Superintendência para Reforma Agrária (SUPRA), criada em 2 de outubro de 1962, substituindo o SSR, começava a oferecer assessoria aos agricultores, tanto no campo técnico quanto sindical, sendo o órgão que cuidaria de executar o plano de Reforma Agrária. (IPM, p.35-39, 1964) De acordo com os documentos que traçam a estratégia para o setor camponês da AP no estado de SP, priorizaram-se as regiões de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Catanduva, Lucélia, Sorocaba e Bragança Paulista.

Esses dados serviam de base e argumentação tanto para que a AP formulasse seus programas de formação de Supervisores e Coordenadores dos projetos de politização da

população no campo, como para construir um projeto de um Centro de Formação Sindical. Esse projeto previa a organização de cursos para sindicalistas e trabalhadores rurais no Nordeste todo, mantendo-se a orientação do sindicalismo cristão, mas funcionando como instituição não confessional. As cartas de Heimer e outros integrantes da AP confirmavam a execução do projeto a partir de janeiro de 1964, quando foi confirmado o financiamento do Instituto para Solidariedade Internacional, da Alemanha. Heimer era, de acordo com os documentos, o principal articulador desse “convênio” e responsável pela organização do projeto, junto com Julieta Calazans, D. Távora, arcebispo de Aracaju, e o arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales⁴⁴.

Nos depoimentos de Heimer, ele explicou aos policiais quais eram os objetivos dos encontros com os demais membros da AP: discussões sobre como se transportava para a prática os pressupostos filosóficos da organização e como eram feitas “considerações sobre a cultura popular”, uma das vias de atuação da organização para conscientizar os trabalhadores sobre a sindicalização. No entanto, negou que o MPC ou a SUPRA servissem diretamente aos propósitos executivos da AP, mas reconheceu que as ideias da organização poderiam influenciar os integrantes desses órgãos. Em fala eloquente transcrita no primeiro depoimento, Heimer afastou o argumento de que a AP dependeria ou estivesse ligada politicamente ao governo de João Goulart e disse que teria havido uma “suspeita surda” quanto ao envolvimento da AP com o ex-presidente, por causa da ligação do mesmo com uma “faixa da esquerda” e/ou grupos oportunistas. (IPM, vol.1, p.220-221)

Além de negar qualquer financiamento da AP vindo do governo federal, confirmou que o MPC tinha recebido dinheiro para a realização do projeto de alfabetização em parceria estabelecida com o MEC, a PUC-SP e o Movimento de Cultura Popular da capital, e que o MEB seria um dos parceiros para a realização do trabalho no Centro de Formação Sindical que estavam planejando. Heimer argumentou sobre a existência recente da AP e que esta organização não realizava atividades sigilosas, pois não estaria interessada em se envolver em debates políticos.

⁴⁴ Por vários momentos, no IPM, o professor Heimer indica a ligação orgânica da Igreja Católica com a organização do sindicalismo rural no Nordeste e organização da AP, expondo os nomes dos três famosos bispos D. Helder Câmara, D. Távora e D. Eugênio Sales como possíveis referências sobre o caráter não comunista da AP. Este último, D. Eugênio Sales, apesar da sua ortodoxia e combate à Teologia da Libertação, controversamente, viria a ser o criador das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e protetor de vários exilados políticos durante a ditadura em seu período de maior repressão.

Heimer reafirmou em seus depoimentos todos os princípios filosóficos e estratégia da AP, constantes no documento base, de que acreditavam na possibilidade de se transformar a realidade histórica brasileira através da organização dos trabalhadores, sua conscientização e mobilização pacífica, acreditando no homem como verdadeiro personagem da sociedade. Ou seja, a AP tinha como estratégia para a revolução social a organização e mobilização dos trabalhadores pelo referencial personalista cristão e utilizava-se das táticas de agitação e educação popular para criar uma conscientização da condição de exploração, para que dos trabalhadores surgisse, então, a alternativa para as mudanças estruturais do país.

No documento base apreendido, foram rasurados pelos investigadores justamente dois trechos correspondentes a essa estratégia da AP e que, os policiais distorceram para incriminar Heimer e os demais, enquadrando-os dentro da Lei de Segurança Nacional. Os trechos são os seguintes:

não nos cabe antecipar a forma pela qual se dará a concretização desse processo revolucionário. No entanto, pode-se dizer que a história não registra quebra das estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas, que produzem em última análise, essa consequência.”

(...) conscientização pela crítica constante ao capitalismo e apresentação do socialismo (...) agitação a partir dos problemas concretos, atuação através dos movimentos de cultura popular, alfabetização. (Documento Base da AP in IPM, vol.1, 1964, p.)

Usando essas indicações, os policiais enquanto interrogavam os acusados e testemunhas, indicavam esses trechos para que, através deles, se confirmassem os propósitos subversivos da AP. Porém, o teor do documento todo é claro quanto a intenção de uma construção de uma “revolução social” pacífica, a longo prazo, através do processo educativo conscientizador e de reivindicação de direitos e legislação trabalhista justa para os trabalhadores rurais e operários. A construção do socialismo idealizado pela AP admitia críticas ao programa etapista e de coalisão com a burguesia nacional, proposta pelo PCB, mas considerava importante a ligação com instituições e órgãos que considerassem chave para promover a massificação da organização dos trabalhadores, justificando manterem vínculos com a Igreja, alguns partidos e organizações sindicais, com o MEB e com as entidades do movimento estudantil. Apenas a previsão de que o momento revolucionário, realizado pelo proletariado e não pela organização, poderia ser violento, foi propositalmente utilizado no inquérito para incriminar os professores de incitação à violência.

O MEB, de fato, tinha a inserção de lideranças da AP, assim como o movimento estudantil foi liderado por Aldo Arantes, Vinícius Caldeira Brant e José Serra, militantes da AP que foram consecutivamente presidentes da UNE. Essa posição era vista como representação importante, mas o movimento estudantil não era central para a estratégia da organização. Seus objetivos estavam associados à sua inserção inicial nas universidades e entre os intelectuais, para depois se expandir, assim como afirma no próprio texto base da AP, “se aliando gradualmente às classes populares”.

A AP via as entidades e grupos de estudantes como “órgãos de pressão e agitação política” necessários naquele momento histórico, no qual estava se forjando a consciência da população brasileira. Esses argumentos confirmariam as afirmações dos estudantes e professores acusados da FFCL de São José do Rio Preto de que CAF, MPC e GRUTA que não teriam articulação formal com a AP, mesmo que no âmbito das ideias e argumentos políticos, convergissem em muitos pontos. De fato, ao ler os informes e cartas apreendidas, não se encontra referências do GRUTA e do CAF como entidades ligadas às atividades da organização, assim como, apesar do vínculo matrimonial entre Lourdes e Heimer, não fica claro que a esposa de Heimer estivesse coordenando o MPC por força da atuação dentro da AP, mas o contrário está posto: Heimer, sendo Coordenador Estadual de Cultura Popular de São Paulo e sendo do Comitê Nacional da AP, tentava integrar as atividades do MPC às intenções da organização.

Maria de Lourdes Heimer também havia sido da JUC na Faculdade de Direito na BA, mas não consta em qualquer documento que oficialmente integrasse a AP. Em seu depoimento, explicou que tinha tido contato com a AP e falou a respeito do trabalho do MPC: os estudantes alfabetizadores teriam feito o curso do método com o próprio Paulo Freire, em São Paulo. Ela confirmou que haviam recebido ajuda financeira da PUC-SP e do MEC e que o MPC não tinham vínculo com a AP e nem com GRUTA. Depois de expor de que forma funcionava o MPC de São José do Rio Preto, quais eram seus componentes e como era a Campanha de Alfabetização no estado, admitiu que recebiam apoio dos professores Franz Heimer, Flávio Di Giorgi e Aluysio Reis de Andrade.

Ilustrando isso, no depoimento de Laerte Paulo Fávero (IPM, vol.1, p.163), funcionário da SUPRA na região, contou que, em março de 1964, Heimer teria procurado o órgão para pedir transporte para as atividades do MPC, mas teria alegado que estava afastado do projeto, mas que

o MPC estava articulado com as atividades da SUPRA no estado de SP, sob a direção de João Pinheiro Neto.

Além desses depoimentos e dos documentos acima citados, ilustram conexões institucionais os documentos transcritos na íntegra no vol.1 do IPM (1964, p.232-247): informativos, alguns assinados por Heimer como Coordenador Estadual de Cultura Popular, no início de 1964 e que já foram anteriormente citados como parte do processo contra a AP aberto pela polícia de Jaboticabal. Primeiro, na convocação para a I Reunião do Conselho Estadual de Cultura Popular, seguida por uma circular para os grupos locais relatando as atividades nos meses anteriores e, dentre as responsáveis pela assessoria estavam: alfabetização – Maria Edna Mugayar; Educação Complementar – Maria de Lourdes Cápua, as duas do MPC de São José do Rio Preto e para Arte Popular, Marisa Ramos, do GRUTA. Nesse documento também está expressa a preocupação com a comissão estadual quanto a eficiência da Campanha de Alfabetização no Estado de São Paulo e da autorização de Lauro de Oliveira Lima, diretor do Ensino Secundário no MEC, para utilizarem-se as Inspetorias Seccionais de Ensino Secundário para auxiliar na realização dos cursos. As divisões da SUPRA também deveriam servir como pontos de apoio aos projetos de Cultura Popular.

Com a apreensão de tantos documentos nas residências de Heimer e de estudantes, surgem as “evidências” que a polícia buscava e os elementos que faltavam para que as alas reacionárias da Faculdade comprovassem a existência de uma organização de esquerda atuante na instituição. No entanto, para indiciar Heimer e outros professores como perigo para a Segurança Nacional, tinham que provar que se constituíam em agitadores que incitavam a classe trabalhadora à violência e o uso de armas para transformar a sociedade e que a AP tinha ligação direta com as atividades do Partido Comunista nacional e internacional.

Nesse sentido, os indícios do processo reforçam a ideia de que a AP não vislumbrava a luta armada como estratégia em seu início de existência, para promover a mudança da ordem estabelecida. Seus esforços se voltavam para o trabalho de conscientização das bases, para a questão da organização sindical, principalmente no meio rural, e não propriamente a incitar a população para pegar em armas. Os pressupostos filosóficos, de influência humanista cristã aproximavam mais a classe trabalhadora da proposta de politização e conscientização da

exploração como arma para reivindicar direitos do que para tomar o poder, além de estabelecer a defesa e valorização da cultura popular como tática de conscientização das classes exploradas.

Apesar do indiciamento feito pelo delegado José Domingos Ferreira tentar aproximar a AP do comunismo, nenhuma conexão foi encontrada com as atividades do PCB e suas premissas ainda negavam o marxismo como via para a conscientização dos explorados. Tanto no depoimento de Heimer, quanto de Antonio Funari Filho, Ethevaldo Melo de Siqueira e outros componentes da organização, a AP seria acomunista, ou seja, não admitia comunistas dentro de suas práticas de cultura popular e mobilização estudantil. Mais contraditória é a afirmação da AP ser subversiva e, ao mesmo tempo, vincular-se a órgãos federais, dentro do governo de João Goulart.

Afinal, se os movimentos comunistas eram ilegais, como poderiam vincular-se às práticas do governo trabalhista? Não era porque os comunistas apoiavam o governo Jango que tinham livre trânsito dentro das instituições governamentais. O trabalhismo, linha de atuação do PTB, se configurou historicamente por sua linha conciliatória entre interesses dos movimentos sociais e o Estado e mais comprometiam os movimentos reivindicatórios com as causas estatais do que com demandas dos trabalhadores. Os militantes da AP, dentro dos limites da institucionalidade sindical e religiosa, faziam a organização crescer por determinações das exigências reformistas dos movimentos sociais, o que era uma contingência para uma atuação revolucionária, por mais que a revolução fosse o seu horizonte.

Além disso, os documentos mostram que a AP era uma organização em fase de constituição e com pouco tempo de inserção nos movimentos populares. Constituída dentro da proposta da JEC e JUC internacional, engatinhava em seus propósitos de conscientizar e organizar os trabalhadores do campo e da cidade para realizarem suas lutas, tendo maior inserção no meio universitário e contando com alguns intelectuais e estudantes para elaborarem planos de agitação cultural e alfabetização política. Sua atuação política estava ainda muito atrelada à Igreja Católica e aos pressupostos personalistas cristãos.

As indicações da estratégia utilizada pelas organizações da esquerda cristã constam que estas optaram pelas vias institucionais para se inserir no contexto das classes trabalhadoras, utilizando-se do MEB como fonte de apoio financeiro e infraestrutural, para alfabetizar os trabalhadores do campo, principalmente, no Nordeste brasileiro. Com a defesa da cultura popular,

associou o método de Paulo Freire aos seus interesses de difusão de uma cultura pró-construção de uma consciência nacional quanto aos problemas dos trabalhadores. No entanto, a AP não deixava de ser uma organização de quadros, com uma base social ainda pequena e pouco articulada com a ideologia pequeno-burguesa de suas lideranças.

4.2 – O Movimento Popular de Cultura e o GRUTA: articulação real ou aproximação de propósitos?

O Movimento Popular de Cultura (MPC) era uma das entidades com atuação mais recente na FAFI quando houve a intervenção. Funcionando há pouco mais de um ano, era coordenado por Maria de Lourdes Heimer e tinha em seu corpo de atuação a seguinte formação, conforme depoimento de Ledercy Gigante, em 10 de maio de 1964 (vol.2, p.386): no Comitê Executivo, as estudantes Maria Isabel Cápua, Maria de Lourdes Cápua, Maria Edna Mugayar, e Maria de Lourdes Heimer; colaboração: prof. Newton Ramos de Oliveira, Dilma Terezinha Roncalia e Mara Jorge Ramos. O órgão funcionava com o apoio da Secretaria de Educação de São José do Rio Preto, que havia cedido transporte, mediante intervenção de Casemiro dos Reis Filho e recebia financiamento do MEB e da PUC-SP. Tinha como propósito realizar a alfabetização de jovens e adultos pelo método de Paulo Freire na região de São José do Rio Preto, nos bairros e/ou regiões que fossem indicadas ou para o qual fossem convidados.

Os policiais apreenderam vários documentos na sede do MPC, invadida no dia 4 de abril de 1964 (curiosamente existem três registros de busca e apreensão). No primeiro, indica que teriam encontrado apenas um livro pertencente ao estudante Wladimir Moscheta. No segundo registro, consta terem encontrado dois mimeógrafos, um projetor de slides e um manifesto assinado por Leonel Brizola. Apenas no terceiro relatório aparece o registro de que foram encontrados vários exemplares dos jornais “Brasil Urgente”, “Última Hora”, “O Movimento” e outros, livros e livretos sobre a história do Brasil e demais temas sobre a realidade nacional, mais especificamente um livreto “Alfabetização e Cultura Popular”, um boletim do MEB, “um maço de entrevistas nos bairros e periferias com analfabetos, um maço de papel mimeografado contendo instruções para aulas do MPC, Boletins de Cultura Popular editados pelo GRUTA,

várias folhas mimeografadas com poesias francesas, instruções sobre doenças diversas, cartelas com palavras diversas”, várias pastas com documentos incluindo fichas e matrículas de Mirassol e um exemplar de jornal “Ação Popular” (IPM, vol.1, p.7;10-12, 1964)

Soube-se, através dos depoimentos de professores e estudantes que participaram do MPC, que a primeira incursão do projeto foi realizada no bairro Esplanada, periferia de São José do Rio Preto, em 1963, ocorrendo as aulas dentro do prédio de um Grupo Escolar chamado popularmente de “Asilão”. Em janeiro de 1964, outro local havia requisitado o programa de alfabetização: o grupo iniciou seus trabalhos em uma fazenda chamada Nossa Senhora Aparecida, pertencente a Olavo Fleury. De acordo com depoimentos, foi realizado um levantamento de informações sobre os trabalhadores da fazenda, com entrevistas durante 15 dias e depois, iniciada a alfabetização com mais de 50 pessoas. Os colonos tinham aulas de segunda a sexta, à noite, ministradas por dois professores. Com o golpe, o trabalho foi interrompido, não se concretizando a programação de alfabetização em 40 dias.

No inquérito policial, seis depoimentos foram recolhidos dos colonos da fazenda que frequentaram as aulas do MPC. Eles afirmaram terem sido entrevistados por Newton, Ledericy, Orestes Nigro e Elisa Penhavel, mas quanto a realização das aulas, atestaram que outras pessoas teriam comparecido. Todos os colonos, aparentemente, repetiram as mesmas informações: que no início foram apresentadas as letras do alfabeto e filmes com figuras e seus respectivos nomes, para que os alunos copiassem; depois, os professores teriam começado a questionar os trabalhadores a respeito do quanto ganhavam, de que forma eram tratados pelo patrão e o que sabiam a respeito de sindicatos. Os professores teriam dito também a respeito da possibilidade de se organizarem, de reivindicarem a distribuição de terras e de que uma legislação que protegeria os trabalhadores rurais estava sendo formulada.

Os nomes de Newton e Ledericy são os mais citados como os professores que ministraram as aulas. De acordo com os trabalhadores depoentes, esses professores teriam dito que João Goulart havia dividido suas terras com os trabalhadores enquanto, o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, buscava tirar as terras dos mesmos. Nas falas dos colonos, eles enfatizam que os professores pretendiam ensiná-los sobre a Reforma Agrária e que haviam exibido filmes dos quais eles teriam entendido pouco, mas que pareciam falar a respeito da exploração do patrão

em relação aos trabalhadores da roça. Alguns teriam deixado de frequentar as aulas porque teriam sido advertidos do sentido subversivo das mesmas, além de não terem sido alfabetizados de fato.

Sabe-se que, quanto aos professores e estudantes que participaram do projeto de alfabetização no início de 1964, as informações foram procedentes e até, confirmadas em outros depoimentos de funcionários da Faculdade e em documentos oficiais da instituição. Mas não foi possível avaliar o quanto seriam procedentes nos depoimentos e as afirmações quanto às incitações feitas pelos educadores, durante as exhibições dos filmes e discussões sobre as condições de trabalho na fazenda, posto que todas as falas foram praticamente iguais e coletadas em uma delegacia diferente, em Neves Paulista, sem testemunhas. Além do mais, quando os mesmos colonos foram chamados para prestarem depoimentos por ocasião da revisão do inquérito pela justiça comum, em agosto de 1968, alguns desmentiram as acusações de que os professores teriam tentado colocá-los contra o patrão.

Quanto ao GRUTA, como já foi exposto anteriormente, o grupo teria iniciado suas atividades entre 1961 e 1962, sob a coordenação do professor Orestes Nigro, da cadeira de Língua e Literatura Francesa. Participavam das atividades do GRUTA não apenas estudantes, mas professores e funcionários que se interessassem por poesia, literatura, teatro e música. Nos registros bibliográficos e nos depoimentos, percebe-se que a promoção de eventos artísticos foi intensa a partir de sua criação, permitindo uma profícua relação do movimento estudantil da Faculdade com a proposta de teatro do grupo. De acordo com Nigro, o grupo já havia se apresentado em várias cidades: Itápolis, Monte Aprazível, José Bonifácio, Uchoa, Rio Claro, São Carlos, Araraquara. Tinha como publicações, além da 1ª Desova Poética, o Boletim de Cultura Popular, que teve como responsável o estudante Nildenir Ferreira de Carvalho.

Consta também nos autos do processo uma lista de materiais que foram apreendidos, com um laudo de conclusão, no dia 14 de junho de 1964, e seguem o roteiro da peça “Mural do Operário”, textos para preparação para o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular e um texto de apresentação da 1ª Desova Poética (IPM, 1964, vol.3, p.652-664). Estes documentos foram organizados logo após os depoimentos dos funcionários da faculdade e dos ofícios do trabalho de alfabetização e exibição de filmes, em nome do GRUTA, articulando-o propositalmente com o trabalho do MPC.

Outro dentre os documentos apreendidos, que colocou o GRUTA no campo de atuação da cultura popular foi a Carta de Princípios, que se encontra no volume 2, p.452. Nela consta que o grupo teria como finalidade, através de “instrumentos artísticos adquiridos na escola”, desenvolver a “tomada de consciência das classes oprimidas através de seus problemas sócio-econômico-culturais e conseqüente ruptura dos esquemas sociais desatualizados”, além de mobilizar os estudantes para agir de acordo com a crítica a sua realidade, junto às classes oprimidas.

Na seqüência, o documento expõe que os intelectuais e educadores teriam melhores condições dentro de suas capacidades de ensino, produção de pesquisa e elaboração artística de contribuir na luta por melhorias sociais, econômicas e culturais dos brasileiros. Tratam o desafio de militar no âmbito da cultura popular, tentando superar os limites da estética da arte, “levando ao povo a mensagem de luta e trazendo do povo todas as suas virtualidades culturais”. E reforça que, para os membros do GRUTA, o trabalho artístico seria um “ato cívico, revolucionário e por isso, patriótico” com a busca apenas do sentido “autêntico da Cultura Popular”

Junto a essa carta de princípios, está o estatuto onde, nas finalidades, reafirmava seus propósitos de dar voz ao protagonismo da cultura popular, esvaziando qualquer característica individual ou de grupo. Constituíam-se de membros associados podendo ser alunos, ex-alunos, professores, funcionários da FFCL de São José do Rio Preto e tinha como estrutura: Diretoria Executiva, Assembleia de seus membros, Comitês de Teatro, de Jogaí, de Música Popular, de Música Erudita, de Cinema, de Artes Plásticas, de Publicações e Imprensa e de Rádio. Dentre essas instâncias, compostas por muitos membros, a diretoria era eleita anualmente e tinha atribuições como de uma entidade representativa, mas seu órgão soberano seria a assembleia. Reuniam-se não apenas em reuniões gerais, mas em reuniões de trabalho.

Consta também no estatuto que, em caso de dissolução do GRUTA, seu patrimônio seria automaticamente passado ao CAF, que ele não poderia se filiar a nenhum movimento político partidário e tinha estabelecido um convênio com o CAF, passível de ser aprovado, caso houvesse conveniência (IPM, vol.2, p.453-456).

Junto a esses documentos, segue uma declaração de Orestes Nigro, datada de 30 de abril de 1964, reafirmando seus propósitos e sua idoneidade, desvinculando-o de qualquer outro

movimento ou entidade, assim como tirando da responsabilidade do órgão, feitos individuais de seus componentes. Afirma logo no início:

Declaro, na qualidade de diretor geral do Grupo Universitário de Trabalho Artístico (GRUTA), entidade filiada à recém-fundada Federação de Amadores Teatrais da Alta Araraquarense, órgão organizado e patrocinado pela Comissão Estadual de Teatro, ser o GRUTA um movimento que visa à promoção de teatro nesta cidade e na região, estatutariamente desvinculado de qualquer outro movimento artístico-cultural, assim como de qualquer organização estranha às atividades artísticas, seja política, religiosa ou de classe.(IPM, vol.2, p.457, 1964)

E no decorrer do documento, enumerou as atividades realizadas desde que o grupo começou a “criar corpo”, em 1962. As atividades vão de apresentações musicais, conferências sobre teatro, apresentações de peças famosas, ciclos de exibição de documentários e filmes, festival de poesia e jograis, exposição de obras de arte, a promoção da 1ª Semana de Estudos Brasileiros, a publicação de livro de poesias “1ª Desova Poética”. Nigro manteve também um programa radiofônico de janeiro a maio de 1963, na Rádio Cultura, chamado “GRUTA no Ar” e que, devido a tal abrangência e diversidade de abordagens, teria mudado seu nome de Grupo Universitário de Teatro Amador para Grupo Universitário de Trabalho Artístico.

Apesar das declarações do professor Orestes Nigro de que o grupo de teatro não se vinculava a nenhum movimento ou grupo político-partidário, algumas das peças teatrais e dos grupos de teatro, que se articularam com o GRUTA, tinham ligações claras com as propostas do CPC da UNE, da crítica à realidade brasileira e a promoção da cultura popular, o que o fazia ter uma identidade de propostas com o MPC e CAF. Nos depoimentos, as declarações das testemunhas, tanto de acusação quanto de defesa, afirmam ter visto principalmente o “Auto dos 99%”, peça de Augusto Boal, Eduvaldo Viana Filho e Carlos Esteban, do Centro Popular de Cultura, que se referia à crítica à estrutura organizativa elitista da universidade, por ocasião do debate sobre a paridade e a Reforma Universitária, promovido pela UEE e pela UNE durante a Campanha do 1/3. Outras peças teatrais foram citadas teriam sido promovidas ou encenadas pelo GRUTA e mantinham um teor crítico à realidade brasileira: Eles não usam black tie, de Gianfrancesco Guarnieri, Ciranda Brasil, Mural do Operário, Exercício da Justiça e Soar do Sertão.

Os estudantes Yvone de Moura, João Paulo de Oliveira e Amelia Fernandes de Souza testemunham no IPM (1964, vol.2) indicando os nomes das colegas que se pronunciavam como da esquerda e que faziam parte das atividades do CAF, MPC e GRUTA. Eudete Focchi, Ledercy Gigante, Aparecida Barco Soler, Marisa Jorge Ramos, Maria de Lourdes Cápua, Mara Jorge Ramos, Maria Isabel Cápua, Maria Edna Mugayar e Marisa Jorge Ramos prestaram depoimentos em seguida, defendendo-se das acusações dos colegas, negando seus propósitos comunistas e a articulação entre as entidades.

Estas conseguiram atenuar algumas das acusações, principalmente, sobre a fala de Grigor Vantanian da assembleia no dia 1º de abril, sobre o caráter de defesa das reformas dos diversos movimentos existentes na faculdade e posicionamento dos professores. A respeito do envolvimento com as atividades do MPC e GRUTA, afirmaram que estes não se vinculavam a AP e não eram pautados em propostas de ruptura da sociedade de classes, pois se isso fosse verdade, as estudantes disseram que não teriam participado de suas atividades. Mas admitiram que o documento da AP era “subversivo” e que o método de alfabetização de Paulo Freire poderia ser utilizado com a finalidade de conscientizar os trabalhadores.

Dentre as estudantes, Ledercy foi a única que cedeu à pressão e afirmou que seria impossível realizar qualquer tipo de incitamento dos trabalhadores rurais da fazenda na qual faziam a alfabetização, por se tratar de “fazenda modelo” e que não poderiam fazer esclarecimentos sobre sindicatos e SUPRA, pois familiares dos proprietários e empregados domésticos também assistiam às aulas. (IPM. 1964, vol.2, p.444) Mas por mais que os estudantes tentem desvincular a atuação do MPC e do GRUTA, o inquérito vai sendo conduzido para que as testemunhas e os indiciados admitam um vínculo entre si, principalmente, diante da própria proposta geral dos professores da FAFI mais atuantes nos movimentos de defesa da cultura popular, que seriam Newton Ramos de Oliveira, Hélio Leite de Barros, Mary Amazonas, Orestes Nigro e Franz Heimer.

4.3 – O CAF e a defesa das reformas de base: braço da UEE e da UNE ou apenas uma organização estudantil local?

O Centro Acadêmico da FAFI era um núcleo ativo, permanentemente ligado aos movimentos que questionavam a realidade brasileira. Qualquer fosse sua gestão, declaravam-se abertamente apoiadores das reformas de base, principalmente, da Reforma Universitária. Signatários das greves estudantis lideradas pela UEE e pela UNE, os estudantes das gestões do CAF foram alvos fáceis das perseguições ditatoriais.

Na ocasião da intervenção, a sede do CAF também foi invadida pelos policiais e vários cartazes espalhados nos murais da Faculdade foram apreendidos. Esses cartazes, o qual não se teve acesso, foram sistematicamente expostos aos depoentes para que dissessem algo sobre seu conteúdo e procedência. O ponto comum entre aqueles que resolveram contar algo era de que os cartazes, com seu teor crítico à realidade brasileira e à desigualdade, expressavam o anticapitalismo e anti-imperialismo, bandeiras da UEE e UNE. Dentre os documentos apreendidos, estavam discursos do Ministro do Trabalho e Previdência, Almino Afonso e correspondências de Rubens Paiva, processos ligados à Reforma Universitária, documentos referentes a UNE e UEE, além de jornais e panfletos.

No inquérito, estudantes identificados como alunos e ex-alunos que haviam dirigido o CAF, foram presos e interrogados, principalmente, os atuantes na ocasião do golpe. Esses teriam sido os responsáveis por chamar uma assembleia no dia 1º de abril, dia da intervenção na Faculdade e que foi encerrada por ordem policial, depois do Major Godoy ter acionado o comando para a agitação que acontecia na instituição. A assembleia foi interrompida antes que pudessem encaminhar um telegrama e/ou manifesto em solidariedade a Jango, declarando que os estudantes da FAFI apoiavam as reformas e eram contra qualquer ato arbitrário que pudesse impedir o processo democrático no qual o governo as construía. No entanto, a realidade foi imperante: além de acabarem com a mobilização dos estudantes, os militares cuidaram para que várias pessoas fossem presas, que a direção garantisse as atividades normais da Faculdade fiscalizando para que não houvesse reuniões fora de horário previsto e por fim, informaram que o Brasil já estava em outro rumo, pois Jango tinha deixado o país.

Vários estudantes, amedrontados com a nova situação, deixaram de assumir seu envolvimento com as atividades do CAF e a defesa das reformas de base. Alguns até tornaram-se delatores, indicando nome de colegas e professores ligados às organizações de esquerda. Para além das diferenças e tensões típicas do convívio universitário, os estudantes mostraram-se e definiram a situação do processo. Mesmo sendo os verdadeiros protagonistas dos movimentos contestatórios que habitavam a FAFI, praticamente saíram ilesos das acusações de subversão, deixando o pior para os professores. A não ser por Ledercy Gigante, única estudante indiciada e processada até o fim.

Um dos exemplos foi o de Grigor Vantaniam, estudante de História Natural e que era tesoureiro do CAF. Em seu primeiro depoimento, negou ter se manifestado na última assembleia e apesar de ter admitido ligação do CAF com UNE e UEE, não expôs GRUTA e os professores. Mas depois alguns depoentes acusaram-no de ter se exaltado na assembleia do dia 1º de abril, quando teria defendido a “realização das reformas sob violência” e afirmado “a posição em defesa da faculdade ser realmente de esquerda e quem não a aceitasse, poderia se retirar”. Isso teria levado o estudante em novo depoimento, a indicar exatamente a ligação de colegas e professores com cada um dos movimentos. Fez afirmações, inclusive, sobre o professor Orestes Nigro ter um comportamento inadequado frente às alunas, que Wilson Cantoni, José de Arruda Penteado e João Jorge da Cunha eram comunistas e que junto aos demais professores, apoiavam todas as atividades do CAF. Afirmou que esta entidade, além de seguir a linha da UNE e UEE, preocupava-se apenas em realizar agitação política e não defendia os interesses locais dos estudantes. Contou que o CAF apoiava atividades em sindicatos em “obediência a aliança operário-estudantil” e que os professores Flávio V. Di Giorgi, Orestes Nigro e Wilson Cantoni acompanhavam essas festividades promovidas pela entidade e pelos sindicatos. Disse também que, enquanto partícipe do GRUTA, ouvira em reuniões que o grupo se apresentaria para operários e que, se isso acontecesse, com o conteúdo crítico de suas peças poderia suscitar “luta entre as classes”. E confirmou que o grupo de teatro poderia servir aos propósitos da AP ou MPC para agitação, afirmando ao final que MPC, CAF e GRUTA teriam orientações reformistas (IPM, 1964, vol.2, p.518-519).

Alguns estudantes foram também inquiridos sobre listas de palestrantes que constavam em murais e sobre o convite a Almino Afonso para ser paraninfo dos formandos em 1963. José

Murilo Farinazzo confirmou que Almino fora escolhido pela turma de formandos e não por indicação do CAF. A formatura acabou não sendo solene, por restrição de João Dias da Silveira, e foi realizada na secretaria da Faculdade. (IPM, vol.1, p. 216-218) Almino faria depois, uma conferência no Jockey Clube, que foi transmitida pela rádio Independência para toda a cidade e região. Nesta ocasião, discursou o deputado Rubens Paiva⁴⁵, cuja fala foi transcrita para constar nos autos do processo. No relato da conferência, (IPM, 1964, vol.2, p.355-365), consta que além de Almino Afonso e Rubens Paiva, deputado pelo PTB, teria comparecido Neiva Moreira, do PSP e da Frente Parlamentar Nacionalista e José Serra, presidente da UNE. Paiva fez um discurso nacionalista, repudiando os extremismos e alertando para o terror instaurado no período, defendendo o projeto de reforma agrária e a existência de uma burguesia industrial progressista, de quem era representante. No final da conferência, há um anúncio de que o PAI (Partido Acadêmico Independente)⁴⁶ patrocinaria as palestras do deputado Eusébio Rocha e do deputado e Ministro da Educação, Paulo de Tarso.

Farinazzo, assim como outros estudantes depoentes que teriam pertencido às gestões do CAF, confirmaram a presença constante de membros da UEE em atividades na Faculdade, assim como o vínculo das entidades e composição da UNE. Este vínculo político, portanto, direcionaria algumas das discussões políticas sobre as reformas de base, a lei de remessas de lucros, a influência norte-americana nos projetos econômicos e educacionais brasileiros e a desigualdade social. Além disso, o estudante isentou os professores de qualquer influência na entidade, assim como o vínculo da mesma com o GRUTA.

O professor assistente de Geologia, Samir Felício Barcha, testemunhou no inquérito, falando principalmente das atividades do CAF. O ex-estudante de História Natural, além de dar o

⁴⁵ Rubens Paiva teve uma longa trajetória política pelo movimento estudantil e PTB, nas lutas pela Petrobrás, Eletrobrás e contra monopólios. Foi deputado federal com mandato caçado pela ditadura civil-militar em 10 de abril de 1964. Depois de algum tempo no exílio, retornou para o Brasil, onde foi preso e torturado, ficando desaparecido nos anos de chumbo. Em depoimentos mais tarde, admitiu-se que o ex-deputado teria sido morto em sessões de tortura do DOI-CODI do Rio de Janeiro. A Comissão da Verdade, instaurada em 2010 pelo governo Federal, para investigar os crimes de Estado durante a ditadura, ganhou seu nome.

⁴⁶ Um dos depoentes do IPM é João Paulo de Oliveira Neto, presidente do movimento de oposição declarada ao CAF, o Partido Acadêmico Independente – PAI. Em vários depoimentos, os estudantes de outros movimentos falam que seus integrantes fariam parte de um grupo que defendia interesses locais dos estudantes, sendo considerados por seus pares reacionários. No testemunho de Chafic Balura, ele conta que os estudantes eram chamados de “mensageiros do IBAD” e burgueses.

nome dos estudantes que haviam se envolvido na greve de 1961, afirmou que o CAF divulgava as posições da UEE e da UNE quanto a Reforma Agrária, alfabetização, latifúndios ligado nas questões nacionais e internacionais. Na assembleia promovida no 1º dia do regime haviam aprovado uma moção de apoio ao presidente João Goulart. (IPM, 1964, vol2, p. 302-303)

Ruy Quirino Guimarães, que teria sido o 1º presidente do CAF em 1957/58, presta depoimento importante de esclarecimento das questões que tanto foram pauta, principalmente, das testemunhas de acusação. Mesmo não estando na gestão durante a greve de reivindicação de representação para o departamento de HN, reafirmou que Badaró havia feito uma reunião com Sérgio Milliet, chefe do Sistema Isolado de Ensino Superior, o qual teria dito que a greve era improcedente, pois a representação discente em departamentos era de caráter experimental e não tinha amparo legal.

Este estudante também teria participado de reuniões com a UEE, sido convidado para assinar Manifesto contra Invasão à Cuba e um dos organizadores da conferência de Florestan, quando os trabalhadores rurais de Santa Fé do Sul compareceram. Ele contou que Jofre Correa Neto esteve no CAF em abril ou maio de 1960, enquanto corria por vários “grêmios estudantis” pedindo aos estudantes apoio e que enviassem ofícios ao governador Carvalho Pinto para que visitasse Santa Fé do Sul, a fim de solucionar o conflito entre o proprietário Zico Diniz e os lavradores que subarrendavam a terra. Além de pedir que o CAF enviasse um representante a Santa Fé, ajudou a divulgar a conferência de Florestan nos CAs que visitara: Araraquara, São Carlos, Santa Fé do Sul. Compareceram na conferência cerca de 70 lavradores e estudantes de Santa Fé, que seguiram em passeata pela cidade carregando faixas com os dizeres “A Associação de Lavradores de Santa Fé do Sul protesta contra o assassinato de Caryl Chessman”⁴⁷, “A associação pede apoio às suas causas” e “Repudiamos o projeto que avilta a Escola Pública”. De acordo com Ruy, pessoas que apoiavam a campanha se retiraram após o episódio e que houve discussão na câmara municipal e artigo de Daud que afirmava a FAFI ser “antro de comunistas” (IPM, vol.2, p.304-306)

⁴⁷ Caryl Chessman foi um preso norte-americano que foi executado na câmara de gás em 1960, na Califórnia, EUA. O caso teve repercussão internacional pelas alegações de Chessman em sua auto-defesa contra a pena de morte, sendo a medida questionada por várias organizações e movimentos em defesa dos direitos humanos.

Outras questões que foram colocadas a quase todos os estudantes e professores depoentes foi a realização da manifestação durante a visita do governador da Guanabara, Carlos Lacerda e a distribuição dos documentos base da AP por ordem da UEE. Quanto a primeiro episódio, parte dos depoentes afirmou que sob a orientação da UEE, os estudantes deviam realizar uma manifestação de repúdio à presença do político da UDN, famoso por sua defesa da privatização da educação e sua oposição às reformas de base. Os estudantes da FAFI optaram, após reunião e recomendações de Nigro, por fazer uma manifestação velada de luto, distribuindo boletins pela cidade e nos sindicatos na noite anterior ao comício, contendo texto contra o governador. Nenhum professor teria se envolvido no episódio. Uma das testemunhas de acusação tentou incriminar Newton R. de Oliveira quanto à realização dos boletins, mas a informação não foi sustentada.

Outro documento apresentado por José Murillo Farinazzo, que foi presidente do CAF, trata-se de um manifesto em repúdio à Carta de Princípios dos Governadores, que a entidade teria remetido à comunidade local, endereçada aos “operários, camponeses e povo de nossa terra”. Nessa carta, os estudantes da Faculdade denunciavam os governadores Carlos Lacerda, do RJ e Adhemar de Barros, de SP, de liderarem um grupo de dez governadores que seriam contra as reformas promovidas pelo presidente João Goulart. Os estudantes, em resposta ao Manifesto dos Governadores lançado em abril de 1963, após Jango lançar seu plano de governo, defendeu a Reforma Agrária e da Reforma Constitucional que estavam em curso e expôs que esses governadores eram responsáveis pela manipulação midiática e legal, apelando aos militares e ao cristianismo para conspirar contra o governo. Estes governadores teriam ligação com os chefes das forças armadas, os mesmos que tentaram impedir a posse de Jango em 1961. (IPM, 1964, vol.2, p.524 -526 – ANEXO VIII).

Em depoimento, a professora assistente Hermione Elli Mellara acusou a gestão do CAF de ser via de disseminação das ideias da AP e que teriam recebido de membros da UEE cópias do documento base para serem distribuídos na Faculdade. Mas essa afirmação acabou não sendo confirmada em outros depoimentos. As falas se contradizem, dando a entender que não se sabia a procedência dos documentos encontrados junto aos outros apreendidos no CAF.

No entanto, por mais ligado que o CAF pudesse estar com a UEE e a UNE, fazia críticas próprias a conjuntura e a educação dentro e fora da Faculdade, levando a entidade a atividades e

posicionamentos próprios, conforme as demandas reais se impunham. Vide as conferências sobre a LDB e Campanha em Defesa da Escola Pública, a greve pela representação discente local e por denúncias da administração de Raphael Grisi. Além disso, as testemunhas afirmaram que o CAF distribuía jornais e que eram vendidos livros e publicações de esquerda na livraria de Telmo Maia, que funcionava ao lado da entidade. As publicações correntes mais citadas são os “Cadernos do Povo” e o jornal “Brasil Urgente”.

Aparentemente, não apenas o CAF se mobilizava como entidade representativa dos estudantes, mas também passou a responder por iniciativas individuais de estudantes da Faculdade que compunham sua gestão, ou mesmo, qualquer outro estudante da instituição. A testemunha Oscar Luis Ramos Pires contou à polícia que teria sido procurado há cerca de três anos antes “por estudantes que seriam da FAFI”, para que aderisse ao abaixo assinado que pedia a volta da legalidade do PCB. No abaixo assinado constariam nomes de “pessoas expressivas” da cidade que apoiavam o movimento, com a presença do nome do ex-deputado Ruy Nazareth e o apoio da imprensa local. (IPM, 1964, vol.3, p.563-564)

Esses elementos foram citados nos documentos do IPM e reforçaram a afirmação de que a faculdade seria um foco de atividades comunistas. De certa forma, essas articulações do CAF com a UEE e a UNE, assim como a atribuição de qualquer atividade política dos estudantes à atuação na entidade, acabou contribuindo para tirar de qualquer um a responsabilidade individual de tais atos, levando ao não indiciamento dos estudantes. No entanto, serviu como agravante para a acusação de que os estudantes atuavam sob influência e doutrinação ideológica dos professores ou de outros representantes políticos, colocando-os em condição de “vítimas”, em um período da história da Faculdade no qual lutaram tanto para serem protagonistas.

De certa forma, essa condição serviu também para justificar a intervenção na Faculdade, a abertura do processo, resultando apenas no expurgo dos professores e no indiciamento de apenas uma estudante, provavelmente como forma de “exemplo de coerção” para os demais. Aparentemente, não seria do interesse das autoridades locais punir os estudantes e referendar a ideia de que a subversão vinha dos cidadãos riopretenses. O objetivo era culpar os professores “forasteiros” que pensavam diferente das pessoas da cidade e que representavam uma ameaça para a ordem local, acusando-os assim de infiltração na instituição, em nome do comunismo internacional.

4.4 – A falta de discernimento entre educação crítica e educação política: professores acusados de “esquerdizar” a Faculdade.

Como exposto anteriormente, outros professores além do professor Franz W. Heimer, João Jorge Cunha, Newton Ramos de Oliveira e Orestes Nigro foram também acusados de promover uma “ideologização de esquerda” na FFCL de São José do Rio Preto. Todos os professores que faziam parte do grupo reformador (Flávio Vespaziano Di Giorgi, Wilson Cantoni, José de Arruda Penteado, Hélio Leite de Barros, Casemiro dos Reis Filho, Mary Amazonas Leite de Barros, Maria Edith Garbogini, Sarah Rottemberg, Norman Potter, Anoar Aiex, Jamil Almansur Haddad, José Aluysio Reis de Andrade, Joacyr Badaró, Jacob Lebenstain e Maurício Tragtemberg), foram acabaram perdendo seus cargos e/ou sendo demitidos mais tarde pela faculdade, após terem sido presos, interrogados e alguns, indiciados. A maioria pertencia ao departamento de Pedagogia, que ficou completamente desfalcado depois de junho de 1964. Alguns, estando fora da cidade ou do país, foram considerados foragidos por não terem sequer aparecido para testemunhar. A não ser por Haddad, os outros padeceram por algum tempo com a falta de emprego e perspectivas depois do processo, sendo impedidos de assumirem funções públicas por um longo tempo de sua docência.

A cada um deles foi atribuída uma ligação com organizações e partidos de esquerda, ou mesmo, episódios nos quais teriam feito críticas à economia política brasileira ou à educação e cultura nacionais. Qualquer tipo de exposição contrária aos interesses das classes dominantes era vista como manifestação de subversão, mesmo que, por vezes, fossem para defender pressupostos liberais. Essas afirmações foram pautadas primeiro, nos depoimentos dos professores Daud Jorge Simão, Celso Abbade Mourão e Luiz Dino Vizotto, dos estudantes Yvone de Moura Campos Almeida e depois, no laudo de conclusão do inquérito, feito pelo delegado designado para a investigação, assim como em seu depoimento mais tarde, quando o processo correu na justiça comum.

O professor Celso Abbade Mourão foi um dos primeiros a prestar depoimento acusando alguns professores, principalmente os do curso de Pedagogia, por defenderem “ideologia extremista”. Relatou a existência das divergências entre dois grupos de professores da faculdade, contou sob sua perspectiva, a questão da crise da gestão Grisi, na qual os professores

“comunistas” teriam sido demitidos pelo diretor por se recusarem a assinar um termo no qual se eximiam de se envolver com atividades político-partidárias. Além disso, apresentou vários artigos de jornais com as discussões durante a Campanha em Defesa da Escola Pública, nos quais se expunham os professores João Jorge da Cunha e José de Arruda Penteado, e outros a respeito de uma polêmica gerada por artigo de Jamil Almansur Haddad, falando do provincianismo da população de São José do Rio Preto, que interpretaria mal as opiniões e posições dos professores da FAFI. Essa posição de Jamil foi criticada em artigo por Nigro, que reforçou que as maledicências a respeito dos professores foram realizadas por um pequeno grupo político e não por toda a cidade. (IPM, vol1, p.189-200)

Em seu segundo depoimento, Mourão atribuiu a realização do Manifesto em Defesa da Escola Pública a Cantoni e que seu nome teria sido publicado sem o seu consentimento. Mais tarde, apresentou também uma lista com as publicações na imprensa local referente às discussões entre professores da Faculdade e notícias quanto ao envolvimento dos professores com atividades políticas subversivas. (IPM, 1964, vol.3, p.585-586) Seguiu-se alguns desses artigos, alguns expostos anteriormente, outros a respeito da polêmica em torno da visita dos trabalhadores de Santa Fé à conferência de Florestan, artigos de Newton Ramos de Oliveira sobre a estrutura fundiária brasileira e a reforma universitária, eventos promovidos pelo CAF, início das atividades do MPC, a visita de Rubens Paiva para conferência sobre a Reforma Agrária e manifestações do CAF sobre aliança com os operários.

O depoimento de Luiz Dino Vizotto foi também acusatório quanto a articulação entre oito professores de esquerda contra a direção de Grisi, durante a crise administrativa, oposição que teria levado o ex-diretor, além de Celso, Vizotto e Daud a se reunirem com “A Sociedade Amigos da Cidade”⁴⁸ para angariar apoio de outras “autoridades” na cidade. O professor afirmou ainda que Sarah Rottemberg teria sido designada para levar a frente uma organização feminista em São José do Rio Preto, o que não foi concretizado (IPM, vol 1, p.201-202)

⁴⁸ No IPM (1964, vol.2, p.317) consta uma carta enviada em nome da Sociedade Amigos da Cidade, em 28 de abril de 1964, confirmando a ida de Raphael Grisi até a reunião da entidade, que na época elegia o Conselho Diretor, afirmando que tendo sido “único responsável pelo recrutamento dos professores da FFCL de Rio Preto”, desejava antes de afastar-se da diretoria “expurgar reconhecidos maus elementos”, que usariam sua cátedra para doutrinação ideológica. Não teria dito os nomes dos professores, mas esses foram publicizados dias depois em Diário Oficial. Junto a carta, em anexo, consta a ata do dia da visita de Grisi, na qual não está exposta a questão como aparece no ofício e logo depois, os nomes dos professores que foram demitidos.

Daud Jorge Simão teve no IPM a oportunidade de delatar professores e estudantes por supostas “atividades subversivas”. Apesar de não ser professor na Faculdade desde maio de 1962 e não conhecer o MPC, GRUTA e AP, acusou os estudantes, dentre eles Joacyr Badaró que à época da crise da direção Grisi era presidente do CAF e os professores Wilson Cantoni, Casemiro dos Reis Filho, João Jorge da Cunha, Rodolpho Azzi e Orestes Nigro de envolvimento na Campanha em Defesa da Escola Pública e na Campanha de Representação Paritária. Além de acusar de envolvimento professores e estudantes na Campanha Pró-Cuba, em apoio aos estudantes goianos e um pedido de visita de Fidel Castro a São José do Rio Preto. Falou da discussão com Jamil Almansur Haddad, com quem teve debates públicos a respeito do comunismo internacional e alegou ter sido considerado pelo CAF *persona non grata* por discordar dos movimentos políticos e de greves estudantis que “desvirtuariam os propósitos do grêmio”. (IPM, vol.2, p.258-259)

Junto aos professores citados, no depoimento de Paulo Nogueira de Camargo, professor de Botânica da ESALQ que teria trabalhado na FAFI entre novembro de 1961 e novembro de 1962, reafirmou o envolvimento de estudantes e professores com as Campanhas, que a faculdade era conhecida como “foco de comunistas” e que Grisi teria admitido, no período da crise, que a situação teria saído do seu controle, pedindo ajuda à Sociedade Amigos da Cidade. Acusou o GRUTA de seguir linha de Guarnieri, CAF de ser ligado a UNE e contraditoriamente, Newton Ramos de Oliveira de ter “intencionalidade religiosa”. O curioso desse depoimento foi que Paulo teria entrado na Faculdade depois da saída de Grisi, não tendo presenciado muitas das atividades que cita. (IPM, 1964, p. 270-272)

O professor Edoardo Querin também prestou esclarecimentos contra os professores indiciados e afirmou que na faculdade faltava “princípio de autoridade”. A FAFI viveria uma “bagunça instituída” depois do afastamento de Grisi e assistentes das cadeiras eram todos ex-presidentes do CAF. Afirmou ainda que João Jorge da Cunha nunca teria escondido ser comunista e que Maurício Tragtemberg defendia a secularização. (IPM, 1964, p.288-289)

Ao professor José de Arruda Penteadó foi atribuída ligação com o PCB e a responsabilidade por tentar constituir o diretório local do PSB junto aos professores Cantoni, Nigro, Casemiro, Aluysio, Mary Amazonas, João Jorge Cunha e Norman Potter. Ele prestou depoimento após a polícia ter encontrado pacote de livros com seu nome, que teriam sido jogados

na margem de uma estrada que ligava São José do Rio Preto a Mirassol. No pacote, encontravam-se: revistas, dentre elas dois exemplares de “Tempo Brasileiro”, “Política Operária” e “Tribuna Socialista” e várias publicadas no exterior (Argentina, Chile, Uruguai, URSS), um livro “Quem é o povo do Brasil?”, de Nelson Werneck Sodré, da coleção Cadernos do Povo, uma revista da UNE sobre a educação no Equador; duas coleções: 17 exemplares da “Revista Brasiliense” (vários números diferentes) e 11 da revista “Estudos Sociais”. Mas o que chama mais a atenção e é destaque no laudo é o exemplar da revista “Problemas”, referente a dezembro de 1954 a fevereiro de 1955, com o título “IV Congresso do Partido Comunista do Brasil” e um livro de “Teses para discussão – Estatutos do Partido Comunista do Brasil”, editado no Rio de Janeiro, em 1960. (IPM,1964, vol.3, p.622-628)

No longo depoimento, Penteado relatou que chegou à Faculdade em plena crise da direção de Grisi, como amigo do diretor, mas acabou se posicionando contra ele. Admitiu terem sido lideranças no movimento estudantil contra Grisi, Joacyr Badaró e Mary Amazonas. Penteado contou que o curso de Pedagogia fora fruto de uma experiência nova, no qual os estudantes tinham igualdade de votos nas decisões departamentais, além de existirem comissões em cada série para avaliar e controlar o ensino e aproveitamento do curso. Criou o Centro Didático e Serviços de Recursos Audiovisuais, em prédio próprio próximo à faculdade, com a finalidade de aprimorar a formação e utilização desses recursos, assim como preparar através de cursos de extensão os professores da rede primária e secundária. (IPM, 1964, vol.3, p.631-634)

Por causa dos “indícios” de ligação com o PCB, contou as circunstâncias nos quais teria conhecido Oldênio Alevi, antigo militante do PCB, com quem afirmou ter divergências. Quanto a aproximação dos outros professores para tentar, em vão, configurar o diretório do PSB em São José do Rio Preto, admitiu que tanto Casemiro quanto Nigro não teriam correspondido às expectativas, que conhecia melhor Cunha e que não fazia parte do convívio social de Cantoni. Teria convidado Newton, Casemiro, Badaró e Cunha para as reuniões e que Aluysio teria sido seu colaborador. Teria conhecido Telmo Maia como livreiro e Pedro Plácido como sindicalista e que queriam ingressar no PSB. Esse último, junto a Oldênio Alevi, José Eduardo do Espírito Santo e Silvino Silveira teriam se infiltrado no partido, mas não se identificaram com os propósitos do mesmo. (idem, ibidem)

Por fim, afirmou que a defesa do partido único no documento da AP dava a organização “caráter totalitário” e deu explicações sobre os livros encontrados na beira da estrada: publicações com caráter subversivo, mas de uso pessoal para responder aos debates nos anos 1950 e ter domínio das “tendências dominantes extremistas”. Penteado afirmou-se como editor da Revista Atualidades Pedagógicas e por isso, recebia publicações internacionais sobre a educação. Ao perder o interesse por tal literatura, teria pedido à empregada que dispusesse de material como considerasse melhor. Alegou ter perdido contato com a empregada, sem saber que fim levaram os livros.

Em aditamento às suas declarações, Penteado reforçou que não se utilizara de sua cátedra para realizar doutrinação ideológica, que tinha uma perspectiva de esquerda democrática, defendendo a “socialização progressiva, a liberdade partidária e o planejamento econômico” e acrescenta que usava em seu programa para as aulas: Gunnar Myrdal, Rousseau, Pestalozzi, Herbert e John Dewey, inspiradores do movimento da Escola Nova. (IPM, 1964, vol.3, p.634)

Orestes Nigro, outro indiciado de ser professor de esquerda, comprometeu-se por pela sua coordenação do GRUTA e assumiu em seus depoimentos a informação que Heimer dera: participou de reuniões na casa do alemão para estudarem a AP, junto a Flávio Vespaziano Di Giorgi, Maria Edith Garboggini, Newton de Oliveira Ramos e o cônego José Domingos (reitor do seminário diocesano). Para os militares, essa afirmação foi uma das evidências dos vínculos dos professores com as atividades “subversivas” da AP e da articulação entre GRUTA, AP e MPC. Além desse vínculo, esses mesmos professores teriam participado de atividades e proferido palestras no Sindicato da Construção Civil.

Depois, ao ser apresentado ao documento base da AP durante seu interrogatório, Nigro afirmou que esta organização teria caráter totalitário pela defesa do partido único. Defendeu os trabalhos do GRUTA como sátiras da realidade brasileira, Cantoni como sociólogo progressista que teria participado de algumas conferências para o Sindicato dos Metalúrgicos e negou a ligação com o MPC, tendo ido a algumas das aulas ministradas na fazenda de Fleury apenas para assistir. Além disso, negou estar de fato vinculado ao PSB, tendo apenas o seu nome como tesoureiro, sem ter comparecido às reuniões. (IPM, vol.3, p. 599-600)

Dentre os principais acusados, Wilson Cantoni foi o mais citado. Principalmente Yvone de Moura Campos Almeida, (IPM, 1964, vol.2, p.376-378)⁴⁹ afirmou que Cantoni teria gastado um semestre todo tratando de “Educação e Luta de Classes” (Aníbal Ponce) e da Reforma Universitária. A testemunha contou que o professor dissera em aula que a estrutura social teria que se modificar radicalmente para que a luta de classes acabasse e denunciou o professor por uma pesquisa realizada com os estudantes da Pedagogia, sobre os grupos e/ou movimentos nos quais os alunos atuavam na Faculdade (JUC, AP, MPC, GRUTA, PAI e Ideologia Marxista). Todos os grupos, de acordo com a estudante, seriam de ideologia de esquerda, sendo o PAI moderado e o GRUTA, tendo como finalidade “politizar o povo através da arte dramática”. A estudante denunciou também Anuar Aiex por ter se assumido de esquerda e ministrado curso de extensão sobre marxismo aos sábados, na Faculdade. Yvone indicou Maurício Tragtemberg como elemento de esquerda por rumores de outros estudantes.

A pesquisa a qual se refere Yvone, realizada junto com a professora Zélia Rodrigues Ramozzi, passou a ser ponto comum em todos os interrogatórios seguintes (João Paulo, Eudete Focchi, Aparecida Barco Soler, etc.), principalmente para os estudantes. Alguns dos depoentes, testemunhas e acusados, admitiram convergência de propostas entre MPC, GRUTA e AP, sendo impelidos a afirmarem, frente ao documento base da AP, e que os trabalhos de alfabetização ou de apreciação artística seriam mesmo subversivos, se fossem realizados nos termos que a AP propunha. Algumas testemunhas levaram seus cadernos com anotações a respeito das aulas de Cantoni, onde cada grupo foi definido e expostas as opiniões de estudantes e do professor a respeito dos aspectos sociológicos da atuação dos movimentos na Faculdade. (IPM, 1964, vol.3, p.553-562) As anotações no caderno da estudante Flávia são elucidativas quanto ao caráter diverso que Cantoni dava à disciplina de sociologia, estudando autores clássicos (Marx, Weber e Durkheim), passando por Erich Fromm (“A arte de amar”) e Manheim e usando o texto do Ianni (“O jovem radical”)⁵⁰ a fim de mapear qual seriam os aspectos da juventude universitária que

⁴⁹ Além dos professores, Yvone indica nominalmente os colegas de curso que defenderiam ideias de esquerda, dando endereços e citando frases. Esses foram interrogados também durante o processo, só sendo indiciada Ledercy

⁵⁰ Este texto do Otávio Ianni pode ser encontrado na obra “Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil”, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p.159-179.

fariam com que se identificasse com tal ou qual movimento reivindicatório e/ou contestatório. (ANEXO IX)

A professora Zélia prestou um depoimento específico para esclarecer o teor da pesquisa, que seria mais para identificar o perfil psico-social do “jovem radical” do que para identificar seguimentos ideológicos. Apesar de Zélia explicar que a intenção da pesquisa consistia em estruturar o curso para obter um melhor rendimento dos estudantes, os dados e informações sobre a forma como foi realizada a pesquisa em sala de aula tornaram-se um dos principais pontos de argumentação quanto à acusação de “proselitismo político e ideologização de esquerda” por Cantoni, no exercício de sua cátedra. Somaram-se as acusações de outros professores quanto ao seu papel na crise de 1961, apoio às atividades do CAF, palestras em sindicatos e suas declarações e textos em defesa da escola pública, da paridade nos órgãos colegiados e suas produções literárias sobre a Reforma Universitária.

Mesmo que a professora Zélia e alguns dos estudantes afirmassem que a pesquisa e as aulas de Cantoni não tinham objetivo de fazer com que as partes se posicionassem e discutissem os rumos políticos do país, a natureza da disciplina de sociologia levava a polícia a estigmatizar até mesmos as análises metodológicas como parte da pregação ideológica. Mesmo que os professores tivessem dito que Durkheim, Manheim e autores do estruturalismo e fenomenologia foram tratados da mesma forma que os marxistas, isso pouco influenciou nas conclusões do delegado sobre o envolvimento de Cantoni com o comunismo.

O estudante Grigor Vantanian, além de prejudicar Nigro, expôs Cantoni em seu depoimento, afirmando que o professor havia proferido conferência no auditório da faculdade sobre as Reformas de Base durante a Semana de Calouros de 1963 e que, na ocasião da greve dos professores primários e secundários, teria afirmado em nome dos professores, o apoio aos operários em quaisquer movimentos que os mesmos realizassem. Vantanian confirmou as afirmações de Raphael Grisi quanto ao apoio de Cantoni às atividades do CAF, assim como o apoio dos demais professores do departamento de Pedagogia. (IPM, 1964, vol.2, p.518-519)

José Murillo Farinazzo, estudante que também foi do CAF, confirmou que Cantoni teria dado palestra no Sindicato da Construção Civil na comemoração de 1º de maio, mas que não deixava claro nesse tipo de manifestação pública quais eram suas “inclinações políticas”.

Essas informações acabaram sendo referendadas com a apreensão de muitos livros e documentos na sala de Cantoni, os quais, alguns, assim como o livro “Uma Experiência de Reforma Universitária” (IPM, 1964, vol.4, p.855-893) constam na íntegra, na parte de indiciamento de Cantoni, no quarto volume do IPM. Destacam-se uma declaração de agradecimento por ter proferido a palestra no 1º de maio de 1962 no Sindicato da Construção Civil, recorte de jornal com Manifesto do PCB, textos e anotações sobre marxismo salário mínimo para trabalhadores rurais e sobre a reforma universitária, correspondências trocadas com Celso Furtado negociando a visita de Celso à Faculdade, a declaração dos professores contra Grisi durante a crise da administração, um manifesto da Associação de Docentes dos Institutos Isolados indicando greve e pedindo equiparação de condições com os professores da USP (documento inconcluso), além de capítulos do livro de Aníbal Ponce, “Educação e Luta de Classes” e de Ralph Linton, “O Homem” e por fim, cópia da pesquisa de doutorado de Cantoni intitulada “O que a Sociologia pode dar ao administrador escolar”. (IPM, 1964, vol.4, p.756-834)

Cantoni chegou a ser considerado foragido por anos e depois de várias citações, prestou depoimento em 12 de janeiro de 1968, quando o processo já havia saído da alçada da justiça militar e ido para a justiça comum. Nesse período, Cantoni estava morando em Santiago, no Chile e trabalhava no departamento de Sociologia da ONU, para a CEPAL. Em seu depoimento, negou as acusações, afirmou que Hermione e Celso seriam de grupo que não concordavam com sua concepção de universidade. Ao falar sobre o MPC, GRUTA e AP, afirmou que as entidades além de não serem ligadas ao Partido Comunista, eram “inspiradas em princípios filosóficos que não poderiam ser assimilados pelo materialismo histórico”. Reforçou que suas aulas sobre as reformas na Faculdade de Filosofia teriam natureza “estritamente técnica” e que, inclusive, trabalhava como investigador social para a CEPAL, na qual teria recebido convite da Fundação Ford, que era contrária a práticas comunistas. (IPM, 1964, vol.6, 1622-1623)

João Jorge da Cunha foi o único indiciado que pertencia ao departamento de História Natural e gerou polêmica por suas posições, desde a sua entrada na Faculdade. Estando no departamento mais conservador, foi visado apenas por discordar das posições dos colegas. Era apontado, principalmente, por Mourão e Vizotto, também professores de História Natural, como declaradamente de esquerda. Envolveu-se em debate público nos jornais de São José do Rio Preto em defesa da Campanha pela Escola Pública, com o vereador Raul Francisco Tauyr e atribuiu,

em seu depoimento no IPM, a separação entre os dois grupos de professores da faculdade não às diferenças ideológicas, como argumentavam os professores do departamento de HN, mas às posições “retrógradas desses em relação ao ensino”. Esse departamento impedia que a instituição se submetesse a um “planejamento pedagógico moderno e objetivo”, com características como “racionalidade e economia, utilização da ciência para melhorar as condições de vida da coletividade”. Alegou, ainda, que o curso de Pedagogia estaria apresentando “rendimentos dignos de reconhecimento de especialistas da USP, como por exemplo, Laerte Ramos de Carvalho, do CRPE” e que as acusações de subversão se dariam por pessoas vingativas.

O professor Cunha admitiu ter sido convidado para participar de reuniões para a reativação do PCB na região, o que não teria aceitado por não concordar com sua “linha extremista”. Manteve-se filiado ao PTB até 1964 e havia mudado, pouco antes do golpe, para o PSB. O contato com a AP teria se dado apenas por leitura de jornal: “movimento surgido entre estudantes católicos influenciados pela Encíclica Paz na Terra, do Papa João XXIII”. (IPM, 1964, vol.2, p. 323-327) Alguns desses elementos foram repetidos no segundo depoimento, onde Cunha foi inquirido sobre outros detalhes a respeito da tentativa de reativação do PCB e o vínculo dos professores com AP e sindicatos. Admitiu que esteve presente na conferência de comemoração do 1º de maio com Penteado, Cantoni, Flávio e alguns estudantes no Sindicato da Construção Civil, em 1962.

Um dos principais pontos de indiciamento de João Jorge da Cunha foi a citação de seu nome no inquérito policial aberto em Nova Granada, contra Francisco Sanches Nunes, conhecido como Chico Vaca. O inquérito, aberto em 12 de julho de 1961, investigou as atividades do comunista na região de Mangaratu e Ingás, onde teria tentado formar uma célula do PCB. Nos depoimentos do processo foram indicadas pessoas que teriam comparecido em comício mal sucedido de políticos comunistas e Chico Vaca confirma que as pessoas seriam o sapateiro Oldenio Alevi, José Tavares, o jornalista José Eduardo do Espírito Santo e o professor Cunha”. Oldenio também prestou depoimento no processo, alegando não ser comunista e conhecer Cunha e Telmo Maia. (IPM, 1964, vol4, p.717)

Cunha prestou depoimento no inquérito do Chico Vaca, no dia 21 de agosto de 1961, assim como Telmo, José Eduardo e José Tavares. Eles contaram sobre o episódio do comício, retirando-se de qualquer ligação com a Associação dos Trabalhadores Rurais de Mangaratú,

presidida por Chico. Oldenio e Chico foram indiciados por crime contra a Segurança Nacional pois com eles, além dos depoimentos, foram encontrados documentos referentes a atuação do PCB em São Paulo, atas da Associação⁵¹, uma lista de composição da “Comissão Paulista de Solidariedade a Cuba”, contendo o nome de vários militantes do PCB e formação de um comitê para participar do Encontro Estadual dos Amigos de Cuba, jornais “Terra Livre” e seu plano de difusão, que constituem em importante corpo documental sobre o histórico da organização das atividades do partido em São Paulo e na região. No final do processo, também constou a sentença de absolvição de Chico e demais envolvidos, dada pelo promotor público Cícero Augusto Toledo.⁵² (IPM, 1964, vol.4, p.694-753)

Essas informações levaram a polícia a buscar e apreender documentos e livros na sala do professor Cunha, na FAFI. Destacam-se no volume 4, junto ao indiciamento de Cantoni e os depoimentos de Telmo Maia, as cópias do documento enviado ao Conselho Federal de Educação, “A representação dos alunos e a reforma universitária”, carta endereçada ao presidente da União Cultural Brasil-URSS, em 19 de junho de 1962, pedindo a realização de curso para aperfeiçoamento em Geoquímica na Rússia, por circunstância de seu doutorado e dois telegramas: um do Sistema de Informações da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo afirmando que não haveriam informações sobre Cunha e outro, da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, afirmando que Cunha estava fichado como comunista. (IPM, 1964, vol.4, p.835-844; 852)

Flavio Vespaziano Di Giorgi e sua esposa, Maria Edith do Amaral Garbbogini Di Giorgi, ambos atuantes no departamento de Letras foram investigados como membros da AP, o que seria a questão mais duvidosa de todo o processo de indiciamento. O casal, com histórica atuação católica na JUC, foi acusado de participar do “esquema subversivo da AP e de Franz Heimer” , após constatados seus vínculos pessoais e suas discussões privadas. A polícia fez uma busca e

⁵¹ Em uma das atas da Associação, consta a participação do deputado Luciano Lepera e do professor da FAFI, Rodolpho Azzi. Consta em relatos de Nigro e outros professores, colegas e parentes que Azzi teria mesmo sido militante do PCB e ficado na clandestinidade após 1968, possivelmente, por fazer parte da organização guerrilheira urbana de Carlos Mariguella.

⁵² O processo contra Chico Vaca ficou famoso por ter oferecido ao DOPS de São Paulo elementos para perseguir muitos militantes do PCB e oferece um corpo documental muito importante para estudos futuros sobre a história do Partido e sua estratégia de articulação com os movimentos tanto no campo, quanto com o operariado.

apreensão, em 24 de maio de 1964, na residência do casal encontrando “O Capital” e “O Manifesto Comunista” em espanhol, obras de Otávio Ianni, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Le Bret, dentre outras obras que a ditadura passou a considerar subversivas por se referirem ao marxismo ou sobre a realidade brasileira, documentos produzidos na Faculdade e edições do jornal “Brasil Urgente” e “Última Hora”, além de outros documentos e cartas de professores da Faculdade. Em separado, constava um envelope carta enviada pelo professor Jamil Almansur Haddad à Maria Edith, datada de 27 de setembro de 1962, direto da China, contando como estava o país depois da revolução. (IPM, vol.3, p.576-579)

Em seu depoimento, Flávio falou de maneira hábil sobre como entrou em contato com o documento da AP e sobre conversas com Heimer: afirmou ser a AP um movimento ainda não organizado, de orientação reformista e personalista cristão, que assim como outros movimentos reformistas, se beneficiariam com o aumento da alfabetização da população. Acrescentou que a AP seria adequada àqueles que não aceitavam nem o marxismo, nem o liberalismo como doutrinas e que defendiam a “não tomada do poder por ação violenta, a não ser por caso extremo, definido pela teoria da revolução legítima de São Thomás de Aquino”. Explicou, na sequência, todos os fins dos livros que teriam sido apreendidos, principalmente como forma de se orientar contra possíveis manipulações e afirmou-se católico reformista, ligando todas as suas atividades no sindicato à defesa desses propósitos dentre os trabalhadores.

Maria Edith conseguiu se livrar, até certo ponto, de prestar depoimento. Após várias intimações, em 24 de junho de 1968, quando o processo estava tramitando na justiça comum, respondeu às questões do investigador: admitiu que dentro as testemunhas de acusação era inimiga de Daud, Hermione e Celso, que foi contra Grisi durante a sindicância na sua administração e que não fazia parte de nenhum dos movimentos organizados na Faculdade. Declarou-se católica, dedicada inteiramente à docência e maternidade e explicou que o cartão postal recebido por Jamil durante a viagem do professor para a China teria sido mero acaso. Indicou como testemunhas para sua defesa vários representantes da igreja católica local e de São Paulo, onde lecionava em colégio particular.

Mary Amazonas Leite de Barros e Hélio Leite de Barros foram acusados por algumas testemunhas de participar de situações específicas, que os enquadrava no grupo dos professores comunistas. Os dois participaram do processo de alfabetização para os trabalhadores rurais na

fazenda de Olavo Fleury exibindo filmes sobre a miséria no nordeste brasileiro. Os ofícios dirigidos à faculdade pedindo projetor e os depoimentos de funcionários da FFCL atestavam que Hélio fazia, junto a Mary e Newton, as exibições dos filmes em nome do GRUTA. (IPM, 1964, vol.3, p.645-650)

Mary teria liderado a greve no período da crise da direção de Raphael Grisi e Hélio foi acusado por testemunhas de ser assumido marxista e ter realizado perguntas de caráter “imoral” às estudantes ingressantes no curso de Pedagogia. Apenas Hélio foi detido e interrogado, negando envolvimento com os movimentos.

Newton Ramos de Oliveira foi estudante de Pedagogia da Faculdade formado em 1960 e teria sido presidente do CAF em 1960. Foi contratado pela FAFI em 1962 como professor assistente. Em seu depoimento, afirmou ter sabido da existência da AP através de um rapaz chamado “Kawan” e que esta organização tinha uma orientação cristã, acomunista e que sabia que faziam parte dela o Padre Vaz e Betinho. Reconhece que havia se reunido com Franz Heimer, Maria de Lourdes Heimer e Flávio Di Giorgi para estudarem sobre “consciência transitiva” em Mounier e revista “Espirit”, mas não para conversarem sobre a AP.

Quanto ao MPC, afirmou que suas atividades eram financiadas pelo MEC, que utilizavam o método de Paulo Freire, e que inclusive, também era utilizado pela “Aliança para o Progresso” no Nordeste. Havia feito o curso de extensão sobre o método ministrado por um “americano do ponto IV”⁵³. Afirmou que foi levado à fazenda de Fleury por Ledercy e admitiu ter conversado com os trabalhadores rurais a respeito do comício de Jango na Central do Brasil, sobre a SUPRA, sobre a Reforma Agrária e sindicalização, e sobre uma reportagem a respeito da expropriação de uma fazenda do governador Adhemar de Barros, publicada no jornal “Última Hora”. Newton disse ter se arrependido de dar esses esclarecimentos aos trabalhadores da fazenda e que o trabalho com o MPC não tinha interlocução com a AP. Admitiu ter lido o documento da AP, que este teria uma proposta de trabalho com a cultura popular, mas desconhecia o seu caráter subversivo.

⁵³ O Ponto IV constituía no primeiro compromisso norte-americano dentro da Doutrina Truman de ajuda não militar em larga escala, lançado em 1949 e sendo executado nos anos 1960. Implicava em intercâmbio de conhecimento técnico e científico para a saúde e educação, com o intuito de ampliação da produtividade e expansão do poder aquisitivo da população dos países subdesenvolvidos.

O professor confirmou que durante sua gestão no CAF, em 1960, teve contato com o Sindicato da Construção Civil, que a entidade defendia a “auto-determinação dos povos” e por isso, teria sido aprovado em assembleia um manifesto em apoio à Cuba e à Hungria e que o CAF havia realizado estudos durante o debate sobre a LDB e tomado posição em favor da escola pública. Reforçou que o CAF era associado à UEE e à UNE, mas que tinha posições políticas próprias.

Quanto às atividades como professor, relatou que havia participado de reunião no Sindicato da Construção Civil com outros 15 vereadores, para discutir a viabilidade da construção de hospital para os trabalhadores e que assistiu ao filme “Sindicato dos Ladrões”, exibido pelo GRUTA no mesmo local. Outra reunião na qual admitiu sua presença no sindicato foi no dia anterior à visita de Lacerda a Rio Preto, quando teria dado esclarecimentos técnicos a respeito os decretos da SUPRA e possíveis indenizações no processo de Reforma Agrária.

Newton havia trabalhado no Centro Cultural Brasil-EUA, o que julgou que ajudaria na atenuação das acusações de subversão. No entanto, ele foi indicado como um dos protagonistas de comunização dos trabalhadores rurais da região, assim como sua companheira Ledercy Gigante, durante os processos de alfabetização pelo MPC.

Dentre os que não foram indiciados, mas prestaram depoimentos e/ou foram presos estavam Casemiro dos Reis Filho, Jacob Leybenstein, Joacyr Badaró, Maurício Tragtemberg, José Aluysio Reis de Andrade e Jamil Almansur Haddad.

Casemiro dos Reis Filho apareceu como mais um dos professores injustiçados no processo. Mantido preso por vários dias, em seu depoimento em 3 de maio de 1964, alegou que foi contrário à criação da Faculdade em São José do Rio Preto, devido o pouco interesse da cidade em abrigar cursos que não fossem Direito, Medicina ou Engenharia, escolas superiores que seriam “excessivamente valorizados” no local. Essa teria sido uma das causas das dificuldades de funcionamento e dos professores nunca serem efetivos. Com a estadualização, a Faculdade passou a compor o Sistema Isolado de Ensino Superior, com supervisão do Estado e autonomia diretiva. A falta de recursos e a ausência do diretor Raphael Grisi teria se dado por priorização de interesses particulares, pois Grisi era fazendeiro em Pirassununga. Grisi teria criado a Cadeira de Química para que Daud assumisse, mesmo sem a titulação devida, em troca de apoio político local, via Associação dos Amigos da Cidade. Daud estaria, de acordo com

Casemiro, sempre as voltas das atividades políticas, pois teria sido candidato a prefeito e deputado estadual. (IPM, 1964, vol.2, p.328-331)

Casemiro negou ligação dos professores com a visita dos lavradores de Santa Fé na conferência de Florestan, assim como em na Campanha pró Cuba. Quanto ao Manifesto em Defesa da Escola Pública, este foi amplamente divulgado e teve o apoio de praticamente todos os professores. Apenas Daud teria levado lista de professores que eram contra o manifesto assinarem e aqueles que se recusassem, seriam comunistas. A dissensão entre os professores teria ocorrido a partir da Campanha em Defesa da Escola Pública. Quanto aos professores serem acusados de fazerem “influenciação ideológica”, negou veementemente e afirmou que a Faculdade não podia ser acusada de defender doutrina contrária às instituições democráticas. Os programas dos professores eram submetidos aos departamentos e Conselho de Ensino Superior e o projeto de alfabetização pelo método de Paulo Freire, ofereceria rapidez para resolver o problema do analfabetismo, que seria uma “vergonha nacional” (idem, ibdem)

O professor Casemiro foi defendido em todos os depoimentos como intelectual liberal, avesso a qualquer tipo de conflito e mesmo tendo se filiado ao PSB, não participava das atividades do diretório do partido ou de quaisquer conferências em sindicatos. Foi investigado também pelo material encontrado e apreendido no lixo de sua sala: manuscritos de planos de aulas sobre a história da educação soviética e atividades da Comissão de Reforma Universitária. Sua prisão e demissão da Faculdade teriam sido causadas mais pelas disputas internas pelo projeto pedagógico da instituição e por sua participação na Campanha em Defesa da Escola Pública, do que por sua atuação em quaisquer outros movimentos institucionalizados no contexto do ensino superior no período. Mas em um de seus depoimentos, fez uma afirmação complicada em relação à AP: não teria elementos no campo ideológico para situar a organização, mas que após lhe ser mostrado o documento base, tinha a “impressão” de que a mesma se filiava a uma “corrente esquerdista totalitária” (IPM, vol.2, p. 405). Essa informação deu margem para reforçar as deduções do delegado a respeito da relação da AP com o movimento comunista internacional.

Um dos elementos que indicaria um suposto envolvimento do professor Casemiro com as agitações políticas do período era o fato de ser presidente da Associação dos Professores Estaduais, durante a greve que os estudantes da FFCL de São José do Rio Preto fizeram em solidariedade aos professores dos Institutos Isolados de Ensino Superior de SP, em setembro de

1963. O assunto tornou-se polêmica entre os dias 17 e 25 de março de 1964, às vésperas do golpe, com a ajuda da imprensa local, que deu lugar a uma discussão entre Casemiro e Alfredo Leme Coelho de Carvalho (que viria a ser professor no lugar de Norman Potter). Coelho acusava Casemiro de promover propaganda da greve dos professores primários e secundários na Faculdade. Ao defender-se da acusação que o articulista fez e de outras questões, Casemiro retomou conflitos existentes desde a criação da Faculdade, desvelando que ela ainda era motivo para políticos da região fazerem conchavos e que as acusações contra a sua direção da Associação Regional de Professores estava sendo atacada por “indivíduos ressentidos”, que não foram empregados na FAFI. Esse argumento foi usado por Casemiro após artigo de Daud, criticando os estudantes da FAFI por terem distribuído panfletos contra Lacerda durante sua visita a Rio Preto: o ex-professor acusou a FAFI de ser “formadora de comunistas letrados” e seus estudantes de “colocarem em risco o regime democrático”.⁵⁴ (IPM, vol.3, p.587-594)

Jacob Lebensteyn, em seu depoimento negou envolvimento com a AP e MPC, afirmando que escrevera um artigo para o Boletim Popular de Cultura n.2 em outubro de 1963. O pequeno artigo consta em anexo ao processo e denunciava a articulação da direita e das forças golpistas, o que deveria levar a união das forças da esquerda em favor das reformas, defendendo o projeto nacional democrático.

Joacyr Badaró era professor assistente de José de Arruda Penteado e havia sido presidente do CAF no período em que era estudante, entre 1960 e 1961. Admitiu em seu depoimento ter se envolvido na ocasião da crise da direção Grisi com a greve dos estudantes e ter apoiado, junto ao CAF, manifesto de apoio a Cuba, pois seria a favor da “auto-determinação dos povos”. Quanto à presença dos camponeses na conferência de Florestan, durante a Campanha em Defesa da Escola Pública, explicou que Newton Ramos de Oliveira, que era presidente do CAF no período, teria explicado que a liderança dos camponeses (Jofre) procurou vários centros acadêmicos para pedir

⁵⁴ Ressalta-se este artigo do jornal Diário da Região, publicado em 22 de março de 1964, onde Daud se expõe como liderança da CAFEALTA: cooperativa de produtores de café da região da Alta-Araraquarense. Este louva o discurso de Lacerda como de um “líder nacional forjado na luta, retemperado de civismo”, que foi recebido em São José do Rio Preto com um discurso do deputado federal Maurício Goulart, todos representantes da UDN, partido defensor dos interesses dos latifundiários e de oficiais de altas patentes das forças armadas. Além disso, critica os “universitários” por terem realizado um ato com o funeral do governador Adhemar de Barros e de seu secretário de Segurança Pública, incitando as famílias da cidade a se manifestarem como na Marcha com Deus e provocando os professores da FAFI quanto a não haver meio termo, ou neutralidade, diante da polarização comunismo x capitalismo colocada no contexto mundial.

apoio para resolver a questão dos arrendatários de Santa Fé do Sul. Em uma dessas ocasiões, teriam convidado os camponeses para a conferência, não contando com a presença deles de fato. (IPM, 1964, p.273-274) Isso se contradiz com depoimento de Mourão, que alegou que dias antes da conferência, foi consultado na ausência do diretor Raphael Grisi, sobre a possibilidade da faculdade dar pouso para estudantes de Araraquara. Soube depois que foram os trabalhadores rurais de Santa Fé que dormiram na faculdade.

Maurício Tragtemberg foi detido e convocado para prestar depoimento, depois da qualificação dos demais professores, após o dia 15 de junho de 1964. De acordo com o segundo depoimento de Edoardo Querin, Tragtemberg teria lamentado a prisão dos colegas após o golpe, colocando-o dentro do círculo de relações dos professores indiciados.

Em seu depoimento, Tragtemberg relatou suas atividades docentes e negou qualquer envolvimento com organizações ou partidos políticos dentro e fora da Faculdade. Após ser acusado por várias testemunhas de “ridicularização” da religiosidade, das tradições brasileiras e de também ser de esquerda, respondeu às acusações dando uma aula na delegacia sobre secularização.⁵⁵ O professor afirmou que era contra a representação paritária dos estudantes que não fosse da forma como estabelecida pela LDB e que na FAFI, os estudantes podiam até mesmo decidir a respeito da contratação de professores, o que deixaria margem para escolhas pautadas nas afinidades políticas ao invés da capacidade intelectual. Afirmou que “havia se chegado ao extremo de não se distinguir professores e alunos” e que ensinava os estudantes a terem espírito crítico para se armarem contra qualquer manipulação. Defendendo-se das acusações de influência em relação aos estudantes, disse que a influência do professor deveria se dar “dentro dos limites de sua especialidade” e que não era adepto de linha ideológica alguma. (IPM, 1964, vol.3, p. 683-685)

Tragtemberg explicou com detalhes quais eram os autores que utilizava em sua disciplina para abordar determinadas teorias, com destaque para a “Teoria do desenvolvimento econômico”, da obra do economista russo Rowston, que daria um panorama crítico geral a todas as teorias

⁵⁵ Esse episódio, assim como todo o processo de perseguição e desdobramentos, foram depois relatados em alguns depoimentos de Tragtemberg, onde afirma que os professores teriam dado “cursos de extensão na delegacia”, inclusive que Zélia havia falado sobre as fases do desenvolvimento de Piaget e ele, sobre a secularização. Esse histórico biográfico pode ser encontrado em Tragtemberg, 1999, (p. 63-65); Silva, 2008.(p.90-93)

econômicas. Teria sido convidado por jornais do estado de São Paulo para dar sua opinião a respeito da expulsão dos estudantes envolvidos nos processos de subversão, afirmando-se contra a expulsão, pois essa condição implicaria em um “desajustamento social”, enquanto que, permanecendo na instituição, esse estudante podia “recuperar-se”. (idem, ibdem)

Quanto aos professores da faculdade, para a polícia afirmou que esses não teriam mesmo condições de permanecer na instituição por estarem “viciados politicamente”, que sobre sua opinião a respeito do comunismo, já havia se manifestado em suplemento literário, publicado no jornal O Estado de São Paulo em 27 de setembro de 1958, contra o regime totalitário russo. No entanto, foi denunciado por um estudante da USP e prestou depoimento no DOPS em São Paulo, tendo seus livros apreendidos. Tragtemberg, por fim, negou qualquer ligação com os professores indiciados, chamando Heimer de “politiqueiro” e Casemiro, “preocupado em propagar o espiritismo”.⁵⁶(idem)

O professor José Aluysio Reis de Andrade admitiu que, junto a outros professores e ao movimento dos estudantes da Faculdade, teria denunciado as irregularidades da administração de Grisi e que os professores não haviam se envolvido na questão da presença dos trabalhadores rurais na conferência de Florestan, muito menos no Manifesto Pró-Cuba ou quaisquer outros realizados pelos estudantes. Diferencia a AP como “ideologia católica de esquerda” e assumiu-se socialista liberal, que seria diferente do socialista marxista ou comunista. (IPM, 1964, p.276-278).

Jamil Almansur Haddad teve breve passagem pela faculdade, saindo para lecionar na USP em 1962. Mas, mesmo assim, ficou conhecido por polêmicas em torno de sua defesa dos regimes comunistas e de suas críticas a respeito do provincianismo de São José do Rio Preto. Nigro afirmou em entrevistas posteriores que este teria sido o “único” professor comunista da Faculdade. As viagens para a URSS, Cuba e China causaram transtornos e foram motivos para que a polícia o acusasse de envolvimento e de outros professores com o comunismo

⁵⁶ Sabe-se que essas afirmações de Tragtemberg, principalmente em relação a Casemiro, seriam para proteger-se da demissão, o que acaba não sendo possível, pois Casemiro era amigo de Tragtemberg, assim como Flávio e demais professores indiciados. Flávio e Casemiro mais tarde seriam colegas de Tragtemberg na PUC-SP e Casemiro trabalharia com Tragtemberg na UNICAMP a partir de 1976 e com ele comporia a editora Autores Associados. Tragtemberg, inclusive, escreveu o prefácio do livro de Casemiro *Índice Básico da Legislação do Ensino Paulista 1890- 1945*, reeditado pela Unicamp em 1998, onde contou um pouco sobre a experiência em São José do Rio Preto.

internacional. Haddad lançou um livro em 1962, chamado *Romanceiro Cubano*, supostamente patrocinado pelo CAF e que causou polêmica na cidade desde o seu lançamento. O postal enviado pelo professor à Maria Edith Garbbogini foi um dos “indícios” usados para incriminar a professora. Mas Haddad escapou de ser indiciado no processo de São José do Rio Preto, sendo posteriormente investigado na USP.

Os professores Sarah Rottemberg, Anoar Aiex, Norman Maurice Potter escaparam das acusações formais, sendo Sarah e Potter considerados foragidos inicialmente. Eles não chegaram a prestar depoimentos, sendo difícil avaliar de que forma se defenderiam das acusações de subversão. A professora Sarah Rottemberg foi entrevistada por Amorim (2009, p.122) onde contou que professores e funcionários da FAFI eram contra o projeto institucional que estava se realizando, no qual havia uma quebra hierárquica e a construção conjunta do conhecimento, o que considerava um “método revolucionário”, onde se pretendia formar o “homem brasileiro”. Este teria sido, de acordo com a professora, os motivos pelos quais foram expurgados da Faculdade.

O livreiro Telmo Maia foi um dos últimos a prestar depoimento na “sindicância”, colaborando para o indiciamento dos professores por atividades comunistas na faculdade. Admitiu ter ido à casa de integrantes do PCB para organizar a campanha de José Eduardo do Espírito Santo nas eleições municipais de 1963, indicou o presidente do Sindicato da Construção Civil, Pedro Mendonça, e seu vice, Pedro Plácido como vinculados ao PCB e que todos os ex-integrantes do PCB teriam ingressado no PSB em 1961. Telmo confirmou que o PCB tinha relações com o CAF, GRUTA e professor Cunha e que os professores Cantoni e Flávio haviam participado de atividades no Sindicato da Construção Civil. Disse que o GRUTA pretendia apresentar-se em sindicatos e no meio rural e que vendia livros de esquerda na faculdade porque esses eram indicados pelos professores da instituição. (IPM, 1964, vol.4, p.754-755)

No dia 30 de junho de 1964, a livraria de Telmo Maia, que ficava dentro da Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto, foi averiguada, sendo apreendidas todas as obras consideradas de “ideologia comunista”. Foram apreendidos muitos livros de sociologia, política e de literatura e uma circular da UEE, que foram devolvidos ao livreiro. Este, por fim, acabou admitindo seu vínculo com Oldenio e Plácido, que se reuniam para discutir a candidatura de José Eduardo e arrecadar fundos para o jornal “Novos Rumos” (IPM, 1964, vol.4, p. 845; 853)

Algumas considerações e conclusões: sobram evidências, faltam misticismos.

Pode-se concluir, a partir dos depoimentos e documentos apreendidos que descrevem as práticas dos professores indiciados, que a Faculdade se tornou ambiente rico em discussões e atividades didáticas que respaldavam as críticas à realidade brasileira. Essas atividades eram constantemente publicizadas pela imprensa local e estadual. Expressão dos debates de seu tempo, a FAFI era uma instituição de ensino superior em ebulição. A formação crítica dos professores, aliada a curiosidade e ativismo dos estudantes de São José do Rio Preto, habituados antes ao marasmo local e à falta de suporte cultural e científico, culminou numa troca intensa de conteúdos políticos pedagógicos próprios. Mas assim como confirmou o ex-diretor João Dias da Silveira em suas declarações, não apresentava ambiente diferente de outras instituições de ensino superior do mesmo período, que passavam por questionamentos intensos da juventude. Essa indignação se aliou à falência do ensino superior público, que não dava conta de suas demandas por vaga, mantinha uma estrutura inadequada para o ensino de qualidade e a produção científica. Principalmente nos institutos isolados, vigorava a precariedade aliada às dificuldades de entendimento cultural da população das cidades e uma resistência quanto a determinadas mudanças.

Na FAFI, professores e estudantes dedicaram-se a questionar a realidade institucional, a sociedade brasileira e o capitalismo, alterando sua dinâmica pedagógica e sua organização didática, tentando dar novo sentido para o ensino superior, com todos os limites impostos pela educação capitalista. No entanto, constatou-se que essa abordagem não era feita de forma articulada e organizada a partir dos pressupostos da AP, partidos ou qualquer organização socialista ou comunista, como se tentou comprovar com o IPM. Mais ainda, que fosse de fato, comprometida com a realização de uma “alteração na estrutura sócio-econômica” brasileira. As discussões e práticas pedagógicas da FAFI, como também a influência do pensamento da Faculdade de Filosofia da USP e de outros intelectuais brasileiros, que defendiam uma perspectiva nacionalista e uma educação dentro dos marcos da democracia burguesa, pareciam, para quem não as entendia ou com elas concordava, anúncio da revolução proletária.

Para as classes dominantes, estava claro que um conjunto de reformas que implicasse em mudanças substanciais para estrutura sócio-econômica brasileira, como a resolução da questão

fundiária e a limitação da remessa de lucros para o exterior, teria teor revolucionário diante da ameaça de seus interesses reacionários. Mas para o proletariado brasileiro, isto não estava claro. Mesmo que a intelectualidade estivesse empenhada em ampliar a consciência revolucionária dos trabalhadores, faltavam condições objetivas para promover uma alteração da ordem. Assim como afirmou Fernandes (1986) a respeito da questão da democracia não ser algo ideal:

O que está em jogo é a capacidade das classes possuidoras, sob a forma periférica e dependente do capitalismo monopolista (o que associa inexorável e inextricavelmente as formas “nacionais” e “estrangeiras” do capital financeiro), de manter, reproduzir e ampliar sua supremacia social e sua hegemonia ideológica e política sobre as classes subalternas, em geral, e as classes trabalhadoras, em particular. O reverso dessa relação sem mistérios aparece na necessidade histórica dessas classes de subverter tal situação, o que não depende apenas de seus interesses e da consciência que tenham alcançado em relação a estes. Resta saber se o desenvolvimento capitalista confere (ou não) aos despossuídos, assalariados e oprimidos meios específicos de organização e de luta para ameaçar a supremacia burguesa e solapar o monopólio burguês do poder político estatal. Por isso, todos podem desejar fortemente a democracia, mas pretendendo coisas distintas e contraditórias. (Fernandes, 1986, p.50)

Diante disso, avalia-se que os movimentos surgidos para resolver questões educacionais, a partir dessas críticas à formação social brasileira, serviam mais a questionamentos reformadores do que revolucionários. A luta pela democratização da escola pública era a principal motivação das atividades políticas dos intelectuais e do movimento estudantil, levando-os a envolverem-se em disputas por projetos dentro das instituições eleitorais ou criando programas ainda não institucionalizados para resolver as questões educacionais, que pragmaticamente, passavam pela alfabetização dos adultos e a valorização da cultura nacional. E mesmo os meios intelectualizados tinham, como ainda têm, dificuldades em disseminar a necessidade dessa expansão cultural, pois para as classes subalternas, as mudanças de suas condições de vida não acontecerão pela melhoria da educação. As necessidades dos trabalhadores se expressam não ideologicamente, mas por vias organizativas autônomas. Fernandes reforça esses aspectos:

As classes subalternas e os proletários não exercem dominação de classe e não detêm o monopólio do poder político estatal. Portanto, não usam as palavras para ocultar seus interesses e mistificar a realidade política. As vítimas só chegam ao manejo cultural e político das ideias (e das “questões abstratas”) quando logram emancipar-se coletivamente de sua alienação social e empunhar bandeiras próprias, independentes, de luta de classe e de transformação da sociedade. Essa não é uma herança cultural passiva, “conquistada”

graças a um sistema educacional “progressista e avançado”; é uma conquista que se faz no dia a dia dos oprimidos, no auto-esclarecimento que nasce da desmistificação prática dos interesses, valores e ideias inculcados pela socialização dos oprimidos como e enquanto “cidadãos” e do desenraizamento com referencia à ordem existente. (Fernandes, 1986, p.50-51)

Nesse sentido, pode-se avaliar as práticas políticas da AP e do movimento estudantil, usando como tática os programas de alfabetização para uma valorização da cultura popular e construção da consciência transformadora da realidade, como carregadas de certo “romantismo revolucionário”⁵⁷, nas quais não teriam referência direta com as verdadeiras reivindicações das classes subalternas. A diminuição do analfabetismo e a elevação do nível cultural da população do campo e das periferias, assim como a ampliação das organizações sindicais, construam-se pautadas num idealismo quanto a construção de um proletariado genuinamente brasileiro e ciente de seu papel de reversão da sua exploração. Além disso, tinham mais afinidade com as aspirações populistas e capitalistas de uma “burguesia liberal”, que precisava ampliar sua base eleitoreira, de exploração de trabalho e de consumo do que almejavam a emancipação da classe trabalhadora.

As organizações de esquerda, principalmente PCB, também passavam por um dilema frente ao trabalhismo e às dificuldades de acesso à classe, restringindo-se a uma atuação clandestina cada vez mais desqualificada pela ideologia dominante. Mesmo o marxismo, apesar da bem sucedida Revolução Cubana, passava pelo crivo da crítica à experiência do regime stalinista, que mostrava seu esgotamento pelo autoritarismo e burocratização estatal. Autores anti-colonialistas tinham maior apelo dentro das organizações da esquerda brasileira, por influência das teorias francesas e legado do catolicismo, do que os marxismos latino-americanos. As experiências das revoluções cubana e chinesa começavam a ser estudadas por intelectuais e militantes brasileiros quando veio o golpe. Estas acabaram sendo apropriadas de forma clandestina, não sistemática pelas organizações e grupos armados atuantes durante a ditadura civil-militar e demorariam para serem inseridas no seio do proletariado.

Quanto à especificidade do processo da FFCL de São José do Rio Preto, o fato relevante é que, mesmo que em algum momento, algum professor ou estudante tenha afirmado que a mudança da estrutura de classes só poderia acontecer com o uso da violência, ou que seria

⁵⁷ Essa denominação quanto ao ideário da AP antes e durante o regime civil-militar foi extraída das análises históricas de Michael Lowy e corroborada por Ridenti (1993).

necessária uma ruptura radical da estrutura, para se alterar os rumos do país, pelos indícios do IPM, os mesmos não teriam convicções de como essa mudança se daria e principalmente, se os mesmos estariam dispostos e prontos a realizá-la. Sabendo-se que a AP, o MPC e GRUTA tinham como pressupostos a conscientização de estudantes e trabalhadores quanto à sua condição de opressão, para que despertassem para a necessidade de reivindicar seus direitos e um Estado comprometido com suas demandas, não realizavam nada mais do que o ensino das práticas democráticas liberais. Esses aspectos foram até satirizados por um dos promotores que pede o arquivamento do processo para João Jorge da Cunha, Mary Amazonas e Maria Edith, mostrando as contradições do mesmo por indicar criminalidade no fato dos acusados defenderem ideias comunistas, mas não se terem provas de que seriam colocadas em prática. Citou, inclusive, outra sentença dada a favor de João Jorge da Cunha por outro juiz, que o isentou de qualquer responsabilidade quanto à acusação de ferir a Lei de Segurança Nacional, simplesmente, por se declarar comunista. E ainda satirizou a mistura que se fez no processo das práticas cristãs com as comunistas. (IPM, 1967, vol6, p.1454-1456)

No entanto, dentro de um contexto mundial, no qual as definições de defesa de capitalismo e comunismo se polarizavam tanto, sem permitir variações interpretativas de defesa do socialismo democrático ou liberalismo, em consonância com uma burguesia nacional oscilante na definição de seus projetos para o país, tanto para movimentos de esquerda como de direita, para progressistas ou reacionários, defender reformas do Estado e da produção implicaria em uma revolução.

Os movimentos de massa surgiram, antes do golpe, como expressão dessa polarização, que no Brasil não se tratava do antagonismo “reforma ou revolução”, mas de um falso antagonismo entre “reforma nacional ou reforma internacional”. Falso porque, primeiro, o capitalismo brasileiro já se encontrava em sua fase monopolista, não existindo grande difença para o trânsito do capital e secundariamente, mesmo o PCB, partido da esquerda que organizava o maior número de militantes comunistas e dos movimentos populares, defendia o protagonismo da burguesia industrial nacional na transformação de um país, que promoveria um desenvolvimento das forças produtivas a ponto de causar consequente melhoria da distribuição de renda e proporcionar condições materiais mais adequadas para a formação do proletariado e sua consciência de classe. Essas seriam as condições concretas para a realização da revolução, que

passava pelo âmbito das reformas primeiramente. Essa análise etapista foi questionada na época por poucas organizações de esquerda e foi colocada abaixo com o golpe civil-militar. Os militares e a burguesia mais conservadora utilizaram-se do apoio do PCB e das organizações trabalhistas às reformas do governo Jango para justificar uma comunização do país e tomar o poder, contando depois com o apoio da suposta “burguesia progressista”, que se uniu às alas mais conservadoras do regime para promover o capital internacionalizado.

Diante do exposto, pode-se afirmar que esta análise cumpriu com o proposto inicialmente: estudar a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras sob o olhar da intervenção ditatorial de 1964. Assim como na dissertação de Amorim, onde se explorou porque o projeto institucional da faculdade e a atuação dos docentes e estudantes poderia ter determinado sua extinção, conseguiu-se, através da descrição de informações contidas no IPM articuladas com outros documentos, aprofundar nas determinações específicas e gerais da intervenção.

Amorim (2009), optando pela perspectiva da memória oral, fez a transcrição de várias entrevistas e depoimentos de ex-professores: Franz Heimer, Orestes Nigro, Celso Abbade Mourão, Sarah Rottemberg, Hélio Leite de Barros e Nilce Lodi. Nesses depoimentos, os professores esclareceram como foram os últimos meses da FAFI e quais foram os interesses em jogo que determinaram a quebra do projeto da instituição. Dentro dessa exposição, três afirmações a respeito dos professores chamaram a atenção: a maioria deles não era comunista, mas faziam do ambiente da faculdade um espaço de rica vivência cultural e crítica social; segundo: teria havido um processo de delação por parte de pessoas que tinham interesses em ocupar cargos na Faculdade, como Daud Jorge Simão; e principalmente, em terceiro lugar, o envolvimento dos estudantes com os movimentos sociais teria sido o elemento de maior insatisfação dos grupos conservadores da cidade, que viram nos projetos de alfabetização e cultura popular e nas campanhas pelas reformas nacionais um risco para a ordem da cidade de São José do Rio Preto.

Essas conclusões, expostas pelos próprios professores que protagonizaram o processo, indicam que numa escolha da perspectiva da educação das classes dominadas, o projeto pedagógico da FAFI teria, em alguma medida e por um breve período, conseguido romper com duas condições burguesas importantes na manutenção do conservadorismo institucional, típico da particularidade do capitalismo brasileiro: a hierarquia didática e administrativa entre professores

e estudantes e a separação da perspectiva política da prática pedagógica. Estes dois elementos poderiam parecer ameaçadores na perspectiva das classes dominantes locais, estaduais e nacionais, que não admitiriam uma organização institucional que levasse a ideia da transformação da realidade social, negando a hierarquização do conhecimento como princípio para a reprodução das classes sociais. Com uma proposta da ação coletiva e não baseada no questionamento da reprodução das relações de dominação existentes na sociedade e referendadas dentro da universidade, podia-se questionar a quem afinal, a escola burguesa serve. No entanto, sabe-se que argumentos contrários a esse tipo de organização institucional estavam mais associados com os interesses tecnocráticos e operacionais das classes dominantes, que queriam as instituições de ensino adequadas aos seus interesses privatistas, que atendessem a padrões de modernização ditados pelo sistema produtivo do capital monopolista.

Dentro da dinâmica de constituição da sociedade brasileira, a universidade e/ou as instituições de ensino superior foram historicamente lócus de formação das classes dominantes e nas quais mal se conseguia expressar os pressupostos liberais, quanto mais construir propostas de transformação da ordem social. Com a clareza da existência da luta de classes, levando os estudantes a discutir com os trabalhadores sua condição de exploração, construía-se na FFCL de São José do Rio Preto uma pedagogia que fazia os jovens refletirem sobre sua condição de reprodutores das desigualdades sociais e se apropriarem da crítica à função da escola no capitalismo brasileiro, a ponto de vislumbrarem a principal contradição da educação: o antagonismo entre capital e trabalho, conseqüentemente, entre trabalho e educação. Mas, a partir da documentação estudada, ficou uma lacuna: será que foi possível que os estudantes se apropriassem, de fato, dessas contradições? Será que era essa crítica que guiava a radicalidade das ações da juventude em São José do Rio Preto?

Percebeu-se que essa tentativa de questionamento da realidade pela concretização de uma práxis educativa teria sido combatida pelos grupos locais que, oportunamente com sua aproximação das alas conservadoras da polícia e exército, decidiram colocar um fim no projeto da instituição. A intervenção na FAFI teria se dado para justificar a necessidade de se “retomar a ordem democrática” na instituição, na cidade e conseqüentemente, no país, devolvendo à burguesia nacional uma instituição de ensino superior com a qual poderiam seguir com seus propósitos de beneficiar o capital privado e cumprir com os acordos internacionais. Sabe-se que,

logo após o golpe, formalizaram-se inúmeros acordos com agências norte-americanas para financiamento e exploração do ensino superior, via Aliança para o Progresso, acordos MEC-USAID, dentre outros.

O que se constatou com a pesquisa foi que a inúmera quantidade de documentos disponíveis a respeito da história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto conta, de forma complexa, como se deram os conflitos e disputas antes, durante e depois da intervenção da ditadura na instituição. Nesse trabalho, priorizou-se responder por que essa intervenção se deu e por que foi tão imediata à instalação do regime. Ao longo do texto, tentou-se articular os documentos institucionais aos depoimentos que estão registrados e documentados no IPM e nas teses e dissertações conhecidas. Percebeu-se, diante disso, que antes mesmo do desmonte da Faculdade, a mídia e alguns representantes da burguesia local de São José do Rio Preto, preocuparam-se em construir uma “mística” em torno da instituição, disseminando que a mesma era um “centro comunizador” na região, que tinha professores atuantes em movimentos políticos de esquerda e que doutrinavam os estudantes contra as instituições democráticas. Assim como o IPES e o IBAD, a burguesia e a intelectualidade conservadora local apropriaram-se bem dos meios de comunicação para difundir a desqualificação da esquerda, enquadrando a FAFI dentro dessa doutrinação.

Não era propósito da pesquisa realizar de forma tão detida o relato dos depoimentos e testemunhos contidos no IPM, pois a intenção não era discutir o quão comunistas seriam ou não os professores e estudantes da FAFI. Mas por fim, considerou-se o quanto esses poderiam ser úteis para mostrar o entendimento dos professores e estudantes de suas ações políticas como sendo subversivas, ou mesmo, do quanto seus envolvimento com os movimentos sociais e educacionais poderiam ser usados contra sua “liberdade de cátedra” ou de “pensamento”. Para a maior parte dos professores e estudantes, todos os debates e envolvimento nos processos educativos e reivindicativos faziam parte de uma nova proposta de formação de cursos superiores dentro de uma democracia, onde se exercia o livre pensar e expressar, onde se defendia a igualdade de condições e direitos de ensino e aprendizagem da cultura nacional. O fato de serem veiculadas notícias e correrem boatos quanto à faculdade ser comunista causava desconforto em alguns, mas desagradava principalmente aos professores que foram indiciados, que constantemente defendiam-se como nacionalistas e social democratas.

Esse jogo político de desqualificação do projeto institucional em curso durante os primeiros anos de existência da FAFI foi a forma encontrada por autoridades locais de retomarem o controle da instituição, perdido quando a mesma deixou de ser municipal para tornar-se estadual e sem as influências diretas das determinações dos interesses da burguesia local. E mesmo o estado ou governo federal, isentavam-se da responsabilidade quanto à existência da FAFI, colocando-a numa condição de auto-sustentação ou morte. Quanto mais pública e menos estatal a faculdade se tornava, mais reação se obtinha dos políticos e intelectuais locais que não a viam como produto e fim de seus anseios de projeção política e de formação de intelectuais orgânicos da burguesia. Mas até que ponto, de fato, os professores da FAFI, por mais progressistas que fossem, conseguiam isolá-la das determinações e ditames do capitalismo, em suas mais diversas facetas? Ou mesmo, o quanto eles tinham o propósito de torná-la uma instituição de superação da educação capitalista?

Defender mudanças políticas, sociais e culturais no Brasil, ensinar conteúdos críticos e falar das perspectivas socialistas não garantiam, por si só, a formação de revolucionários ou mesmo, não tornava a FFCL de São José do Rio Preto centro comunizador. Incentivar a participação dos estudantes em projetos de educação popular e valorização da cultura e arte nacionais muito menos: educava-se mais para a aquisição de uma identidade brasileira do que para uma consciência de classe internacionalizada. Lovisolo (1990, p.14-15) expõe essa conciliação entre interesses antagônicos, onde dentro das práticas de educação popular o povo assumiria o lugar da pureza, do pertencimento à terra enquanto os intelectuais assumiriam uma posição de distanciamento, desenraizamentos, implicando numa “mitologia” entre os seres que seriam os articuladores de um pensamento autônomo, genuinamente brasileiro.

Lovisolo (1990, p.16-17) , quando trata dessa mitificação do processo de construção da educação popular no Brasil, que colocaria os intelectuais não como classe, mas como “expectadores ou aliados”, comprometidos com a classe trabalhadora ou com os capitalistas, o que indicaria, mas não explicaria, serem os intelectuais “os únicos privilegiados a escolher os aliados e, com isto, o lugar na história que, para os outros está predeterminado”. Portanto, os estudantes e professores, ou intelectuais da FAFI, como categorias dominantes dentro da instituição, tendo escolhido aliar-se à classe trabalhadora, estaria submetido às contingências de seu papel contraditório de funcionários da burguesia, a serviço do Estado e com domínio

linguístico, econômico, cultural e psicológico diferenciado. No entanto, essa opção selou seus destinos, num momento no qual o iluminismo e a criticidade precisavam dar lugar ao tecnocratismo e eficiência produtiva.

O que estava em jogo era a transformação da educação num poderoso nicho de reprodução ideológica e mercadológica, afinada com os ditames do capitalismo globalizado. Todas as instituições de ensino superior vinham sendo observadas e monitoradas por órgãos de investigação política, que tinham como suporte o complexo IPES/ESG, com projeto bem articulado de infiltração de estudantes e professores no movimento estudantil e nas organizações onde a intelectualidade tinha acesso. A polarização política e as doutrinas de controle capitalistas passaram a monitorar todo e qualquer meio de propagação ideológica e vigiavam os jornais, as escolas, as periferias. Todo o conteúdo midiático já era controlado, antes mesmo do golpe, pelos aparatos militares e civis burgueses para que veiculassem notícias anti-comunismo, defendendo a família, a religião, a propriedade privada e o estado nacional.

Assim que se instalou o regime civil-militar, várias instituições e entidades foram invadidas, destruídas e desmontadas, não sendo a FFCL de São José do Rio Preto o único caso do interior de São Paulo. A sede da UNE foi invadida e incendiada no Rio de Janeiro também no 1º dia do regime. A UNB sofreu a primeira intervenção, dentre mais duas que viriam: em 9 de abril, tropas do exército do Mato Grosso sitiaram a Universidade e Anísio Teixeira foi demitido imediatamente da sua direção. O ISEB foi extinto e toda a intelectualidade perseguida. O Plano Nacional de Alfabetização foi liquidado em 14 de abril de 1964, sendo todo o material do MEB apreendido, as verbas cortadas e os monitores perseguidos. Os Centros de Educação Popular no Nordeste foram fechados e seus integrantes presos e processados. Os integrantes da equipe “De pé no chão também se aprende a ler”, no RN, permaneceram presos por seis meses e os acampamentos foram abandonados, sua biblioteca queimada (Cunha & Góes, 1991, p.37-38)

A intervenção e a abertura de sindicância contra os professores da FAFI tornou-se parte da regra e não exceção. Configurou-se, portanto, numa medida oportunista de construção de provas que não existiam antes, do envolvimento dos professores que coordenavam a instituição para a articulação de um golpe comunista. A falta de provas materiais para justificar a intervenção antes do golpe fez que, com a instalação de um Estado militarizado, pessoas que tinham interesse em recobrar a instituição em nome das classes dominantes locais, pudessem

fazê-lo sem que houvesse reação legal amparada pelo governo federal. Além disso, o IPM aberto, assim como as demissões funcionaram como processo repressivo na instituição e na cidade, fazendo com que os estudantes e demais professores da Faculdade tivessem que se manifestar publicamente contra ou a favor do novo regime. Criou-se, portanto, o mito para se criar a própria solução para ele: a repressão.

O departamento de Pedagogia foi o mais prejudicado. De acordo com várias testemunhas (professores da USP e ex-estudantes) as disciplinas e direção da faculdade foram assumidas por pessoas com competência duvidosa. As atividades do GRUTA e MPC foram extintas e o CAF foi transformado em DAF após a Lei Suplicy de Lacerda n. 4.464, de 9 de novembro de 1964, quando as entidades estudantis passaram a ser subordinadas às direções das instituições e órgãos superiores, com sua presidência escolhida e não mais eleita livremente pelos estudantes. Mesmo com tudo isso, conta-se que os antigos estudantes e alguns professores ainda mantinham o espírito de contestação e recusavam-se a aceitar os ditames da ditadura. O CAF mantinha seu vínculo com a UNE, mesmo na clandestinidade e isso viria a ser motivo para manter o SNI conectado aos rumos da instituição até o final do regime ditatorial.

A organização em departamentos foi mantida até a Reforma Universitária de 1968, os cursos foram reconhecidos e uma comissão criou um novo estatuto em 1966, que após algumas alterações, vigorou de 1968 até 1971, quando foi refeito mediante as novas diretrizes para a educação. A partir de 1966, foi criada a Congregação pelo Conselho Estadual de Educação e a faculdade foi enquadrada, definitivamente, no Sistema de Institutos Isolados, sendo mais tarde, em 1976, incorporada ao projeto da Universidade do Estado de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”, sem o curso de Pedagogia, mas com uma história que o regime obscurantista não conseguiria apagar.

Referências:

AMORIM, Maria Aparecida B.V. *No Interior... Ditadura Militar e Ensino Superior (FAFI/UNESP) Memórias Sobre a Intervenção na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto*. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo - SP, 2009.

_____. *1º. de Abril de 1964: A Ditadura Contra a Cultura. História Oral de Vida de Professores e Alunos da Faculdade Isolada de São José do Rio Preto (UNESP)*. Texto apresentado no VII Encontro Regional Sudeste de História Oral. Nov.2007. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/viiencontro/textosIntegra/MariaAparecidaBlazVasquesAmorim.pdf>

ANTUNHA, Heládio C. G. *Universidade de São Paulo - Fundação e Reforma MEC: INEP: CRPE/SE*. São Paulo. 1974.

ATTAB, Zuleika. Aum. *A experiência da Reforma Universitária na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (1959-1964)*. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, 1973.

BARBOSA, R. C. R. *Os planos de desenvolvimento e a educação: de Juscelino Kubitschek ao regime militar*. Campinas, SP: UNICAMP. Tese de Doutorado, 2006.

BARROS, Roque S. M. de (org.) *Diretrizes e Bases da Educação*, São Paulo: Pioneira, 1961.

BRASIL. LEIS, Decretos, etc. *Ensino Superior: legislação e jurisprudência*; org. Guido Ivan de Carvalho, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1975.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo; *As pesquisas sobre instituições escolares: Balanço Crítico* São Carlos: SP; Artigos, Navegando na História da Educação Brasileira, Campinas – SP, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_088.html.

CANTONI, W. *Uma experiência de Reforma Universitária: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto*. São Paulo: Tipografia Edanee S.A., 1964. 71 p

CARDOSO, Irene A.R. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

CASTILHO, Myriam L.R. *Memória e História da Formação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (1957 – 1976)*, Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília, 2009.

CASTRO, Rosane M. A produção acadêmica sobre os institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo (1951-1964). *Revista Brasileira de História da Educação*. Autores Associados. Campinas-SP. julho/dezembro no 12, 2006.

COSTA, Glauber L. D. *Evento ou Movimento? O movimento estudantil do Interior Paulista (1958-1968)* Trabalho apresentado o V Congresso Internacional de História, set.2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/145.pdf>

CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Crítica - o ensino superior na República Populista*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.

_____. *A Universidade Reformanda - o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

_____. A expansão do ensino superior: causas e conseqüências. *Debate e Crítica*, São Paulo, nº 5, p. 27-57, mar. 1975.

CUNHA, Luiz Antônio; GOES, Moacyr de. *O golpe na educação*. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1991.

DIÁRIO DA REGIÃO. Suplemento Especial. *Dossiê Ditadura*. São José do Rio Preto, 8 de julho de 2012.

DIAS, MÁRCIA R. T. *Desafios da Gestão Universitária: A UNESP – Universidade Estadual Paulista e a interiorização do ensino superior*. São Paulo, 2004. Tese de Doutorado em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

DREIFUSS, R.A. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3º Ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

GERMANO, José W. *Estado Militar e Educação no Brasil: 1964-1985*. Um estudo sobre a política educacional. 5ed. São Paulo, UNICAMP: Cortez, 2011.

GOMES, Marcela L. A presença da FFCL na imprensa rio-pretense: análise dos títulos das matérias jornalísticas. *Revista Histedbr On line* Campinas, n.42, p.217-234, jun.2011. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3309>.

GURGEL, Roberto M. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *A A universidade brasileira em busca da sua identidade* Petrópolis, Vozes, 1977.

_____. *A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968*. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

_____. *À universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

FERNANDES, F. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

_____. *Nova República?* 2ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 1986.

_____. *Reforma Universitária e Mudança Social*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.73, p.523-546, set/dez, 1992.

_____. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

HOLLANDA, H.B. de; GONÇALVES, M.A. *Cultura e participação nos anos 60*, São Paulo: Brasiliense, 1982.

KUGELMAS, Eduardo. *Políticas Públicas na administração paulista: 1946-1977*. São Paulo: Cadernos FUNDAP. Ano 5. N.9, maio 1985, p.30-45

LEITE, B. W. de C. *Os institutos isolados de ensino superior do Estado de São Paulo na visão do conselho universitário da USP (1947-1963)*. História: São Paulo, n. 16, p. 255-278, 1997.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *Historia da ação popular da JUC ao PC do B*. 2a ed. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1984. 176p.

LIMA, Eunice L. G. *Instituto isolado de ensino superior - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente - 1959 -1976: uma instituição além das fronteiras*. 2v. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília, 2005.

LODI, NILCE A. *Documentos inéditos para a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (SP)*. Humana. São José do Rio Preto, v. 2, p. 181-205, 1976.

_____. *Documentos inéditos para a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto*. Boletim Sapere Aude. São José do Rio Preto, v. 13, n. 20, p. 55-125, 1977.

LOMBARDI, J. C. (org.) *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais* 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2000.

LOPES, Silvana F.; SPARVOLI, Laura P. *A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (1955 a 1964): o estudo introdutório de uma instituição escolar*. Cadernos

CEDEM – UNESP: Campus Marília. v.2, n.2, 2011. Disponível em:
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/1603/1375>

LOVATTO, Angélica. Sindicatos, Partidos e Movimentos Sociais nos anos 1950-1964: balanço histórico bibliográfico preliminar. *Aurora*. UNESP: Marília, anoV, v.9, dez.2011. Disponível em:
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/issue/view/148>

LOVISOLO, Hugo. *Educação Popular: Maioridade e Conciliação*. Salvador: UFBA/Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

MARTINS, Letícia B. de O. *O movimento estudantil na FFCL São José do Rio Preto de 1960 a 1964: suas atividades segundo os jornais locais*. Texto apresentado na X Jornada do HISTEDBR. Vitória da Conquista – BA. Disponível em:
http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/trabalhos.html

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINTO, Lalo W. *As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão*. Campinas: Autores Associados, 2006.

MOREIRA, Ângela. *O “Poder Desarmado”: a atuação do Supremo Tribunal Militar após o golpe civil-militar (1964-1965)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, jul.2011. Disponível em:
http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300885116_ARQUIVO_Angela_Moreira.pdf

NASCIMENTO, Maria Isabel M. et. Al (org.). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados; Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2009.

OLIVEIRA, N. R. de. *Sapere Aude: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto no período de 1957-1964*. Dissertação de mestrado. Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos: São Carlos – SP, 1989.

PAIVA, V. P. *Educação Popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

_____. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. Rio de Janeiro, RJ; Fortaleza: Civilização Brasileira: UFC, 1980.

PASTORE, José. *O ensino superior em São Paulo (aspectos quantitativos e qualitativos de sua expansão)* São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1972.

PERSPECTIVAS e dilemas da educação popular. Coautoria de Vanilda Pereira Paiva. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1984. 326p., 21cm.

REIS FILHO, Casemiro dos; *A ilusão da Educação Liberal*. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

_____. *Índice Básico da Legislação do Ensino Paulista 1890- 1945*. Prefácio de Maurício Tragtemberg, 2.ed. Campinas/SP: Graf.FE; Graf. Central/Unicamp, 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos *História da Educação Brasileira. A organização escolar*. 11.ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

RIDENTI, Marcelo S.(org.) et al. *História do marxismo no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007. 6v.

RIDENTI, M. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SAVIANI, Dermeval. *A pedagogia no Brasil: História e Teoria*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil* Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. *Política e Educação no Brasil*. 2ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

_____. (org.), *Intelectual, Educador, Mestre - Presença do Professor Casemiro dos Reis Filho na Educação Brasileira*. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

SANFELICE, J. L.. História das Instituições Escolares. In: Nascimento, M.I.M.; Sandano, W; Lombardi, J.C. e Saviani, D.. (Org.). *Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. 1 ed. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, UNISO,UEPG, 2007, v. 1, p. 75-94

_____. História e Historiografia de Instituições Escolares. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 35, p. 192-200, 2009.

_____. *Movimento Estudantil A UNE na resistência ao golpe de 1964*. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2008. v. 1. 208 p.

_____. *O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais*. Cad. CEDES: Campinas, SP. Vol.28, n.76, p.357-378; set/dez. 2008.

SCOCUGLIA, Afonso *Justiça Fardada e Educação Subversiva (1964-1969): IPM e representação dos vencedores e vencidos*. Anais do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa – HISTEDBR. Campinas. Jul.2006, Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/Resumo/resafonsocelsscocuglia.pdf

SILVA, Doris Accioly e. *Ensino Superior: um estudo de memória social*. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP, Câmpus de Araraquara, Araraquara: 1995.

SOUZA, Rosa F. de; *Templos da Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SPARVOLI, Laura P.; LOPES, Silvana F. *O Perfil dos Alunos de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto no Período de 1957 a 1964*. Texto apresentado na X Jornada do HISTEDBR. Vitória da Conquista – BA. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/trabalhos.html

TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é um privilégio*. 6.ed., Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

TRAGTEMBERG, Maurício. *Memórias de um autodidata no Brasil*. São Paulo: Escuta, 1999.

TOLEDO, Caio N. de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo, SP: Ática, 1977.

_____. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 13ed. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1993.

VAIDERGORN, José *As seis irmãs: As faculdades de Filosofia, Ciências e Letras - Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo – 1957-1964*. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Tese de Doutorado. 1995.

VEIGA, L. Os projetos educativos como projetos de classe: estado e universidade no Brasil (1954-1964). *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, n.11, pp.25-70, 1982.

VIEIRA, Cleber S. *Ensino superior e regime militar no Brasil: a trajetória da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (1963-1976)*, Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca. 2001.

WANDERLEY, Erika K. da. C. *A institucionalização da Repressão Judicial na Ditadura Civil-Militar Brasileira*. Anais do Seminário Intermediário da ABCP, 2009. Disponível em: http://www.sinteseeventos.com.br/abcp/trabalho_ErikaWanderley.pdf

XAVIER, Maria Elisabete S. P. *Capitalismo e Escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)* Campinas, SP: Papirus, 1990.

Sites:

Brasil. Estado de São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Memórias Reveladas*. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memrev/memrev_texto.php.

CEDEM (Centro de Documentação e Memória da UNESP). Memória da Unesp. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto. Disponível em: http://www.cedem.unesp.br/memorias/memo_ibilce.htm.

DIÁRIO DA REGIÃO. Notícias. Diário História. Disponível em: www.diarioweb.com.br/novoportal/busca/tuneldotempo.

LEAL, Bruno. Grupos. Arquivos da Ditadura. *Café História*. Rio de Janeiro. Disponível em : <http://cafehistoria.ning.com/group/aberturadosarquivosdaditadura>.

UNESP. São José do Rio Preto. Museu do Ibilce. *História do Ibilce*. Disponível em: <http://www.museu.ibilce.unesp.br/>

Documentos Consultados:

BRASIL. Exército Brasileiro. Inquérito Policial Militar. Justiça Militar do 1º Distrito Naval da 4ª Zona Aérea.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. Atas das assembleias gerais do Centro Acadêmico Filosofia. São José do Rio Preto, 1958-1960. Depositado na Seção Técnica de Comunicações do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

_____. Atas das Reuniões do Conselho dos Departamentos do Curso de História Natural. São José do Rio Preto, 1961-1963. 2 v. (não paginados). Depositado na Secretaria do Departamento de Biologia do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

_____. Atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Departamento de Letras. São José do Rio Preto, 1959-1963. Depositado na Secretaria do Departamento de Estudos Linguísticos e

Literários do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

_____. Projeto de Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. Expediente remetido ao MEC em 20 de agosto de 1956. São José do Rio Preto, 1956a. Depositado na Seção Técnica de Comunicações do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

_____. Processo n. 6.139/55, de autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. Expediente remetido ao MEC em 20 de agosto de 1956. São José do Rio Preto, 1956b. Depositado na Seção Técnica de Comunicações do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

_____. Relatório de Atividades da Cadeira de Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Educação, referente ao ano letivo de 1961, apresentado pelo professor Wilson Cantoni e protocolado na Secretaria da FFCL de São José do Rio Preto em 6/2/1962. Depositado na Seção Técnica de Comunicações do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

Anexo I – Fotos ilustrativas



Instituto de Educação Monsenhor Gonçalves

Fonte: Museu do Ibilce. *História do Ibilce*. Disponível em: <http://www.museu.ibilce.unesp.br>



Prédio da FAFI – Rua General Glicério

Fonte: Museu do Ibilce. *História do Ibilce*. Disponível em: <http://www.museu.ibilce.unesp.br>



Primeiro corpo docente da Faculdade de Filosofia

Fonte: Museu do Ibilce. *História do Ibilce*. Disponível em: <http://www.museu.ibilce.unesp.br>



1ª Turma de formandos da FAFI junto a Raphael Grisi (1960)

Fonte: Museu do Ibilce. *História do Ibilce*. Disponível em: <http://www.museu.ibilce.unesp.br>



Apresentações do GRUTA (1963)

Fonte: Museu do Ibilce. *História do Ibilce*. Disponível em: <http://www.museu.ibilce.unesp.br>



Auditório da FAFI – plateia durante apresentação do GRUTA

Fonte: Museu do Ibilce. *História do Ibilce*. Disponível em: <http://www.museu.ibilce.unesp.br>



Encenação da peça “Eles não usam Black Tie”(1963), do Teatro de Arena

Fonte: Museu do Ibilce. *História do Ibilce*. Disponível em:
<http://www.museu.ibilce.unesp.br>

Artigo 2.º - Fica demitido, nos termos do Artigo 7.º, § 1.º, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o Sr. Benjamin Sabino de Godoy, servidor da Estrada de Ferro Sorocabana, cad. n.º 683, tendo em vista o apurado no processo de Investigação Sumária que se lhe promoveu naquela Estrada, sob nr. C.P.I. 64-24-52.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 8 de outubro de 1964
ADHEMAR FERREIRA DE BARROS
Dagoberto Salles
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 8 de outubro de 1964
Miguel Sanzigolo, Diretor Geral, substituto

DECRETO N. 43.967, DE 8 DE OUTUBRO DE 1964

Dispõe sobre a cassação de aposentadoria e demissão de servidor, nos termos do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964
ADHEMAR FERREIRA DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das suas atribuições,

Artigo 1.º - Fica cassada a aposentadoria do servidor Alberto Gabehoni, nos termos do Artigo 650, § 1.º, da O. L. F., aprovada pelo Decreto 41.981, de 3 de junho de 1963, revertendo-o ao serviço ativo na Estrada de Ferro Sorocabana.

Artigo 2.º - Fica demitido, nos termos do Artigo 7.º, § 1.º, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o Sr. Alberto Gabehoni, servidor da Estrada de Ferro Sorocabana, cad. n.º 683, tendo em vista o apurado no processo de Investigação Sumária que se lhe promoveu naquela Estrada, sob nr. C.P.I. 64-24-51.
Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 8 de outubro de 1964

Palácio do Governo

DECRETO DE 5 DO CORRENTE

Reformando, nos termos do § 1.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o Sr. Nazareno de Jesus Lopes, do 13.º B.P., da Foz Pública do Estado de São Paulo.

DECRETOS DE 6 DO CORRENTE

Art. 1.º - O Sr. Oscar Alves Carneiro, do Decreto de 25 de fevereiro de 1964, que atribui gratificação mensal, aos Assesores e Assistentes do Serviço Estadual de Planejamento, abaixo discriminados: de Cr\$ 20.000,00 - a partir de maio de 1964, ao Assessor Orestes Gonçalves de Cr\$ 20.000,00 - a partir de setembro de 1964, ao Assessor Pedro Luiz Veloso Chaves. de Cr\$ 15.000,00 - a partir de setembro de 1964, ao Assistente Theresinha de Castro Siqueira.

Art. 2.º - O Sr. Luciano Antonio Santoro, Encarregado de Ensino, do Decreto de 19 de maio de 1964, que designa a Sra. Theresinha de Castro Siqueira para exercer as funções de membro do Conselho do Fundo Estadual de Construções Escolares, como representante do Serviço Estadual de Planejamento.

DECRETOS DE 8 DO CORRENTE

Aposentando, nos termos do artigo 7.º § 1.º, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964: o Sr. Luciano Antonio Santoro, Encarregado de Ensino, extranumerário mensalista, do Departamento de Águas e Esgotos à vista da sindicância realizada de acordo com o Decreto n.º 42.217, de 16 de abril de 1964, no processo n.º 228251 - SROP - D.A.

A vista dos elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Fazenda, Fernando Leite Viana, Auxiliar de Fical de Rendas, lotado naquela Pasta.

A vista dos elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Fazenda, Fernando Leite Viana, Auxiliar de Fical de Rendas, lotado naquela Pasta.

A vista dos elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Fazenda, Fernando Leite Viana, Auxiliar de Fical de Rendas, lotado naquela Pasta.

A vista dos elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Fazenda, Fernando Leite Viana, Auxiliar de Fical de Rendas, lotado naquela Pasta.

A vista dos elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Fazenda, Fernando Leite Viana, Auxiliar de Fical de Rendas, lotado naquela Pasta.

A vista dos elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Fazenda, Fernando Leite Viana, Auxiliar de Fical de Rendas, lotado naquela Pasta.

ADHEMAR FERREIRA DE BARROS
Dagoberto Salles
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 8 de outubro de 1964
Miguel Sanzigolo, Diretor Geral, substituto

DECRETO N. 43.967, DE 8 DE OUTUBRO DE 1964

Dispõe sobre a cassação de aposentadoria e demissão de servidor, nos termos do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964
ADHEMAR FERREIRA DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das suas atribuições,

Artigo 1.º - Fica cassada a aposentadoria do servidor Celestino dos Santos, nos termos do Artigo 650, § 1.º, da O. L. F., aprovada pelo Decreto 41.981, de 3 de junho de 1963, revertendo-o ao serviço ativo na Estrada de Ferro Sorocabana.

Artigo 2.º - Fica demitido, nos termos do Artigo 7.º, § 1.º, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, o Sr. Celestino dos Santos, servidor da Estrada de Ferro Sorocabana, Cad. 600, tendo em vista o apurado no processo de Investigação Sumária que se lhe promoveu naquela Estrada, sob nr. C.P.I. 64-24-18.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 8 de outubro de 1964
ADHEMAR FERREIRA DE BARROS
Dagoberto Salles
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, aos 8 de outubro de 1964
Miguel Sanzigolo, Diretor Geral, substituto

Condelac Chaves de Andrade, Investigador de Polícia, referência 439, do quadro daquela Secretaria.

tendo em vista o apurado no processo n.º 1.024.64 da Comissão Geral de Investigações, Idemolphi Bemeghini, Professor Primário do quadro da Secretaria da Educação, com vencimentos proporcionais do tempo de serviço.

Colocando em disponibilidade, nos termos do artigo 7.º, § 1.º, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, os srs. Alberto Renato Namat, Edson dos Santos Medeiros, Cino Gallo, Luiz Castilho da Silva, lançados na Divisão de Instalações Especiais, do Departamento de Águas e Esgotos, à vista da sindicância realizada de acordo com o Decreto n.º 43.217, de 16 de abril de 1964, no processo n.º D.A.E. 12.082.51 (Provisórias n.ºs 21, 22, 46 e 77).

Demitindo: no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1.º, do artigo 7.º, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964;

tendo em vista o apurado no processo n.º 23.626.64, da Secretaria da Segurança Pública, Antonio Rosati e Assyr Favero, Investigadores de Polícia, lotados no Departamento do Ordem Política e Social, daquela Secretaria.

de acordo com o apurado no processo n.º 10.48.84, da Estrada de Ferro Araraquara, Neil dos Passos, aposentado com vencimentos proporcionais do tempo de serviço Oswaldo Frando, Milton Monteiro de Toledo, Antonio Culla Júnior, José Traza Siqueira e Adelfo De Santis e absolvido os demais envolvidos do referido processo, todos servidores do quadro daquela Estrada.

tendo em vista o apurado em processo da Secretaria da Educação: Maurício Trautenberg, Professor Secundário do Ginásio Estadual "Virgínia Alves de Carvalho Pinto, desta Capital.

Alfredo Ariadides Zaro, Dentista, lotado naquela Pasta.

Gasem dos Reis Filho, Professor Secundário lotado naquela Pasta.

Orestes Nizro, Professor Secundário, lotado naquela Pasta.

Flavio Vespasiano Di Giorgi, Professor Secundário, lotado naquela Pasta.

Ulisses Demócrito Horta Siqueira, do cargo de Professor Secundário do Ginásio Estadual "Luiz Mascuco, de Santos.

Wilson Cardoso, Professor Secundário do Instituto de Educação "Nelson Fernandes", de Santa Rita do Passa Quatro.

o Professor Secundário do Colégio Estadual do Cuiabá, Carlos Ortiz que também atende pelo nome de Carlos de Nogueira Ortiz.

A vista dos elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Fazenda, Fernando Leite Viana, Auxiliar de Fical de Rendas, lotado naquela Pasta.

nos termos do § 2.º do artigo 7.º do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964:

A vista dos elementos constantes do processo n.º 12.569-64, que lhe moveu a Secretaria da Justiça e solicitação do Prefeito Municipal de Mongaguá, Moacyr Balduino Arantes, funcionário daquela Municipalidade.

Tendo em vista os elementos constantes do processo instaurado na Prefeitura Municipal de Santos e em face da proposta do Prefeito Municipal os seguintes servidores:

- I - Aos ofensivos à segurança do país ou ao regime democrático: a) Funcionários Municipais Antonio Vicente Barbosa Arthur Demétrio Barroso Daniel Dias do Nascimento Domingos Soares da Cruz Ernesto Martins Vargas João Cabral José Fernandes Bernarda José Martins Gonçalves José Rodrigues Prieto Orlando de Souza Campos b) Servidores Autárquicos do SMTD: Ailton Reginaldo Sampaio Alvaro Custódio da Silva Alvaro Soares Antonio Batista do Nascimento Antonio Carlos Júnior Antonio da Silva Muniz Antonio Domingues Antonio Fonseca Antonio Moreira

- Antonio Pan Fidalgo Ary Germano Kruck Ary Geraldo Vicente Arthur Moral Benedito Tereza Cícero Moreira Cláudio Edgar Fonseca Eivaldo José da Silva Epifânio Gomes de Fozcoça Otávio Mesquita Ruela Gilberto Monteiro Ives Gonçalves Pinto Gregório M.inho Freitas Andrade Herivelto Mendes de Sá Henrique Gomes da Cunha Jacob Augusto Meirelles Nonato João Antonio Ferreira João Batista dos Anjos João Batista dos Santos João Freire de Andrade João Florêncio Leite João Rosa José Barreto José Ferreira da Silva José Maria dos Santos Luiz Nupis Luiz Carlos, filho de Nestor Gomes do Sacramento e Olga Martins Gomes. Manoel Azevedo Manoel Pinto Rabelo Oswaldo dos Santos Octacílio Dias da Silva Otávio José dos Santos Paulo de Souza Libório Pedro Nogueira Rubens Louzada Coelho Walter Gonçalves

- II - Aos ofensivos à probidade da Administração Pública: Funcionário Municipal: Engenheiro Joaquim Cabral Lopes

A vista dos elementos constantes do processo que lhe moveu a Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Renato dos Santos e Luiz Valéria das funções que exercem naquela Prefeitura.

tendo em vista o apurado em processo da Prefeitura Municipal de Pereira Barreto, Antonio Perazzo, Antonio Rodrigues e João Nascimento Barcelos, respectivamente das funções de Secretário, Contador e Tesoureiro daquela Municipalidade.

Dispensando, nos termos do § 1.º do artigo 7.º, do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, a vista dos elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Segurança Pública, José Nemi, Investigador de Polícia, extranumerário, daquela Pasta.

DECRETOS DE 6 DO CORRENTE REPITIÇÕES DO D.O. DE 8 DO CORRENTE

No decreto que dispensou o Bel. Luiz Ernesto Batelli das funções de Escriturário Assistente de Administração, extranumerário mensalista, ref. "23":

Demitindo... Leia-se: Dispensando...

No Decreto que dispensou o sr. Juvenal Carvalho da Costa, servidor extranumerário mensalista, ref. "23": onde se lê: Demitindo... Leia-se: Dispensando...

Despacho do Governador De 3 do corrente 1964 - Maria Isabel Braccour, da Rocha Camargo de Souza Eiro - Majoração de aluguéis, "Cliente e de acordo".

De 7 do corrente

Tendo em vista os elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Segurança Pública e de acordo com o disposto no § 1.º do artigo 7.º, do Ato Institucional, o investigador de Polícia Genil João Thomilho com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Tendo em vista os elementos do processo e de acordo com o disposto no § 1.º do artigo 7.º do Ato Institucional, Condelac Chaves de Andrade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Tendo em vista os elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Saúde e de acordo com o disposto no § 1.º do artigo 7.º do Ato Institucional, João Alves de Almeida Júnior, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Tendo em vista os elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Justiça e Negócios do Interior e de acordo com o disposto no § 1.º do Artigo 7.º, do Ato Institucional, o desembargador Edgard de Moura Bittencourt, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. No forma do suscitado não pareço supra, encaminhá-lo ao Conselho de Segur.ª Pública.

Tendo em vista os elementos constantes do inquérito policial militar que lhe moveu a Comissão Geral de Investigações e de acordo com o disposto no § 1.º do Artigo 7.º, do Ato Institucional o engenheiro Nélde Ribeiro dos Santos, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Demitindo: Tendo em vista os elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Fazenda e de acordo com o disposto no § 1.º do artigo 7.º, do Ato Institucional, o auxiliar de Fical de Rendas Fernando Leite Viana.

Tendo em vista os elementos do processo que lhe moveu a Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista e de acordo com o disposto no § 2.º, do Artigo 7.º do Ato Institucional, Renato dos Santos e Luiz Valéria das funções que exercem naquela Municipalidade.

Tendo em vista os elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Segurança Pública e de acordo com o disposto no § 1.º, do Artigo 7.º, do Ato Institucional, os investigadores de polícia Antonio Izattti e Assyr Favero.

Tendo em vista os elementos constantes do processo que lhe moveu a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto e de acordo com o disposto no § 2.º, do artigo 7.º, do Ato Institucional, das funções de Secretário, Contador e Tesoureiro, respectivamente, Antonio Perazzo, Antonio Rodrigues e João Nascimento Barcelos.

Tendo em vista os elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Educação e de acordo com o disposto no § 1.º, do artigo 7.º, do Ato Institucional, o Professor Secundário Ulisses Demócrito Horta Siqueira.

Tendo em vista os elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Educação e de acordo com o disposto no § 1.º, do artigo 7.º, do Ato Institucional, o Professor Secundário Maurício Trautenberg.

Tendo em vista os elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Educação e de acordo com o disposto no § 1.º, do artigo 7.º, do Ato Institucional, o Professor Secundário Wilson Cardoso.

Tendo em vista os elementos constantes do processo que lhe moveu a Secretaria da Educação e de acordo com o disposto no § 1.º, do artigo 7.º, do Ato Institucional, o Professor Secundário Carlos Ortiz, que também atende pelo nome de Carlos de Nogueira Ortiz.

De 8 do corrente

Aposentando: Tendo em vista os elementos que constam do processo que lhe moveu a Secretaria da Educação, Edie José Frey, Diretor do Grupo Escolar, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, de acordo com o § 1.º, do artigo 7.º, do Ato Institucional.

Tendo em vista o que consta do processo que lhe moveu a Secretaria da Educação, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, o Insupector Escolar José Maria Paschoalick, de acordo com o § 1.º, do artigo 7.º, do Ato Institucional.

Tendo em vista os elementos do processo que lhe moveu a Secretaria da Educação, Jackson Pittelli, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, de acordo com o § 1.º, do artigo 7.º, do Ato Institucional.

Tendo em vista os elementos do processo que lhe moveu a Secretaria da Educação, Miguel Costa Júnior, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, de acordo com o disposto no § 1.º, do artigo 7.º, do Ato Institucional.

Tendo em vista os elementos constantes do inquérito policial militar que lhe moveu a Comissão Geral de Investigações, e de acordo com o disposto no § 1.º do artigo 7.º, do Ato Institucional, o professor primário Idemolphi Bemeghini, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Demitindo, tendo em vista os elementos constantes do processo que lhe moveu a Estrada de Ferro Araraquara e de acordo com o disposto no § 1.º, do artigo 7.º, do Ato Institucional, Neil dos Passos e aposen-



RELAÇÃO DE PROFESSORES E ASSISTENTES

CURSO DE HISTÓRIA NATURAL

Professôres (regentes de cadeiras):

- 1 - CELSO ABBADE MOURÃO - Biologia Geral
 - = filiação: Joaquim Franco Mourão e D. Olga Abbade Mourão
 - = data e local de nascimento: Leme, S/P - 21/1/1932
 - = endereço: Rua Siqueira Campos, 3551 - fone: 3191
- 2 - GIORGIO DE MARINIS - Botânica
 - = filiação: Giovanni de Marinis e D. Emilia Guazzo
 - = data e local de nascimento: Argentina - 12/10/1921
 - = endereço: Rua Cândido Carneiro, 151 - fone: 1774
- 3 - LUIZ DINO VIZOTTO - Zoologia
 - = filiação: Albano Vizotto e D. Amélia Bochim Vizotto
 - = local e data de nascimento: Garça, S/P - 16/3/1930
 - = endereço: Rua Ondina, 278 - fone: 3554
- 4 - JOÃO JORGE DA CUNHA - Mineralogia e Petrografia
 - = filiação: João Luiz da Cunha e D. Maria Athayde da Cunha
 - = local e data de nascimento: Magae, GB - 14/9/1921
 - = endereço: Rua Voluntários de São Paulo, 3563 - fone: 2955
- 5 - FAHAD MOYSÉS ARID - Geologia e Paleontologia
 - = filiação: Moysés Arid e D. Sucena Chibeb Arid
 - = local e data de nascimento: Cedral, S/P - 28/12/1935.
 - = endereço: Rua Delegado Pinto de Toledo, 2951.

Assistentes:

- 1 - HERMIONE ELLY MELARA DE CAMPOS BICUDO - Biologia Geral
 - = filiação: André Melara e D. Otília Alves Ferreira Melara
 - = local e data de nascimento: Pindorama, S/P - 11/8/1936
 - = endereço: Rua Jorge Tibiriçá, nº 3609 - fone: 4095
- 2 - ALVÍSIO JOSÉ GALLO - Biologia Geral
 - = filiação: Pedro Gallo e D. Hilda Nora Gallo
 - = local e data de nascimento: Amparo, S/P - 23/4/1934
 - = endereço: Rua Silva Jardim, 2950
- 3 - Daltanhan da Silva Reis - Zoologia
 - = filiação: Benedito Mathias dos Reis e D. Ordalina da Silva Reis
 - = local e data de nascimento: Nova América, S/P - 18/5/1934
 - = endereço: Rua Delegado Pinto de Toledo, 2951
- 4 - OSWALDIR FRANCISCO CASTRO - Zoologia
 - = filiação: Pedro Castro Martins e D. Ingrácia Mingorance
 - = local e data de nascimento: Uchôa, S/P - 24/8/1940
 - = endereço: Rua Silva Jardim, 2350
- 5 - MOYSÉS PRISCO DOS SANTOS - Mineralogia e Petrografia
 - = filiação: Martiniano Prisco dos Santos e D. Maria Costa dos Santos
 - = local e data de nascimento: S.J.do Rio Prêto, S/P - 31/10/35.
 - = endereço: Rua Penita, 2824
- 6 - WILSON NILO DAL PORTO - Mineralogia e Petrografia
 - = filiação: José Dal Porto e D. Amélia Naline
 - = local e data de nascimento: Regente Feijó, S/P = 20/2/1938.
 - = endereço: Rua Antônio de Godoy, 3244 - fone: 3326.

Handwritten signature or initials.



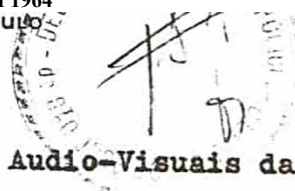
- 7 - OSMAR SINELLI - Geologia e Paleontologia
 - filiação: Orestes Sinelli e D. Anna Pastore Sinelli
 - local e data de nascimento: São Paulo, Capital - 28/5/1936
 - endereço: Rua Delegado Pinto de Toledo, 2951

CURSO DE LÊTRAS

Professôres (regentes de cadeiras)

- 1 - ANTÔNIO SILVEIRA REIS - Língua Portuguêsã
 - filiação: Antero Gonçalves dos Reis e D. Augusta Cândida dos Reis
 - local e data de nascimento: Passos, MG - 11/5/1930
 - endereço: Rua XV DE Novembro, 2655
- 2 - FLÁVIO VESPASIANO DI GIORGI - Língua e Literatura Latina
 - filiação:
 - local e data de nascimento:
 - endereço: Avenida da Saudade, 3476 - fone: 1193
- 3 - ORESTES NIGRO - Língua e Literatura Francesa
 - filiação: Vicente Nigro e D. Isabel Sena Nigro
 - local e data de nascimento: Itápolis, S/P - 31/7/1932
 - endereço: Rua Rubião Júnior, 3158 - fone: 2080.
- 4 - EDOARDO QUERIN - Língua e Literatura Italiana
 - filiação: Leopoldo Querin e D. Angela Puppulin
 - local e data de nascimento: Portogruaro, Itália - 13/5/1910
 - endereço: Rua Marechal Deodoro, 2952
- 5 - NORMAN MAURICE POTTER - Língua e Literatura Inglêsã
 - filiação: Maurice Vicent Potger e D. Emma Magdalena Potter
 - local e data de nascimento: São Paulo, Capital - 21/9/1930
 - endereço: atualmente nos E.E.UU.
- 6 - ERICH ARNOLD VON BUGGENHAGEN - Língua e Literatura Alemã
 - filiação: Erich Bernhard von Buggenhagen e D. Elisabeth von Buggenhagen
 - local e data de nascimento: Ennigerloh Prension, Alemanha - 31/1/1908
 - endereço: Grande Hotel.
- 7 - FERNANDO CARVALHO - Literatura Brasileira
 - filiação: Antônio Fernandes Machado de Carvalho e D. Terezina X Januzze
 - local e data de nascimento: Pratápolis, MG - 8/7/1922
 - endereço: Rua General Glicério, 3473
- 8 - EDUARDO PEÑUELA CAÑIZAL - Literatura Hispano-Americana
 - filiação: Andrés Peñuela Ferrer D. Pilar Cañisal Armiñan
 - local e data de nascimento: Cuevas Del Almansora, Espanha - 21/11/1933
 - endereço: Rua Presciliano Pinto, 1512
- 9 - ELOAH FRANCISCA GIACOMELLI - Literatura Anglo-Americana
 - filiação: Antônio Giacomelli e D. Rosária Sibilla Giacomelli
 - local e data de nascimento: Porto Alegre, RGS - 22/8/1934
 - endereço: Hotel Terminus
- 10 - MAURÍCIO TRAGTENBERG - Cultura Brasileira
 - filiação: Henrique Tragtenberg e D. Anita Tragtenberg
 - local e data de nascimento: Getúlio Vargas, RGS - 4/11/1929
 - endereço: G.E. "José Cândido de Souza", Capital.

S. Lopes

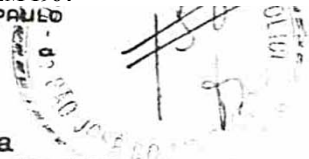


- 11 - NÉLIO PARRA - Comunicação Humana e Recursos Audio-Visuais da Educação
 = filiação: Umberto Parro e D. Adelina Marchini
 = local e data de nascimento: Araçatuba, S/P - 3/9/1932
 = endereço: Grande Hotel

Assistentes

- 1 - JACOB LEBENSZTAYN - Língua ~~materna~~ Portuguesa
 = filiação: Zacharya Lebensztayn e D. Chana Lebensztayn
 = local e data de nascimento: Santos, S/P - 12/12/1937
 = endereço: Rua General Glicério, 3473
- 2 - PLÁCIDA APPARECIDA CAMPOS RODRIGUES - Língua Portuguesa
 = filiação: Paulo Campos Herrera e D. Maria Rodrigues Ruiz
 = local e data de nascimento: Taquaritinga, S/P - 20/2/1936
 = endereço: Rua XV de novembro, 3511 - ap. 21
- 3 - HELENA OLGA MARIA ANDREOLI - Língua e Literatura Francesa
 = filiação: Dante Andreoli e D. Lúcia Giglioli
 = local e data de nascimento: Itália - 10/5/1939
 = endereço: Rua Coronel Spínola, 3332 - fone: 2440
- 4 - MARY AMAZONAS LEITE DE BARROS - Língua e Literatura Francesa
 = filiação:
 = local e data de nascimento:
 = endereço: Rua Lafaiete Spínola Castro, 1889
- 5 - PHIRONI MYOTIN - Língua e Literatura Francesa
 = filiação:
 = local e data de nascimento:
 = endereço: Rua João Mesquita, 1657
- 6 - NEWTON RAMOS DE OLIVEIRA - Língua e Literatura Inglesa
 = filiação: Isidoro Ramos de Oliveira e D. Euridice Moraes de Oliveira
 = local e data de nascimento: Itapira, S/P - 29/3/1936
 = endereço: Rua Bernardino de Campos, 3145 - fone: 2040
- 7 - FRANZ WILHELM HEIMER - Língua e Literatura Alemã
 = filiação: Franz Heimer e D. Elisabeth Heimer
 = local e data de nascimento: Dortmund, Alemanha - 12/4/1930
 = endereço: Rua Raul Silva, 160
- 8 - CARL HEUPEL - Língua e Literatura Alemã
 = filiação:
 = local e data de nascimento:
 = endereço: Hotel Metrópole
- 9 - MARIA EDITH DO AMARAL GARBOGGINE - Literatura Brasileira
 = filiação: José Coimbra Garboggini e D. Edith Bastos do Amaral Garboggini
 = local e data de nascimento: Piracicaba, S/P - 13/2/1930
 = endereço: Avenida da Saudade, 3476 - fone: 1193
- 10 - TIEKO YAMAGUCHI - Literatura Hispano-Americana
 = filiação: Mitsuo Yamaguchi e D. Momoyo Yamaguchi
 = local e data de nascimento: Bonfim Paulista, S/P - 15/2/1942
 = endereço: Rua Campos Sales, 1166
- 11 - SUZANA IRACEMA RIGOLETH - Literatura Anglo-Americana
 = filiação:
 = local e data de nascimento:
 = endereço: Rua Saldanha Marinho, 112

Handwritten signature



- 12 - HÉLIO LEITE DE BARROS - Teoria da Literatura
 = filiação: João Leite de Barros e D. Wanda de Oliveira Barros
 = local e data de Nascimento: São Paulo, Capita - 7/8/1929
 = endereço: Rua Lafaiete Spínolax Castro, 1889
- 13 - WALNICE GALVÃO FERREIRA - Teoria da Literatura
 = filiação: Walmez Barros Galvão e D. Eunice Nogueira Galvão
 = local e data de nascimento: Araraquara, S/P - 4/2/1937
 = endereço: Grande Hotel

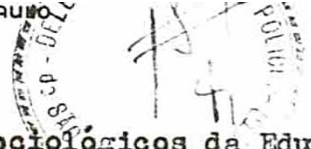
CURSO DE PEDAGOGIA

Professôres (regentes de cadeiras)

- 1 - JOSÉ DE ARRUDA PENTEADO - Teoria Geral da Educação
 = filiação: Onofre Penteado Junior e D. Maria Nícia Marcondes Penteado.
 = local e data de nascimento: Dourado, S/P - 23/12/1925
 = endereço: Editora Nacional, Capital. (rua dos Gusmões, 639).
- 2 - WILSON CANTONI - Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Educ.
 = filiação: Mario Cantoni e D. Aurora Cantoni
 = local e data de nascimento: Franca, S/P - 10/12/1926
 = endereço: Avenida Badi Bassitt, 860 - fone: 4073
- 3 - ESTEVÃO NADOR - Biologia e Fundamentos Biológicos da Educação
 = filiação: Desire Nador e D. Valéria E. Fuchs
 = local e data de nascimento: Hungria - 8/3/1922
 = endereço: Rua Rio Preto, 3255 - fone: 3605
- 4 - CASEMIRO DOS REIS FILHO - História e Filosofia da Educação
 = filiação: Casemiro dos Reis e D. Engracia dos Reis
 = local e data de nascimento: Pontal, S/P - 15/11/1927
 = endereço: Rua Rubião Junior, 3252, fone: 3717
- 5 - CARLOS FUNARI PRÓSPERI - Complementos de Matemática e Estatística Aplicada à Educação
 = filiação: Álvaro Prósperi e D. Itala Funari Prósperi
 = local e data de nascimento: Guachupé, MG - 31/12/1921
 = endereço: Rua Imperial, 531
- 6 - SARAH ROTTENBERG - Educação Comparada e Administração Escolar
 = filiação: David Rottenberg e D. Rosa Walustock
 = local e data de nascimento: Ribeirão Preto, S/P - 4/8/1928
 = endereço: Rua Bernardino de Campos, 3141 (ap.44) - fone: 4038
- 7 - JOSÉ ALUYSIO REIS DE ANDRADE - História da Filosofia
 = filiação: Olívio Cintra de Andrade e D. Alzira Reis de Andrade
 = local e data de nascimento: Pouso Alegre, MG - 3/4/1929
 = endereço: Avenida Alberto Andaló, 2724 - fone: 2746

Assistentes

- 1 - JOACIR BADARÓ - Didática Geral e Especial
 = filiação: José Badaró dos Santos e D. Jolia Alves dos Santos
 = local e data de nascimento: Uchôa, S/P - 5/12/1938
 = endereço: Rua Tiradentes, 2073
- 2 - IRINEU DE MOURA - Psicologia e Fundamentos Psicológicos da Educ.
 = filiação: Simplicio de Moura e D. Rafaela Casella de Moura
 = local e data de nascimento: Rio Claro, S/P - 28/8/1928
 = endereço: Rua General Glicério, 4148
- 3 - ZÉLIA RODRIGUES RAMOZZI - Psicologia e Fundamentos Psicológicos da Educação
 = filiação: Arthur Ramozzi e D. Amalia Rodrigues Ramozzi
 = local e data de nascimento: Campos do Jordão, S/P - 17/7/1936
 = endereço: Rua Tiradentes, 3139 (casa 2)



- 4 - RUDOLF LENHARD - Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Edu.
= filiação: Oscar Herman Lenhard e D. Caete Lenhard
= local e data de nascimento: Alemanha - 24/12/1912
= endereço: Rua Raul Silva, 182
 - 5 - NILCE APPARECIDA LODI - História e Filosofia da Educação
= filiação: Ernesto Lodi e D. Brasilina Dal Porto
= local e data de nascimento: S.J.do Rio Preto, S/P - 14/3/1936
 - ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~
= endereço: Rua Coronel Spínola, 3049 - fone: 2133
 - 6 - ANOAR ALEX - História da Filosofia
= filiação: José Naif Alex e D. Bádía Naif Alex
= local e data de nascimento: Marília, S/P - 17/4/1929
= endereço: Rua Marechal Deodoro, 4048
-

FFCL-SJRP (SECRETARIA),
4/abril/1964.

A REPRESENTAÇÃO DOS ALUNOS E A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Documento dirigido ao Conselho Federal de Educação

Os professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, que se subscrevem, ante a greve nacional de estudantes pela participação dos alunos nos órgãos diretores e administrativos das Universidades e Institutos de Ensino Superior, à margem de qualquer juízo sobre a oportunidade, conveniência ou condução do referido movimento, sentem-se no dever de afirmar, perante a consciência educacional brasileira, que não concedeu, ainda, ao problema, a atenção que merece, a experiência universitária de Rio Preto, no que se refere ao mérito pedagógico da reivindicação.

O atual debate sobre a Reforma Universitária parte do esforço de redefinição dos objetivos da educação superior e de racionalização dos procedimentos educativos, para colocá-los a serviço da democratização da cultura e do desenvolvimento das técnicas produtivas, no pressuposto de que uma política de educação relacionada com os problemas estruturais de nossa economia e planejada em função das transformações, projetadas ou em curso, da sociedade brasileira, é um instrumento básico para a emancipação material e a autonomia cultural do País.

A ampliação e a diversificação das oportunidades educativas requerem e exigem transformações qualitativas nas finalidades da educação, pois a ampliação e a diversificação da base material do ensino se justificam pelos ideais de democratização e de racionalização da sociedade e da cultura e esses ideais se justificam, por sua vez, pela necessidade de desenvol

vimento da capacidade produtiva, pessoal e nacional, propiciado pelo crescimento e diversificação das oportunidades educativas.

O que nos demonstra que a planificação da educação em função das exigências da realidade social não é só um instrumento para modificarmos essa realidade, mas fornece, também, critérios historicamente = racionais e concretos para definirmos quais devem ser as finalidades da educação.

Mas a redefinição das relações entre a escola e a sociedade exige uma redefinição, no mesmo sentido, das relações sociais e pedagógicas dentro da escola.

A democratização e a racionalização das relações de ensinar e aprender, no âmbito interno das Faculdades, Institutos e Universidades, conduzem à criação de uma estrutura didático-administrativa, com representação de alunos e professores, para o planejamento, a execução e o controle de todas as atividades educativas. O Departamento, concebido nesses termos, e não mais a cátedra, passa a ser a unidade da vida universitária.

Esse tipo de organização oferece algumas vantagens que reputamos básicas:

- permite e exige a cooperação entre as Cadeiras em termos de trabalho de equipe, o que é reclamado tanto pelos progressos da metodologia científica quanto pelas necessidades de utilização racional do aparelhamento técnico-didático disponível, o que é muito importante nos países pobres, onde mais se sub-utilizam os fatores de produção;
- tende a eliminar o mandarinato do professor e a irresponsabilidade do aluno;
- permite o confronto contínuo dos programas e projetos escolares com a unidade viva e real do aluno a que

se destinam, constituindo-se, assim, na base de uma escola que exista para o seu aluno e permitindo a superação da escola voltada para o cumprimento, ou o descumprimento, de decretos administrativos;

--- tende a elevar, pela presença fiscalizadora do aluno, o nível das relações intelectuais e pessoais = entre os professores, do que tanto depende o trabalho de equipe;

--- permite e exige o diálogo institucional entre as formas de sociabilidade docente e discente, único processo capaz de canalizar, para a reconstrução educacional, o conflito entre as gerações, expresso nas tensões advindas de diferentes níveis de desenvolvimento bio-psíquico e de diferentes formas e níveis de participação na sociedade e na cultura.

É de se ressaltar que esse diálogo entre a sociabilidade do professor, que tende a representar, = valores e padrões mais cristalizados, e a sociabilidade do aluno, que tende a representar, especialmente = nos países subdesenvolvidos, os anseios de renovação = desses padrões e valores, é o único processo de que o sistema de ensino dispõe, como recurso próprio, para se ajustar às transformações na sociedade e na cultura. As outras formas de ajustamento possíveis lhe serão determinadas de fora, pela ação dos poderes constituídos ou pelas pressões da opinião pública e serão, sempre, ou superficiais ou traumáticas, se não forem antecipadas e conjugadas com esse processo interno e específico de auto-renovação.

Os Cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de São José do Rio Preto, são organizados em Departamentos, onde se representam, com voz e voto, alunos e professores, para a planificação, a execução e o controle de todas as atividades curriculares. O Departamento de História Natural, que resistiu



durante dois anos à representação dos alunos, convencendo-se dos resultados positivos alcançados nos outros Departamentos, admitiu um aluno representante = por série. No Departamento de Letras vigora o mesmo = critério, com oito alunos representantes e no Departamento de Pedagogia a representação é paritária entre = alunos e professores.

Esta é a contribuição de Rio Preto para a Reforma Universitária nacional. Mesmo os projetos reformadores mais lúcidos, como o da Universidade de = Brasília e o da Universidade do Ceará, não estabelecem a representação dos alunos nos Departamentos, ou seja nos órgãos de base do trabalho universitário. Representação que é, para nós, em Rio Preto, o fundamento da democratização e da racionalização das relações institucionalizadas de ensinar e aprender, a contrapartida interna da definição das funções da educação = dentro da consciência e do projeto nacional de desenvolvimento.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, Instituto Isolado do Sistema Estadual de Ensino Superior do Estado de São Paulo, hoje um exemplo da expansão e da renovação do mesmo Sistema, não foi fruto de nenhuma planificação prévia nem foi amparada por dotações orçamentárias adequadas. Antes, sofreu, por quatro anos, todas as agruras de uma Direção onipotente e relapsa, omissa e rotineira, erigida em árbitro de seu destino pela não existência de Congregação ou de representação nos órgãos que a dirigiam. Sem equipamento elementar, com vários meses de vencimentos em atraso, muitos de seus professores se viram, finalmente, coagidos em seus direitos básicos de cidadãos por cláusula inconstitucional na proposta de contrato que lhes era oferecida, = quando o obscurantismo identificava, na defesa da Escola Pública, uma atividade subversiva. Vários desses

professôres foram demitidos com aviso-prévio de um dia. Pretendia-se fechar a Faculdade, embora fôsse o Instituto Isolado de maior número de alunos.

Mas a Faculdade não se fechou. E da luta pela defesa da liberdade de pensamento e de investigação, no esforço de construção de uma Universidade racional, democrática e socialmente útil, participaram, plenamente, com determinação e equilíbrio, os seus alunos, moças e rapazes que, pouco tempo antes, eram jovens provincianos totalmente despreocupados dos problemas da educação superior e da renovação educacional brasileira.


Integrados, no entanto, na estrutura departamental acima descrita, em relações de corresponsabilidade com seus professôres, arrostaram tôdas as pressões do seu ambiente social imediato e da Administração, na defesa de valores e de práticas educativas que eram, agora, os seus, e pelos quais se sentiam pessoalmente responsáveis. A preservação das franquias liberais da Constituição da República e da Reforma Universitária na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto se deveu, em primeiro lugar, ao comportamento admirável dos seus alunos.

Nestes termos, a partir de nossa experiência, podemos testemunhar:

--- A participação dos alunos nos órgãos didáticos e administrativos da vida universitária é pressuposto básico de qualquer programa de democratização e de racionalização, em profundidade, do ensino superior.

--- O argumento de que essa participação não pode ser concedida devido à imaturidade dos alunos no trato dos problemas da educação significa, na prática, a vontade, deliberada ou inconsciente, de conservá-los nessa imaturidade, pois os afasta precisamente do estudo e da solução responsável desses problemas.

El



--- Do mesmo modo que uma escola é o que forem seus professores, ela será o que forem seus alunos, na medida em que o processo educativo é, ao mesmo tempo, produção e apropriação do saber, tanto no sentido de formação pessoal quanto no sentido de formação coletiva. =
Fois os interesses, problemas e projetos do aluno se referem, nos seus aspectos básicos, aos papéis que irá desempenhar na coletividade e os interesses e problemas da sociedade se expressam, na escola, na pessoa do aluno e no projeto pedagógico que ele deve, socialmente, realizar.

--- Sem prejuízo do mérito da representação dos alunos nos conselhos e órgãos administrativos da Universidade, essa representação não deve provir só de concessões de cúpula; mas deve ser uma decorrência natural e orgânica da participação dos alunos nos órgãos de base da vida universitária, ou seja, nos Departamentos.

--- O ponto central da Reforma Universitária, do ponto de vista da reorganização das relações sociais e pedagógicas dentro da escola, é a criação de Departamentos, com representação de alunos e professores, para a planificação, a execução e o controle cooperativos de todas as atividades curriculares. A estrutura didática e administrativa da Universidade deve tomar, como unidade estrutural, não mais a cátedra, mas o Departamento, assim concebido.

--- Não colhe a afirmação de que a liberdade de cátedra estaria ameaçada com o término da intocabilidade = do catdrático. A liberdade de pensamento e de investigação é, sem sombra de dúvida, condição indispensável para o progresso do conhecimento. O que se propõe não é a cessação da liberdade de cátedra, mas a sua ampliação no sentido de que a liberdade de cátedra deve deixar de ser a afirmação negativa de um privilégio, inclusive de omissão e de irresponsabilidade, para se = tornar uma afirmação positiva de corresponsabilidade =



ante o progresso do conhecimento e de sua utilização social. Mesmo por que a defesa dos valores democráticos da cultura se fará muito melhor quando realizada = por equipes unificadas em tórno de tarefas comuns, que têm e terão, cada vez mais, necessidade diária da preservação e da extensão dêsses valores para o desenvolvimento do seu trabalho científico.

Este depoimento se dirige tanto a administradores e professôres, de quem tanto depende a construção de uma pedagogia racional e humana e de um sistema de ensino superior adequado às urgentes necessidades = do país, quanto aos alunos e ao movimento estudantil, = os quais, feito o desconto dos excessos e êrros que se lhes possam imputar, conservam aceso, em nossa pátria, com a energia reivindicatória e indomável da juventude, o facho luminoso da Reforma Universitária.

São José do Rio Prêto, 27 de junho de 1962.

| | |
|-----------------------------|------------------------------|
| WILSON CARPONI | JOSÉ ALUYSIO REIS DE ANDRADE |
| ORNESTES NIGRO | HÉLICO LEITE DE BARROS |
| JOÃO JORGE DA CUNHA | IRINEU DE MOURA |
| CASIMIRO DOS REIS FILHO | JOSÉ DE ARRUDA FENTEADO |
| ANOAR ALEX | EDNA BELTRALINI |
| EDUARDO PENUELA CAÑIZAL | WILSON NILO DAL IORTC |
| NORMAN MAURICE POTTER | JOSÉ CIR BADAÓ |
| ELENA OLGA MARIA ANDREOLI | LECYÉS FRISCO DOS SANTOS |
| SARAH ROTTENBERG | NESTOR RAOS DE OLIVEIRA |
| CARLOS FUNARI PRÓSTIERI | RUDOLF LENIARD |
| FLÁVIO VESIASIANO DI GIORGI | MARIA EDITH DO A. GAREGGINI |

ANEXO VI - DEMISSÃO DOS PROFESSORES NA CRISE EM 1961

ASSUNTO: CESSAÇÃO DE AFASTAMENTOS DE PROFESSORES.

São José do Rio Preto, 27 de setembro de 1961.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DOUTOR LUCIANO VASCONCELOS DE CARVALHO
DIGNÍSSIMO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO.
C A P I T A L

SR. SECRETÁRIO,

Cumpre-me dar conhecimento a Vossa Excelência de que, em virtude de despacho do Sr. Governador, datado de 16 de agosto p.p. e publicado no Diário Oficial de 26 do corrente, a pags, 7, = os seguintes Professores - que ocupam cargos de Professor Secundário-QE-PP-II- Ref. 41, no magistério estadual - deixarão de prestar serviços a esta Faculdade:

- 1 - RODOLPHO AZZI
- 2 - WILSON CANTONI
- 3 - JOSÉ ALUYSIO REIS DE ANDRADE
- 4 - ORESTES NIGRO
- 5 - SARAH ROTTENBERG
- 6 - CASEMIRO DOS REIS FILHO

Esclareço, para os devidos fins, que os atos = pelos quais foram autorizados os afastamentos dos mesmos para prestarem serviços a esta Faculdade foram publicados no D.O. de 24 de janeiro do corrente ano, a pags. 5, impondo-se agora s.m.j., a publicação de novos atos de cessação dos afastamentos.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de grande apreço e viva admiração.

Com o original
Luciano Vasconcelos de Carvalho

ass. Raphael Grisi
Prof. Dr. Raphael Grisi
DIRETOR

10.11.63

Do: Secretariado Nacional
Para: Coordenadores Municipais

~~CONFIDENCIAL~~

* De acordo com as decisões do Congresso de Salvador (cf. Doc 3.63 pg 4), realizou-se, de 31 de outubro a 3 de novembro, no estado da Guanabara, a IV Reunião do Comitê Nacional, com a presença completa dos membros do Comitê, do Secretariado e das Coordenações Setoriais. As análises e resoluções do Comitê compõem este informe especial, cujo texto é reservado às coordenações municipais.

1. AP: ANÁLISE E PERSPECTIVAS (Documento apresentado ao Comitê pelo SN)

O SN deseja colocar neste informe algumas reflexões críticas sobre o movimento em seus sete meses de existência organizada.

A pequena história de AP revela suas potencialidades enormes por um lado, e suas falhas fundamentais por outro.

Creio que um balanço revelaria:

- (a) Crescimento e amadurecimento do setor estudantil. Presença marcante em decisões nacionais. Renovação de lideranças.
- (b) Estruturação do setor camponês, com penetração de elementos de AP em diversas organizações sindicais. Contamos com aproximadamente 60 sindicatos rurais.
- (c) Estruturação do setor de cultura popular, com movimentos em quase todos os estados.
- (d) Presença em sindicatos operários, com o início do movimento neste setor.
- (e) Contactos com áreas militares nos principais centros.
- (f) Articulação com movimentos nacionais (CGT, FPN, sargentos e lideranças nacionais) nas principais crises.
- (g) Maior trabalho da coordenação nacional na assistência a alguns estados.

No entanto, o movimento apresenta falhas que nos podem levar a situações bem difíceis.

Do ponto de vista da organização:

- (a) O movimento não está estruturado em termos razoáveis na maioria dos estados.
- (b) Os setores fundamentais não foram ainda atacados com a urgência devida, isto é: setor operário, camponês e militar. Por outro lado, não sabemos ainda capitalizar e dinamizar o movimento para uma atuação revolucionária.
- (c) O SN e as coordenações setoriais, quer pela falta de recursos humanos ou materiais, não pode, de fato, cumprir suas tarefas urgentes e inadiáveis, resultando daí o ativismo de alguns, a dispersão e a ausência de visão a longo prazo.
- (d) O Comitê Nacional apresenta um comportamento simplesmente "legislativo", quando é impossível prescindir do trabalho ativo de todos os militantes válidos neste período, em que tudo é implantação.

É importante não perder de vista os sete meses de existência.

Do ponto de vista ideológico:

- (a) A grande maioria dos militantes não assimilou todo o conteúdo do Documento-Base, gerando mais uma militância afetiiva do que uma atuação revolucionária consciente. Sendo verdade também que o DB não se apresenta em termos inteligíveis para a maioria.
- (b) Desde o Congresso de Salvador não formulamos praticamente nada de novo para o movimento, deixando uma lacuna terrivelmente perigosa, com consequências práticas imediatas: desvios ideológicos de militantes, comportamentos conciliadores e colaboracionistas com governantes reconhecidamente reacionários ou tido como progressistas, sem

ANEXO VII - INFORME ESPECIAL DA AP DE 1963

a previa discussão de uma linha política; assim como resulta desta definição a omissão corada pela tranquilidade da maioria de nossos militantes que não fizeram uma opção realmente revolucionária. Podemos, nesta marcha, nos transformar em um "grupo de amigos" ou um PSD da revolução brasileira (empreguismo, governismo, bonnocismo, etc), traçando-a.

- (c) As exigências do movimento estão além das respostas até agora dadas pelas lideranças e por aqueles que poderiam apresentar subsídios e discussão e elaboração teórica de AP.
- (d) Não enriquecemos, por isso mesmo, nossa própria formulação, que julga nos original e nem assimilamos as contribuições de outras ideologias, como, por ex, o marxismo-leninismo. Não crescemos nem aceitamos o risco do diálogo e das "verdades" de outras formulações. Enfim, não dialetizamos nosso conhecimento que se diz e quer ser dialético. Mas, enfim, e ainda no nível ideológico que apresentamos a marca maior de unidade e originalidade.

Do ponto de vista político

- (a) Não formulamos uma posição política global, quer no nível teórico (problema do Estado, do poder, da organização de massa, da luta política, da evolução dialética das contradições de classe, da consciência coletiva e dos comportamentos condicionados, partidos políticos, etc) quer no nível prático-concreto, o caso brasileiro, isto é, definir uma posição face ao governo federal (executivo, legislativo, judiciário), a política de conciliação das classes dominantes, a posição do PC.
- (b) Não definimos nossa atuação no nível das organizações de massa, colocando-as ao serviço de uma estratégia de luta. Não definimos ainda as grandes linhas de uma tática política. Não aproveitamos nem conhecemos as exigências revolucionárias modernas. Talvez ninguém conheça "O Estado e a Revolução" de Lenin.
- (c) Nos deixamos envolver pelas contradições da classe dominante em sua busca de poder ou no exercício de seu poder e nos descuidamos do processo profundo, revolucionário, de pauperização do povo, de marginalização das grandes massas e da profunda cisão que ocorre hoje nas forças armadas.
- (d) Nossa atuação política se limitou a uma militância do bom-senso, realizada ao nível das coordenações, sem que a base estivesse presente, as informações e a luta popular.
- (e) Não nos ocupamos de fato da preparação para a luta revolucionária.

Ainda do ponto de vista das formulações, consideramos inexistente uma análise econômica própria da realidade brasileira.

Não temos uma visão de estrutura econômica real e de suas contradições reais. Sabemos tipicamente de problemas econômicos, mas não visualizamos a estrutura econômica em seus pontos de estrangulamento, em suas contradições fundamentais. Sabemos responder: que temos se processa a industrialização brasileira, de sua produção, de origem de seu capital, dos efeitos sociais de sua produção? Sabemos responder dos comportamentos econômicos de nossa estrutura agrária?

Achamos que aqui nossa falha é bastante grave, porque não podemos estabelecer sobre hipóteses econômicas uma prática revolucionária. O nível econômico não pode ser relegado à rubrica de "abstração demanuel"; é real e atinge os homens em sua existência concreta. Aqui mesmo não sabemos aproveitar as contribuições do marxismo e dos economistas de vanguarda na análise do capitalismo moderno.

Vistos em linhas gerais os principais problemas de AP, sugerimos algumas medidas práticas para resolvê-los:

1. Estabelecer por prioridade as áreas-problema (centros municipais) e programar a presença de um ou dois elementos da coordenação nacional (secretariado ou comite) para lá trabalharem no prazo necessário à implantação do movimento. Este programa poderia ser executado de acordo com o seguinte esquema: João Pessoa, Recife e Macaio: Paulo de Carvalho Mendes, do Comite Nacional; São Paulo: Herbet José de Souza, coordenador na

ANEXO VII - INFORME ESPECIAL DA AP DE 1963

cional; Rio Grande do Sul: Severo Galles (secretariado nacional); Guanabara, Espírito Santo: Tereza Rodrigues e Antonio Lins (secretariado & comitê); Brasília, Goiás: Geraldo Moraes, Aldo Arantes (comitê nacional); Estado do Rio: Silvio Gomes (secretariado nacional); Paraná e Santa Catarina: Duarte Brasil (coordenação setorial); Maranhão, Paraíba e Ceará: Jair Ferreira de Sá (secretariado nacional).

2. Aceitar a seguinte prioridade para os setores: (a) operário-camponês; (b) militar (sargentos) e (c) estudantil. Com ação e programação para a luta de Cultura Popular. Estabelecer localização estratégica dos militantes nos setores prioritários programando a atuação. A participação dos sargentos é imprescindível para o processo revolucionário brasileiro. E os sargentos nada farão sem a cobertura das organizações de massa. Destas constatações surge, as prioridades e AP deve colocar-se em função desta opção revolucionária.
3. Definir as funções específicas do coordenador nacional; distribuir tarefas e responsabilidades para o secretariado ampliado; resolver, de uma vez por todas, o problema dos recursos e jogar na ativa os membros do comitê, para uma tarefa imediata de implantação e elaboração, reformulando assim as funções do Comitê.
4. Para efeito de formulação de nossa linha política concreta, marcar a data para um encontro especial com a presença de elementos representativos de AP. Sugerir ao DE um temário de estudos. Esta formulação abrangeria a posição política global e setorial, incluindo aí temas como comportamento em frente única, etc.
5. Segundo programa do DE, divulgar entre os militantes, para efeito de estudos, textos econômicos, políticos e das recentes experiências revolucionárias, principalmente a leitura de textos marxistas ou relacionados a crítica marxista. Além disso, formar o estudo de textos afins a nossa ideologia, encontráveis no pensamento cristão de vanguarda e no existencialismo. Este estudo poderia ser realizado a partir da seguinte sugestão bibliográfica:
 - O Estado e a Revolução, de Lenin;
 - Manifesto do PC;
 - Origens da Família, da Propriedade Privada e do Estado, de Engels;
 - O pensamento de Karl Marx, de Jean Calvez;
 - Doenças Infantis do Esquerdismo, de Lenin;
 - O Personalismo, de Emmanuel Mounier;
 - Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado;
 - Evolução Histórica do Brasil, de Nelson Werneck Sodré;
 - Revolução e Contrarrevolução no Brasil, de Franklyn de Oliveira;
 - Obras de Teilhard de Chardin;
 - Textos do Pe. Henrique Vaz.
6. Preparar nossos militantes para a ação revolucionária, estabelecendo inclusive experiências ou testes de atuação de todos os militantes, através de tarefas concretas que os forcem a participação efetiva em movimentos de massa, no trabalho com o povo. Não esquecer o aspecto dático da ação concreta.

Achamos que AP tem assumido importância superior à sua realidade, revelada nos últimos acontecimentos. Tal fato comprova a fragilidade das esquadras brasileiras, incapazes de uma ação revolucionária unificada e consequente. Isto aumenta nossa responsabilidade, na medida em que:

1. Cremos em nossa vocação revolucionária;
2. Não duvidamos da justiça da luta e das consequências de nosso engajamento definitivo;
3. Acreditamos na consequência e na autenticidade de nossos militantes;
4. Acreditamos que somos uma entre as forças revolucionárias do país, capaz de errar e também de uma auto-crítica construtiva.

Neste sentido, acreditamos que a AP deve se preparar, desde agora, para o próximo Congresso Nacional.

Para esta preparação, sugerimos:

ANEXO VII - INFORME ESPECIAL DA AP DE 1963

Definição de três equipes dentro do DE Nacional, para a elaboração dos textos seguintes:

- (a) Texto ideológico, com a provável composição: Luis Alberto Gomez de Souza, Pe. Henrique Vaz e Duarte Brasil.
- (b) Pensamento socio-econômico e político, com a provável composição: Aldo Arantes, Herbet José de Souza e Paulo Hadad. A esta equipe também confiada a tradução do Documento-Base em termos populares.
- (c) Estratégia e tática do AP, cuja composição seria posteriormente indicada pelo SN.

O trabalho destas equipes compreenderia análises teóricas e de realidade, visando aprofundar ou definir posições.

Estes documentos seriam elaborados dentro de um prazo de três meses, a partir de Janeiro de 64 e levados à discussão com as bases de AP antes do Congresso Nacional, através de equipes de 5 ou 6 militantes com um coordenador, em cada centro municipal, encarregada, desde agora, de iniciar o estudo da bibliografia básica, estabelecendo-se um diálogo para a elaboração comum e coletiva dos textos. Neste sentido, seriam enviados informes parciais dos estudos já realizados, para discussões nas equipes, que deveriam obrigatoriamente enviar seus relatórios para o DE Nacional, sendo esta tarefa controlada pela coordenação municipal, caindo a responsabilidade pela omissão no coordenador da equipe.

O objetivo destes estudos é a preparação das nossas bases para o próximo Congresso Nacional de AP, considerando imprescindível que paralelamente a esta discussão, as equipes se disponham a uma formação política dos militantes: preparação de oradores para debates públicos, programação de atos públicos e comícios relâmpagos em portas de fábricas, deixando claro para os militantes que a reflexão e teorização devem estar acompanhadas de um engajamento político, pois não há pensamento revolucionário autêntico sem ação revolucionária.

Com tarefa concreta, ainda para estas equipes, proporíamos o pichamento nacional da expressão Ação Popular.

O Secretariado Nacional

2. RESOLUÇÕES DO COMITÊ NACIONAL EM SUA IV REUNIÃO

Após a apresentação e discussão dos informes setoriais e do informe especial do SN (cf. texto acima), o Comitê Nacional tomou as resoluções seguintes:

(a) GERAIS

1. Aceitar as argumentações apresentadas, concedendo direito de voto nas reuniões do Comitê Nacional aos membros eleitos do Secretariado Nacional.
2. Aprovar as modificações propostas à constituição da coordenação nacional, a saber: (a) liberação de Luis Alberto Gomez de Souza; (b) transferência de Aldo Arantes do SN para o Comitê; (c) ingresso, no SN, de Isa Guerra (Paraíba) e Jair Ferreira de Sa (Minas Gerais), respectivamente coordenadores nacionais de cultura popular e setor camponês.
3. Considerar como critérios para deslocamento de quadros de coordenação: segurança material, possibilidades de trabalho local e realização pessoal.
4. Sublinhar a importância do jornal "Brasil, Urgente" no trabalho de expansão nacional de AP, determinando: (a) imediata integração de um elemento de AP na diretoria do jornal, de acordo com a seguinte ordem de prioridades: Marcus Alencar, Silvia Gomes e Humberto Kinski; (b) aplicação do plano de sustentação financeira apresentada pelo SN; (c) indicação, para membros da comissão do jornal, os companheiros Sil-

vio Gomes, Sérgio Vassimon e J. Marta; (d) Preparação de um plano para mudança gradativa da linha do jornal e de cobertura política.

5. Determinar a organização da fração de AP de MEC, sob a orientação do companheiro Geraldo Moraes.

6. Considerar o cargo na SOB importante para o movimento e encerrar o SN de providenciar seu preenchimento, após discussão com a fração da SUPRA.

7. Considerar necessária a viagem de Geraldo Moraes a Recife, dentro de quinze dias, afim de investigar "in loco" as suas possibilidades de permanência.

8. Determinar que o SN encaminhe outro permanente para residência em Recife, no caso da eventual impossibilidade do companheiro Geraldo Moraes.

(b) SECRETARIADO NACIONAL

9. Determinar o envio dos documentos apresentados pelos setores à IV Reunião do Comitê, sob a forma de dossier, precedido de uma introdução, aos coordenadores municipais e nacionais.

10. Determinar a redação de um texto sobre a natureza e finalidade do AP para distribuição municipal.

11. Transmitir ao SN a sugestão apresentada pelo setor estudantil no sentido de organizar-se a AP volante, para percorrer o Brasil, composta de um elemento de cada setor, além de um membro do SN.

12. Determinar a imediata organização do setor político-partidário e o levantamento das áreas de ampliação, sob a coordenação de Aldo Arantes do setor, em Brasília.

13. Determinar imediata organização do setor militar, encarregando o SN de apresentar planejamento correspondente no prazo de dois meses, utilizando a colaboração de Jose Pizarro e elementos do Estado do Rio, Guanabara e São Paulo. Este planejamento será considerado, em caráter provisório e não discutido com as bases. Igualmente caberá ao SN a organização de uma reunião nacional com os elementos de possível participação no setor.

14. Insistir no imediato envio de um texto elaborado pelo companheiro Franz-Wilhelm Heiner sobre a transposição da ideologia do AP no plano da ação. Este texto será distribuído ao Comitê Nacional, acompanhado das considerações do SN. Se necessário, o SN convocará uma reunião extraordinária do Comitê, para discussão do referido texto.

15. Determinar que o SN apresente à próxima reunião do Comitê o calendário das atividades do AP em 1964.

16. Aprovar o texto de "Análise e Perspectivas de AP", apresentado pelo SN, com as seguintes modificações:

17. Divisão de áreas-problemas para atuação de coordenação nacional: Paulo Mendes (João Pessoa/Recife/Maceió), Herbet Jose de Souza (São Paulo), Severa Salles (Rio Grande do Sul), Tereza Rodrigues e Antonio Lins (Guanabara/Vitoria), Geraldo Moraes e Aldo Arantes (Brasília / Goiás), Silvio Gomes (Estado do Rio), Duarte Brasil (Curitiba/Florianópolis), Jair Ferreira de Sa (São Luis/Belen/Fortaleza).

18. Ordem prioritária de setores para o trabalho de ampliação: (a) operário-camponês; (b) militar (sargentos); (c) estudantil.

19. A tradução do Documento-Base em termos populares será confiada à equipe de elaboração do pensamento socio-econômico e político de AP.

20. Considerar necessário o envio de carta-credencial a Roberto Mafra, em Alagoas, nomeando-o responsável pela estruturação do AP no estado.

21. Determinar a preparação do informe sobre a atuação do AP no MEC para as tribuições às coordenações municipais.
22. Determinar a elaboração de lista dos professores de AP para indicações como representantes do Ensino Médio nos estados.

(c) SETOR OPERÁRIO

23. Resolver pela eliminação da coordenação operária nacional, determinando que o SN assumirá a responsabilidade pela coordenação e articulação de um encontro nacional do setor, em data a ser fixada, nunca posterior a 31 de janeiro de 1964. Esta preparação deve ser efetivada com a colaboração do companheiro Antônio Lins. Sublinhar a importância dos bancários na organização nacional do setor operário.
24. Insistir na cobrança dos estados do relatório sobre a organização local do setor operário. Sublinhar a importância da cultura popular e principalmente do método de alfabetização Paulo Freire como elemento de ampliação.
25. Fazer levantamento nacional sobre as possibilidades de estabelecer convênios entre sindicatos com orientação de AP e o MEC, para aplicação de métodos de alfabetização.

(d) SETOR ESTUDANTIL

26. Insistir na transferência de quadros para o trabalho direto no setor e na fração da UNE. Nomes sugeridos: Schmidt (Salvador), Vilmar (Bel Horizonte) e Ruben Buena (SP).
27. Exigir do coordenador do setor estudantil: (a) entrega do relatório completo do setor ao SN, no prazo de quinze dias; (b) levantamento da situação das executivas.
28. Promover a integração dos secundaristas na coordenação do setor ou, no caso de impedimento dos companheiros secundaristas anteriormente indicados para esta função, destacar um universitário para assumir esta responsabilidade; impulsionar o trabalho com secundaristas em todos os estados; estabelecer contactos permanentes com Geraldo Moraes em Brasília, para liberação de verbas destinadas às entidades secundaristas. Este trabalho será complementado pelo levantamento das entidades estudantis secundaristas.
29. Alertar as bases das Faculdades de Direito quanto à necessidade crescente de quadros profissionais de advocacia para o trabalho sindical de AP.
30. Determinar a fixação, no próximo encontro nacional do setor estudantil, de uma linha política quanto à atuação de AP com os independentes; nesta mesma reunião considerar a validade ou não da frente única nos casos particulares em que ela impede a dinamização do processo eleitoral; sublinhar a importância do convite aos secundaristas na esta reunião.
31. Valorizar as pequenas tarefas a executar pelas bases das faculdades, independentes da posse do diretório, tais como: jornais murais, conferências, cursos, etc.
32. Esclarecer o comportamento do setor frente ao CPC da UNE; insistir na necessidade de se criar CPCs em cada diretório de AP.
33. Eleger, como palavra de ordem em campanhas estudantis, a reforma do ensino médio.

(e) SETOR CULTURA POPULAR

34. Determinar o levantamento imediato dos movimentos de cultura popular de AP que estabelecerá convênio com o MEC; utilizar a colaboração de Jose Serra na liberação destes verbas e estudar a aplicação de umpl.

no através do qual a coordenação nacional reciba taxas de contribuição dos navimentos já contemplados.



(f) SETOR CAMPONÊS

35. Fixar data para o setor camponês até fins de Janeiro.
36. Verificar as possibilidades de ocupar a CNTI.
37. Considerar, na região paulista, as seguintes áreas prioritárias no trabalho camponês: Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Catanduva, Lucélia, Sorocaba, Bragança.
38. Insistir no imediato funcionamento regular da fração da SUPRA; considerar que as pesquisas elaboradas pela supra servirão de subsídios ao trabalho do setor camponês.

(g) SETOR POLÍTICO

39. Elaborar documento preparatório ao Encontro das Esquerdas previsto para Recife e discuti-lo com as bases parlamentares.
40. Enviar circular solicitando energicamente relatório sobre a situação política nos centros municipais, além de informações referentes a organização do setor político-partidário.

ANEXO VIII - MANIFESTO DO CAF EM REPÚDIO À CARTA DOS GOVERNADORES

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto.

Operários! | O Perante,
Camponeses! | Camponeses
Povo de nossa terra!

524
98



A hora presente não permite mais indecisões e exige definições claras. A velha estrutura social brasileira, inadequada à realidade, ruí e a sua queda é formidável. A miséria, a fome, as doenças, o analfabetismo, enfim, as injustiças sociais flagelam os brasileiros. E quase nada se faz para conjurar êsses males. Porisso é que essa estrutura está condenada. Mas como dissemos a queda é terrível e provoca também reações terríveis. Os privilegiados desta estrutura caduca não dormem e usam de todos os meios, mesmo da Mentira e do Sofisma para resguardarem os seus privilégios. Como não têm argumentos, se acobertam com o nome de cristãos, batem no peito dizendo que são democratas e defensores da Constituição, visando com isso lançar confusão nas massas populares, querendo fazer crer o que não são.

Recentemente foi lançado com todo aparato de propaganda, o chamado "Manifesto dos Governadores", no qual os senhores Ademar de Barros e Carlos Lacerda, encabeçando um grupo de 10 governadores, se manifestam contra a reforma da Constituição. Na verdade, essa declaração dos 10 governadores pretende é impedir a aprovação da reforma agrária, atualmente em discussão no no Congresso e que virá favorecer milhões e milhões de camponeses sem terra.

Numa linguagem melosa, sentimentalóide e abstrata, falam êsses governadores em "fortalecimento do regime democrático", esquecendo de dizer que o que querem de fato é o fortalecimento dos seus privilégios e a manutenção do estado de coisas que aí está: miséria, subdesenvolvimento, latifúndios. Esquecem de dizer que a democracia se fortalece com princípios aereos e abstratos, mas sim na prática, sobretudo com justiça social, e justiça social não existe, precisa ser feita. Exaltam essa justiça social, mas são contra a reforma da Constituição que permitirá a reforma agrária,

ANEXO VIII - MANIFESTO DO CAF EM REPÚDIO À CARTA DOS GOVERNADORES

mas escondem que liberdade de iniciativa na estrutura social iniciada em que vivemos só é possível para os poderosos, para os trustes, para os exploradores do povo, para os que nos vendem o leite, o arroz, o feijão, etc, pelos olhos da cara. Falam adocicadamente em conciliação dessa liberdade de iniciativa com a "valorização do trabalho humano", mas bombardeiam aquilo que será a redenção de 82% dos homens que no Brasil labutam no campo como escravos, ganhando em média Cr\$ 6 000,00 por mês, quantia que mal dá para sua sobrevivência, quanto mais para atender às condições de saúde e higiene. Berram por "ordem e legalidade" mas são os primeiros a fazer desordem e a conspirarem contra a legalidade. Não será preciso dizer que um dos assinantes desse documento dos governadores, o sr. Carlos Lacerda, pretendeu por todos os meios, durante a famosa crise politico-militar de 1961, impedir a posse do sr. João Goulart, legítimo sucessor do ex-presidente Jânio Quadros, segundo garante a Constituição. Como vemos, esses mesmos..... (continua na folha seguinte)

ANEXO VIII - MANIFESTO DO CAF EM REPÚDIO À CARTA DOS GOVERNADORES

ao presidente da República, mas são os mes os que vão a comícios, à televisão e ao rádio para ofender e caluniar o presidente. Como se não bastassem tentos inverdades e incoerências, elogiam as forças armadas para ver se os militares, que têm por missão defender o povo, voltam as suas baionetas contra ôle. Falam como se fossem forças de Ortodoxismo e da democracia, mas não têm a sensibilidade de cristãos quanto à lealdade e justiça de democratas: pois são justamente êstos e não outros os que prendem a torto e a direito, perseguem estudantes, espancam trabalhadores e não hesitam em ordenar o trucidamento de mendigos. Êsses governadores que ontem batiam palmas quando três ministros militares impuseram a reforma na Constituição para mudar o regime, hoje fazem dela uma Bíblia Sagrada, intocável. Dizem que a reforma agrária só poderá ser feita dentro da Constituição, tal como está, isto é, que tôda desapropriação de terras só se fará por indenização prévia em dinheiro ao proprietário. Como poderá o govêrno, que deve a Deus e a todo mundo, com deficit, fazer indenização prévia em dinheiro das imensas terras a serem desapropriadas? Só com a emenda à Constituição! O govêrno indenizará os proprietários com títulos da dívida pública, a longo prazo e com pequenos juros. Só assim será possível uma reforma agrária. Êsses governadores sabem disso: torpedeando a emenda da Constituição, estão torpedeando a reforma agrária. Se a necessidade não justificasse a emenda, a própria Constituição o permite em seu lacônico artigo 217: "A Constituição poderá ser emendada".

É por tudo isso que nós, universitários da Faculdade de Filosofia local, que sempre defendemos as aspirações do povo espoliado, decidimos, em Assembléia Geral, manifestar publicamente o nosso repúdio e o nosso desprezo contra o chamado "Manifesto dos 10 Governadores", feito pelas almas danadas dos srs. Carlos Lacerda e Ademar de Barros, denunciando-o como lesivo aos interesses do povo brasileiro.

Declaramo-nos solidários com a imensa e explorada massa camponesa de nosso país e apoiamos a reforma da Constituição.

Conclamamos todo o povo, estudantes das demais escolas, operários e outras classes a publicarem, como nós, manifestos de solidariedade aos camponeses e de apôio à emenda da Constituição para ser possível uma reforma agrária urgente e adequada à necessidade do povo brasileiro.

Pela Verdade e pela Justiça Social!

Saudações Universitárias

a) José Kurillo Farinazzo
Presidente do C.A.F.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. J. de Rio I

DELEGACIA Regional de Policia de São José do Rio Preto

CÓPIA AUTÊNTICA -

UM CADERNO MANUSCRITO PERTENCENTE A FLAVIA J. PEREIRA,
"SOCIOLOGIA-PESQUISA", 2º ANO DE PEDAGOGIA .

SOCIOLOGIA- PESQUISA

29/8/63

Tentativa de caracterização do siste de ensino da Faculd. e csc. pedag. correspondente.

Objetivos Básicos

- 1) Levant. de valores e modelos educativos visados.
- 2) Reelaboração destes valores e modelos pela sociabilid. dos alunos.
- 3) Relação da Faculd. do um todo com a comunidade
X X X X X X

Definições (provisórias)

Valor Educativo - finalid. da ação educativa.

Processos, metodos e tecnicas educativas - meios de realização desses valores ou modelos educativos.
Sistemas + ou - integrados de fins ou de meios de educar = modelos educativos.

Csc pedagógica - csc da adequação ou da desaju, digo, desadequação entre 1 modelo ou modelos educativos e a realid. educacional considerada. (sentido de reflexão critica) (durkheimiana).

XXXXXXXXXXXX

As hipoteses iniciais que serão usadas são as seguintes:

- 1 - Existência de modelos e valores educativos e pedagogicos diferentes.
 - 1- Essa diferença que se espera encontrar é devida a ≠ crenças de pessoa e de sociedad.
 - 2- Concepção de pessoa- Cpqs ≠ do professor c/o profissional e c/o cidadão.
 - 3- Concepção de sociedade - concepções ≠ de democracia e o estado atual do país.
- 2 - A existência de modelos relativos diferentes ou a - existência de modelos que se desintegram é devida ao processo de transformação socio-cultural chamado desenvolvimento nacional.
 - 1 -Desenvolvimento com desenvolvimento : da tecnologia produtiva material, da democratização das relações - sociais e da racionalização da cultura.
 - 2 -Desenvolvimento da mudança social espontanea e c/o programação social.
 - 3- Inexistencia de 1 programação do desenvolvimento traduzido em modelos explicitos e integrados de ação - educativa.
- 3- Ênfase dada ao triunfo à instrução ou à formação nos modelos pedagogicos usados.
 - 1- A ênfase e o conceito substantivo de formação explicado por um modelo classista de ensino (de classes)
 - 2- A ênfase e o conceito de formação explicado pela inconsistência do modelo (que não se conseguiu organizar como tal).

X X X X X X X

MANHEIM - "AU intraduction to the Sociology of education"
Routlede & Kigan Paulø New York - The huma-
nities Press - 1962 - Cap II- 1ª parte.

Definição de conceitos

Treinamento : aprendizado de l conjunto de tecnicas e praticas com enfase na situação de dependência de quem apreende dentro de um programa previo - dentro de um programa previamente estabelecido (não se consulta se ele quer ou não educação).

Educação Como instrução: A enfase é colocada sobre o que é comunicado e sobre as importâncias e não sobre o instrutor ou aluno. O que é comunicado é ordenado e apresentado pelo professor.

O que ele chama de ensino, como para nós é muito vago, chamamos de formação.

Formação : A primeira enfase é colocada na relação professor-aluno. Em 2º lugar a enfase é colocada no esforço do prof. em averiguar se o que ensinou foi apreendido. A educação como formação apreendetreinando e instrução, mas não fica nisso. O que importa mais é a relação professor-aluno e os fatos que estão incluídos nisso.

X X X X X X X

Modelo educativo : Os modelos se fundamentam em um valor ou em vários valores educativos (o que se pretende ensinar é com que finalidade).

Técnicas : maneira, digo, maneiras de ensinar. Há correspondência entre um valor educativo e uma maneira melhor de ensina-lo.

O modelo exprime a procura realizar, assenta-se em uma concepção de sociedade e de pessoa - homem- (muitos aspectos : pai, filho, profissional, todos os "status em que se encontra). O modelo educativo assenta-se numa concepção de homem que é relacionada com a sociedade.

M. Concepção de homem Valores das tecnicas educativas
educat. Concepção de sociedade

Para que o modelo seja coerente ha' necessidade de correlação entre homem e sociedade. Só aí é relativo integro (modelo educativo é modelo de educação quando se põe em pratica, e não é modelo pedagogico).

Quando se põe em pratica só pode existir numa determinada coletividade.

Os valores educativos e as tecnicas educativas decorrem e se assentam na acepção, digo, na concepção de sociedade - homem.

Criar um alguem que corresponde a um tipo de - homem homem que o modelo tem para viver em uma sociedade é prospectivo.

X X X X X X X

FUNÇÕES DA ESCOLA - Mannheim

Funções básicas são três

- 1) Apresenta certos dados afirmados como importantes.
- 2) Encorajar certas atitudes auxiliares do processo de aprender e valiosos para o educando no presente e na sua vida futura.
- 3) Preparar o aluno de vários modos para o seu fu , digo, para a sua futura carreira (preparação profissional)

Funções indiretas :

- 1) Usar os anos da dependência da vida para treina-lo para a vida adulta.
- 2) Ajudar a cricar o conceito social do jovem no sentido de que a subordinação das crianças, adolescentes prolonguem a sua dependencia economica.
- 3) Encorajar as pessoas a acreditar que a educação

AFETIVAS DE SE AFIRMAR como grupo de oposição ao grupo dominante e à imagem antiga.

Participação nas seguintes atividades externas à classe :

- pesquisa remunerada
- gruta
- início particip. nos movimentos estudantis, assembleia, congressos, representação da classe no departamento.
- relações pessoais com o professor.
- "Papai"- restaurante
- visita à casa dos professores.

Consequências na liderança exercida dentro classe:

- início de diferenciações dos critérios comuns de liderança quando no grupo dominante sofreram uma radicalização diferente do grupo no resto da classe.

G R U T A

Finalidade : conscientizar movimento local.
não tem plataforma ideológica explicitada
uso da arte como meio de ação.

liderança : o grupo existe em torno do líder-líder potervaliosa.

Tipo de relação : relação pessoal com o grupo e influência final pessoal em termos de conciliação. Quando não há conciliação possível impõe a decisão.

influência acentuada de um grupo radical :
maior atividade e mais afinidade com a atitude psicológica e ideológica do líder.

iniciativa do grupo :

- o sub:grupo radical - iniciativa
- os outros e grupos sofrem - controle psicológico ideológico.

motivação para participação no gruta :

- infiltração para contrabalancear no grupo; para contrabalancear a linha ideológica dominante.
- desejo de relacionar pessoal
- desejo de expressão artística.
- desejo de participação no movimento estudantil.
- desejo de atividades políticas renovadoras.
- desejo de pertencer a um grupo de prestígio.

Shows :

- ideologia explicita.
- finalidade politização em função da ideologia.
- funcional. p/ o grupo coeso com quem não conhece os ??? .
- grande impacto em quem assiste e com a coragem de levantar problema não discutidos e como intensidade de comunicação artística.
- bom nível de expressão artística :
 - arte como meio de expressão
 - atua de modo mais intenso e global como influência (uniformiza mais a ação dos participantes para efeito externo).

Os três primeiros são os que levam a maioria dos alunos a entrarem no gruta.

Os elementos que não se adaptam ao tipo de liderança tem menos oportunidade de iniciativa no grupo.

AÇÃO POPULAR (A.P.) e M.P.C.

DELEGACIA Regional de Polícia de São José do Rio Preto

(três)

(Continuação da Cópia autêntica de um caderno de FLAVIA J. PEREIRA)

AÇÃO POPULAR (A.P.) e M.H.C.

Finalidades :

- movimento nacional.
- busca a conscientização no sentido da pessoa e conhecer as condições a que está sujeita.
- plataforma ideológica semi-explicitada.
- fins e meios de ação:
 - Cultura popular

(M.P.C.) :

- alfabetização
- em projeto nou-
tros setores da
personalidade e
cultura :

- teatro
- cinema
- musica
- saúde
- higiene
- esporte

-Sindicalização

(em fase preparatória)

- Movimento Popular Cultura, menos da metade de
concentração difusa - 1ª Fase
- Ação Popular menos da segunda fase - canalização
da csc. despertado em junção de um problema -
definitivo de ação política.

Motivação para

participar no grupo:

-desejo de participação em atividades políticas renovadoras :

-motivado pela participação nos estudos escolares.

-menos do aprendizado de aula e mais da sociabilidade dos próprios alunos.

-único movimento organizado existente na Faculdade.

-compatibilidade entre o movimento e a estruturação da personalidade em termos de formação religiosa (dependência afetiva).

-Explicitação ideológica:

-Importância dada à pessoa como sujeito da ação política e de cultura.

-não aceitação da estrutura social existente.

-Inexistência de critérios coerentes e explícitos de organização de nossa sociedade.

Liderança e Tipos de relação de líderes entre si e com seu líder (iniciativa de participação no grupo) :

-O grupo existe em torno do líder:

-linhas potenciais de conflito com relação à liderança

-a ausência do líder desintegraria o grupo existente, com possibilidade de se reconstituir em nova forma.

-liderança em termos de princípios e de conciliação - aceitação da autoridade quando não há conciliação em termos de dependência ideológica e psicológica.

=====

São grupos de lideranças :

- em termos de maior qualificação técnica e maior disponibilidade tempo e como decorrência, maior ascendência psicológica e de prestígio conferido a ele pelo lider.

Aprova o movimento como forma de conseguir finalidades políticas. Encara com simpatia as finalidades técnicas renovadoras

Apoia a motivação apresentada.

Apoia a motivação apresentada, com exclusão do último.

Não tem opinião formada sobre a explicitação ideológica.

Desconfiança das finalidades do movimento quanto à forma do movimento atingir suas finalidades : graus de explicitação interna e externa. - conteúdo dirigido ou não de conscientização.

A ideologia é explicitada nas cúpulas e não nas bases.

Não contradição aparente entre a formação religiosa, do participante e as finalidades do motivo.

Parte da classe não foi informada sobre as atividades do movimento e não teve oportunidade de participar por ele.

Ideologia - Sistema de ideias que orientam um movimento político.

Necessidade de um prévio da ideologia e das finalidades para poder participar.

Quem se interessa pelo problema procura se informar sobre ele.

P . A . I .

finalidades :

- despertar consciencia politica dos alunos em relação aos problemas nacionais.
- incentivar a participação dos alunos na vida politica, prova desta consciencia.
- nacionalismo economico e politico.
- igualdade e liberdade entre os homens.

motivação para participar :

- desejo de participar de atividades politicas renovadores, motivado mais pela sociabilidade dos alunos e menos pelo apreendido em aula.
- compatibilidade entre o movimento e a estruturação anterior da personalidade em termos de o movimento não estar filiado a nenhum outro grupo externo para execução de suas finalidades .

motivação para participar :

- desejo de relaciona relacionamento pessoal.
- criação de um grupo de oposição decorrente de po- dação das atividades academicas (fundadores)
- não aceitação do tipo de politica do C.A.F. :
 - controle do CAF ditam a linha sem consulta às bases, especificidade na formação das chapas dos candidatos à Diretoria.

lideranças

relações do li-

der dos liderados :

- alguns lideres - atitude e atividade de participação no movimento estudantil que só pode ser realizada organizando um grupo de opotis, digo, um grupo de oposição.
- O motivo não, digo, o movimento não existe em função de seus lidres - tem função propria, mas é liderado pela Diretoria e por dois lideres que exercem maior influencia no movimento em termos de maior experiencia e de representarem a oposição ao C.A.F.

FINALIDADES :

DELEGACIA Regional de Polícia de São José do Rio Preto

(Continuação da COPIA AUTENTICA de um caderno de FLAVIA J. PEREIRA

Finalidades:

-Princípios muito gerais não traduzidas em ação concreta, por ex.: não tem promovido a participação de todos os alunos em relação aos problemas nacionais -ausência de atividades de base e tendência-à promoção pessoal, com referência aos líderes e formação do conceito do movimento no estereotipo da ação personalista - Os membros da P.A.I. sentem-se em primeiro lugar participantes do grupo PAI e secundários membros do CAP - A independência em relação à qualquer outro grupo de ação externa implica na impossibilidade ideológica consistente e dos ações concretas decorrentes.

Motivação :

-houve mesmo poderação de determinados elementos do CAP, devida a uma divergência dos fundadores, digo, elementos do CAF, devida a 1) divergencia ideologica 2) não cumprimento de tarefas entre menos de esquerda e mais de centro.
 -assumidas : não houve podaço dos membros da PAI durante 62 e 63, mas não houve possibilidade de unificação na eleição atual, constituindo-se o PAI num motivo diferenciado de oposição à liderança e a linha do C.A.F.
 Desejo de relacionação grupos políticos:
 -ingresso mais fácil no PAI que não exige militancia ou definição ideologica prévia.
 -Os alunos - politizados, em termos de esquerda, encontrara, pelo motivo acima, ambiente propicio no PAI.
 -O motivo não é reacionario entre, digo, reacionario em si, mas pelo motivo acima, ele os conservadores podem participar do motivo, embora este tenha tomado posições de vanguarda.
 -O PAI servia de catalizador de bases que se sentiam abandonados, a esquerdas, pela liderança do CAF (fator mais importante) e que encontraram no PAI seu instrução de expressão.
 - calouros que sentiam maior facilidade de ingressar no PAI pelo conjunto de motivos acima e pela ação pessoal de alguns líderes do PAI.
 - discriminação ideologica feita como à revelia dos dirigentes do PAI.
 -embora a liderança do CAF não seja grupista, aparece como parcela para os elementos não suficientemente informados.

Sintese - motivação :

Subjetivo-afetiva: pertencer a grupos de prestígio.
 Objetivo: ideologico

Explicitação ideologica :

- democracia liberal.
 - capitalismo progressista - reformas de base.
 - nacionalista, digo, nacionalismo economico e politico
 - ideologia não suficiente, digo, não suficiente explicitada.

Liderança :

- O movimento tende a continuar existindo...

ANEXO IX - CADERNO DE SOCIOLOGIA DA ESTUDANTE FLÁVIA J. PEREIRA

-sem os líderes fundadores (que representam a planização psíquica de oposição mais acentuada) O motivo tende:

- 1-Continuar como oposição à liderança tradicional estruturado sem diferenciação ideológica.
- 2-Nimar- como oposição à liderança tradicional com diferenciação ideológica em termos de nacionalismo.
- 3- ideologia centrista conservadora.

J U C

- finalidades : - motiv, digo, movimento religioso.
- orientar a comportamento estudantil de acôrdo com a doutrina social da Igreja.
- catequese e testemunho católico.
- explicitação e pratica da religião católica ser cristão no tempo.
- Motivação : - serviço católico.
- explicitação e pratica da religião católica, dada a superficialidade do catolicismo tradicional.
- ação sobre o meio social, em termos de ação social católica.
- buscar a autenticidade da pessoa cristã/ e incristã.
- Liderança : - liderança por cursos - os líderes são elementos de maior vivencia religiosa e mais capacidade trabalho, quando se a, digo, que se articular com cupulas até a escola internacional.
- Procura-se não destacar muito o líder das bases
- É exigida militância dos participantes.
- Atender há maior valorização da base na elaboração da linha do momento.
- Explicitação ideológica : - ser cristão no tempo significa flutuação entre reformismo, social e ideologia da A.P.

- - - 0 0 0 - - -

IDEOLOGIA MARKISTA

- Ideologia : - A revolução brasileira vista em termos marxistas.
- Concordância com A.P. no objetivo do estabelecimento de novas estruturas sociais.
- Discordância da A.P. quanto aos meios a serem usados - reformismo da AP - cap, digo, compatibilidade da ação revolucionaria proposta com a formação religiosa.
- Discordância ideologica sobre as etapas da revolução : Ex. problema da ditadura no proletariado.
- Divergência sobre conceito de natureza humana e de sua realização, devido em grande parte à fase de elaboração da ideologia da A.P.
- Motivação pessoal para ideologia assumida : - Participação dos movimentos de sociabilidade própria dos alunos, dentro do CAF e em movimentos estudantis nacional e estadual.
- Influencia pessoal de alguns professores e não dos ????
- Liderança do grupo e participação nele : - liderança exercida em termos de maior consciencia ideologica e maior liberdade no CAF e no movimento estudantil.
- líderes naturais sem os líderes, minaria a extinguir o grupo.
- Diferentes graus de coerencia ideologica

DELEGACIA Regional de Polícia de São J. Rio Preto - 51

(Continuação da COPIA AUTENTICA de um caderno de FLÁVIA J. PEREIRA

de alguns menos radicalizados com a AP, identificação motivada também pela oportunidade de ação organizada.

- Existe participação no GRUTA, grupo de esquerda sem programa ideológico definido.

Opiniões : O grupo aparece como não dando suficiente importância à conscientização feita pela AP em termos de AP.

O grupo aparece como da linha do PC, embora não atue como tal na Faculdade. O grupo tende a ser o ponto de partida de um movimento do P.C. que é grupo de esquerda sem programa ideológico definida. O grupo não se organiza com o movimento para não dividir as forças de esquerda formando frente única com elas.

31/10/63

Estrutura do grupo :

- participação mais intensa - problema da radicalização do jovem.
- identificação afetiva com o substratum do aprendizado na formação do que a reação do aluno ao ensinado pelo professor em função da reação a imagem que ele tem as imagens global do professor.
- A mudança dos valores integrativos da personalidade, o que implica em reestruturações da mesma identificação afetiva - grau de radicalizações.

Afetividade: - tipos e graus de afetivação - identificação com imagens parciais ou globais do professor

- problemas do comportamento adolescente e não separação entre o que o professor ensina e o que ele é como imagem total.
- crise e transformações na personalidade do aluno; crise dos valores comunitários da conduta: ideológica, religiosa, sexo.
- influência dos professores no comportamento aludido.

- Radicalização:

Transformações e reestruturações da personalidade (ideias e valores orientadores da conduta que se radicaliza em oposição aos valores vigentes da sociedade).

- relação com o problema da objetividade.
- tipos e formas de radicalização: ideológica, religiosa e sexual.
- relação com os grupos de status- critérios de estratificação.
- relação com o movimento estudantil - problemas dos grupos de pares.
- relação com os professores
- " " a família
- " " a comunidade
- tipos e graus de diálogo.
- aceções do processo educativo e da função da escola.

Conflitos e formação de grupos divergentes :

- Conflito de afetividade :

- 208 entre diferentes imagens de professor.
- disputa pela preferência dos professores

DELEGACIA

- RELATORIO -

PROF. FRANZ WILHELM HEIMER, de cor branca, alemão, com 34 anos de idade, nascido aos 12 de Abril de 1.930, natural de Dortmund, Alemanha, Professor Assistente da Cadeira de Língua e Literatura Alemã, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, desta cidade, filho de Franz Heimer e de Elisabeth Heimer, residente nesta cidade, sita à Rua Dr. Raul Silva, n. 160, Bairro Redendoetra, nesta cidade.

Instauraram-se quatro sindicâncias, por esta Delegacia Regional, a saber: uma para apuração de movimento subversivo no Município, outra restringindo-se às atividades da SUPRA, a terceira para apuração do comportamento político social dos três Vereadores que tiveram seus mandatos cassados, e finalmente, a quarta que trata das investigações no que tange à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e na qual são noticiadas as mais diversas e estranhas agitações e subversões, envolvendo-se alunos e professores, consciente e inconscientemente, através da AÇÃO POPULAR - AP, GRUTA - GRUPO UNIVERSITARIO DE TEATRO AMADOR, MPC - MOVIMENTO POPULAR DE CULTURA, CAF - CENTRO ACADEMICO DE FILOSOFIA, etc. Destacamos da sindicância da Faculdade de Filosofia, no presente procedimento, transformando em inquérito por infração à Lei de Segurança Nacional, duas vias, versando apenas às atividades da AÇÃO POPULAR, cujo coordenador estadual é o PROF. FRANZ WILHELM HEIMER, Assistente da Cadeira de Língua e Literatura Alemã daquele estabelecimento de ensino universitário. Cumpre-nos frizar que assim o fizemos, em cumprimento de ordens superiores, visando a rápida conclusão das investigações concernentes à AP e responsabilidades criminais do seu dirigente mais destacado no Estado de São Paulo; e pretendendo também, em complementação a informes pormenorizados já fornecidos desde o início de nossos trabalhos investigatórios ao DEPARTAMENTO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL - DOPS, apresentar o resultado de outras provas per-

ANEXO X - RELATÓRIO DO IPM REALIZADO PELO DELEGADO JOSÉ DOMINGOS FERREIRA

perqueridas, que por certo informarão e orientarão o primeiro-passo para um trabalho repressivo, não só no nosso ESTADO, mas também em todo o PAIS, e sendo o caso, com o concurso da INTERPOL, e outros DEPARTAMENTOS DE INVESTIGAÇÕES civis e militares, a fim de serem colhidos elementos que encaminhem a repressão e asfixia desses inescrupulosos e perigosos agitadores. Queremos também frisar, que o presente inquérito não comportará em prejuízo de outros a serem instaurados por esta REGIONAL, no setor da Faculdade de Filosofia, para um enquadramento de outros elementos de AP, nestes autos envolvidos.

Assim, os trabalhos de investigações levados a efeito na Faculdade de Filosofia, desta cidade, ensejaram a constatação de um movimento de Ação Popular, cujo objetivo se dirige claramente, à transformação da realidade sócio econômica-brasileira, por um processo de agitação deliberado. O documento base desse movimento bem define o seu propósito subversivo, chegando mesmo a violência para a transformação pretendida, quando num tópico afirma: "NÃO NOS GABE ANTECIPAR A FORMA PELA QUAL SE DARA A CONCRETIZAÇÃO DESSE PROCESSO REVOLUCIONÁRIO. NO ENTANTO, PODE SE DIZER QUE A HISTÓRIA NÃO REGISTRA QUEBRAS DE ESTRUTURAS SEM VIOLÊNCIAS, GERADAS POR ESSAS MESMAS ESTRUTURAS, QUE PRODUZEM, EM ÚLTIMA ANÁLISE ESSA CONSEQUÊNCIA". O desenvolvimento desse trabalho processar-se-ia através dos movimentos de CULTURA POPULAR, os quais, promoveriam um processo de conscientização através de uma crítica constante do sistema capitalista e da apresentação da perspectiva socialista, "CANALISANDO A INSATISFAÇÃO JÁ EXISTENTE PARA DENÚNCIA DO SISTEMA DE EXPLORAÇÃO". Os trabalhos desenvolvidos pelo Movimento Popular de Cultura, nesta cidade, refletiram exatamente a orientação imprimida pelo documento base de AP, consoante se pode constatar das fls. 204 usque fls. 209.

No setor camponês, já havia também perspectiva da realização de uma conscientização amoldada nos princípios de AP, a qual, se desenvolveria pelos órgãos de MPC, desta cidade, nos SINDICATOS da SUPRA, tão logo entrassem em funcionamento.

O informe n. 4, confidencial, e relativo à IV REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL, faz referência a alguns aspectos de importância para o movimento, e entre os quais dirige a sua ação para o setor militar, principalmente, entre os Sargentos, apregoando a subversão e revolução, consoante se infere das letras E e F do citado documento. Vide fls 353 e letra C, F, fls. 353 verso, fls. 354.

Em consequência, afigura-se nos incontestável o caráter-

DELEGACIA

(Cont. RELATORIO

caráter subversivo desse movimento, o qual, se filiaría ainda a uma ideologia de esquerda totalitária, Vide fls. 331 verso vislumbrando ainda a possibilidade e a conveniência para a consecução de seu fim, de uma união com outros movimentos ou organizações de esquerda, inclusive do PARTIDO COMUNISTA, afirmação ésta que se depreende do documento base de AP, ao afirmar: "EM TODAS AS AREAS, A TONICA SERA A PREPARAÇÃO REVOLUCIONARIA. ESSE TRABALHO SERA FEITO, TENDO EM CONTA A POSSIBILIDADE E A CONVENIENCIA DE UMA PARTICIPAÇÃO COMUM COM OUTROS MOVIMENTOS DE ESQUERDA", vide fls. 333 verso e fls. 334, e do Boletim - Setor Universitário, informe n. 5, datado de 12/Dezembro/1.963, fls. 2

O PROF. FRANZ W. HEIMER, Assistente da Cadeira de Literatura e Língua Alemã, da Faculdade de Filosofia, desta cidade, nas três oportunidades em que prestou declarações, sempre negou sua participação nesse movimento, colocando-se apenas, na posição de mere simpatizante do mesmo. Entretanto, essa afirmação não é verdadeira, pois provado está nestes autos, que participou de uma reunião de AP, na cidade de JABUTICABAL, na casa do Padre ARY, delinendo aos presentes, entre eles, ETHEVAL DO MELO DE SIQUEIRA, o próprio Padre, e outros, cujas as declarações constam dos presentes, os princípios filosóficos desse movimento, exigindo a seguir, uma atuação definida de seus membros a qual seria representada pela fundação de movimentos sindicais e a criação de órgãos de MPC, que tivessem a orientação fundamentada no documento base de AP.

Outra prova irrefutável de sua participação e interesse nesse movimento, encontra-se nos documentos de fls. 355 e seguintes que se referem à IV REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL, datado 10/Novembro/1.963, e do documento de fls. 357, datado de 28/Novembro/1.963, do SECRETARIADO NACIONAL, para os coordenadores Municipais, onde o Prof. HEIMER, é apontado como integrante do Comitê Nacional, encarregado de representar o Estado de São Paulo. Como nos foi possível depreender, esse movimento difundiu-se pelo BRASIL, com atuação destacada nos Estados do Nordeste, havendo inclusive referências quanto à sua organização em países da AMÉRICA DO SUL, como ARGENTINA, URUGUAY e CUBA.

O PROF. FRANZ W. HEIMER, nas declarações prestadas as fls. 121 e verso, reconheceu que esse movimento objetivava a

ANEXO X - RELATÓRIO DO IPM REALIZADO PELO DELEGADO JOSÉ DOMINGOS FERREIRA

na mesma oportunidade fez restrições quanto à possibilidade de ter esse movimento caráter subversivo. O Prof. FRANZ W. HEIMER, sempre afirmou que nas poucas reuniões que realizou em sua residência, apenas teceu considerações filosóficas, a respeito desse movimento, nunca tendo feito considerações no tocante à sua concretização, afirmando mesmo, que tal movimento encontrava-se ainda, numa fase de teorização. Em tais circunstâncias, as provas coligidas evidenciam entretanto o contrário, tratando-se de movimento atuante, inclusive no setor nacional, e até mesmo internacional, dotado porém de uma característica própria para o BRASIL, conforme o plano de exposição expresse no documento base.

Do exposto, depreende-se claramente, que o movimento de AP, revela um caráter subversivo, tipicamente revolucionário, sendo o Prof. FRANZ W. HEIMER, um dos seus coordenadores, e integrado à sua cúpula dirigente. A prova coligida é exaustiva, exuberante e categórica, revelando-nos que o referido movimento era orientado e dirigido por um grupo de intelectuais e com o provável beneplácito de órgãos administrativos do ex-Governo Federal.

Provado está também, que alas da UEE - UNIAO ESTADUAL DOS ESTUDANTES, e UNE - UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES, órgãos tipicamente de esquerda, vincularam-se a esse movimento de AP, tendo a distribuição do documento base, sido feita na FACULDADE DE FILOSOFIA, desta cidade, por elementos da UEE, quando aqui estiveram numa reunião do CAF - CENTRO ACADEMICO DE FILOSOFIA.

Embora o Prof. FRANZ W. HEIMER, renitentemente, afirmasse o movimento de AP, de inspiração cristã, a melhor prova em contrário se encontra na publicação do dia 28/DEZEMBRO/1.963, do Jornal "ESTADO DE SÃO PAULO", com o título "BISPOS FAZEM FORTES RESTRIÇÕES À AÇÃO POPULAR". Para bem caracterizar a sua falsa condição de católico, embora tenha sido integrante da JUC, em tempos passados, na ALEMANHA, indicamos a leitura da correspondência, objeto de apreensão, contida as fls. 27, encaminhada a Luiz Alberto, onde afirma: ... "embora eu continue sentindo arrepios só pensando em emprêgo católico", e ainda a de fls. 45, endereçada a FRANZ, por Luiz Alberto, onde se lê: ... "financeiramente ganho mais do dôbro que no MEC, o que começa a dar para viver, não vou regularmente ao Palácio, trabalho em casa, não apeteço (o Cardeal não me aceitaria), não assino nada e tenho liberdade e mais tempo para dedicar-me à

DELEGACIA Regional de Polícia de S.J.R. Preto, Fls. 2

Cont. Relatório

dedicar-me à AP (no setor estudos e publicações)".

A bibliografia de AP, constante as fls. 354 dos presentes autos e referente à IV REUNIÃO DO COMITE NACIONAL, informe especial n. 4 - CONFIDENCIAL, datado de 10/Novembro/1.963, também contraria ao nosso ver, a inspiração cristã desse movimento. Cumpre-nos ainda, informar que d. MARIA DE LOURDES HEIMER, esposa desse Professor, era Secretária Geral do MPC, e todos os integrantes desse movimento pertenciam na sua maioria à Faculdade de Filosofia, e quando informados do documento base de AP, reconheceram que esse movimento, tinha caráter subversivo, e que não se informaram em seus princípios para um desenvolvimento de trabalhos de alfabetização, e que entretanto não é verdadeiro, consoante a prova constante dos autos, fls. 204 us que fls. 209.

Que, o Prof. FRANZ W. HEIMER, consoante se infere pelo depoimento prestado, pelo sacerdote Padre EUSTACIO FERNANDEZ, já era conhecido sobejamente no NORDESTE.

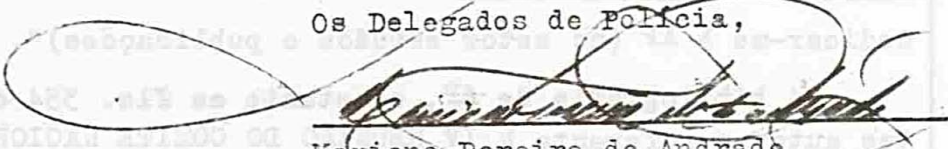
É de se extranhar, que um alemão, estrangeiro portanto, que deveria se interessar somente por assuntos pertinentes à sua especialidade, LINGUA E LITERATURA ALEMÃ, devotesse de corpo e alma a um movimento subversivo (AP), empreendendo viagens até mesmo pelo NORDESTE, em estudos da REALIDADE BRASILEIRA, SINDICATOS, REVISÃO AGRARIA, etc., aproveitando-se do caótico quadro nacional em que viviamos, inspirado pelo ex-Governo Federal, para subvertir a ordem social e política da nossa querida PATRIA. É o agente internacional, pretendendo ludibriar e enganar nossas autoridades, cinicamente, negando seu "ENGAJAMENTO" na ação subversiva de AP. Diante das provas tão patentes da participação do Professor de Alemão, na direção estadual de AP, do seu comprometimento como elemento de agitação nada mais nos cumpre, senão entregá-lo às autoridades competentes, para a aplicação do corretivo enérgico e justo que lhe é devido.

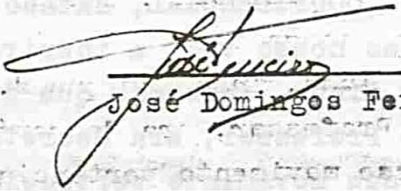
É o nosso Relatório.

Aos Excelentíssimo Senhor Doutor Delegado Regional de Polícia, submetemos estes autos, para a devida apreciação superior.

São José do Rio Preto, 21 de Maio de 1.964.-

Os Delegados de Polícia,


Mariano Pereira de Andrade


José Domingos Ferreira

VISTO. DE ACORDO.

S.J.R. Preto, 21 de Maio de 1.964.-

O DELEGADO REGIONAL DE POLÍCIA,


- BEL. TACITO PINHEIRO MACHADO -